



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

WWW.MPMT.MP.BR

RELATÓRIO DE GESTÃO

*RELATÓRIO DE GESTÃO
INSTITUCIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE MATO GROSSO*

2020

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL 2020



Março • 2021



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

ESTHER LOUISE ASVOLINSQUE PEIXOTO

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

DEOSDETE CRUZ JÚNIOR

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional

HÉLIO FREDOLINO FAUST

Corregedor-Geral do Ministério Público

MILTON MATTOS DA SILVEIRA NETO

Secretário-Geral do Ministério Público

CLAIRE VOGEL DUTRA

Promotora de Justiça Auxiliar
do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

HELLEN ULIAM KURIKI

Promotora de Justiça Auxiliar
do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

RICARDO DIAS FERREIRA

Diretor-Geral

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Annelysse Cristine Cândido Santos - Chefe de Departamento

Diego Dias de Lima - Gerente de Gestão

Luiz Mário M. de Souza - Técnico Administrativo

Departamento de Planejamento e Gestão

✉ deplan@mpmt.mp.br | ☎ (65) 3613-5108

PROJETO GRÁFICO

Emanuel Evandir da Silva Costa - Técnico Administrativo

Departamento de Imprensa e Comunicação Social

✉ imprensa@mpmt.mp.br | ☎ (65) 3613-5146 / 1640

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Helio da Silva Taques Filho - Técnico Administrativo

CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

✉ ead.ceaf@mpmt.mp.br | ☎ (65) 3613-5157 / 5174

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

M425r Mato Grosso. Ministério Público.

Relatório de gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso 2020/ Procuradoria-Geral de Justiça. - Cuiabá, 2020.
250p. il.

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública.
3. Gestão. 4. Ministério Público. 5. Procuradoria de
Justiça. 6. Mato Grosso. I. Título.

CDU 35

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Diego Dias de Lima. CRB1-2566

PLANEJAR PARA COLHER RESULTADOS

Dando continuidade à Gestão Estratégica, integrativa e orientada para resultados, assegura-se a consolidação de boas práticas de governança e gestão, lastreadas em dados e informações confiáveis. Dessa forma, mesmo diante de dificuldades financeiras conjunturais, torna-se possível otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e apresentar os resultados esperados pela sociedade das atividades fim do Ministério Público.

Estão sendo realizados investimentos em áreas essenciais para que haja sensíveis mudanças na atuação ministerial, que deve ser resolutive e em sinergia com as expectativas da sociedade.

Dentre as ações iniciadas em 2019 e que tiveram continuidade no ano de 2020, destaca-se o prosseguimento do Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto. Com o concurso, 12 novos Promotores Substitutos reforçaram a atuação finalística da instituição, ampliando a capacidade de atendimento à população e reforçando a atuação ministerial.

Outro destaque, o Projeto Vida Plena, voltado para o bem-estar no ambiente de trabalho, à promoção da saúde física e mental e a integração entre membros, servidores e terceirizados, teve sua atuação fortalecida e ampliada com novas ações.

O programa “Vida Plena – MPMT pensando em você”, promoveu encontro com objetivo de informar e conscientizar os membros da instituição da importância de desfrutar de um ambiente de trabalho seguro e saudável, com qualidade de vida.

A segunda etapa do programa incluiu a realização de eventos como o “Diálogos em Saúde Mental” e as “Rodas de Conversa sobre Comunicação Consciente”. Foi elaborado e disponibilizado o “Guia de Orientações sobre Covid-19: controle de disseminação e aspectos de cuidado em saúde”.

Uma iniciativa que trouxe resultados importantes foi a interiorização e a aproximação da Administração Superior com as Promotorias de Justiça do interior. Para tanto, foi instituída a Comissão de Apoio Institucional, presidida pelo Procurador-Geral de

Justiça, ainda no primeiro ano do primeiro mandato da atual gestão, que passou a percorrer os polos regionais para encontros com membros e servidores. Com o advento da pandemia da Covid-19, as reuniões passaram a ser realizadas por videoconferência.

Dessa forma, a Comissão de Apoio Institucional ouve as demandas das unidades do MPMT, apresenta medidas para atendê-las e detalha iniciativas estratégicas da Procuradoria-Geral de Justiça visando melhorar a atuação da instituição e uniformizar as ações em defesa da sociedade.

Em outro campo de atuação da atual administração, deve-se destacar a realização do curso de capacitação “Introdução à Gestão por Processos”, que faz parte do Projeto de Modernização das Procuradorias de Justiça Especializadas (MOPE), instituído pela Procuradoria-Geral de Justiça por meio do Ato Administrativo nº 877/2020-PGJ.

Uma inovação foi o uso de aplicativos de mensagens instantâneas para comunicação de atos processuais, implantado pelo Ato Administrativo 879/2020, pois com o advento da Lei Federal 13.964 (“Lei Anticrime”), o Ministério Público passou a ter que comunicar à vítima e ao investigado o arquivamento dos inquéritos policiais ou quaisquer elementos da mesma natureza. O uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para esta finalidade está previsto na Resolução 199/2019 do Conselho Nacional do Ministério Público.

O suporte à atuação finalística foi reforçado com a criação do “Banco de Peritos” (Ato Administrativo Nº 887/2020-PGJ), que dinamizou o atendimento às demandas apresentadas por promotores e promotoras de Justiça para realização de vistorias e análises técnicas em procedimentos investigatórios, a fim de garantir agilidade no atendimento às solicitações e realização de perícias nas áreas em que o Ministério Público não dispõe de profissionais em seu quadro funcional, como farmacêuticos, médicos, nutricionistas, entre outros.

Houve, ainda, a disponibilização de acesso por membros e servidores ao Portal Foco, que reúne todas as informações relacionadas ao Planejamento Estratégico 2020-2023, a fim de oferecer aos integrantes da instituição as informações necessárias para a tomada de decisão e cumprimento das metas e ações planejadas.

Visando potencializar a atuação ministerial, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou, por maioria de votos, propostas apresentadas pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, que garantem a elevação de 15 Promotorias de Justiça de entrância intermediária para final, 03 de inicial para intermediária e a instalação imediata de mais duas Promotorias de Justiça, sendo uma em Poconé e a outra em Alto Araguaia. A reclassificação das promotorias terá efeito financeiro a partir de 2022.

A melhoria da estrutura física das unidades do MP foi outra prioridade da Administração Superior em 2020, como ocorreu com a inauguração da sede da Promotoria de Justiça de Primavera do Leste e a ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis. Setores da Procuradoria-Geral de Justiça foram ampliados e modernizados. Foram lançados ainda editais para construção das novas sedes das promotorias de Juína, Alta Floresta e Nobres.

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, o MPMT, em ações conjuntas e em parcerias, vem exercendo seu papel de zelar e contribuir para que as instituições públicas possam cumprir o objetivo maior de garantir, em primeiro lugar, a saúde e a vida da população mato-grossense em um momento de grave crise sanitária, e, concomitantemente preservar a economia do Estado, as atividades econômicas das empresas e os empregos de milhares de trabalhadores.

Com o caráter temporário de auxiliar e atuar de forma conjunta e integrada com os órgãos de execução do MPMT nas fases investigativa e/ou judicial, conforme o caso, em situações de reconhecida complexidade, necessidade ou grave repercussão social, econômica ou jurídica, foi criada, pelo Ato Administrativo Nº 934/2020-PGJ, uma força-tarefa com o objetivo de auxiliar as Promotorias de todo estado na apuração e propositura de ações relacionadas a ilícitos criminais, cíveis e administrativos decorrentes de despesas realizadas pelo Estado e municípios no enfrentamento à Covid-19.

Na área administrativa, foram tomadas medidas no sentido de melhorar a produtividade e efetividade na atuação dos diversos setores da instituição. O Regimento Interno do MPMT foi atualizado e o Núcleo de Gestão Estratégica, normatizado. Foram atualizadas as disposições da estrutura organizacional implementadas a partir de alterações na Lei 9.782/2012. Entre as mudanças, estão a atualização da Gerência de Convênios e Contratos, que foi deslocada do Departamento de Planejamento e Gestão

para o Departamento de Aquisições, na Gerência de Movimentação Processual, e a exclusão das já extintas Gerências de Processos Organizacionais e de Segurança Institucional, dentre outras.

Em relação ao Núcleo de Gestão Estratégica, embora os seus objetivos principais estejam delineados na Resolução nº 141/2017 do Colégio de Procuradores de Justiça, ainda não havia uma normatização específica sobre o setor, sendo que as adequações pertinentes no Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça vão contribuir para a solidez das atividades a serem desempenhadas pelo Núcleo para a consolidação de seus objetivos.

Caberá ao Núcleo de Gestão Estratégica coletar e sistematizar os dados estatísticos do MPMT, notadamente os relacionados ao desempenho funcional dos órgão de execução, bem como as informações sobre a gestão orçamentária, financeira e fiscal da instituição; analisar a qualidade e a utilidade dos dados coletados, adequando-os às demandas institucionais; planejar, desenvolver e dirigir pesquisas estatísticas úteis à gestão estratégica do MPMT; estabelecer padrões e indicadores para coleta de dados estatísticos no âmbito da gestão estratégica do MPMT, entre outras atribuições.

Com o objetivo de garantir a uniformização da atuação institucional em relação aos acordos de não persecução penal, foi publicado o Ato Administrativo nº 963/2020, que traz orientações sobre os procedimentos a serem adotados nos casos em que o acordo não for efetivado.

Foi disponibilizado na página oficial da instituição (menu Serviços ao Cidadão), através do Ato Administrativo nº 964/2020, ferramenta que possibilita a obtenção de certidão sobre a existência, ou não, de procedimentos extrajudiciais em trâmite nas Promotorias de Justiça. As buscas são realizadas exclusivamente com base no número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atendendo ao direito constitucional que todos os cidadãos têm de acessar informações dos órgãos públicos de interesse particular ou coletivo, bem como de obter certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, conforme determina a Constituição Federal.

A atuação ministerial foi fortalecida com a reformulação e criação de três novos

Centros de Apoio Operacional da área da Cidadania, com o objetivo de auxiliar procuradores, procuradoras, promotores e promotoras de Justiça nas suas atividades funcionais. Com a alteração, o Centro de Apoio às Promotorias da Cidadania passa a ser especializado na Defesa da Saúde e foram criados os Centros de Apoio Operacional da Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar, além dos já instituídos CAOs da Educação e do Consumidor.

Investimentos na área tecnológica, com o fortalecimento e modernização do Departamento de Tecnologia da Informação, proporcionaram avanços importantes, como o desenvolvimento da Versão 3 do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público), dando mais agilidade, eficiência e segurança à tramitação de processos e facilitando o trabalho dos membros e servidores da instituição. Outras áreas estão sendo contempladas, como o Departamento de Gestão de Pessoas, que está sendo totalmente informatizado.

A reorganização e aprimoramento do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA), pelo Ato Administrativo nº 980/2020, objetiva fomentar e estruturar a atuação resolutiva do MPMT, com a prevenção e redução da litigiosidade judicial. Vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o NUPIA atuará na implementação de ações e programas de incentivo à autocomposição. Entre as suas atribuições, estão a apresentação de propostas de convênios, interlocução com outros Ministérios Públicos, auxílio na aplicação de mecanismos de autocomposição para a resolução de conflitos, estímulo à implantação de programas de negociação e mediação comunitária, escolar e sanitária e realização de capacitações.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- 22 1.1 Gestão Estratégica
- 31 1.2 Organograma
- 32 1.3 Missão, Visão, Valores e Mapa Estratégico 2020/2023

2. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

- 35 2.1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
 - 37 2.1.1. Promotoria Auxiliar
 - 37 2.1.1.1. Programa Vida Plena
 - 37 2.1.1.1.1. Descrição
 - 38 2.1.1.1.2. Produtividade comparada aos dois anos anteriores
 - 42 2.1.1.1.3. Iniciativas de destaque do Programa Vida Plena
 - 42 2.1.1.2. Gestão Por Competências
 - 42 2.1.1.2.1. Descrição
 - 42 2.1.1.2.2. Produtividade comparada aos dois anos anteriores
 - 43 2.1.1.2.3. Iniciativas de destaque
 - 43 2.1.1.3. Padronização de Cargos
 - 44 2.1.1.4. Estruturação do E-Social
 - 44 2.1.1.5. Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos Projeto Dialogar
 - 45 2.1.1.6. Implantação do Centro de Custos
 - 45 2.1.1.7. Implantação do Núcleo de Diligências (Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá)
 - 46 2.1.1.8. Coordenação da Comissão de Licitação
 - 46 2.1.1.9. Coordenação das Comissões Disciplinares Permanentes de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar
 - 47 2.1.1.10. Coordenação do Comitê Estratégico da Tecnologia da Informação
 - 47 2.1.1.11. Projeto GEDOC Eletrônico
 - 48 2.1.1.12. Gestão Estratégica de Contratos do Departamento de Tecnologia da Informação DTI
 - 48 2.1.1.13. Participação no Conselho Fiscal do MTPREV
 - 49 2.1.1.14. Coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão
 - 49 2.1.1.15. Outras Atividades Administrativas de Atendimento de Demandas
 - 49 2.1.1.16. Quantitativo de Atividades Desenvolvidas Pela Assessoria Jurídica do Gabinete
 - 51 2.2 Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa
 - 52 2.3 Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional
 - 54 2.4 Colégio de Procuradores de Justiça

- 57 2.5 Conselho Superior do Ministério Público
- 60 2.6 Corregedoria-Geral do Ministério Público
 - 61 2.6.1. Órgãos de Execução Ministério Público do Mato Grosso
 - 61 2.6.1.1. Procuradorias de Justiça
 - 61 2.6.1.2. Promotorias de Justiça
 - 61 2.6.2. Carreira
 - 61 2.6.2.1. Cargos Existentes - Lei 416/2010 (alterada pela Lei Complementar nº 470/2012 e 593/2017)
 - 62 2.6.2.2. Cargos Providos
 - 62 2.6.3. Atividades Institucionais da Corregedoria- Geral
 - 66 2.6.4. Atividades das Procuradorias de Justiça
 - 69 2.6.5. Atividades das Promotorias de Justiça

3. ÁREA FINALÍSTICA

- 74 3.1. Cidadania e Consumidor
 - 74 3.1.1. Atribuição
 - 74 3.1.2. Atuação
 - 75 3.1.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada
 - 75 3.1.3.1. Roteiros de atuação
 - 75 3.1.3.2. Relatórios Mensais
 - 75 3.1.3.3. Recomendações
 - 76 3.1.3.4. Audiências Autocompositivas
 - 76 3.1.3.5. Propostas
 - 77 3.1.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 78 3.1.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 79 3.1.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada comparados aos dois anos anteriores
 - 79 3.1.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça comparados aos dois anos anteriores
 - 80 3.1.8. Iniciativas de Destaque
- 82 3.2. Criminal
 - 82 3.2.1. Atribuição
 - 82 3.2.2. Atuação
 - 83 3.2.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada
 - 84 3.2.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 85 3.2.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 85 3.2.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada, comparados aos dois anos anteriores
 - 85 3.2.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada, comparados aos dois anos anteriores

- 86 3.2.8. Iniciativas de Destaque
- 87 3.3. Infância e Juventude
 - 87 3.3.1. Atribuição
 - 87 3.3.2. Atuação
 - 87 3.3.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada
 - 88 3.3.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 89 3.3.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 89 3.3.6. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020
 - 89 3.3.6.1. Área Infracional
 - 90 3.3.6.2. Área Cível
 - 92 3.3.6.3. Total de Recursos Julgados no Tribunal de Justiça
 - 92 3.3.7. Iniciativas de Destaque
 - 92 3.3.7.1. Projeto “Prevenção começa na Escola”
 - 93 3.3.7.2. Participação na **webinar** “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios”
 - 93 3.3.7.3. **Webinar** “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conquistas e desafios: Reflexões”
 - 93 3.3.7.4. Participação na **webinar** “Importância do sistema socio-educativo e chamamento dos aprovados no concurso/2018”
 - 94 3.3.7.5. Participação na **webinar** “Programa Mato Grosso em Debate. Direito, Justiça e Sociedade”
- 95 3.4. PATRIMÔNIO PÚBLICO
 - 95 3.4.1. Atribuição
 - 95 3.4.2. Atuação
 - 95 3.4.3. Balanço Geral da atuação da Procuradoria de Justiça Especializada da Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
 - 96 3.4.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 96 3.4.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores
 - 97 3.4.6. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020
 - 99 3.4.7. Iniciativas de Destaque
 - 99 3.4.7.1. Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do MP destina mais R\$ 275 mil
 - 99 3.4.7.2. MP aciona prefeito e pede afastamento de secretário por improbidade
 - 99 3.4.7.3. Estratégias para evitar abusos em época de pandemia são definidas
 - 100 3.4.7.4. MP adita termo e destina quase R\$ 7 milhões para Fundo Estadual de Saúde
 - 100 3.4.7.5. MPMT recomenda atenção às contratações diretas em Cuiabá e no Estado

101 3.4.7.6. **Live** MP e Você - Transparência de repasses e contratações é grande desafio na pandemia

102 3.5. MEIO AMBIENTE

102 3.5.1. Atribuição107

102 3.5.2. Atuação107

102 3.5.3. Balanço Geral da atuação da Procuradoria de Justiça Especializada da Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

103 3.5.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

103 3.5.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

104 3.5.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

105 3.5.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

106 3.5.8. Iniciativas de Destaque

106 3.5.8.1. Integração ao Comitê Estratégico para o Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (CEDIF-MT)

106 3.5.8.2. Tecnologia no Combate aos Danos Ambientais

107 3.5.8.3. Tecnologia no Combate aos Danos Ambientais II

107 3.5.8.4. Combate às queimadas e incêndios florestais

108 3.5.8.5. Implementação de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS)

108 3.5.8.6. Procuradoria Especializada divulga cartilha educativa sobre queimadas115

109 3.5.8.7. Liminar proíbe uso de “correntão” em desmatamentos

109 3.5.8.8. Procuradoria Especializada lança material de apoio às promotorias

110 3.5.8.9. MP notifica Estado a antecipar período de restrição ao uso do fogo

112 3.6. Atuação do MPMT no enfrentamento à COVID no ano de 2020

117 3.6.1. Compras e aquisições realizadas pelo MPMT para o enfrentamento à pandemia da Covid-19

4. ÓRGÃOS AUXILIARES

119 4.1. Centros de Apoio Operacional CAO's

119 4.1.1. Atribuição

121 4.1.2. Atividades Desenvolvidas

121 4.1.2.1. Atividades Desenvolvidas Pelos Centros Técnicos à Execução

123 4.1.2.2. Atividades Desenvolvidas Pelos Centros Temáticos

124 4.1.3. Iniciativas de Destaque

124 4.1.3.1. Água para o Futuro e Satélites Alertas

125 4.1.3.2. Banco de Peritos

125 4.1.3.3. Banco de Peritos II

125 4.1.3.4. Pandemia X Produtividade

126 4.1.3.5. Destaques dos Centros de Apoios Operacional Técnicos de Execução e

Temáticos

- 132 4.2. Gabinete de Segurança Institucional GSI
 - 132 4.2.1. Atribuição
 - 133 4.2.2. Atividades Desenvolvidas
 - 134 4.2.2.1. Segurança Pessoal e Medidas Protetivas
 - 134 4.2.2.2. Escoltas Projeto Água para o Futuro
 - 135 4.2.2.3. Segurança Pessoal em Inspeções e Perícias
 - 135 4.2.2.4. Atendimento de Dignitários
 - 136 4.2.2.5. Análise de Risco, Vulnerabilidades e Relatório de Informações
 - 137 4.2.3. Iniciativas de Destaques
 - 137 4.2.3.1. Participação Projeto Ouvidoria Itinerante
 - 138 4.2.3.2. Capacitação
- 139 4.3. CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
 - 139 4.3.1. Atribuição
 - 139 4.3.2. Atividades Desenvolvidas
 - 146 4.3.3. Iniciativas de Destaque
 - 146 4.3.3.1. Realização de Oficina para Comissões de Heteroidentificação
 - 147 4.3.3.2. Participação no lançamento do curso sobre plano de ação e termo de abertura de projeto
- 148 4.4. Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação(CAOP/CSI)
 - 149 4.4.1. Atuação
 - 150 4.4.2. Atividades Desenvolvidas
 - 152 4.4.3. Iniciativas de Destaque
 - 153 4.4.3.1. Capacitação dos Servidores
 - 154 4.4.3.2. Produtos Relacionados ao Portal de Apoio a Investigação - PAI
 - 154 4.4.3.2.1. Lançamento da versão 2.0 do PAI
 - 155 4.4.3.2.2. Novas Bases de Dados
 - 156 4.4.4. Termos de Cooperação Técnica Celebrados em Trâmite
- 158 4.5. Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO)
 - 158 4.5.1. Atribuição
 - 158 4.5.2. Atividades Desenvolvidas
 - 159 4.5.3. Iniciativas de Destaque
 - 159 4.5.4. Outras Iniciativas
 - 160 4.5.4.1. Operação apreende 35 Kg de pasta base em Porto Esperidião
 - 160 4.5.4.2. Gaeco desarticula esquema em Centro de Ressocialização de Sorriso
 - 161 4.5.4.3. Gaeco de MT prende servidor público estadual por indícios de corrupção
- 162 4.6. Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal - NACO
 - 162 4.6.1. Atribuição
 - 164 4.6.2. Atividades Desenvolvidas
 - 166 4.6.3. Iniciativas de Destaque
 - 166 4.6.3.1. NACO E GAECO realizam buscas no município de Rondolândia
 - 166 4.6.3.2. Naco realiza busca e apreensão e oferece denúncia contra prefeito
- 168 4.7. Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores - NARE

- 168 4.7.1. Atribuição
- 169 4.7.2. Atividades Desenvolvidas
- 170 4.8. Ouvidoria-Geral
 - 170 4.8.1. Atribuição
 - 172 4.8.2. Atividades Desenvolvidas
 - 173 4.8.3. Iniciativas de Destaque

5. CONTROLE INTERNO E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

- 176 5.1. Controle Interno
 - 176 5.1.2. Atribuição
 - 177 5.1.3. Atividades Desenvolvidas
- 180 5.2. Departamento de Planejamento e Gestão - DEPLAN
 - 180 5.2.1. Atribuição
 - 181 5.2.2. Atividades Desenvolvidas
 - 181 5.2.2.1. Na Gerência de Gestão
 - 186 5.2.2.2. Na Gerência de Planejamento e Execução Orçamentária
 - 188 5.2.2.3. Na Gerência de Desenvolvimento de Projetos
 - 189 5.2.3. Iniciativas de Destaques do DEPLAN
 - 192 5.2.4. Outras Iniciativas
- 196 5.3. Departamento de Engenharia - DENG
 - 196 5.3.1. Atribuição
 - 196 5.3.2. Atividades Desenvolvidas
 - 200 5.3.3. Regularização dos Imóveis Ministeriais Junto aos Corpos de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso
- 203 5.4. Departamento de Gestão de Pessoas - DGP
 - 203 5.4.1. Atribuição
 - 204 5.4.2. Atividades Desenvolvidas
 - 205 5.4.3. Iniciativas de Destaques
- 206 5.5. Departamento de Atendimento e Expediente - DAEXP
 - 206 5.5.1. Atribuição
 - 207 5.5.2. Atividades Desenvolvidas
 - 210 5.5.3. Iniciativas de Destaque
- 211 5.6. Departamento de Comunicação - DECOM
 - 211 5.6.1. Atribuição
 - 212 5.6.2. Atividades Desenvolvidas
- 215 5.7. Departamento Financeiro - DEFIN
 - 215 5.7.1. Atribuição
 - 216 5.7.2. Atividades Desenvolvidas
 - 216 5.7.3. Iniciativas de Destaque
- 217 5.8. Departamento de Aquisições - DAQ
 - 217 5.8.1. Atribuição

- 217 5.8.1.1. Gerência de Aquisições
- 217 5.8.1.2. Gerência de Licitações
- 218 5.8.1.3. Gerência de Convênios e Contratos
- 219 5.8.2. Atividades Desenvolvidas
- 227 5.9. Departamento de Apoio Administrativo - DAA
 - 227 5.9.1. Atribuição
 - 228 5.9.2. Atividades Desenvolvidas
 - 228 5.9.2.1. Gerência de Documentação e Arquivo
 - 229 5.9.2.1.1. Iniciativa de Destaques
 - 229 5.9.2.2. Gerência de Materiais & Almoxarifado Central
 - 231 5.9.2.3. Gerência de Manutenção de Transportes
 - 235 5.9.2.3.1. Iniciativa de Destaque
 - 236 5.9.2.4. Gerência de Patrimônio
 - 237 5.9.2.4.1. Almoxarifado Central - PGJ
 - 238 5.9.2.4.2. Controle e Manutenção dos Materiais Permanentes
 - 238 5.9.2.4.3. Processos de Baixa/Doação de Bens Permanentes
 - 239 5.9.2.4.4. Inventário
- 240 5.10. Departamento de Tecnologia da Informação - DTI
 - 240 5.10.1. Atribuição
 - 241 5.10.2. Atividades Desenvolvidas
 - 243 5.10.3. Iniciativas de Destaque
 - 243 5.10.4. Outras Iniciativas de Destaques

6. CONCLUSÃO

LISTA DE FIGURAS

- 034 Figura 01 - Integrantes da Administração Superior e dos demais órgãos de Administração da PGJ em 2020
- 053 Figura 02 - Gráfico das Atividades realizadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2020
- 070 Figura 03 - Gráfico do Total de processos distribuídos em 2020
- 090 Figura 04 - Gráfico quantitativo Por Assunto de Manifestações Judiciais na Área Criminal
- 091 Figura 05 - Gráfico quantitativo por assunto da Atuação Judicial Cível
- 093 Figura 06 - *Webinar* "30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios"
- 108 Figura 07 - Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres
- 115 Figura 08 - Relação, por procedimento, de recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19, cadastrados no sistema BAPRE do MPMT.
- 116 Figura 09 - Gráfico de valores destinados/requeridos pelo MPMT para enfrentamento à COVID-19
- 116 Figura 10 - Gráfico de valores destinados/requeridos por Comarca
- 122 Figura 11 - Gráfico Demonstrativo da Evolução Mensal de Atendimentos Realizados pelos Centros Técnicos à Execução em 2020
- 123 Figura 12 - Gráfico de Manifestações Técnicas por Área de Atendimento dos Centros Técnicos à Execução realizados em 2020
- 126 Figura 13 - Reuniões com Núcleo de Desaparecidos
- 164 Figura 14 - Gráfico Manifestações Naco - Gabinete Criminal

- 165 Figura 15 - Gráfico Quantitativo - Grupo Operacional Permanente
- 169 Figura 16 - Gráfico Atividades Realizada pelo NARE em 2020
- 173 Figura 17 - Gráfico com as Demandas da Ouvidoria em 2020
- 179 Figura 18 - Gráfico Resumo das Demandas realizadas pelo Controle Interno em 2020
- 197 Figura 19 - Inauguração Novo Espaço Departamento de Comunicação DECOM
- 204 Figura 20 - Gráfico das Atividades Realizadas pelo DGP em 2020
- 214 Figura 21 - Gráfico Comparativo de Atendimentos 2019 e 2020 realizados pelo DECOM

LISTA DE TABELA

- 036 Tabela 01 - Atividades de atuação institucional do PGJ
- 036 Tabela 02 - Atividades desenvolvidas pelas assessorias jurídica e administrativa
- 049 Tabela 03 - Atividades do Gabinete das Promotoras Auxiliares
- 050 Tabela 04 - Atividades de apoio para a Subprocuradoria de Justiça Administrativa
- 050 Tabela 05 - Atividades de apoio para o Secretário-Geral
- 052 Tabela 06 - Atividades realizadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2020
- 054 Tabela 07 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça
- 058 Tabela 08 - Composição do CSMP, em 2020
- 058 Tabela 09 - Atividades realizadas pelo CSMP em 2020
- 061 Tabela 10 - Quadro das Procuradorias de Justiça
- 061 Tabela 11 - Quadro das Promotorias de Justiça
- 061 Tabela 12 - Quadro de Cargos Existentes
- 062 Tabela 13 - Quadro de Cargos Providos
- 063 Tabela 14 - Afastamentos em 2020
- 063 Tabela 15 - Atividades realizadas pela COGER, em 2019 e 2020
- 064 Tabela 16 - Atividades relacionadas ao controle disciplinar de membros, em 2020
- 067 Tabela 17 - Comparativo de algumas das atividades realizadas pelas Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais em 2019 e 2020
- 069 Tabela 18 - Movimentos Extrajudiciais e Judiciais Privativos de Membros Ocorridos nos anos de 2019 e 2020
- 069 Tabela 19 - Total de atividades não procedimentais de Promotores de Justiça de todas as entrâncias, registradas em 2019 e 2020
- 070 Tabela 20 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, entre os anos de 2019 e 2020
- 071 Tabela 21 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária, entre os anos de 2019 e 2020
- 071 Tabela 22 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2019 e 2020
- 073 Tabela 23 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2019 e 2020
- 077 Tabela 24 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Cidadania e Consumidor
- 078 Tabela 25 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Cidadania e Consumidor
- 079 Tabela 26 - Dados produtividade extrajudicial Procuradoria de Justiça Cidadania e Consumidor
- 079 Tabela 27 - Dados produtividade judicial Procuradoria de Justiça Cidadania e Consumidor
- 084 Tabela 28 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Criminal
- 085 Tabela 29 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Criminal
- 085 Tabela 30 - Dados produtividade extrajudicial Procuradoria de Justiça Criminal

- 085 Tabela 31 - Dados produtividade judicial Procuradoria de Justiça Criminal
- 088 Tabela 32 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Infância e Juventude
- 089 Tabela 33 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Infância e Juventude
- 092 Tabela 34 - Total de Recursos Julgados no TJ-MT
- 096 Tabela 35 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Área do Patrimônio Público (Judicial)
- 096 Tabela 36 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Área do Patrimônio Público (Extrajudicial)
- 097 Tabela 37 - Total de Demandas Processual em 2º Grau
- 097 Tabela 38 - Total de Movimentações/Atividades Processuais
- 097 Tabela 39 - Total de Pareceres em Recursos/Ações
- 097 Tabela 40 - Total de Recursos Interpostos/Ações Incidentes e Ações Autônomas
- 098 Tabela 41 - Total de Resultados Obtidos em 2º Grau
- 098 Tabela 42 - Total de Resultados Obtidos em 2º Grau em relação aos dois anos anteriores
- 098 Tabela 43 - Estatística sobre o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta
- 098 Tabela 44 - Demonstrativo Notícias de Fato, ACPs e Sentenças do Ano de 2020
- 103 Tabela 45 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Meio Ambiente (Judicial)
- 106 Tabela 46 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Área Meio Ambiente (Extrajudicial)
- 106 Tabela 47 - Movimentações Realizadas em Processos Judiciais comparados aos dois anos anteriores
- 112 Tabela 48 - Atos Administrativos Instaurados Durante a Pandemia, dispendo sobre medidas preventivas de redução dos riscos de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, no Âmbito das Unidades Ministeriais
- 113 Tabela 49 - Recomendações Conjuntas
- 113 Tabela 50 - Recomendações
- 114 Tabela 51 - Resoluções
- 114 Tabela 52 - Portaria
- 120 Tabela 53 - Promotores de Justiça coordenadores dos Centros de Apoio Técnico temáticos, em 2020
- 120 Tabela 54 - Quadro Pessoal dos Centros de Apoio Operacional
- 121 Tabela 55 - Demonstrativo da Evolução Mensal dos Atendimentos Realizados pelos Centros Técnicos à Execução em 2020
- 123 Tabela 56 - Produtividade dos Centros Temáticos 2020
- 124 Tabela 57 - Quantitativo de Kits de Atuação distribuídos pelos Centros de Apoio Operacional, para auxiliar os Membros que atuam na área
- 131 Tabela 58 - Participação dos Centros de Apoio na realização de Eventos presenciais e virtuais
- 138 Tabela 59 - Cursos/eventos realizados com participação do GSI
- 139 Tabela 60 - Cursos e Eventos Coordenados pelo CEAF in company
- 140 Tabela 61 - Webnar Coordenados pelo CEAF - EAD
- 141 Tabela 62 - Cursos Coordenados pelo CEAF - EAD
- 144 Tabela 63 - Cursos, Treinamentos e Eventos Disponibilizados aos Membros e Servidores por Compra de Vaga
- 144 Tabela 64 - Cursos, Treinamentos e Eventos Disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite
- 144 Tabela 65 - Cursos Disponibilizados por Outras Instituições - EAD
- 145 Tabela 66 - Eventos/Palestras/Seminários/Encontros - Internacionais
- 145 Tabela 67 - Especialização
- 145 Tabela 68 - Concurso Para Seleção de Estagiários Realizados
- 146 Tabela 69 - Quadro Demonstrativo dos Cursos/Eventos/Webinar/Palestras CEAF - 2020
- 146 Tabela 70 - Quadro de Procuradores/Promotores e Servidores Capacitados pelo CEAF 2020
- 148 Tabela 71 - Quadro atual de membros e servidores lotados no CAOP/CSI
- 164 Tabela 72 - Relatório Quantitativo Gabinete
- 165 Tabela 73 - Relatório Quantitativo Grupo Operacional Permanente
- 168 Tabela 74 - Equipe de Servidores Lotados no NARE
- 169 Tabela 75 - Relatório Quantitativo das Atividades Realizadas pelo NARE em 2020

- 172 Tabela 76 - Demandas Recebidas via Ouvidoria em 2020
- 177 Tabela 77 - Quadro de Servidores do Controle Interno
- 178 Tabela 78 - Auditorias Internas e Resultados
- 178 Tabela 79 - Acompanhamentos
- 179 Tabela 80 - Relação de Apoio ao Controle Externo
- 197 Tabela 81 - Obras realizadas pelo DENGEM em 2020
- 200 Tabela 82 - Situação dos imóveis Ministeriais em relação a Regularização junto ao Corpo de Bombeiros
- 204 Tabela 83 - Atividades realizadas pelo DGP em 2020
- 207 Tabela 84 - Protocolos GEDOC recebidos em 2020
- 207 Tabela 85 - Protocolos Extrajudiciais recebidos no SIMP em 2020
- 208 Tabela 86 - Protocolos judiciais da 2ª Instância recebidos no SIMP em 2020
- 209 Tabela 87 - Demonstrativo de Postagens realizadas por este departamento e pelo Almoxarifado no ano de 2020
- 219 Tabela 88 - Procedimentos Realizados Pelas Gerências em 2020
- 219 Tabela 89 - Relação Individualizada dos Procedimentos Licitatórios
- 225 Tabela 90 - Resumo dos Procedimentos Licitatórios
- 225 Tabela 91 - Economicidade
- 225 Tabela 92 - Receitas
- 225 Tabela 93 - Comparativo Prazo Tramitação Ano Anterior e Meta a ser alcançada até 2023
- 225 Tabela 94 - Comparativo 2019 x 2020
- 229 Tabela 95 - Lista de Envio de Materiais por mês no ano de 2020
- 230 Tabela 96 - Lista de Materiais adquiridos e distribuídos para as unidades do MPMT
- 231 Tabela 97 - Comparativo Redução gastos
- 231 Tabela 98 - Comparativo reciclagem
- 232 Tabela 99 - Quantitativo de distância percorrida por Motorista/Servidor
- 232 Tabela 100 - Veículos Novos Adquiridos
- 232 Tabela 101 - Veículos Remanejados
- 233 Tabela 102 - Quantitativo de Combustível gasto no ano de 2020
- 234 Tabela 103 - Relatório dos Valores Empenhados e Pagos em 2020
- 234 Tabela 104 - Síntese das Atividades Realizadas Pela Gerência de Manutenção e Transporte em 2020
- 237 Tabela 105 - Lista Materiais Remetidos às Promotorias



01

**O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO
ESTADO DE
MATO GROSSO**

1.1 GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão para resultados tem como principal desafio empreender em seus integrantes a cultura institucional da atuação integrada, foco no cidadão, relacional, flexível, orientado para resultados e sobretudo com atuação voltada para a estratégia. Tal premissa, no sentido de romper com modelos administrativos, muito presentes na gestão pública, pautados pela burocracia mecanicista, que por vezes geram morosidade na atuação institucional, baixa resolutividade na atuação administrativa e na vida dos cidadãos, na atuação finalística.

Cada vez mais as demandas sociais têm sido crescentes em um contexto que a capacidade do Estado atender, tem sido cada vez mais reduzida, portanto, é necessário a atuação integrada, eficaz e a busca pela melhoria e efficientização da gestão pública no Ministério Público, com vistas a cumprir seu mister constitucional.

As categorias, a partir das quais o Plano Estratégico se organiza, foram desenhadas compreendendo as Perspectivas, os Objetivos Estratégicos, as Macroações, os Indicadores de Impacto e de Esforço e as iniciativas desdobradas em Projetos e Plano de Ação. Com isso, se definem as relações entre os níveis estratégicos, tático e operacional, traduzidas em ações efetivas nas áreas fim, meio e órgãos auxiliares da administração superior.

O planejamento possui dois objetivos estratégicos em cada área finalística. Os objetivos, por sua vez, foram desdobrados em macroações: indicadores de impacto, de esforço e iniciativas através de processos, projetos e planos de ação, tanto na área-fim (Perspectiva Sociedade), quanto na área meio (Processos e Aprendizado e Crescimento).

Na conclusão do Planejamento 2020 – 2023 tem-se 18 Objetivos estratégicos, 56 macroações, 39 indicadores de impacto, 79 indicadores de esforço, 29 projetos estratégicos institucionais, 52 planos de ação, sendo 23 departamentos ou órgãos passíveis de detecção e intervenção, se pertinente, de processos organizacionais.

Em um contexto de constantes transformações sociais, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso tem buscado fazer da Gestão Estratégica orientada para resultados o instrumento para assegurar uma atuação institucional planejada e equânime. Com a nobre missão constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, o Ministério Público, para bem desempenhar o seu papel de servir à sociedade, deve traçar estratégias adequadas e exequíveis que gerem resultados.

O Planejamento Estratégico do MPMT, disciplinado pela Resolução nº 141/2017 do

Colégio de Procuradores de Justiça, é composto por seus respectivos planos, unidades de governança, gestão e orienta-se pelos princípios da eficiência, responsabilidade, transparência, comunicação, flexibilidade, prestação de contas e cultura de resultados.

Nesse sentido, a partir da deliberação do Comitê de Gestão Estratégica no ano de 2018, foi desencadeado o processo de revisão do Planejamento Estratégico Institucional, tendo como principal desafio desenvolver o processo de forma democrática, participativa e com foco nos anseios da sociedade.

O processo de revisão contou com o envolvimento da sociedade e dos integrantes da instituição, levando em conta um diagnóstico das demandas e prioridades da população feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Mais de 9 mil questionários foram respondidos em todo o país. Concomitantemente, 535 membros e servidores da instituição responderam ao diagnóstico institucional, apontando as áreas e temas a serem priorizados.

Também foi realizado workshop presencial com definição dos valores, visão e votação on-line dos objetivos e ações estratégicas, alinhando diretrizes dos membros e servidores envolvidos na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional e traçando, coletivamente, as metas e indicadores a serem perseguidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso no período de 2020 – 2023.

Em 2019, buscou-se o fortalecimento da Governança, por meio do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), composto pela Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria- Geral de Justiça e Procuradorias. Esse comitê é encarregado de planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as atividades relativas às ações estratégicas.

Buscou-se, também, utilizar as melhores ferramentas de gestão na busca da excelência da atuação profissional e pessoal de cada integrante. De igual modo, na área meio, buscou-se promover a sinergia entre a atuação administrativa–sistêmica com a atuação finalística, de forma a assegurar as melhores práticas de gestão pública.

É o contínuo desafio!

Tem-se como premissa que no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, qualquer de seus integrantes entrega como produto de sua atuação a Justiça e a Cidadania. Que possa alinhar as ferramentas de gestão com foco nos resultados, envolvimento democrático e coletivo dos atores políticos institucionais para a efetivação desses princípios na vida de cada cidadão. Aliados ao desenvolvimento social do Estado e a inovação, tem-se a certeza de que o Planejamento será o produto efetivo do Ministério Público para a sociedade mato–grossense!

PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DO PEI 2020 – 2023

APURAÇÃO DE RESULTADOS - ANO 2020

Legenda do Farol:	% de Apuração versus a Meta	Farol
Meta não alcançada	< 70%	
Meta parcialmente alcançada	70 a 89%	
Meta Alcançada/Superada	90 a >=100%	

ÁREA FIM

Criminal							
Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice de ressocialização	Elevar	-	16,0%	-	-	-	Impacto
Percentual de reincidência	Reduzir	-	-2,0%	-	-	-	Impacto
Índice de fomento à ressocialização de reeducandos	Elevar	10	13,0%	5	50%		Esforço
Índice de fomento à implementação de Centro de Reintegração Social - CERS	Manter	1	1,0%	4	400%		Esforço
Taxa de Femicídio	Reduzir	-	-5,0%	-	-	-	Impacto
Taxa de homicídio doloso	Reduzir	2,59	-	2,32	112%		Impacto
Tempo médio de tramitação de ações penais de tráfico de drogas	Reduzir	-	20,0%	-	-	-	Impacto
Índice de melhoria da gestão de ações penais de tráfico de drogas	Elevar	10	13,0%	7	70,0%		Esforço
Índice de fomento à implementação do Núcleo de Defesa da Vida	Elevar	1	1,0%	2	200%		Esforço
Índice de implementação de Projetos da Rede de Enfrentamento	Elevar	2	3,0%	5	250%		Esforço

Meio Ambiente							
Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice de qualidade da água	Elevar	-	59,6%	-	-	-	Impacto
Percentual de tratamento de esgoto	Elevar	-	9,0%	-	-	-	Impacto
Índice de implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)	Elevar	7	5,0%	26	371,4%		Impacto
Índice de destinação adequada de resíduos	Elevar	-	29,0%	10,0%	34,5%		Impacto
Índice de reciclagem e logística reversa	Elevar	-	20,0%	14,5%	72,0%		Impacto
Índice de acompanhamento do controle da qualidade da água	Elevar	16	20%	11	69%		Esforço
Índice de acompanhamento da expansão da coleta e tratamento de esgoto	Elevar	8	10%	15	187,5%		Esforço
Índice de fomento à implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Elevar	4	5%	11	275%		Esforço
Índice de acompanhamento e fiscalização da destinação de resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa	Elevar	11	14%	20	182%		Esforço
Índice de desmatamento	Reduzir	1.340	-5%	1.767	-32%		Impacto
Índice de queimadas	Reduzir	265.778	-13%	1478376	-456%		Impacto
Índice de proteção de nascentes	Elevar	7	5,0%	3	43%		Impacto
Índice de reabilitação de animais silvestres	Elevar	-	7,5%	-	-	-	Impacto
Índice de fomento à proteção de recursos hídricos e proteção de nascente	Elevar	10	13%	18	180%		Esforço
Índice de fomento ao combate do desmatamento e queimadas	Manter	40	50,0%	68	170%		Esforço
Índice de fortalecimento das Promotorias de Bacia Hidrográfica	Elevar	4	5%	5	125%		Esforço
Índice de fomento à implementação do Centros de Triagem e de Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS)	Manter	2	3%	3	150,0%		Esforço

Patrimônio Público

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de conclusão de estoque antigo	Elevar	370	25%	180	49%		Esforço
Percentual de conclusão de estoque relevante	Elevar	35	25%	34	97%		Esforço
Percentual de execução de decisões judiciais	Elevar	-	25%	-	-	-	Esforço
Percentual de execução de acordos descumpridos	Elevar	-	25%	-	-	-	Esforço
Índice de implementação de controle interno	Elevar	15	11%	-	-	-	Impacto
Índice de prevenção de danos a probidade administrativa e ao patrimônio público	Elevar	4	5%	14	350,0%		Impacto
Índice de fomento à implementação de controle interno	Elevar	15	19%	15	100%		Esforço

Cidadania e Consumidor

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Taxa de matrículas a creche	Elevar	-	39%		-	-	Impacto
Taxa de disparidade idade-série	Reduzir	-	-2,5%	0,0%	0,0%		Impacto
Índice de fomento ao acesso à creche	Elevar	10	13%	15	150%		Esforço
Índice de fomento à redução da disparidade idade-série	Elevar	10	13%	4	40,0%		Esforço
Índice de fomento à implementação do Projeto de Mediação Escolar	Elevar	3	4%	7	233%		Esforço
Índice de conformidade da atuação das Unidades Básicas de Saúde	Elevar	47	13%	-	-	-	Impacto
Índice de acompanhamento da Atenção Básica previsto no Plano Municipal	Elevar	15	19%	24	160%		Esforço
Índice de fomento à atuação integrada e solução consensual das desconformidades	Elevar	15	19%	8	53%		Esforço
Índice de fomento à saúde preventiva	Elevar	15	19%	41	273%		Esforço
Índice de disseminação do Plano Municipal de Saúde	Elevar	15	19%	21	140%		Esforço

Criança e Adolescente

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice de cobertura de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Elevar	38	19%	31	0,0%		Impacto
Índice de fomento à implementação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Elevar	8	10%	13	163%		Esforço
Taxa de violência escolar	Reduzir	-	5%	99,0%	1980,0%		Impacto
Índice de medidas de enfrentamento à violência e implantação de pacificação social	Reduzir	5	6%	8	160%		Esforço

ÁREA MEIO

CI - Controle Interno

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice de aderência das áreas à política de Gestão de Riscos	Elevar	1	25,0%	0	0,0%		Impacto
Índice de recomendações de implementação de instrumentos de Gestão de Riscos (GR) atendidas	Elevar	-	30,0%	0,0%	0,0%		Esforço
Índice de redução de custos nos processos organizacionais	Elevar		20,0%	55,4%	277%		Impacto
Índice de Execução das avaliações previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)	Elevar	-	70,0%	57,4%	82,0%		Esforço
Índice de Recomendações atendidas em Auditorias Internas	Elevar	-	60,0%	43,2%	72,0%		Esforço

DAA - Apoio Administrativo

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de economia das iniciativas implementadas	Elevar	-	10,0%	24,9%	249,0%		Impacto
Percentual de consumo de energia elétrica	Reduzir	≤ 4306222	15,0%	2456731	175%		Esforço
Taxa de consumo de água	Reduzir	≤ 1821	10,0%	1808	100,0%		Esforço
Modernização e sustentabilidade da frota	Elevar	-	30,0%	0,0%	0,0%		Esforço
Iniciativas de fomento à eficiência dos recursos e materiais administrativos	Manter	1	100,0%	1	100,0%		Esforço

DEFIN - Financeiro

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de implementação da sistemática de gestão dos custos	Elevar	-	80,0%	85,2%	106,5%		Esforço
Medidas de captação de recursos	Elevar	1	-	-	-	-	-

DENGE - Engenharia

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Grau de eficiência na aplicação dos recursos planejados para obras de construção civil	Elevar	-	65,0%	42,9%	66,0%		Impacto
Eficiência financeira sobre o recurso total disponibilizado	Elevar	-	70,0%	56,3%	80,4%		Impacto
Número de unidades administrativas iniciadas de construção, ampliação ou reforma	Elevar	8	-	7	87,5%		Esforço
Redução do consumo de energia não renovável	Elevar	-	0,0%	-	-	-	Impacto
Quantidade de unidades ministeriais com energia renovável implantada	Elevar	-	0,0%	-	-	-	Esforço

DAEXP - Atendimento e Expediente

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de procedimentos administrativos virtualizados	-	-	80,0%	75,0%	93,8%		Impacto
Percentual de execução do projeto	-	-	100,0%	78,0%	78,0%		Esforço

DAQ - Aquisições

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice do tempo do processo de aquisição de bens e serviços nas licitações	Reduzir	≤ 113	6,5%	171	-51,3%		Impacto
Percentual de pregões homologados	Manter	-	90,0%	77,3%	85,9%		Esforço
Percentual de economia nos processos de aquisição de bens e serviços	Manter	-	30,0%	20,0%	66,7%		Impacto
Percentual de aderência do plano anual de aquisições	Elevar	-	74,0%	51,4%	69,5%		Esforço

DEPLAN - Planejamento e Gestão

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Implementação da Gestão Estratégica orientada para resultados	Elevar	-	20,0%	33,3%	166,5%		Impacto
Percentual de Implementação do Projeto do Sistema de Acompanhamento do Planejamento Estratégico (automatizado e por indicadores)	Elevar	-	80,0%	62,5%	78,1%		Esforço
Implantação do Banco de Projetos do MPMT – Virtualizado e automatizado (BEP)	Elevar	-	80,0%	100,0%	125,0%		Esforço
Implantação do Sistema de Orçamento (SIAGEO)	-	-	50,0%	41,0%	82,0%		Esforço
Tempo de tramitação dos processos organizacionais mapeados na área meio	Reduzir	-	10,0%	-	-	-	Impacto
Percentual de Modernização dos processos organizacionais	Elevar	7	50,0%	7	100,0%		Esforço

DGP - Gestão de Pessoas

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Implementação de sistema virtual integrado de gestão de pessoas	Elevar	-	25,0%	25,0%	100,0%		Esforço
Percentual de iniciativas de melhoria e eficiência no atendimento	Elevar	-	20,0%		0,0%	0,00%	Esforço

DECOM - Comunicação

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Índice de destaque de publicações	Manter	-	20,0%	37,0%	185,0%		Impacto
Matérias produzidas	Elevar	1.046	10,0%	864	82,6%		Esforço
Posts publicados para redes sociais	Elevar	4.065	5,0%	3.907	96,1%		Esforço
Taxa de incremento de seguidores no Instagram	Elevar	5.546	10,0%	12.700	229,0%		Esforço

DTI - Tecnologia da Informação

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de aderência aos eixos Planos, Políticas e Modelos; Processos; Estruturas Organizacionais; e Informação	Elevar	-	65,0%	60,0%	92,3%		Esforço
Percentual de desktops substituídos por estações de trabalho de baixo custo	Elevar	50	25,0%	0,00	0,0%	0,00%	Esforço
Percentual de virtualizações implantadas em processos organizacionais	Elevar	-	25,0%	-	-	-	Esforço

ÓRGÃOS AUXILIARES

Ouvidoria

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de manifestações respondidas no prazo de 30 dias	Manter	-	100%	64,0%	64,0%		Esforço
Número de municípios contemplados com ações da Ouvidoria	Elevar	6	-	0	0,0%		Esforço

NACO - Núcleo de Ações de Competência Originária

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Tempo médio de tramitação das investigações	Reduzir	N/A	5,0%	7,00	100%		Esforço
Número de medidas executadas conforme plano de ação	Elevar	3	-	1,2	40,0%		Esforço

CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de integrantes capacitados com carga horária mínima de 8h/ano	Elevar	905	67,0%	1.014	112,0%		Esforço
Porcentagem de execução do Plano Anual de Capacitação (PAC)	Elevar	28	47,0%	24	85,7%		Esforço

CAO - Coordenação Geral

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de metas do planejamento estratégico atingidas	Elevar	-	70,0%	64,3%	91,8%		Impacto
Produção técnica de material orientativo	Elevar	656	20,0%	768	117,1%		Esforço
Percentual de iniciativas para atingimento dos objetivos estratégicos	Manter	-	100,0%	84,6%	84,6%		Esforço
Redução do tempo de resposta das análises técnicas	Reduzir	45	-14,0%	45,72	101,5%		Esforço
Índice de manifestações técnicas emitidas	Elevar	1.157	4,0%	1192	103,0%		Esforço

GAECO - Grupo de Atuação Esp. Contra o Crime Organizado

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Tempo médio de investigação na identificação de ativos financeiros	Reduzir	16,0	-	-	-	-	Esforço
Duração média das investigações	Reduzir	23,0	4%	22,9	100,0%		Esforço
Percentual de ações penais com gestão realizada	Elevar	-	5,0%	-	-	-	Esforço
Percentual de implementação do Projeto	Manter	-	100,0%	100,0%	100,0%		Esforço

CAOP/CSI - Centro e Apoio Operacional do Conhecimento Segurança da Informação

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de relatórios de inteligência difundidos	Elevar	259	30,0%	15%	50,0%		Impacto
Incremento das bases de dados, aquisição de microsserviços e acessos por meio de usuário/senha disponíveis ao CAOP/CSI	Elevar	-	15,0%	13,0%	86,7%		Esforço
Conformação da Instituição com a Lei Geral de Proteção de Dados	Elevar	-	100,0%	38,0%	38,0%		Esforço
Percentual de implementação do Programa	Elevar	-	100,0%	75,0%	75,0%		Esforço
Relatórios de inteligência espontâneo produzidos	Elevar	24	15,0%	0	0,0%		Impacto
Número de acessos e pesquisas nível 1 no sistema PAI	Elevar	16.093	20,0%	33.026	205,2%		Esforço
Número de acessos e pesquisas nível 2 no sistema PAI	Reduzir	≤ 23	10,0%	21	91,3%		Esforço

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

COGER - Corregedoria Geral

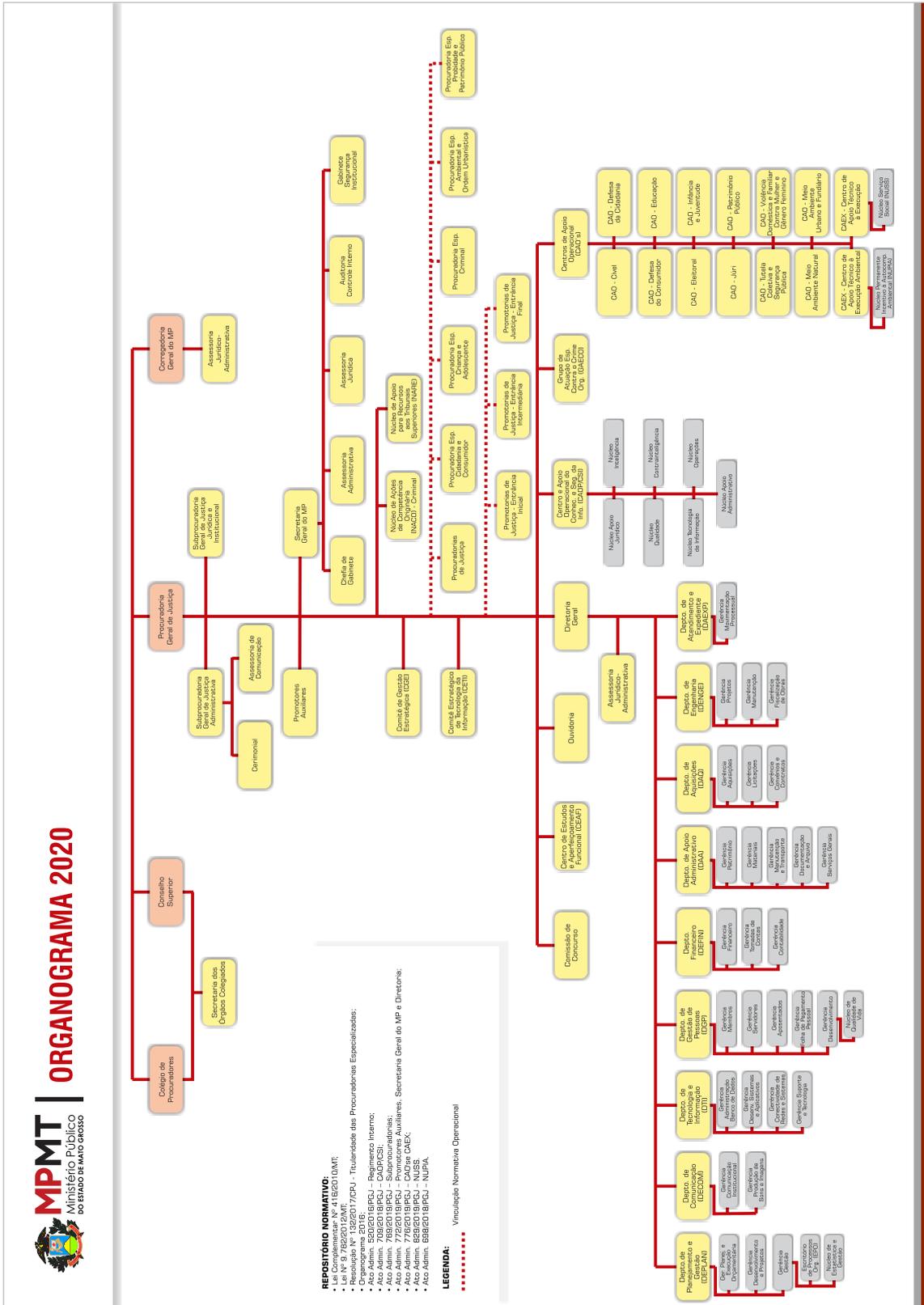
Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de membros avaliados e acompanhados	Elevar	62	25,0%	116,00	187,00%		Esforço
Índice de fomento ao cumprimento do Planejamento Estratégico pelos órgãos de execução	Elevar	3	20,0%	3	100,00%		Esforço

Gabinete da PGJ

Indicadores	Meta			Apuração 12/2020			Classe
	Polaridade	Nº	%	Resultado	% Alcance	Farol	
Percentual de satisfação dos integrantes	Elevar	-	65,0%	100,0%	154,0%		Impacto
Percentual de integrantes contemplados com ações de qualidade de vida	Elevar	-	65,0%	67,0%	103,00%		Esforço
Taxa de afastamento	Reduzir	≤ 324	5,0%	447	-38,00%		
Percentual de integrantes capacitados nas competências comuns mapeadas	Elevar	-	33,0%	66,0%	200,00%		Esforço
Percentual de integrantes capacitados nas competências gerenciais mapeadas	Elevar	-	-	20,5%	-		
Percentual de implantação do Programa de Gestão por Competências	Elevar	-	44,0%	30,0%	68,2%		

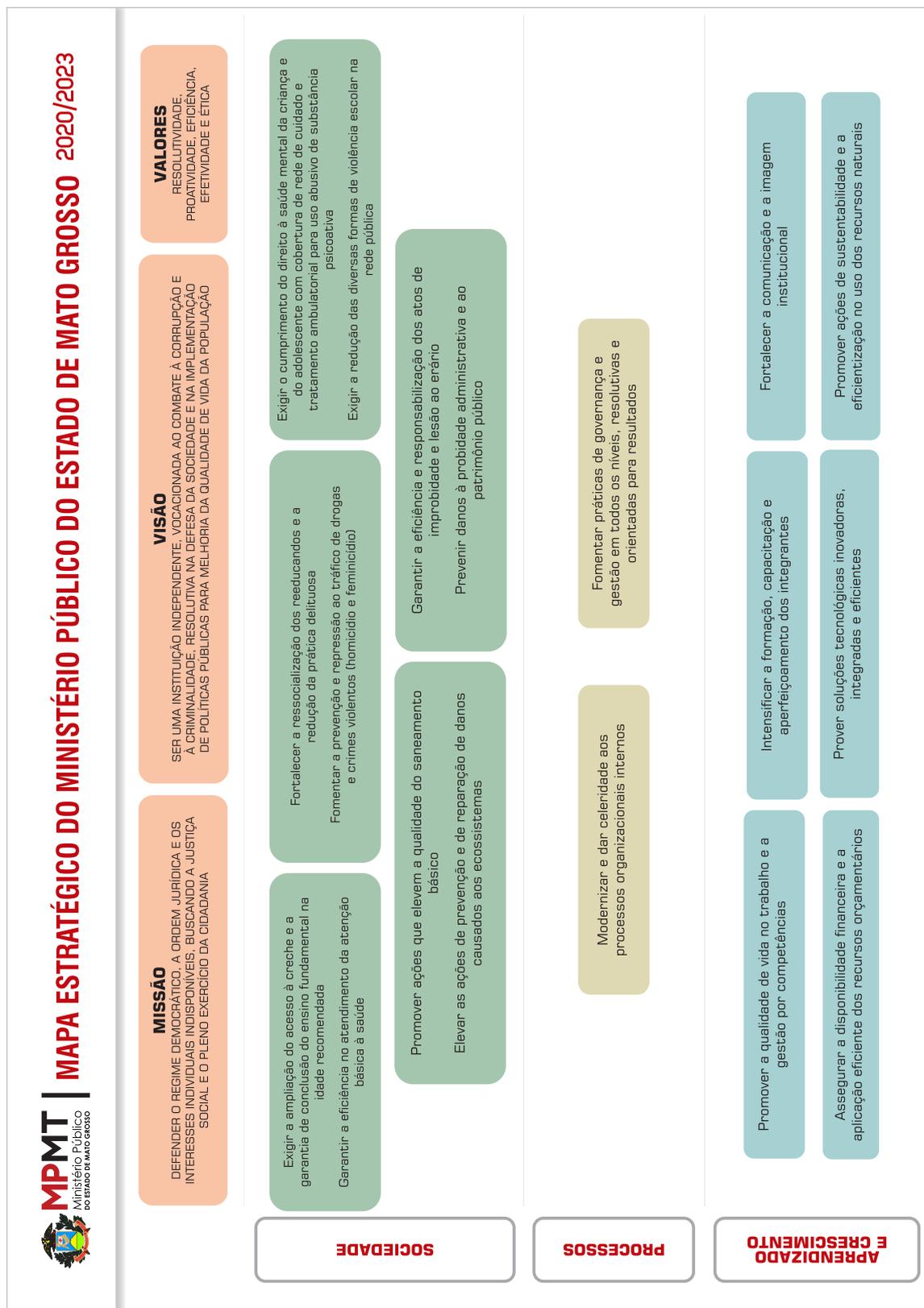
1.2 ORGANOGRAMA

▶ Acesse a versão digital: <https://mpmt.mp.br/transparencia/conteudo.php?id=127&tipo=7>



1.3 MISSÃO, VISÃO, VALORES E MAPA ESTRATÉGICO 2020/2023

▶ Acesse a versão digital: <https://mpmt.mp.br/transparencia/conteudo.php?id=122&tipo=7>





02

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Chefiada pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Administração Superior abrange, ainda, a Sub-procuradoria-Geral de Justiça Administrativa, a Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Estas unidades são as responsáveis pelas decisões que direcionam, regulamentam e fiscalizam a atuação dos órgãos de execução (Procuradorias e Promotorias de Justiça), e que definem a organização da Instituição como um todo.

Na figura 1, apresenta-se a estrutura e a composição da Administração Superior atual, somada as Promotorias de Justiça Auxiliares, Secretaria Geral do Ministério Público e Diretoria Geral.

Figura 01 - Integrantes da Administração Superior e dos demais órgãos de Administração da PGJ em 2020



Fonte: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

2.1. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Conforme preceitua o Regimento Interno do Ministério Público de Mato Grosso, as principais atribuições do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça são:

- I - assessorar o Procurador-Geral de Justiça e executar os serviços relacionados ao desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;
- II - encarregar-se do preparo e desempenho do expediente oficial do Procurador-Geral de Justiça;
- III - coordenar, preparar e submeter ao Procurador-Geral de Justiça sua agenda diária;
- IV - programar audiências e executar serviços de relações públicas;
- V - acompanhar as atividades de imprensa e notícias sobre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- VI - distribuir, orientar e controlar os trabalhos do Gabinete;
- VII - receber, redigir, expedir e controlar a correspondência oficial do Procurador-Geral de Justiça;
- VIII - atender as pessoas que se dirigirem ao Gabinete.”

Já a Assessoria Especial (multifuncional), ligada ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, tem como missão assessorar sob a forma de estudos, pesquisas, levantamentos, pareceres, minutas, exposições de motivos, e também por meio do desempenho das seguintes atribuições:

- I - assessorar o Procurador-Geral de Justiça nas reuniões, conferências e palestras;
- II - despachar com o Procurador-Geral de Justiça em assuntos que demandem decisão superior;
- III - desenvolver outras atividades de natureza administrativa e de representação determinadas pelo Procurador-Geral de Justiça.”

São as realizações do gabinete do PGJ, dentre outras:

I - Quanto às decisões do art. 28 do CPP, esta demanda depende de envio, pelo TJMT, de processos/peças de informação em que membros do MP e Magistrados apresentem posicionamentos jurídicos divergentes quanto à promoção de arquivamento, portanto, a produtividade em relação a este item está atrelada ao recebimento ou não dos processos;

II – No tocante à diminuição no número de ofícios expedidos, importante consignar a

reorganização nas comunicações realizadas pelo Gabinete do Procurador-Geral, sendo que muitos expedientes estão sendo encaminhados eletronicamente, sem expedição de ofício.

Por fim, cumpre considerar a atipicidade do ano de 2020 diante da pandemia vivenciada, situação que ensejou readequação da rotina de trabalho.

Entre as iniciativas podemos elencar: a virtualização de todos os procedimentos registrados no sistema GEDOC; padronização do fluxo de recebimento, encaminhamento e despacho das demandas, priorizando sempre o meio virtual; realização de reuniões e encontros institucionais por meio do aplicativo teams; realização de sessões do TJMT, também de maneira virtual.

Tabela 1- Atividades de atuação institucional do PGJ

Natureza	2019	2020
Concurso realizado e/ou em andamento	01	01
Posse de Procuradores de Justiça	03	-
Projeto de lei apresentado	22	4
Reunião CNMP	18	12
Reunião CNPG	08	09
Reunião com Departamentos Administrativos da PGJ	10	6
Reunião da Comissão de Segurança Institucional	05	-
Reunião do Comitê de Gestão Estratégica	03	04
Reunião do Comitê de Política de Segurança	09	04
Reunião Institucional com os polos	24	16
Sessão TJ/MT	13	16

Tabela 2- Atividades desenvolvidas pelas assessorias jurídica e administrativa

Natureza	2019	2020
Ato Administrativo	52	50
Comunicação Interna	307	110
Decisão (art. 28, CPP)	35	7
Despacho Avulso	101	110
GEDOC (protocolos enviados para o local)	3493	4649
Ofício Circular	221	240
Ofício Expedido	3782	1265
Portaria	101	77
SIMP (protocolos enviados para o local) – 1ª instância	1715	1762
SIMP (protocolos enviados para o local) – 2ª instância	123	75

2.1.1. Promotoria Auxiliar

Composta pelas Promotoras de Justiça Dra. Claire Vogel Dutra e Dra. Hellen Uliam Kuriki, a equipe de apoio do gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem como missão auxiliá-lo, por meio do desempenho das atribuições descritas no artigo 3º-A do Ato Administrativo nº 520/2016-PGJ (incluído pelo Ato Administrativo nº 772/2019-PGJ).

Dessa forma, e com o objetivo de supervisionar, dirigir e controlar as atividades afetas aos órgãos de apoio técnico e administrativo do Ministério Público, de promover a integração e a articulação das ações de modernização com as demais unidades da instituição, bem como de cumprir e fazer cumprir as políticas, planos, programas e projetos da Procuradoria Geral de Justiça, a Equipe de Apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça desempenhou, no ano de 2020, as seguintes atividades:

2.1.1.1. Programa Vida Plena

2.1.1.1.1. Descrição

O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho “Vida Plena: MPMT pensando em você”, foi instituído por meio da Portaria nº 561/2019-PGJ, publicada em 25 de abril de 2019, posteriormente alterada pela Portaria nº 759/2020-PGJ, a qual modificou a equipe de trabalho. O “Vida Plena: MPMT pensando em você” tem como objetivo fomentar e coordenar projetos, ações voltadas à promoção do bem-estar e saúde dos integrantes da instituição. O programa está alinhado ao Planejamento Estratégico e Plano Plurianual 2020/2024, que tem como um dos objetivos estratégicos promover a qualidade de vida no trabalho.

No ano de 2020, o Programa Vida Plena se reconfigurou institucionalmente, com a publicação do Ato Administrativo nº 957/2020-PGJ, que alterou o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça. Nessa normativa é instituído o Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho, ligado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, tendo como missão auxiliar a Administração Superior na implementação de estratégias de melhoria da qualidade de vida no trabalho dos(as) integrantes da instituição, por meio do fomento e coordenação de projetos e ações voltadas à promoção da saúde do trabalhador e prevenção de agravos e doenças no contexto laboral, considerando as dimensões física, mental e social da saúde em seu conceito ampliado.

2.1.1.1.2. Produtividade comparada aos dois anos anteriores

As ações do programa Vida Plena estão estruturadas em quatro frentes de trabalho:

- 1 Melhorias no ambiente de trabalho;
- 2 Integração;
- 3 Saúde no trabalho;
- 4 Campanhas e Sensibilização.

Serão apresentados abaixo os dados referentes a produção em cada frente, considerando os anos de 2019 e 2020.

Melhorias no ambiente do trabalho

2019	2020
<ul style="list-style-type: none">• Inauguração do Restaurante do Ministério Público, localizado na Sede das Promotorias de Justiça;• Inauguração do Espaço Conviver na Procuradoria-Geral de Justiça;• Inclusão nos projetos arquitetônicos de construção prediais de novas sedes de Promotorias de Justiça, do Espaço Vida Plena;• Entrega de cadeiras ergonômicas;	<ul style="list-style-type: none">• Descanso de pés;• Suporte para monitor;• Espaço Vida Plena nas novas construções;• Brinquedoteca;• Biossegurança: aquisição de EPIs (equipamentos de proteção individual) e informes orientativos nas unidades ministeriais;

Integração

2019	2020
<ul style="list-style-type: none">• Atividade de integração nas Promotorias de Justiça Polo com servidores (Polos Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sorriso, Juína, Tangará da Serra e Barra do Garças), na PGJ e na Promotoria de Justiça de São Félix do Araguaia;• Rodas de Comunicação Consciente na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, Promotoria de Justiça da Infância e PGJ;• Evento dia das mães;• Evento dia dos pais;• Evento da semana do(a) servidor(a);	<ul style="list-style-type: none">• Atividade de integração com servidores nas Promotorias de Justiça Polo de Alta Floresta, Cáceres e Rondonópolis, até março de 2020;• Rodas de Comunicação Consciente na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá com os membros;• Participação nas reuniões institucionais <i>on-line</i> realizadas pelo PGJ (Polos Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sorriso, Juína, Tangará da Serra, Barra do Garças e Cuiabá);• Lançamento do Portal de Aposentados e pensionistas;• Programa Mulher em Foco em parceria com DICS;• Evento <i>online</i> da semana do(a) servidor(a);

Saúde no trabalho

2019	2020
<ul style="list-style-type: none">• Diálogos em saúde mental em Cáceres;• Atendimento multiprofissional às demandas individuais, 11 casos;• Meditação na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá.	<ul style="list-style-type: none">• Diálogos em saúde mental em Rondonópolis;• Atendimento multiprofissional às demandas individuais, 54 casos;• Meditação <i>on-line</i> do grupo da sede de Cuiabá;

	<ul style="list-style-type: none"> • Meditação <i>on-line</i> em parceria com Instituto Visão Futuro; • Acolhimento Remoto nas áreas de enfermagem, nutrição e meditação. (Projeto de Extensão Saúde Integral, parceria Instituto Federal de Mato Grosso, maio a julho/2020); • Videoaulas de ginástica laboral e treino funcional com oferta semanal (parceria: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag); • Acompanhamento dos casos de COVID-19, 43 casos; • Elaboração do Guia de Orientação sobre COVID-19.
--	---

Campanhas e Sensibilização

2019	2020
<ul style="list-style-type: none"> • Palestra sobre Setembro Amarelo; • Campanha de Natal: Faça uma terceira pessoa feliz - arrecadação de alimentos e brinquedos aos(as) servidores(as) terceirizados(as); 	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de Doação de Sangue pelo Programa Renascer; • Campanha Saúde e Trabalho Remoto - Dicas de Saúde; • Campanha Setembro Amarelo - Valorização da Saúde Mental do Trabalhador: “Que o Amarelo Faça Florir” por meio da realização duas <i>lives</i> e <i>posts</i> educativos; • Sensibilização ao uso de máscara; • Campanha de Natal Faça uma terceira pessoa feliz - arrecadação de cesta básica aos(as) servidores(as) terceirizados(as).

Outras atividades

Para além das frentes balizadoras do Programa foram realizadas outras atividades, as quais serão elencadas abaixo:

2019	2020
<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa de clima organizacional, realizada em duas etapas;• Visitas institucionais para conhecer experiências de práticas na área de qualidade de vida no trabalho;• Participação em evento referente à temática;• Apoio ao Projeto Dialogar, que visa a autocomposição das infrações disciplinares e conflitos internos no âmbito do MPMT, em andamento;• Aplicação de questionário para levantamento de demandas a fim de subsidiar as ações do programa;• Contratação de prestação de serviço de <i>coffee break</i> para atividades do programa;• Contratação de psicóloga exclusiva para o atendimento do Vida Plena.	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração do plano de ação e monitoramento do planejamento estratégico do Programa Vida Plena;• Apoio técnico à comissão do concurso - oficina sobre heteroidentificação;• Parecer sobre atuação do profissional de Psicologia para o edital de licitação do projeto AtivaMente;• Análise da pesquisa de clima organizacional;• Pesquisa sobre as condições do trabalho remoto no contexto de pandemia;• Apoio técnico à COGER na elaboração do plano de ação e monitoramento do planejamento estratégico;• Pesquisa sobre as condições de saúde dos membros em parceria com a COGER;• Apoio técnico a comissão de gestão do teletrabalho;• Contatos institucionais para conhecer as experiências de práticas em segurança no trabalho.

2.1.1.1.3. Iniciativas de destaque do Programa Vida Plena

As iniciativas consideradas destaque referem-se as atividades desenvolvidas pelo programa para se adequar ao trabalho remoto em contexto de pandemia de COVID-19, abrangendo dois aspectos: o conhecimento das condições de trabalho neste contexto e a oferta de ações de saúde.

Nesse sentido destacam-se as seguintes iniciativas: atendimento multiprofissional *on-line*, realização de pesquisas, elaboração de material orientativo e as parcerias com outras instituições (SEPLAG, IFMT e Instituto Visão Futuro).

2.1.1.2. Gestão Por Competências

2.1.1.2.1. Descrição

O Projeto “Gestão por Competência” busca identificar, analisar e gerenciar os integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso de acordo com o perfil profissional de cada um deles, destacando seus pontos fortes e seus pontos de melhoria, através de mapeamento das competências comuns, gerenciais e específicas.

Com base nesses conhecimentos, habilidades e comportamento dos colaboradores, serão desenvolvidas competências individuais e coletivas, a fim de converter isso em combustível para que a Instituição consiga alcançar as metas lançadas no planejamento estratégico 2020-2023.

2.1.1.2.2. Produtividade comparada aos dois anos anteriores

2019	2020
<ul style="list-style-type: none">● Alteração dos integrantes da comissão: Gestão por Competências – Portaria nº 415/2019-PGJ● Validação das competências comuns pela Alta Administração, sendo elas: Comunicação, Integração, Foco em Resultados e Atendimento ao Público.	<ul style="list-style-type: none">● Início do mapeamento das Competências Gerenciais. Início da capacitação das competências gerenciais.● Continuidade da capacitação das competências comuns. A partir de abril, as capacitações foram todas

- Definição pela Administração de que as competências comuns devem ser objeto de capacitação continuada pela instituição a todos os integrantes, portanto devem constar no Plano Anual de Capacitação desenvolvido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).
- Alinhamento entre as ações do Planejamento Estratégico, Plano Anual de Capacitação do CEAF e Planejamento das Procuradorias de Justiça Especializadas;
- Regulamentação do FOSEMP – Formação dos Servidores do Ministério Público pelo Ato Administrativo n. 863/2019.
- Foram realizadas 21 capacitações nas competências comuns.

virtuais, ante a impossibilidade de realizar atividades presenciais devido a pandemia.

2.1.1.2.3. Iniciativas de destaque

Implantação da Pós-graduação lato sensu em Ministério Público Resolutivo e Gestão de Excelência como estratégia de capacitação das competências gerenciais.

2.1.1.3. Padronização de Cargos

Com o objetivo de tornar ainda mais isonômica a distribuição dos cargos de assessoria aos membros da instituição, iniciou-se no ano de 2019 a redistribuição destes, de modo que as unidades ministeriais de entrância inicial e intermediária passem a contar com 1 (um) cargo de Assistente Ministerial e 1 (um) cargo de Auxiliar Ministerial, e as de entrância final com 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete e 1 (um) cargo de Assistente Ministerial.

Até o dia 31 de dezembro de 2019, todas as Promotorias de Justiça de entrância inicial e

intermediária foram contempladas com a padronização.

Dessa forma, até o dia 31 de dezembro de 2020, todas as Promotorias de Justiça de final, excluindo-se destas as que foram elevadas durante o ano de 2020, foram contempladas com a padronização, contado agora com 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete e 1 (um) cargo de Assistente Ministerial.

Ainda estão em fase de implantação a padronização das demais unidades elevadas e sede das Promotorias de Justiça da Capital (cível e júri), com estimativa de conclusão para o mês de Fevereiro de 2021.

2.1.1.4. Estruturação do E-Social

Diante do contido no artigo 32 da Portaria nº 175/2019-PGJ, a Comissão de Implantação do E-Social foi reestabelecida por meio da Portaria nº 672/2019-PGJ, tendo como objetivo realizar os trabalhos de adequação dos processos internos para a implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.373/2014.

Ainda, no ano de 2019, a equipe de apoio do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça realizou reuniões institucionais com o objetivo de direcionar e supervisionar os trabalhos despendidos para a implantação do E-Social. Além disso, fora realizado, com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, capacitação com os servidores da Procuradoria-Geral de Justiça acerca da Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

Em dezembro de 2019, foi publicada a Portaria SEPRT nº 1.419 (23/12/2019), que prorrogou os prazos de implantação do E-Social no setor público para 2021.

Considerando que o prazo atual de implantação do E-Social, antes previsto para abril de 2021, encontra-se suspenso, durante o ano de 2020, houve a rescisão do contrato com a Totvs e o Sistema Protheus, e a realização de Termo de Cooperação com o Ministério Público de Tocantins para utilização do Sistema Athenas de Gestão de Pessoas, que passará a ser utilizado pelo DGP do MPMT a partir de dezembro de 2020, e que já se encontra configurado para atender aos requisitos do E-Social.

2.1.1.5. Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos – Projeto Dialogar

Idealizado no ano de 2019, o Núcleo de Mediação de Conflitos Administrativos tem como objetivo possibilitar eventual conciliação previamente à instauração de procedimento administrativo disciplinar, sendo que até o dia 31 de dezembro de 2019 foram realizadas pesquisas junto aos modelos semelhantes adotados por outras instituições, de modo que a estruturação do projeto foi totalmente minutada.

Durante o ano de 2020, em razão da pandemia, algumas atividades foram suspensas, incluindo-se a implantação do Projeto Dialogar. Com o retorno das atividades presenciais em setembro, foram realizadas reuniões com o Tribunal de Contas do Estado, visando conhecer o sistema conciliatório do órgão e com as experiências repassadas, foi elaborada minuta do Ato que aguarda análise e aprovação da chefia superior.

2.1.1.6. Implantação do Centro de Custos

Em virtude do Ofício Circular nº 017/2015/CPE/CNMP, encaminhado pelo Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do qual recomenda, em suma, a adoção de medidas para implementação do modelo de Gestão de Custos no Ministério Público do Estado de Mato Grosso, os trabalhos para a efetivação do referido modelo tiveram seguimento no ano de 2019.

Inicialmente, os integrantes da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC) foram designados pelas Portarias nº 505/2019-PGJ e nº 722/2019-PGJ. Ainda, foram realizadas reuniões com os membros da Comissão para revisão das etapas do projeto.

Ademais, durante o ano de 2019, houve a entrega do plano de contas da Instituição, a apresentação da identidade visual do projeto, assim como a propositura de alterações do Regimento Interno da Comissão de Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos.

Em 2020, o DTI deu início ao desenvolvimento do sistema informatizado de gestão de custos, o qual ainda se encontra em andamento, com previsão de finalização e início de operação no ano de 2021.

2.1.1.7. Implantação do Núcleo de Diligências (Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá)

Com a necessidade de melhorar a prestação das atividades externas, proporcionando, ainda, isonomia no volume de trabalho entre os servidores que desempenham a referida função

na sede das Promotorias de Justiça da Capital, bem como de boa aplicação do princípio da eficiência com a otimização dos recursos financeiros e pessoais disponíveis, foram realizadas atividades para a implantação do referido núcleo.

No fim do exercício de 2019, foi realizada reunião com os servidores que realizam as diligências externas, bem como com os Membros Coordenadores dos Núcleos para coletar informações das rotinas de trabalho.

Após a referida reunião, no ano de 2020 foi realizada pesquisa com os referidos servidores, encaminhando-lhes questionário para a coleta de informações das rotinas e atividades gerais desenvolvidas por todos os núcleos.

Também foi levantada a frota de veículos utilizada para as diligências externas com o Departamento de Apoio Administrativo.

Com a coleta de todas essas informações foi elaborada minuta do Ato Administrativo e encaminhado aos servidores e Coordenadores dos núcleos para propositura de adequações, estando no aguardo desses retornos.

2.1.1.8. Coordenação da Comissão de Licitação

Na condição de Presidente da Comissão de Licitação, conforme Portaria 139/2020-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra, assessorada pelos demais membros, incluindo sua assessora jurídica Rosimar Caetano Marino Moretti, realizaram, no ano de 2020, quinze sessões de Tomada de Preço e Concorrência, bem como realizaram a análise de um recurso de fase de habilitação e três credenciamentos do Chamamento Público nº 006/2020, referente a aquisição de planos de saúde e odontológicos.

2.1.1.9. Coordenação das Comissões Disciplinares Permanentes de Sindicância e Procedimento Administrativo Disciplinar

Com a edição do Ato Administrativo nº 768/2019-PGJ, foram constituídas as Comissões Disciplinares Permanentes no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, tendo como objetivo a instrução de procedimentos instaurados para apuração de irregularidades administrativas ou de prática de infrações funcionais por parte dos servidores da Instituição.

Dessa forma, os integrantes das Comissões Permanentes de que trata o referido Ato

Administrativo foram designados, pelo prazo de 02 (dois) anos), por meio da Portaria nº 196/2019-PGJ, que, posteriormente, fora alterada pela de nº 570/2019-PGJ.

Na condição de Presidente da Comissão Permanente de PAD, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra presidiu 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar, enquanto a Promotora de Justiça Hellen Uliam Kuriki, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância, presidiu 03 (três) sindicâncias.

2.1.1.10. Coordenação do Comitê Estratégico da Tecnologia da Informação

Com a edição da Portaria nº 476/2019-PGJ, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra preside o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, sendo realizadas, no ano de 2020, oito reuniões ordinárias, para a discussão de diversas implementações e melhorias tecnológicas da Instituição, dentre elas destaca-se:

- **Implantação do SIMP .3;**
- **Implantação e melhorias do Sistema BAPRE – Banco de Projetos e Acordos;**
- **Integração do SIMP .3 com o Pje;**
- **Sistema de gestão do Auxílio Saúde e Sistema de Votação Eletrônica para PGJ;**
- **Implantação do Sistema Athenas;**
- **Estruturação do Portal Covid no site do MPMT**

2.1.1.11. Projeto GEDOC Eletrônico

Inicialmente, fora realizado o levantamento dos principais procedimentos instaurados no sistema GEDOC no Departamento de Expediente – DAEXP.

Em seguida, foram solicitadas providências ao Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, para implantação da funcionalidade de “**download** consolidado”, bem como a expansão do certificado digital aos Chefes e Gerentes de Departamento, Diretora-Geral, Coordenadores e Supervisores de órgãos auxiliares, bem como a assessoria jurídica da Diretoria-Geral, e equipe técnica do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Muito embora o cronograma inicial tenha sido mais elástico, com previsão de término em dezembro de 2020, em razão da situação de pandemia e a edição do Ato Administrativo nº 911/2020-PGJ e alterações posteriores, que instituiu o fechamento de todas as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPMT, como medida de prevenção ao contágio da COVID-19, estabelecendo regime obrigatório de teletrabalho aos membros, servidores, estagiários, terceirizados e colaboradores da instituição, em que pese poder ainda haver inconsistências no Sistema GEDOC para sua implantação na versão exclusivamente eletrônica, foi necessário antecipar o início da virtualização dos procedimentos, a fim de facilitar as atividades que estavam sendo desenvolvidas via teletrabalho.

Diante disto, foram realizadas pequenas adaptações no sistema, e realizada pesquisa com os usuários para levantamento das principais dificuldades de operacionalização, estando agora aguardando a implantação de melhorias no sistema, que será realizada após o fechamento das atividades pendentes com relação ao SIMP .3.

2.1.1.12. Gestão Estratégica de Contratos do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

A partir deste ano de 2020, e ante o crescente processo de virtualização, somado aos vultosos valores investidos na área de TI, as Promotoras de Justiça Dra. Claire Vogel Dutra e Dra. Hellen Uliam Kuriki foram designadas pelo Procurador-Geral de Justiça para analisarem os contratos dessa área e decidirem estrategicamente sobre a viabilidade de tais contratações.

Hoje, o DTI possui 33 contratos em vigência, bem como 12 atas de registros de preços, os quais foram revisados e passaram a ser geridos pelo Gabinete, que também passou a decidir sobre a viabilidade das renovações ou novas contratações, de acordo com a necessidade da instituição e a possibilidade orçamentária.

2.1.1.13. Participação no Conselho Fiscal do MTPREV

Desde 2019, as Promotoras de Justiça Claire Vogel Dutra e Hellen Uliam Kuriki participam do Conselho Fiscal do MTPREV, sendo uma a conselheira titular e a outra suplente do referido conselho respectivamente, representando o Ministério Público de Mato Grosso.

Em 2019, as reuniões foram presenciais e em 2020, somente a primeira ocorreu de forma presencial e as demais, em razão do contexto de pandemia, passaram a ser virtuais, pela plataforma *Google Meet*.

Em participação no Conselho Fiscal, a Promotora de Justiça Claire Vogel Dutra compõe o Grupo de Trabalho de Análise da Gestão, tendo realizado relatório no início de 2020, quanto ao ano de 2019, e atualmente se encontra em elaboração do relatório referente ao primeiro semestre de 2020, com previsão de entrega em dezembro de 2020.

2.1.1.14. Coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão

O Gabinete das Promotoras Auxiliares é responsável por Coordenar e acompanhar os trabalhos do Planejamento Estratégico institucional fazendo a interface entre as diretrizes da Alta Administração, Área Meio e área finalística, conforme deliberações das unidades de Governança da Instituição.

No ano de 2020 foi realizado o alinhamento com as áreas administrativas e finalísticas para elaboração do Plano de Trabalho Anual 2021 e envio da proposta orçamentária da instituição, conforme constante na Lei Orçamentária Anual - Lei nº 11.300, de 27 de janeiro de 2021.

2.1.1.15. Outras Atividades Administrativas de Atendimento de Demandas

Além de todas as atividades desenvolvidas no gabinete, as promotoras auxiliares também auxiliam no atendimento de demandas administrativas em geral, em apoio ao Procurador-Geral de Justiça, tanto no atendimento direto de colegas promotores de justiça, como na coordenação de atividades dos departamentos da Procuradoria-Geral.

2.1.1.16. Quantitativo de Atividades Desenvolvidas Pela Assessoria Jurídica do Gabinete

Tabela 03 - Atividades do Gabinete das Promotoras Auxiliares

Atividade	Números
Certidões	51
Comunicações Internas	29
Decisões e Despachos	477
Despacho Avulso	53
Minutas de Atos/Portarias	5

Ofícios	47
Termo de Referências	2
Movimentos nos Procedimentos disciplinares	77
Portarias	9
Pesquisas e outras atividades	5

Tabela 4 - Atividades de apoio para a Subprocuradoria de Justiça Administrativa

Atividade	Números
Decisões	943

Tabela 5 - Atividades de apoio para o Secretário-Geral

Atividade	Números
Decisões	88

2.2. Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa

Desde o dia 1º de março de 2019, o cargo é exercido pela Procuradora de Justiça Eunice Helena Rodrigues de Barros, sendo que a partir de 10 de fevereiro de 2021, através da Portaria nº 080/2021-PGJ, passou a ser ocupado pela Procuradora de Justiça Esther Louise Asvolinsque Peixoto, cujas atribuições envolvem decisões relacionadas a:

- Gestão de termos de cooperação e congêneres, além de contratos administrativos e gestão patrimonial;
- Gestão de pessoas, como nomeação e exoneração de cargos comissionados, solicitações funcionais de membros, concessão de benefícios previdenciários (averbações, aposentadorias), instauração de processos disciplinares e aplicação de penalidades (exceto de demissão);
- Gestão orçamentária e patrimonial;
- Coordenação e acompanhamento das atividades técnicas e administrativas das unidades subordinadas;
- Análise de requerimentos e sugestões relacionadas a execução das atividades do MPMT, provenientes de seus integrantes, e outras entidades públicas ou privadas, além de questões envolvendo regulamentação e organização do MPMT.

O quantitativo relativo a produção da Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, compreendido entre o período de janeiro a dezembro de 2020, qual seja o exato montante de 4.889 procedimentos, sendo: Decisões, Despachos, Ofícios, Homologações, Portarias, Atos Administrativos, Cl's, análises auxílio saúde.

2.3. Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional

Cargo exercido pelo Promotor de Justiça Deosdete Cruz Junior, desde o dia 1º de março de 2019, a quem competem as decisões relacionadas a:

- Assistência e representação política e social da Instituição, conforme designado pelo PGJ, inclusive nas sessões plenárias do Tribunal de Justiça e perante os Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça, e para impetração de mandados de segurança e de injunção, quando necessário, no interesse do MPMT;
- Análise de representações que possam resultar na propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, assim como as que possam resultar na propositura de ação para fins de intervenção do Estado nos Municípios, de modo a assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado, bem como para prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial. Atuando, ainda, em todo o trâmite desses processos e em seus incidentes.

Na tabela 6, estão quantificadas as principais atividades realizadas na Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional.

Tabela 6 - Atividades realizadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2020

Natureza	Quantidade
Ação Direta de Inconstitucionalidade Ajuizada	41
Arquivamento	141
Manifestações Judiciais	344
Decisões Monocráticas	129
Despacho	105
TOTAL	760

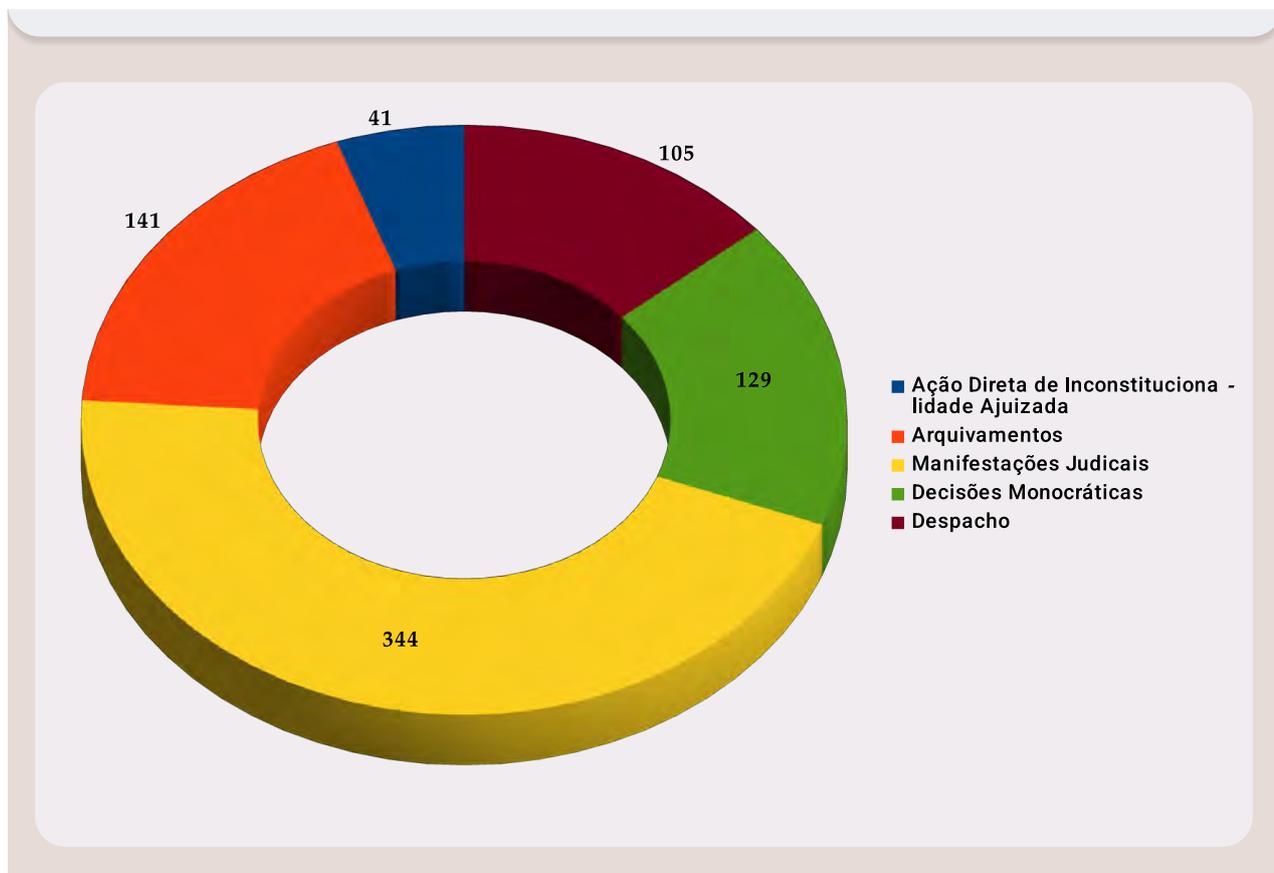


Figura 2: Gráfico das Atividades realizadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional em 2020

2.4. Colégio de Procuradores de Justiça

Os órgãos colegiados que compõem a Administração Superior são incumbidos de competências que lhes permitem editar normas e deliberar sobre questões pertinentes ao funcionamento, organização e atuação da Instituição. São eles: o Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução n.º 37/2009-CPJ) e o Conselho Superior do MPMT (RESOLUÇÃO N° 33/2012–CSMP).

Compete ao Colégio opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional e, ainda, propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais (art. 9º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 72/94).

Uma das principais atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça é, em reunião solene, dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos Membros do Conselho Superior do Ministério Público, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aos Promotores de Justiça no cargo de Procurador de Justiça, e aos Promotores de Justiça Substitutos (art. 13, inciso IV, do Regimento Interno do CPJ)

Formado por todos os Procuradores de Justiça e competente para, entre outras atribuições, conhecer e deliberar sobre recursos, projetos de lei e de resoluções referentes à composição, organização e funcionamento da Instituição, além autorizações e ordens em geral, no ano de 2020, contou com 36 (trinta e seis) membros:

Tabela 7 - Membros do Colégio de Procuradores de Justiça

01	Dr. José Antônio Borges Pereira Procurador-Geral de Justiça e Presidente do CPJ	02	Dr. Hélio Fredolino Faust Corregedor-Geral	03	Dr. Leonir Colombo
04	Dr. Benedito Xavier de Souza Corbelino	05	Dr. José Basílio Gonçalves	06	Dr. Luiz Eduardo Martins Jacob
07	Dr. Domingos Sávio de Barros Arruda	08	Dr. José de Medeiros	09	Dra. Kátia Maria Aguilera Rísoli
10	Dr. Élio Américo	11	Dr. Edmilson da Costa Pereira	12	Dr. José Zuqueti

13	Dr. Paulo Ferreira Rocha	14	Dr. José Norberto de Medeiros Júnior	15	Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe
16	Dr. Siger Tutiya	17	Dra. Dalva Maria de Jesus Almeida	18	Dr. Gill Rosa Fechtner
19	Dra. Ana Cristina Bardusco Silva	20	Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado	21	Dr. João Batista de Almeida
22	Dra. Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres	23	Dra. Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres	24	Dr. Luiz Eduardo Martins Jacob
25	Dra. Esther Louise Asvolinsque Peixoto	26	Dr. Jorge da Costa Lana	27	Dr. Roosevelt Pereira Cursine
28	Dra. Naume Denise Nunes Rocha Muller	29	Dra. Mara Lígia Pires de Almeida Barreto	30	Dra. Eunice Helena Rodrigues de Barros
31	Dra. Rosana Marra	32	Dr. Flávio Cezar Fachone	33	Dr. Marcelo Ferra de Carvalho
34	Dra. Silvana Correa Vianna	35	Dr. João Augusto Veras Gadelha	36	Dr. Gill Rosa Fechtner
37	Dra. Julieta do Nascimento Souza (<i>in memoriam</i>)	38	Dr. Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior (<i>in memoriam</i>)		

Abaixo, estão as atividades realizadas pelo CPJ em 2020.

REUNIÕES				
Ordinárias		Extraordinárias		Não realizadas
2019	2020	2019	2020	-
11	11	3	3	
REUNIÃO SOLENE			2019	2020
			5	0
REGISTROS DE REUNIÃO				
Pautas		Atas		DVD e Publicação no <i>YouTube</i>
14		14		14
PROCEDIMENTOS RECEBIDOS e ANALISADOS PELO CPJ Administrativos - GEDOC				
Recebidas		Julgados		Aguardando
35		35		-
RELATÓRIOS ANALISADOS E APROVADOS PELO CPJ				
Relatório anual das atividades desenvolvidas pelas Procuradorias de Justiça Especializadas				05
Relatório anual da Corregedoria-Geral do MP/MT				01
Orçamento da PGJ – Exercício 2021 – Aprovado pelo CPJ				01

RESOLUÇÕES APROVADAS e PUBLICADAS	2019	2020
	27	21
ATIVIDADES E PROVIDÊNCIAS DE ROTINA ADMINISTRATIVA		
Ofícios expedidos		3
Ofícios Circulares		2
Certidões		7
Demais Atividades desenvolvidas pelo Secretaria		
- Elaborações de Atas e Pautas das Reuniões do CPJ		
- Publicações de Atas e Pautas no Site do CPJ		
- Publicações de Resoluções no Diário Eletrônico do MP/MT		
- Encaminhamento de expedientes diversos		
- Encaminhamento de pautas e atas por e-mail aos membros do CPJ		
- Elaboração de Certidões quanto solicitadas		

Fonte: Secretaria dos órgãos colegiados

2.5. Conselho Superior do Ministério Público

Composto por 11 (onze) membros, sendo 02 (dois) natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral e 09 (nove) Procuradores de Justiça eleitos pelo voto plurinominal, facultativo e secreto de todos os membros da instituição.

Compete ao Conselho Superior decidir acerca da sua própria competência, conhecendo ou não dos assuntos que lhe sejam submetidos, na forma da Lei. São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público, aquelas constantes do art. 31 da Lei Complementar Estadual nº 416/2010, além de outras previstas em lei. Dentre as atribuições do CSMP, podemos destacar: aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito, desde que apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação oficial; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre os membros do Ministério Público; aprovar os pedidos de reversão, examinando sua conveniência, e indicar, para aproveitamento, membro do Ministério Público em disponibilidade; definir as regras e autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no país ou no exterior; autorizar o Procurador-Geral de Justiça a designar, por ato excepcional e fundamentado, membro do Ministério Público para exercer funções processuais afetas a outro membro da instituição; apreciar as justificativas apresentadas por membros do Ministério Público que não comparecerem às eleições previstas de acordo com a lei complementar; convocar membro do Ministério Público para prestar esclarecimentos sobre desatendimento a deveres funcionais; decidir sobre vitaliciamento de membro do Ministério Público; decidir, em última instância, os recursos interpostos do resultado final do concurso de ingresso na carreira do Ministério Público, dentre outras.

Atualmente, o Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso é formado pelos membros relacionados abaixo e as atividades desenvolvidas estão na tabela 8.

Tabela 8 - Composição do CSMP, em 2020

Composição Biênio 2019/2021	
01	Dr. José Antonio Borges Pereira - Procurador-Geral de Justiça - Presidente
02	Dr. Hélio Fredolino Faust - Procurador de Justiça - Corregedor-Geral do MPMT
03	Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe - Procurador de Justiça
04	Dr. Mauro Delfino Cesar - Procurador de Justiça
05	Dr. Luiz Eduardo Martins Jacob - Procurador de Justiça
06	Dra. Mara Ligia Pires de Almeida Barreto - Procuradora de Justiça
07	Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado - Procurador de Justiça
08	Dr. Domingos Sávio de Barros Arruda - Procurador de Justiça
09	Dr. Flávio Cezar Fachone - Procurador de Justiça
10	Dr. Marcelo Ferra de Carvalho - Procurador de Justiça
11	Dra. Ana Cristina Bardusco Silva - Procuradora de Justiça

Tabela 9 - Atividades realizadas pelo CSMP em 2020

Atividade		2019	2020
Reuniões ordinárias		11	11
Reuniões extraordinárias		11	17
Procedimentos Extrajudiciais (SIMP) – Promoções de arquivamento para homologação	Recebidos	2665	1434
	Julgados	2170	1434
	Pendentes	495	—
Procedimentos administrativos Recebidos/Analisados (GEDOC)		1736	28
Pedido de autorização para instauração de PAD		02	02
Procedimentos / GAECO PIC – Prorrogação de prazo		19	16
Procedimentos extrajudiciais – Prorrogação de prazo /Ciência		3067	-
Resoluções aprovadas e publicadas		7	18
Exceção de Suspeição Julgadas		3	9
Pedidos de afastamento de membros (analisados e autorizados)		2	2
Atos de vitaliciamento		3	-
Recursos interpostos por membros no CPJ	Recebidos	2	2
	Julgados	0	1
Remoção	Editais	73	125
	Atos	63	34
Promoção	Editais/ Atos	29	57
Remoção por Permuta		3	05
REGISTROS DE REUNIÃO			
Pautas		Atas	
		DVD e Publicação no	

		YouTube
28	28	28
RESENHAS DE JULGAMENTO DO CSMP (Deliberações em Plenário - Procedimentos Extrajudiciais)		
28 Confeccionadas	28 Publicadas no DOE	
ATIVIDADES E PROVIDÊNCIAS DE ROTINA ADMINISTRATIVA		
Ofícios Expedidos	55	
Ofícios Circulares	18	
Certidões e Mandados	10	
Portarias de designação	-	
Atos	71	
Comunicados Internos	7	
ATIVIDADES DIVERSAS		
- Organização de autuação dos procedimentos recebidos		
- Elaboração de Editais de Remoção		
- Elaboração de Atos de Remoção		
- Elaboração de Atas e Pautas das Reuniões do CSMP		
- Elaboração de Resenhas de Julgamento do CSMP		
- Elaboração de Certidões quanto solicitadas		
- Publicações de Atas e Pautas no Site do CSMP		
- Publicações de Resoluções e Atos no Diário Eletrônico do MP/MT		
- Encaminhamento de pautas e atas por e-mail aos membros do CSMP		
- Notificações das partes quando há Recurso em pauta		

Fonte: Secretaria dos órgãos colegiados do MPMT

2.6. Corregedoria-Geral do Ministério Público

Compõe a Administração Superior do Ministério Público, sendo o órgão responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros da Instituição, de modo a assegurar que não haja condutas incompatíveis com o cargo.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público (**COGER**), dentre outras atribuições descritas na Lei Complementar n.º 416/2010, é responsável pelas correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de apresentar, ao CSMP, relatórios quanto ao vitaliciamento, movimentação e afastamento de membros na carreira, além de expedir, no âmbito de suas atribuições, atos relacionados à prestação de serviços do MPMT, bem como fazer recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução.

Destaca-se que, além das correições ordinárias, a COGER analisa, periodicamente, por meio do Sistema de Análise Estratégica – SAE, o estoque de feitos judiciais e extrajudiciais nas Promotorias de Justiça e, se identificada alguma irregularidade, realiza inspeção ou vistoria nas unidades ministeriais, visando ao acompanhamento in loco ou à distância dos trabalhos desenvolvidos pelos membros, com o intuito de garantir maior celeridade na tramitação dos processos/procedimentos e, conseqüentemente, mais presteza no atendimento aos reclames da sociedade.

No âmbito de suas atribuições que envolvem o acompanhamento do estágio probatório de membros que ingressaram na carreira, são analisados os seguintes requisitos previstos no art. 8º do Ato Normativo nº 026/2013-CGMP: idoneidade moral, no âmbito pessoal e profissional; conduta pública e privada compatível com a dignidade de suas funções; zelo pelo prestígio da Justiça, respeito aos membros do Ministério Público, Magistrados, Advogados e Servidores; zelo pela probidade no desempenho de suas funções; a eficiência, eficácia, pontualidade e assiduidade no desempenho das funções; a qualidade dos trabalhos jurídicos; cumprimento de metas, planos de trabalho e programas institucionais; contribuição à melhoria dos serviços da Instituição e da Promotoria de Justiça e, cumprimento dos demais deveres previstos no art. 134 e dos requisitos previstos no art. 98 da LC 416/2010.

2.6.1. Órgãos de Execução – Ministério Público do Mato Grosso

2.6.1.1. Procuradorias de Justiça

Tabela 10 - Quadro das Procuradorias de Justiça

Procuradoria-Geral de Justiça	01 Promotor de Justiça
Procuradorias Cíveis	15 Procuradores de Justiça
Procuradorias Criminais	15 Procuradores de Justiça
Procuradorias Especializadas	5 Procuradores de Justiça
Total	36

2.6.1.2. Promotorias de Justiça

Tabela 11 - Quadro das Promotorias de Justiça

Entrância	Cíveis	Criminais	Vagas	Suspensas	Extintas
Final	97	88	07	20	-
Intermediária	01	03	-	-	01
Inicial	-	27	13	-	04
Total	98	118	20	20	
Total - 256					

2.6.2. Carreira

2.6.2.1. Cargos Existentes - Lei 416/2010 (alterada pela Lei Complementar nº 470/2012 e 593/2017)

Tabela 12 - Quadro de Cargos Existentes

Procuradores de Justiça	Promotores de Justiça	Promotores de Justiça Substituto
37	265	35
Total - 337		

2.6.2.2. Cargos Providos

Tabela 13 - Quadro de Cargos Providos

Entrância	Promotores Titulares Cíveis	Promotores Titulares Criminais
Final	81	88
Intermediária	02	02
Inicial	-	28
Procuradores de Justiça - 35		
Total de Membros - 236		

2.6.3. Atividades Institucionais da Corregedoria-Geral

Foram realizadas 31 correições nas Procuradorias de justiça, 17 nas Promotorias de entrância inicial, 02 nas de entrância intermediária, 57 nas de entrância final e ainda 02 em órgãos auxiliares perfazendo um total de 109 intervenções correicionais realizadas por esta Corregedoria no período de março a novembro de 2020.

A Corregedoria-Geral analisa, periodicamente, por meio do Sistema de Análise Estratégica – **SAE**, o controle de estoque de feitos judiciais e extrajudiciais nas promotorias de justiça. Identificada alguma irregularidade, é realizada uma inspeção ou vistoria na unidade ministerial, visando ao acompanhamento *in loco* ou a distância dos trabalhos ali desenvolvidos pelo membro, buscando, assim, garantir maior celeridade na tramitação dos processos/procedimentos e, conseqüentemente, mais presteza no atendimento aos reclames da sociedade.

Para cada inspeção realizada é instaurado um procedimento administrativo, no sistema GEDOC, em que é anexada toda a documentação obtida no decorrer da averiguação. No ano de 2020, foram instaurados 07 procedimentos administrativos decorrentes das inspeções realizadas por este Órgão.

O Procurador-Geral de Justiça, através da Portaria nº 335/2011-PGJ, de 22 de junho de 2011, delegou à Corregedoria-Geral a apreciação de todos os procedimentos referentes a pedidos de férias, licenças e afastamentos eventuais, formulados pelos membros do Ministério Público Estadual, exceção feita aos pedidos formulados pelos próprios membros da COGER. Os pedidos de afastamento que resultam em conversão em pecúnia são encaminhados ao Procurador-Geral

para decidir quanto ao pagamento. Foram deferidos os pedidos de afastamentos em 2020, conforme dados a seguir:

Tabela 14 - Afastamentos em 2020

	Período Deferido Procuradores	Período Deferido Promotores
Férias (períodos de 10,20 e 30 dias)	58	399
Férias Compensatórias (Recesso até 18 dias)	10	79
Compensatórias de Plantão	0	340
Licença Médica	9	46
Licença para acompanhar pessoa da família	0	8
Licença luto (até 8 dias)	0	9
Licença prêmio	0	1
Licença à gestante (art. 164, § 1º da Lei 416/2010)	0	1
Licença Maternidade (até 180 dias)	0	6
Licença Paternidade	0	5
Licença gala (até 8 dias)	0	4
Outros (reuniões, congressos, etc)	0	1

Tabela 15 - Atividades realizadas pela COGER, em 2019 e 2020

Atividade		2019	2020
Correições	Procuradorias de Justiça	-	31
	Entrância Inicial	24	17
	Entrância Intermediária	19	02
	Entrância Final	48	57
	Órgãos Auxiliares	-	02
Inspeções		09	07
Recomendações		05	07
Solicitações deferidas*		3005	976

Manifestações em pedidos de afastamento para capacitação funcional	119	-
Manifestações em pedidos de movimentação na carreira	71	71
Avaliação de promotores para titularização	21	-

*referentes a pedidos de férias, licenças e afastamentos eventuais, formulados pelos membros do MPMT.
Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

Tabela 16 - Atividades relacionadas ao controle disciplinar de membros, em 2020

		2019	2020
Reclamações disciplinares	Saldo ano anterior	7	4
	Instaurados	35	33
	Arquivados	38	35
	Em andamento	4	2
Sindicâncias	Saldo ano anterior	1	2
	Instaurados	9	0
	Arquivados	8	2
	Em andamento	1	0
Processos Administrativos Disciplinares	Saldo ano anterior	2	1
	Instaurados	2	0
	Arquivados	2	0
	Em andamento	2	1

Fonte: Corregedoria-Geral do MPMT

Durante o ano de 2020 diversas alterações nas normativas internas desta Instituição, relacionadas ao desenvolvimento da atividade-fim foram processadas pela Administração Superior, contando elas com a manifestação prévia deste Órgão Correicional.

Em algumas dessas ocasiões, inclusive, a iniciativa de modificação do regimento institucional adveio da própria Corregedoria, entendido que foi por ela, a partir da análise de dados estatísticos e constatações realizadas presencialmente, que ajustes em nossa legislação se faziam necessários para aprimorar a qualidade dos serviços executados pelos nossos membros.

Eis, então, as principais alterações realizadas mediante proposta do Órgão Correicional durante o ano de 2020:

- Alteração da Resolução nº 132/2017-CPJ, com a finalidade de estabelecer a não interrupção da distribuição de feitos durante os afastamentos de Procuradores de Justiça não especializados e, durante esses afastamentos sejam atendidos por outro titular da unidade, estabelecendo os critérios de substituições, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça com expedição da Resolução 195/2020;

- Alteração na Recomendação nº 02/2020-PGJ, sugerindo a revisão da regra no que tange à dispensa da utilização do sistema BAPRE durante este período de crise epidemiológica (art. 1º, alínea g). Pelo fato de os membros já estarem, na sua maioria, mais familiariza os com esta nova ferramenta eletrônica de registro, é possível que o restabelecimento da obrigatoriedade da utilização do Banco não constitua empecilho ao atendimento da orientação expedida pela Cúpula Ministerial visando ao enfrentamento dos efeitos da Covid-19 na saúde pública. Originou a Recomendação Conjunta nº 03/2020-PGJ/CGMP;

- Sugere que, em relação ao GEDOC n. 20.14.0001.0002792/2020-23, seja avaliada a possibilidade de propor ao órgão colegiado competente o estabelecimento da regra de que audiências administrativas aconteçam sob a forma virtual sempre que não houver possibilidade de comparecimento do depoente à sede do órgão onde o feito tramita, inclusive quando esse indivíduo residir em localidade não abarcada pelas suas atribuições, demandando que elas sejam feitas presencialmente, com expedição de carta precatória, apenas e tão somente quando houver efetiva necessidade;

- Considerando o desagrado de diversos Procuradores em relação à maneira como o Núcleo de Apoio para a Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores (**NARE**) tem funcionado, notadamente a partir da edição por essa douta Procuradoria-Geral do Ato Administrativo n. 834, em vigência desde o início de setembro do ano passado. A intenção desta Corregedoria, portanto, é sugerir ao Procurador-Geral que medidas que julgar convenientes sejam adotadas, analisando especialmente a possibilidade de as atribuições do NARE serem novamente pautadas naquele modelo mais colaborativo estabelecido pouco tempos atrás por esta Instituição.

- Pautada no exercício da bilateralidade e no espírito de pacificação, esta Corregedoria-Geral, visando à implantação de um instrumento de autocomposição em matéria disciplinar em relação aos membros deste Ministério Público, encaminhou ao Procurador-Geral proposta que dispõe sobre a transação disciplinar no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, como alternativa ao processo ou à sanção disciplinar nos casos de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo atribuídas aos seus membros.

- Ato nº 068/2020-PGJ/CGMP - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 066/2019-PGJ/CGMP, que regulamenta o plantão integrado das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. (Eventos Interinstitucionais)

- Ato nº 069/2020-PGJ/CGMP - Altera o Ato Normativo Conjunto nº 066/2019-PGJ/CGMP, que regulamenta o plantão integrado das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. (Horário do plantão, compensação e substituição de membros no plantão integrado)

Em 2020 houve 44 remoções e 27 promoções; em todas elas esta Corregedoria-Geral prestou informações ao Conselho Superior do MP/MT acerca da atuação funcional dos membros candidatos à mobilidade na carreira, seja ela remoção por permuta ou ainda remoção ou promoção por merecimento e antiguidade.

Realizaram-se, ainda, atividades decorrentes de demandas do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, referentes ao controle, por meio de Relatório de Interceptação Telefônica, Relatório Anual de Atuação Funcional, Relatório de Inspeção a Estabelecimentos Penais, Relatório de Visita a Estabelecimentos Institucionais da Infância, Instituições de Longa Permanência de Idosos e Instituições de pessoas em situação de rua, bem como da atuação funcional mensalmente analisada.

Foram remetidos, ainda, relatórios referentes ao Controle Externo da Atividade Policial, formulados a partir de inspeções realizadas nos estabelecimentos Militares Estaduais, Delegacias, órgãos de Perícia Técnica e Medicina Legal, e de Metas do ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública).

2.6.4. Atividades das Procuradorias de Justiça

Compõem os órgãos da Administração e Execução Programática do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e, além da atuação judicial em 2ª instância, dentre outras funções, as Procuradorias de Justiça exercem inspeção permanente no serviço dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público; fixam orientações não vinculativas de questões jurídicas, com remessa à Procuradoria-Geral de Justiça; bem como atuam administrativamente em questões funcionais e, no caso das Procuradorias Especializadas, de planejamento estratégico da área competente.

As atividades realizadas no ano de 2020, referentes à atuação em processos judiciais e extrajudiciais, estão contabilizadas nas tabelas a seguir:

Tabela 17 - Comparativo de algumas das atividades realizadas pelas Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais em 2019 e 2020

Movimento	2019	2020
Recurso-Agravo de instrumento-Contrarrazões/Contraminuta	323	284
Recurso - Agravo Interno-Contrarrazões/Contraminuta	140	220
Ciência - Arquivamento	6	13
Atestado de Pleno e Regular funcionamento	1	-
Ciência - Conflito de competência	2	1
Decisão Monocrática	115	231
Ciência - Declinação de competência	576	106
Deliberação em Órgão Colegiado	2453	2162
Ciência - Acordão Desfavorável	2314	2460
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Desfavorável	96	92
Recurso - Embargos de Declaração - Contrarrazões/Contraminuta	157	318
Recurso - Embargos de declaração - Razões	78	75
Ciência - Admissão de Recurso Especial	46	147
Despacho - Expedição de Documento	18	13
Ciência - Acordão - Extintiva pela prescrição	35	25
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva pela prescrição	32	18
Ciência – Acordão - Extintiva por outras causas	700	606
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Extintiva por outras causas	854	883
Ciência – Acordão - Favorável	11210	12463
Ciência – Decisão monocrática com julgamento de mérito - Favorável	386	690
Homologação de Arquivamento	2293	1949
Indeferimento de Instauração	1	

Despacho – Diligências - Inspeção / Vistoria	2	3
Recurso – Instrumento -Agravo - Razões	51	58
Interno (Art. 1.021 do CPC) – Agravo – Razões – Recurso	208	88
Interposição de Recurso	96	108
Sessão Judicial	47	198
Manifestação em 2º Grau	10014	9010
Manifestação em Tribunais Superiores	123	158
Manifestação Pela Não Intervenção	6124	3385
Manifestação	11692	10272
Não homologação de Arquivamento	37	39
Declinação de Atribuição - No mesmo Ramo	42	43
Despacho – Diligências -Notificação	6	1
Outras ciências	4965	10418
Declinação de Atribuição - Para outro Ramo	121	121
Ciência - Acordão - Parcialmente Favorável	1457	1403
Ciência - Decisão monocrática com julgamento de mérito - Parcialmente Favorável	12	26
Parecer Jurídico	1000	867
Arquivamento - Integral sem TAC - Com remessa ao Conselho Superior/Câmara	2	3
Recurso - Recurso especial -Contrarrazões/Contraminuta	574	593
Recurso - Recurso especial - Razões	113	184
Recurso - Recurso extraordinário - Contrarrazões/Contraminuta	339	212
Voto	2399	2105

Fonte: SAE e SIMP do MPMT

2.6.5. Atividades das Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são órgãos de administração e execução do Ministério Público, com atribuições finalísticas nas áreas judiciais e extrajudiciais, de competência especializada, geral ou cumulativa. Compostas pelos Promotores de Justiça e servidores que exercem serviços auxiliares, estão distribuídas em comarcas de entrâncias inicial, intermediária e final.

Ressalta-se que a Corregedoria-Geral do Ministério Público acompanha o lançamento desses dados no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), principalmente durante as correições, de modo a evitar distorções e garantir sua confiabilidade.

No ano de 2020, foram distribuídos 253.637 (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e sete) processos aos membros que atuam nas entrâncias inicial, intermediária e final, sendo 18,63% extrajudiciais e 81,37% judiciais. Já as atividades não procedimentais totalizaram 7.148 (sete mil cento e quarenta e oito) registros no ano, relativamente a metade do ano anterior, decorrente do fechamento das unidades devido à COVID-19.

Tabela 18 - Movimentos Extrajudiciais e Judiciais Privativos de Membros Ocorridos nos anos de 2019 e 2020

Ano	Total de Movimentos
2019	1.003.769
2020	685.071

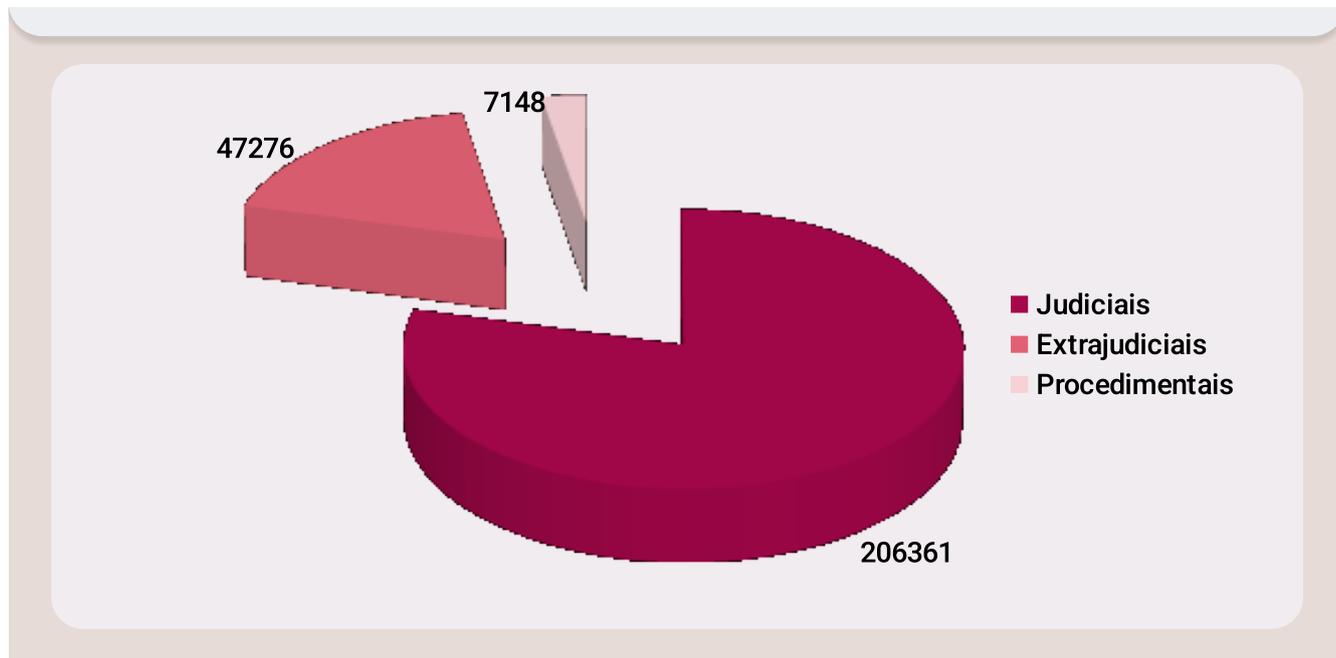
Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

Tabela 19 - Total de atividades não procedimentais de Promotores de Justiça de todas as entrâncias, registradas em 2019 e 2020

Atividade não procedimental	2019	2020
Reunião	3393	2063
Palestra	351	69
Outros	13288	7148
Total	17032	9280

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

Figura 3 - Gráfico do Total de processos distribuídos em 2020



Fonte: Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP

Tabela 20 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, entre os anos de 2019 e 2020

Movimentos – Entrância Inicial	2019	2020
Petições iniciais em geral	2.153	1.942
Denúncias	5.843	4.081
Arquivamentos	10.487	7.768
Razões e Contrarrazões de REC	1.869	1.555
Alegação Final	3.549	2.139
TAC	250	115
Representações	329	206
Sessões do Plenário do Júri Realizadas	161	56
Audiências	13.670	5.628
Portarias	845	1.251
Pedidos de progressão/regressão em PEP	381	316
Recomendações	287	506
Remissões ECA	408	199
Réplicas a Contestação	747	605
Requerimentos de Medida Protetiva	176	144
Inspeções e Vistorias	74	80
Audiências Públicas - proponente	8	4
Outros movimentos	174.824	135.035
Total	216.061	161.630

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

Tabela 21 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária, entre os anos de 2019 e 2020

Movimentos – Entrância Intermediária	2019	2020
Petições iniciais em geral	1.389	1.484
Denúncias	5.419	3071
Arquivamentos	9.116	5607
Razões e Contrarrazões de REC	1860	1795
Alegação Final	3683	2044
TAC	124	142
Representações	448	269
Sessões do Plenário do Júri	127	42
Audiências	13.658	4562
Portarias	717	819
Pedidos de progressão/regressão em PEP	491	571
Recomendações	208	475
Remissões ECA	430	142
Réplicas a Contestação	476	557
Requerimentos de Medida Protetiva	120	92
Inspeções e Vistorias	30	31
Audiências Públicas - proponente	7	0
Outros movimentos	140.740	97.604
Total	179.043	119.307

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT

Tabela 22 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2019 e 2020

Movimentos – Entrância Final	2019	2020
Petições iniciais em geral	2216	2169
Denúncias	18807	10720
Arquivamentos	26759	16795
Razões e Contrarrazões de REC	6939	5863
Alegação Final	14829	7863
TAC	357	170
Representações	1522	711
Sessões do Plenário do Júri	499	138
Audiências	45720	13.976
Portarias	2053	1425
Pedidos de progressão/regressão em PEP	1458	1932
Recomendações	323	604
Remissões ECA	1.370	583
Réplicas a Contestação	1429	857
Requerimentos de Medida Protetiva	784	492
Inspeções e Vistorias	148	79
Audiências Públicas - proponente	11	3
Outros movimentos	483.441	339.754
Total	608.665	404.134

Fonte: Sistema de Análise Estratégica – SAE/MPMT



03

ÁREA FINALÍSTICA



A partir das atribuições constitucionais da Instituição, do seu Planejamento Estratégico e da Resolução n.º 132/2017-CPJ, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso atua de forma especializada em 5 principais áreas, estruturadas a partir das Procuradorias de Justiça Especializadas, conforme demonstrado na Tabela 20.

O papel dessas Procuradorias de Justiça de modo a direcionar a atuação dos demais órgãos de execução nos rumos do Planejamento Estratégico, está evidenciado em suas atribuições, dentre as quais destaca-se: a recomendação de providências e o oferecimento de orientações, sem caráter normativo, aos órgãos de execução; a coordenação do Planejamento Estratégico na respectiva área, com a definição de indicadores de resultado, metas e diretrizes e; a proposição, ao Colégio de Procuradores

de Justiça, dos Planos de Trabalho Anuais, bem como os projetos deles decorrentes e seu acompanhamento. Além disso, passa pelas Procuradorias de Justiça Especializadas, com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a elaboração e coordenação de Programas de Capacitação e Treinamento para membros e servidores.

Tabela 23 - Total de movimentos realizados pelas Promotorias de Justiça de Entrância Final, entre os anos de 2019 e 2020

Área	Procurador(a) de Justiça
Cidadania e Consumidor	Dr. EDMILSON DA COSTA PEREIRA
Criminal	Dr. HÉLIO FREDOLINO FAUST (Corregedor-Geral, com prejuízo das atribuições na PJ Especializada)
Defesa da Criança e do Adolescente	Dr. PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
Defesa Ambiental e Ordem Urbanística	Dr. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE
Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público	Dr ^a ELIANA CÍCERO DE SÁ MARANHÃO AYRES CAMPOS

3.1. Cidadania e Consumidor

3.1.1. Atribuição

Nos termos da Resolução nº 132/2017-CPJ, incumbe à Procuradoria Especializada, em suma:

1. Coordenar o planejamento estratégico;
2. Apresentar ao CPJ o Plano de Trabalho Anual para a respectiva área de atuação;
3. Elaborar e submeter à decisão do CPJ eventuais projetos especiais;
4. Elaborar e coordenar Programa de Capacitação e Treinamento;
5. Estimular a atuação dos membros do Ministério Público em temas transversais ou na abordagem de questões regionalizadas;
6. Funcionar nos recursos judiciais das ações coletivas e nas demais relacionadas à área;
7. Fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Condutas, Notificações;
8. Instaurar procedimentos administrativos para levantamento de informações ou apuração de fatos que tenham repercussão regional ou estadual, para proteção, prevenção e reparação dos danos causados em bens jurídicos relacionados à Cidadania e Consumidor;
9. Recomendar providências e baixar orientações, sem caráter normativo, aos órgãos de execução.

3.1.2. Atuação

A Procuradoria Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor atua na defesa dos direitos relacionados ao consumidor e à cidadania, como saúde, educação, idoso, pessoa com deficiência e na proteção de outros direitos sociais, a exemplo da população em situação de rua e mobilidade urbana.

3.1.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada

3.1.3.1. Roteiros de atuação:

Em 2020, a Procuradoria Especializada elaborou os seguintes roteiros para auxiliar a atuação dos órgãos de execução:

- a) SUS - Aquisição Coletiva de Medicamentos;
- b) Enfrentamento à Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus;
- c) Implantação de Consultório Virtual na Atenção Primária à Saúde;
- d) Atuação do Ministério Público para a criação e acompanhamento de Fundos Públicos Municipais;
- e) Promoção da Igualdade no Setor Público;
- f) Segurança Alimentar e Nutricional;

3.1.3.2. Relatórios Mensais:

A Especializada produz e disponibiliza às Promotorias de Justiça que atuam na área, mensalmente, os seguintes relatórios:

- a) Relatório de Acompanhamento de TACs;
- b) Relatório de Resultados; (ver tópico “Iniciativas de destaque”)

3.1.3.3. Recomendações:

- a) Recomendação Conjunta nº 04/2020- PGJ/COGER/PJDCC Nota Técnica nº 04/2020-CDDF (CNMP) – Acompanhamento do censo hospitalar previsto na Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020;
- b) Recomendação nº 022/2020-PJDCC – Fiscalização do Programa Nacional de Imunização;
- c) Recomendação nº 023/2020-PJDCC - Definição das medidas de combate à

disseminação do Coronavírus;

d) Recomendação nº 024/2020-PJDCC – Efetividade do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID 19) do Ministério da Saúde;

3.1.3.4. Audiências Autocompositivas:

Foram realizadas, em 2020, três audiências autocompositivas pelas Central da Cidadania e Consumidor. (ver detalhes no tópico “Iniciativas de destaque”)

3.1.3.5. Propostas:

a) CI 018/2020 - Proposta ao CSMP para adequação da Resolução nº 52/2018-CSMP, que consolida as normas que disciplinam a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nos inquéritos civis e, demais procedimentos investigatórios, para a efetiva utilização das ferramentas autocompositivas, com vista à disseminação da cultura de pacificação; redução da litigiosidade; satisfação social; empoderamento social e ao estímulo de soluções consensuais;

b) CI 019/2020 - Proposta ao CSMP para adequação da Resolução nº 52/2018-CSMP, que consolida as normas que disciplinam a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nos inquéritos civis e, demais procedimentos investigatórios, quanto a possibilidade de arquivamento parcial dos inquéritos civis e demais procedimentos investigatórios;

c) CI 025/2020 - Proposta ao Procurador-Geral de Justiça para implantação de núcleos locais de Autocomposição no âmbito do MP/MT, objetivando maior interatividade entre a instituição e a sociedade na tentativa de conciliação das demandas relacionadas aos interesses coletivos;

d) CI 026/2020 - Proposta ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para regulamentação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, de novo modelo para aferição de resultados no trabalho dos membros de nossa instituição.

3.1.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 24 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Cidadania e Consumidor.



JUDICIAL			
AÇÕES AJUIZADAS			
2018	896		
2019	1.072		
2020	899		
SENTENÇAS			
	Favorável	Parc. Favorável	Desfavorável
2018	536	44	46
2019	497	45	43
2020	536	30	36
RECURSOS			
	Razões	Contrarrazões	
2018	81	147	
2019	93	194	
2020	98	142	

*2020, até o mês de novembro

3.1.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 25 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Cidadania e Consumidor.



ATUAÇÃO - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA				
2018-2020				
EXTRAJUDICIAL				
DEMANDAS (NOTÍCIAS DE FATO)				
	Recebidas	Inventário (estoque)	Resolut. sem IC/PP	Indeferidas
2018	6.433	-	1.012	591
2019	6.340	-	923	721
2020	4.788	1.119	481	651
INQUÉRITOS CÍVEIS / PREPARATÓRIOS				
	Instaurados	Inventário (estoque)	Resolutividade	Arquivados
2018	1.245	-	284	803
2019	740	-	208	682
2020	548	1.460	105	409
RECOMENDAÇÕES				
	Emitidas	Cumpridas	Não cumpridas	
2018	283	208	72	
2019	263	146	89	
2020	818	475	167	
AJUSTAMENTO DE CONDUTA (
		Encerrados		
	Celebrados	Cumpridos	Não cumpridos	
2018	243	185	33	
2019	183	141	20	
2020	123	78	16	
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO				
	Distribuídos	Inventário (estoque)		
2018	1.776	-		
2019	1.747	-		
2020	1.450	1.354		
INTERATIVIDADE				
	2018	2019	2020	
Audiências Públicas	9	12	2	
Reuniões	905	819	644	
Inspeções / Vistorias	514	367	164	
Audiências Autocompositivas	65	88	68	
Escutas Sociais	-	-	-	

*2020, até o mês de novembro

3.1.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada comparados aos dois anos anteriores

Tabela 26 - Dados produtividade extrajudicial Procuradoria de Justiça Cidadania e Consumidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradoria de Justiça Especializada
Cidadania e Consumidor

ATUAÇÃO - PROCURADORIA ESPECIALIZADA	
2018-2020	
EXTRAJUDICIAL	
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (Instauração)	
2018	15
2019	16
2020*	15
AUDIÊNCIAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO	
2018	4
2019	9
2020*	3

*até novembro

3.1.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça comparados aos dois anos anteriores

Tabela 27 - Dados produtividade judicial Procuradoria de Justiça Cidadania e Consumidor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradoria de Justiça Especializada
Cidadania e Consumidor

ATUAÇÃO - PROCURADORIA ESPECIALIZADA	
2018-2020	
JUDICIAL	
PARECERES	
2018	736
2019	656
2020*	831
RAZÕES DE RECURSOS	
2018	16
2019	24
2020*	25
CONTRARRAZÕES DE RECURSOS	
2018	61
2019	46
2020*	56

*até novembro

3.1.8. Iniciativas de Destaque

a) A Procuradoria Especializada realiza, mensalmente, a consolidação da atuação dos órgãos de execução; após consolidados, os dados são disponibilizados às Promotorias de Justiça que atuam na área, conforme demonstra consolidação referente ao mês de outubro de 2020:



DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO CIDADANIA - OUTUBRO/2020								
EXTRAJUDICIAL								
DEMANDAS (NOTÍCIAS DE FATO)								
	Recebidas		Inventário (estoque)		Resolutividade sem IC/PP		Indeferidas	
	Saúde	117	Saúde	1.537	Saúde	14	Saúde	21
	Pessoa Idosa	113	Pessoa Idosa	549	Pessoa Idosa	6	Pessoa Idosa	8
	Pessoa com Deficiência	12	Pessoa com Deficiência	227	Pessoa com Deficiência	2	Pessoa com Deficiência	-
	Educação	14	Educação	396	Educação	1	Educação	2
	Consumidor	12	Consumidor	539	Consumidor	5	Consumidor	3
INQUÉRITOS CÍVEIS / PREPARATÓRIOS								
	Instaurados		Arquivados		Em Andamento		Resolutividade	
	Saúde	13	Saúde	11	Saúde	6	Saúde	1
	Pessoa Idosa	4	Pessoa Idosa	1	Pessoa Idosa	-	Pessoa Idosa	-
	Pessoa com Deficiência	2	Pessoa com Deficiência	2	Pessoa com Deficiência	5	Pessoa com Deficiência	-
	Educação	2	Educação	8	Educação	1	Educação	2
	Consumidor	5	Consumidor	4	Consumidor	2	Consumidor	5
RECOMENDAÇÕES								
	Emitidas		Encerradas	5				
	Saúde	1	Cumpridas	3				
	Pessoa Idosa	3	Não cumpridas	2				
	Pessoa com Deficiência	1						
	Educação	-						
	Consumidor	-						
AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)								
	Celebrados		Reparação de dano	R\$ 480,00	Encerrados	-		
	Saúde	2			Cumpridos	-		
	Pessoa Idosa	-			Não cumpridos	-		
	Pessoa com Deficiência	5						
	Educação	1						
	Consumidor	1						
	Outros							
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO								
		Registrados		Andamento	43	Finalizados	143	
	Indiv. Indisponíveis							
	Acomp. de Instituições	11						
	Acomp. de Políticas Públicas	11						
	Acompanhamento de TAC	2						
	Atividades não sujeitas a IC	10						
	COVID-19 (cumulativo)							
	Recomendação 022/2020 (cumulativo)	25						
INTERATIVIDADE				PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO				
	Audiências Públicas	-		Plano Estadual e Municipal de Saúde - Atenção Básica		C/ movimento Plano de Ação	2	
	Reuniões	38		Plano Municipal de Saúde - Ações e Prioridades			1	
	Inspeções / Vistorias	21		Rede Básica de Saúde: Incentivo a prática de solução consensual			2	
	Audiências Autocompositivas	5		Rede Básica de Saúde: Incentivo à atuação integrada			1	
	Escutas Sociais	-		Saúde Preventiva			2	
	Audiências de Autocomposição PJDC	-						

JUDICIAL						
	Coletivas		Individuais		Outros (Execução, etc)	
	Ações ajuizadas	Saúde	4	Saúde	28	Saúde
Pessoa Idosa		1	Pessoa Idosa	31	Pessoa Idosa	-
Pessoa com Deficiência		-	Pessoa com Deficiência	2	Pessoa com Deficiência	-
Educação		3	Educação	-	Educação	-
Consumidor		-	Consumidor	-	Consumidor	-
Sentenças	Favorável		Parcialmente Favorável		Desfavorável	
	Saúde	27	Saúde	-	Saúde	3
	Pessoa Idosa	12	Pessoa Idosa	-	Pessoa Idosa	-
	Pessoa com Deficiência	2	Pessoa com Deficiência	-	Pessoa com Deficiência	-
	Educação	2	Educação	-	Educação	-
Consumidor	1	Consumidor	-	Consumidor	-	
Recursos	Razões		Contrarrazões			
	Saúde	6	Saúde	7		
	Pessoa Idosa	1	Pessoa Idosa	1		
	Pessoa com Deficiência	-	Pessoa com Deficiência	-		
	Educação	-	Educação	-		
Consumidor	1	Consumidor	1			

Fonte SIMP

b) A Especializada da Cidadania e Consumidor realiza, também mensalmente, a consolidação dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados e expede uma Nota Técnica com apontamentos sobre os referidos ajustes, que é encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral e às Promotorias de Justiça que atuam na área;

c) A Procuradoria Especializada da Cidadania e Consumidor coordena, nos termos da Resolução nº 144/2018-CPJ, a Central de Autocomposição da Cidadania e do Consumidor, atuando em procedimentos referentes a demandas coletivas em trâmite nas Promotorias de Justiça. No período de 2018 a 2020 (novembro) foram realizadas 16 audiências autocompositivas;

d) A Procuradoria Especializada desenvolveu o Ementário CSMP, atualizado mensalmente, que contém as ementas destacadas pela Procuradoria em procedimentos investigatórios submetidos à análise do Conselho Superior do Ministério Público. O Ementário está à disposição das Promotorias de Justiça, em pasta compartilhada via *onedrive*;

e) A Especializada fomentou a criação do grupo CIVITATE, composto exclusivamente por servidores que assessoram as Promotorias de Justiça que atuam na área, com o objetivo de ampliar a interatividade comunitária, pelos meios de comunicação disponíveis, contribuindo para definição das prioridades institucionais, subsidiando o planejamento estratégico e compartilhando as ações e os resultados alcançados com a intervenção do Ministério Público. Além da utilização dos canais internos de comunicação, o grupo se reúne mensalmente, via aplicativo *Teams*;

3.2.1. Atribuição

A Procuradoria Criminal Especializada tem por Missão coordenar o Planejamento Estratégico para a área criminal do MPMT e fiscalizar a aplicação da lei penal, atuando nos feitos que envolvam o crime organizado no Estado de Mato Grosso.

Suas atribuições envolvem processos e atividades nas áreas extrajudicial, judicial e de gestão.

Na área de gestão cabe à PCE a participação na elaboração do PEI e do Plano de Trabalho Anual (PTA), elaborando o relatório de acompanhamento do PEI e os Relatórios de Gestão anual.

Na área extrajudicial cabe à PCE, a representação do MPMT em outras instituições, a promoção de capacitações e a participação em reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça.

Na área judicial, a finalística, a PCE manifesta-se em todos os processos que tramitam junto às Câmaras Criminais Reunidas e as respectivas sessões daquele órgão do Tribunal de Justiça, bem como nos recursos das decisões da Vara Especializada Contra o Crime Organizado da Capital e nos *Habeas Corpus* impetrados contra atos praticados por aquele juízo, promovendo, inclusive os recursos a Tribunais superiores que se façam necessários. Igualmente representa o MPMT nas sessões de julgamento das Câmaras Criminais Reunidas.

A atuação do Ministério Público na área criminal visa a processar as pessoas que cometem crimes, por meio da ação penal pública. Os delitos contra a vida, contra o patrimônio, o crime organizado e o tráfico de drogas estão entre os principais alvos da Instituição.

3.2.2. Atuação

A área criminal é o campo de atuação mais tradicional e típico do Ministério Público. Sua atuação desperta, desde tempos imemoriais, o interesse da sociedade, já que onde há sociedade há crime. A responsabilização e a punição dos indivíduos que cometem crimes, realiza-se mediante a utilização da Ação Penal Pública.

A atuação do Ministério Público na área criminal, abrange uma série de atribuições tais

como: atuação no combate ao crime organizado; combate às organizações criminosas que atuam no sistema prisional, ao tráfico de entorpecentes, à pirataria, ao contrabando dentre outros. Supervisão e fiscalização das investigações feitas pela polícia, por meio da análise dos inquéritos; atuação perante o Tribunal do Júri; desenvolvimento de investigações próprias em crimes de grande interesse coletivo/social; elaboração e encaminhamento das denúncias de crimes aos magistrados atuantes nas Varas Criminais; acompanhamento e instrução de processos criminais, emissão de pareceres, arrazoados e recursos em matérias criminais; bem como a atuação em casos criminais de menor potencial ofensivo que envolvam transações penais.

3.2.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada

A Procuradoria Criminal Especializada recebeu, no ano de 2020 e até a presente data, 1137 processos criminais e emitiu, de acordo com os registros do sistema SIMP, várias manifestações que incluem Pareceres, Razões e Contrarrazões de Recursos, dentre outras, como pedido de diligências e ciências.

Obs. O quantitativo de processos recebidos pela Procuradoria Criminal Especializada revela-se, por vezes, inferior àquele recebido pelas demais Procuradorias Criminais, dada à própria especialidade os reveste. Cuida-se de feitos especialmente complexos, vez que provenientes de ações, recursos e incidentes da Vara Especializada de Combate ao Crime Organizado, Crimes Tributários e Crimes contra a Administração Pública, nos quais há, geralmente, a imputação de múltiplos crimes em concurso e multiplicidade de acusados. Essas características exigem, maior dispêndio de tempo na confecção das minutas dos Pareceres, Contrarrazões e Recursos.

De outra parte, impõe registrar, que, os recursos especiais e extraordinários, das decisões do TJ local, por questões de acompanhamento das questões submetidas à especializada, são interpostos no âmbito do próprio gabinete.

3.2.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 28 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Criminal.

Movimento	2018	2019	2020
Petições Iniciais em Geral	245	301	214
Denúncia	20.714	21.406	10.269
Arquivamento	13.178	13.931	6.560
Razões e Contrarrazões de REC	6463	7.393	5643
Alegação Final	12.324	13.252	5361
TAC	6	2	1
Representações	11	12	5
Sessões Plenário do Júri realizadas	770	769	148
Audiências	47.570	43.762	11.549
Portarias	84	73	110
Pedido de Progressão e regressão em PEP	2.695	2.320	2.414
Recomendações	18	13	19
Remissões ECA	10	19	8
Réplicas à Contestação	183	496	311
Req. Medida Protetiva	11	16	6
Inspeções e Vistorias	6	34	1
Audiências Públicas - Proponente	0	0	0
Total parcial	104.288	103.799	42617
Outros Movimentos	350.060	348.884	200.163
TOTAL	454.348	452.683	242.782

Fonte SAE-MPMT

3.2.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 29 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Criminal.

Atividade	2018	2019	2020
Reuniões	1.153	1.350	411
Palestras	85	147	17
Outros	4.787	8.082	3885
Total	6.025	9.579	4.313

3.2.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 30 - Dados produtividade extrajudicial Procuradoria de Justiça Criminal.

Atividade	2018	2019	2020
Participação em reuniões do CPMP	1 vez ao mês	1 vez ao mês	1 vez ao mês
Representação do MP nas Sessões de Julgamento das Câmaras Criminais Reunidas	1 vez ao mês	1 vez ao mês	1 vez ao mês
Reuniões – assuntos diversos	Não contabilizadas	Não contabilizadas	11
Total	12	12	23

3.2.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada, comparados aos dois anos anterior

Tabela 31 - Dados produtividade judicial Procuradoria de Justiça Criminal.

Processos Judiciais	Atividades	Quant. 2018	Quant. 2019	Quant. 2020
Incidentes	Conflitos de Jurisdição	99	37	41
	Desaforamentos	11	25	17
	Exceções de Impedimento	2	2	-
	Exceções de Suspeição	6	4	1
	Conflitos de Competência	-	49	-
	Incidentes de Uniformização	2	-	3
Medidas garantidoras	Medida Cautelar Inominada	2	-	-
	Habeas Corpus	188	299	457
Processo Esp.leis esparsas	Mandado de Segurança	87	124	125
Processo Criminal	Petições	11	23	-
Recurso	Agravos de Execução	-	2	-
	Apelação Criminal	169	203	107
	Agravos em REsp	-	-	-

				3
	Embargos de Declaração	6	4	-
	Embargos Infringentes e de Nulidade	25	25	9
	Recursos em Sentido Estrito	16	7	-
	Recursos Especiais	3	5	1
	Recursos Extraordinários	2	-	1
	Revisões Criminais	143	135	370
	Total Geral - Entradas	682	944	1.135

3.2.8. Iniciativas de Destaque

Procuradoria Criminal Especializada, ofertou, nos dias 05 e 06.03.2020, aos Membros do Ministério Público, evento em que foram apresentados e debatidos temas diversos com a finalidade proporcionar aos Promotores e Procuradores de Justiça o mais alto ponto do conhecimento técnico, com vistas ao fortalecimento do desempenho de suas funções.

O evento dividiu-se em 06 (seis) painéis conforme o abaixo discriminado:

1. A prisão imediata no Júri e alterações na Prisão Preventiva;
2. Acordo de não Persecução penal e Arquivamento do Inquérito Policial;
3. Cadeia de Custódia na prova e Medidas Assecuratórias;
4. Juiz das Garantias;
5. Pena de Multa, Fiscalização do Acordo de Não Persecução Penal e Alterações da LEP;
6. Pacote Anticrime e seus Reflexos no Código Penal e Legislação Penal Extravagante.

3.3. Infância e Juventude

3.3.1. Atribuição

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente foi criada pela Resolução n.º 009/2008 – CPJ visando dar mais eficiência às ações do Ministério Público na defesa, principalmente, dos direitos fundamentais infante juvenis, tendo como norte uma unificação, em segundo grau, dos recursos oriundos da área meta individual, entre outros.

Assim desde a sua criação esta Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente visa buscar a melhor forma de exercer suas atribuições de modo a contribuir de forma eficaz e efetiva como órgão do Ministério Público.

3.3.2. Atuação

A atuação judicial desta Procuradoria foi pautada na emissão de pareceres e manifestações nos processos recebidos, bem como, na interposição de recursos e incidentes processuais objetivando a efetiva prestação jurisdicional na proteção de crianças e adolescentes.

Temos por escopo sermos gestores de atos e planejamentos que permitam uma linguagem de vanguarda, fincada num Planejamento Estratégico pensado por todos, numa atuação com perfil de transformação, visando enfrentar a origem dos fatos que fragilizam a implementação das regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3.3. Balanço geral da atuação da Procuradoria Especializada

O presente relatório objetiva informar as atividades realizadas durante todo o ano de 2020 na busca do cumprimento integral das atribuições para que foi criada.

Além da questão judicializada, a Procuradoria Especializada, através de suas atribuições, apesar de temporariamente impossibilitada de continuar nos atendimentos presenciais, mas sempre avessa à omissão Institucional e atenta às ferramentas disponíveis pela tecnologia, promoveu: reuniões, atendimentos e medidas no enfrentamento à pandemia do COVID-19, no limite das atribuições e foco desta Especializada; em comemoração aos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizou uma *webinar* e participou de mais três; lançou nova fase do

Projeto “Prevenção começa na Escola”, com a divulgação de vídeos orientativos sobre diversos temas envolvendo o público infante juvenil, dentre outras ações que fortaleceram a doutrina da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos Tratados que o Brasil é signatário. Nessa linha de capacitação, incluímos os membros, servidores, estagiários, colaboradores e demais segmentos da sociedade mato-grossense, que atuam direta ou indiretamente na causa da infância e juventude.

3.3.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 32 - Dados produtividade judicial Promotorias de Justiça Infância e Juventude.

Movimento	2018	2019	2020
Petições Iniciais em Geral	1454	1590	1.054
Denúncia	3	1	0
Arquivamento	4690	4371	2.401
Razões e Contrarrazões de REC	350	524	309
Alegação Final	1801	1880	693
TAC	25	18	11
Representações	1986	2281	1.175
Audiências	6.565	7.551	2.246
Portarias	570	271	116
Recomendações	68	198	61
Remissões ECA	1849	2182	910
Réplicas à Contestação	376	542	201
Requerimento de Medida Protetiva	711	967	623
Inspeções e Vistorias	23	55	13
Audiências Públicas - Proponente	5	5	0
Total parcial	20.477	22.436	9806
Outros Movimentos	74.982	84.581	46.268
TOTAL	95.459	107.017	56.081

3.3.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 33 - Dados produtividade extrajudicial Promotorias de Justiça Infância e Juventude.

Atividade	2018	2019	2020
Reuniões	359	419	313
Palestras	62	100	13
Outros	339	1025	350
Total	760	1544	676

3.3.6. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

3.3.6.1. Área Infracional

a) Quantitativo por recurso/ação:

Apelações = 108

Habeas Corpus = 30

Agravo de Instrumento = 11

Contrarrazões de Agravo Interno = 03

b) Quantitativo por assunto:

Roubo (simples, majorado, latrocínio) = 62

Extinção pela maioria = 14

Lei de Drogas (tráfico, posse, associação para o tráfico) = 22

Homicídio (simples ou qualificado) = 35

Furto (simples ou qualificado) = 07

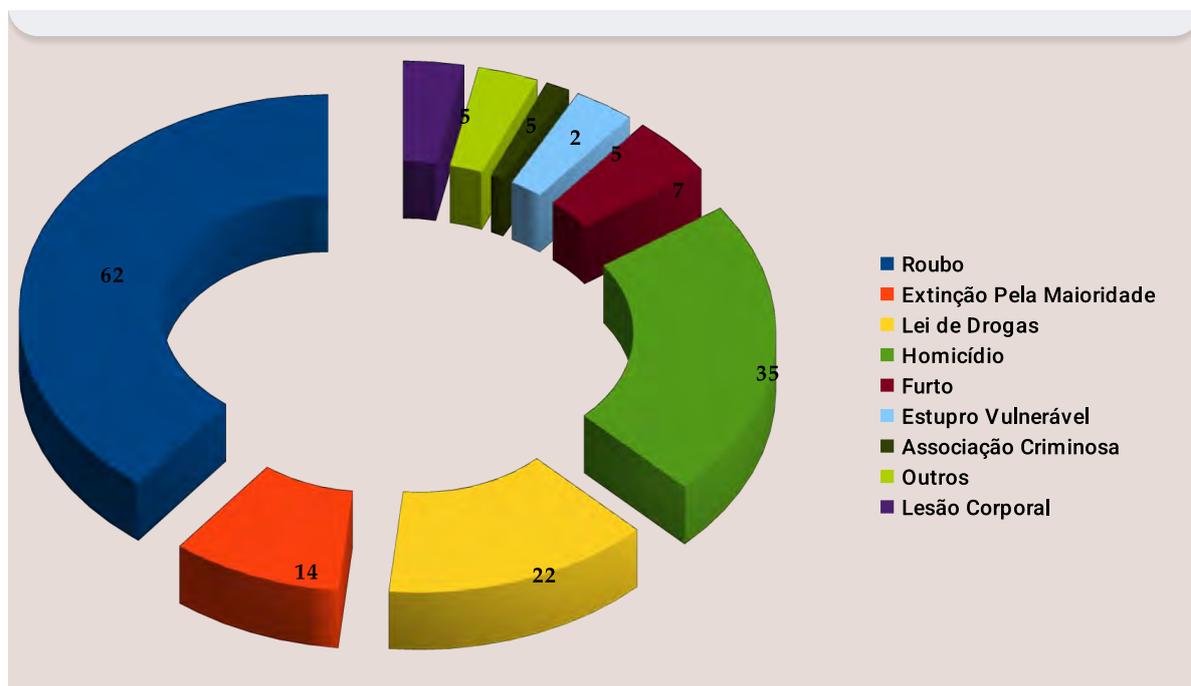
Estupro de vulnerável = 05

Associação criminosa = 02

Lesão corporal = 05

Outros (injúria, porte ilegal de arma) = 05

Figura 4: Gráfico quantitativo Por Assunto de Manifestações Judiciais na Área Criminal



3.3.6.2. Área Cível

a) Quantitativo por recurso/ação:

Apelações = 309

Apelação e Reexame Necessário = 54

Reexame Necessário = 103

Agravo de Instrumento = 214

Mandado de Segurança = 02

Conflito de Competência = 10

Agravo Interno = 81

Contrarrazões de Agravo Interno = 13

Embargos de Declaração = 11

Contrarrazões de Embargos de Declaração = 20

Ação Rescisória = 02

Habeas Corpus = 04

Petição = 02

Exceção de suspeição = 01

Recurso Especial = 20

Contrarrazões de Recurso Especial = 17

Recurso Extraordinário = 08

Contrarrazões de Recurso Extraordinário = 02

b) Quantitativo por assunto:

Medicamentos = 118

Tratamento de saúde (*home care*, exames, procedimento cirúrgico, consultas, insumos, desintoxicação, vagas em UTI, vacina, cadeira de rodas) = 278

Infração Adm. (bebidas alcoólicas, jogos, festas, boates, alvará) = 16

Educação (vaga ou acesso à escola ou creche, transporte) = 61

Construção ou reforma de Centro Socioeducativo, Escola, Casa Lar/Abrigo = 11

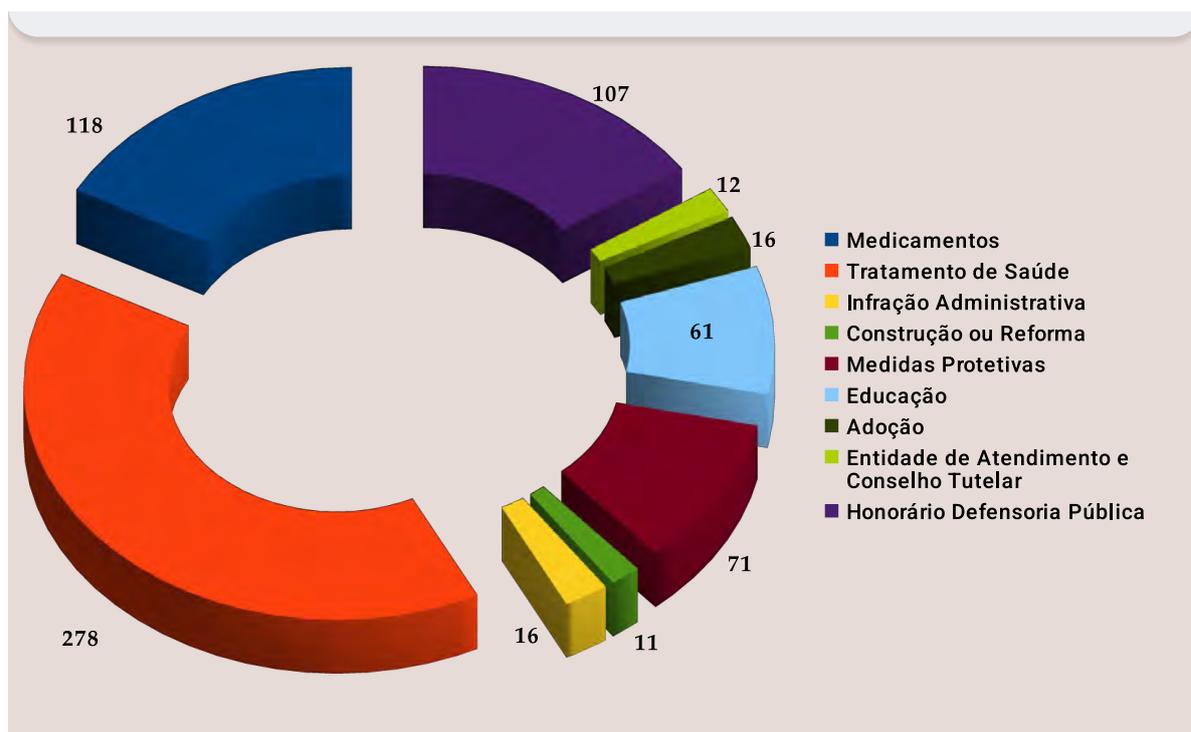
Medidas Protetivas (guarda, busca e apreensão, criança em situação de risco, destituição e suspensão do poder familiar) = 71

Adoção = 16

Entidade de Atendimento e Conselho Tutelar = 12

Honorários para a Defensoria Pública = 107

Figura 5: Gráfico quantitativo por assunto da Atuação Judicial Cível



3.3.6.3. Total de Recursos Julgados no Tribunal de Justiça

Tabela 34 - Total de Recursos Julgados no TJ-MT

Recursos Julgados no Tribunal de Justiça no ano de 2020	
Favoráveis ao Parecer	929
Desfavoráveis ao Parecer	69
Parcialmente Favoráveis ao Parecer	86
Extintiva Pela Prescrição ou por outras causas	76
TOTAL	1160

3.3.7. Iniciativas de Destaque

3.3.7.1. Projeto “Prevenção começa na Escola”:

Depois de atender mais de 2500 crianças e adolescentes em bairros periféricos de Cuiabá e mais de 1600 em Várzea Grande e percorrer 29 municípios do interior do Estado de Mato Grosso, atingindo aproximadamente **20.880** crianças, o Projeto “Prevenção começa na Escola”, tomou nova roupagem, em razão da pandemia do COVID-19, com a produção de 10 (dez) vídeos orientativos e preventivos, voltados ao público escolar em geral e acessíveis por meio da Internet.

Os 10 vídeos produzidos tratam de temas de importante relevância social, visando a orientação e reflexão no combate ao *bullying*, abuso sexual infantil, depressão, suicídio, gravidez na adolescência, *nudes*, álcool e drogas, adoção de crianças maiores de 6 anos, respeito à diversidade de gênero e Covid-19.

Assim, a Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, com colaboração do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, realizou, no dia 05 de novembro de 2020, às 15h, uma *Webinar* interna, para o lançamento dos 10 vídeos orientativos e pedagógicos do Projeto “Prevenção Começa na Escola”, tendo por público alvo os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, chefes dos Poderes Executivo Estadual e Municipal, os Secretários Estadual e Municipal de Educação, Magistrados, Defensores Públicos, Delegados de Polícia e demais autoridades que atuam na infância e juventude, conselheiros tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos de Educação Estadual e Municipal e a Cia VOSTRAZ de teatro.

3.3.7.2. Participação na webinar “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios”:

O titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente participou da *webinar* “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios”, organizada pela Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso – ESDEP, falando sobre o tema “A política da prioridade absoluta da criança e do adolescente”, evento transmitido via plataforma *Google Meet*, no dia 13 de julho de 2020.

Figura 06: *Webinar* “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios



3.3.7.3. *Webinar* “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conquistas e desafios: Reflexões”:

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente promoveu, no dia 27 de julho de 2020, com o apoio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAO da Infância e Juventude e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, a *webinar* “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conquistas e desafios: Reflexões”, evento transmitido ao vivo via plataforma do *Youtube*.

3.3.7.4. Participação na *webinar* “Importância do sistema socio-educativo e chamamento dos aprovados no concurso/2018”:

O titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente

participou, no dia 14 de agosto, da *webinar* “Importância do sistema socio-educativo e chamamento dos aprovados no concurso/2018”, organizada pelo jornalista Muvuca.

3.3.7.5. Participação na *webinar* “Programa Mato Grosso em Debate. Direito, Justiça e Sociedade”:

O titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente participou da *webinar* “Programa Mato Grosso em Debate. Direito, Justiça e Sociedade, organizada pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, falando sobre o tema “Medidas socioeducativas em meio fechado – o caminho para a concretização de direitos sociais conquistados”, no dia 22 de agosto de 2020, transmitida via plataforma do *Youtube*.

3.4. PATRIMÔNIO PÚBLICO

3.4.1. Atribuição

A Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público teve sua composição e atribuições definidas pela Resolução n.º 132/2017 – CPJ, tendo por finalidade, dentre outras constantes neste instrumento normativo, a coordenação de ações para definição de metas e diretrizes do Ministério Público, bem como, o acompanhamento dos resultados obtidos na respectiva área de atuação.

3.4.2. Atuação

A atuação judicial desta Procuradoria foi pautada na emissão de pareceres e manifestações nos processos recebidos, bem como, na interposição de recursos e incidentes processuais objetivando a efetiva prestação jurisdicional no combate à improbidade administrativa e na defesa do Patrimônio Público no âmbito do Tribunal de Justiça. Destacamos ainda o controle realizado para acompanhamento dos resultados obtidos em 2º grau, bem como, a análise da viabilidade de recursos aos Tribunais Superiores.

3.4.3. Balanço Geral da atuação da Procuradoria de Justiça Especializada da Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público

Na área extrajudicial, foram realizados os acompanhamentos das medidas afetas à área da Defesa do Patrimônio Público e combate à improbidade administrativa, tais como: acompanhamentos dos Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios instaurados no âmbito das Promotorias de todo o Estado; fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta homologados pelo Conselho Superior do Ministério Público e ainda, a operacionalização do Convênio firmado entre o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, visando facilitar uma atuação integrada, mediante a manutenção de um canal aberto e permanente de comunicação e troca de informações, no sentido de proteção da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público.

3.4.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 35 – Produtividade das Promotorias de Justiça - Área do Patrimônio Público (Judicial)

	2018	2019	2020
Petição Inicial	421	483	375
Denúncia	0	2	4
Razões e Contrarrazões de Recurso	358	518	407
Alegações Finais	183	306	67
Audiência	1121	1001	478
Réplica a Contestação	294	361	318
Total	2377	2671	1649

Fonte: SAE – Sistema de Análise Estratégica – *Business intelligence* e SIMP

3.4.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 36 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Área do Patrimônio Público (Extrajudicial)

	2018	2019	2020
Notícia de fato	770	1211	7978
TAC	88	151	92
Representações	0	2	0
Arquivamento	3389	3401	2603
Portarias	1081	1052	981
Recomendações	225	224	229
Inspeções e vistorias	22	19	11
Reunião	319	433	259
Aud. Pública Proponente	0	2	0
Palestra	7	8	12
Outros	80	284	70

Fonte: SAE – Sistema de Análise Estratégica – *Business intelligence* e SIMP

3.4.6. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

Tabela 37 - Total de Demandas Processual em 2º Grau.

Demanda Processual em 2º Grau:	
Nº Processos Remanescentes de 2019	57
Nº Processos Recebidos em 2020	731
Nº Processos Devolvidos em 2020	674

Fonte: Relatório de Distribuição e Produtividade do Sistema SIMP.

Tabela 38 - Total de Movimentações/Atividades Processuais.

Totalização das Movimentações/Atividades Processuais:	
Tipo de Atividade	Quantidade
Manifestações	290
Contrarrazões	337
Contestação	5
Recursos Interpostos/Ações Incidentes/Ações Autônomas	14
Ciências	516

Fonte: Relatório de Distribuição e Produtividade do Sistema SIMP.

Tabela 39 - Total de Pareceres em Recursos/Ações

Pareceres em Recursos/Ações:	
Tipo de recurso	Quantidade
Exceção de Suspeição	1
Apelação e Apelação com Reexame Necessário	111
Agravo	154
Remessa Necessária	13
Ação Rescisória	5
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	1

Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP.

Tabela 40 - Total de Recursos Interpostos/Ações Incidentes e Ações Autônomas

Recursos Interpostos / Ações Incidentes / Ações Autônomas	
Tipo de recurso	Quantidade
Embargos (Declaratórios, Infringentes)	1
Contrarrazões em Embargos (Declaratórios, Agravo Interno)	137
Agravo Interno	2
Recurso Especial e Extraordinário	5
Contrarrazões em Recurso Especial e Extraordinário	116

Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP.

Tabela 41 - Total de Resultados Obtidos em 2º Grau

Resultados obtidos em 2º grau, em 2020			
Resultado/ Natureza	Apelação	Agravos	Outros
De acordo com o parecer	113	123	22
Contra o parecer	29	18	1
Parcialmente de acordo com o parecer	28	11	0

Fonte: Relatório de Produtividade do Sistema SIMP.

Tabela 42 - Total de Resultados Obtidos em 2º Grau em relação aos dois anos anteriores.

Resultados obtidos em 2º grau, em 2018-2020:									
Ano	2018			2019			2020		
Resultado/ Natureza	Apelação	Agravo	Outro	Apelação	Agravo	Outro	Apelação	Agravo	Outro
De acordo com o parecer	46	18	62	64	172	44	113	123	22
Contra o parecer	32	5	16	14	31	7	29	18	1
Parcialmente de acordo com o parecer	16	3	14	15	22	3	28	11	0

Fonte: Planilhas detalhadas de controle de entrada, saída e atividades realizadas, mantido pela Procuradoria Especializada.

Tabela 43 - Estatística sobre o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta.

Situação/Ano	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL 2016-2020
Total de TACs firmados/homologados	67	64	186	164	85	566
TACs cumpridos	22	35	37	72	36	202
TACs em andamento	7	45	143	74	41	310

Fonte SIMP - MPMT

Tabela 44 - Demonstrativo Notícias de Fato, ACP's e Sentenças do Ano de 2020

Natureza	Comarca	Total
Notícias de fato	Todas	847
Notícias de fato	Capital	177
ACP's ajuizadas	Todas	4
ACP's ajuizadas	Capital	2
ACP's sentenciadas	Todas	125
Sentenças favoráveis	Todas	41
Sentenças desfavoráveis	Todas	38
Sentenças parcialmente favoráveis	Todas	20
Sentenças extintivas	Todas	26

3.4.7. Iniciativas de Destaque

3.4.7.1. Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do MP destina mais R\$ 275 mil

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público de Cuiabá, viabilizou a destinação de novos recursos para ações de enfrentamento ao novo coronavírus. Desta vez, foram repassados R\$ 275 mil, obtidos em um Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela 9ª Promotoria de Justiça Cível da Capital. No final da manhã desta terça-feira (07), o MPMT obteve da Secretaria de Estado de Fazenda a confirmação do depósito.

No início do mês, a 13ª Promotoria de Justiça Cível, também do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, destinou R\$ 250 mil para o mesmo fim. A viabilização de recursos oriundos de acordos judiciais e extrajudiciais para combate à pandemia da Covid-19 atende a recomendação da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, expedida em 24 de março.

3.4.7.2. MP aciona prefeito e pede afastamento de secretário por improbidade

A Promotoria de Justiça da comarca de Araputanga (a 345km de Cuiabá) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa contra o prefeito municipal, Joel Marins de Carvalho, o secretário de Administração, Finanças e Planejamento, Luis Carlos Henrique, e a empresa L7 Produções e Filmagens, na sexta-feira (17). O MPMT requer liminarmente o afastamento do secretário, a indisponibilidade de bens na ordem de R\$ 1.722.435 do prefeito e de R\$ 715.668 do secretário, bem como a suspensão do contrato firmado entre Joel Marins de Carvalho e a L7 Produções e Filmagens no tocante à publicidade institucional realizada em favor do Município de Araputanga.

3.4.7.3. Estratégias para evitar abusos em época de pandemia são definidas

Com foco na prevenção para evitar abusos nas contratações públicas em situação de emergência em todo o Estado, 70 promotores de Justiça que atuam na defesa do Patrimônio

Público e da Probidade Administrativa em Mato Grosso participaram no dia 29 de abril de 2020, de uma videoconferência para definição de estratégias de atuação. O encontro foi conduzido pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, e pelo promotor Marcos Brant Gambier Costa, coordenador do Centro de Apoio Operacional da referida área.

Entre as deliberações, está a criação de um banco de dados no âmbito do Ministério Público com informações sobre os valores de insumos e equipamentos da saúde em nível nacional e regional. A medida busca estabelecer um parâmetro dos preços praticados para que ao final da pandemia, os membros da instituição tenham condições de analisar e materializar eventuais superfaturamentos. A pesquisa será realizada pelo Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI) e os dados sistematizados pelo setor responsável pelas perícias.

3.4.7.4. MP adita termo e destina quase R\$ 7 milhões para Fundo Estadual de Saúde

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Cuiabá, firmou aditivo a um termo de acordo de leniência que assegura a antecipação de R\$ 6.812.500,00 para enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Desse montante, R\$ 3.974.800,00 serão destinados à aquisição de uma UTI aérea para remoção de pacientes que necessitem de atendimentos de alta complexidade em Mato Grosso. O restante, equivalente a R\$ 2.837.700,00, será depositado na conta do Fundo Estadual de Saúde.

3.4.7.5. MPMT recomenda atenção às contratações diretas em Cuiabá e no Estado

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da Capital, recomendou ao Estado e ao Município de Cuiabá que determinem às respectivas controladorias gerais a verificação dos processos de dispensa de licitação e das contratações diretas, para atestar que realmente se enquadram como emergenciais ou de calamidade pública. Conforme a notificação recomendatória, a Lei Federal que estabelece hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação permite que isso ocorra apenas para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

No documento, os promotores de Justiça inclusive apontam diversos critérios que

deverão ser observados pela administração pública como, por exemplo, que a dispensa de estimativas de preço ocorra excepcionalmente mediante justificativa da autoridade competente e que os contratos firmados tenham prazo máximo de seis meses ou enquanto perdurar a pandemia da Covid-19. Na notificação, o MPMT recomendou ainda que o Controle Interno do Estado e do Município verifiquem se foram declarados nulos pelos gestores públicos os processos de dispensa de licitação em casos não previstos na legislação, bem como que fiscalizem a publicação no Portal Transparência das contratações e aquisições excepcionais.

3.4.7.6. Live MP e Você - Transparência de repasses e contratações é grande desafio na pandemia

O promotor de Justiça Marcos Brant Gambier Costa, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Patrimônio Público e do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) - Regional de Barra do Garças, e o procurador-geral de Contas de Mato Grosso, Alisson Carvalho de Alencar, falaram sobre a “Fiscalização de recursos públicos durante a pandemia da Covid-19”, nesta terça-feira (23). Os convidados da *live* realizada pelo projeto “MP e Você” destacaram o trabalho que vem sendo realizado no estado e apontaram os desafios para uma fiscalização efetiva.

De acordo com Marcos Brant Gambier Costa, a grande dificuldade está em fazer valer o princípio da transparência, uma vez que a atuação do Ministério Público Estadual (MPMT) e do Ministério Público de Contas (MPC) depende do acesso à informação por meio da alimentação dos portais Transparência pelo poder público. “A grande dificuldade é esse acompanhamento, conseguir fiscalizar o maior número de portais da Transparência dos municípios e acompanhar a execução das verbas, fazer valer os princípios da publicidade e da transparência para que tenhamos acesso aos dados”, disse.

Para o promotor de Justiça, o grande empecilho a ser travado é fazer com que os gestores públicos disponibilizem dados acessíveis não somente ao Ministério Público, como também à sociedade. “A maior dificuldade tem sido no sentido de ter acesso à informação, o que é fundamental para que possamos fiscalizar. Sem esse acesso não temos condições de fiscalizar”, reiterou. Ainda sobre esse desafio, o procurador de contas Alisson Carvalho de Alencar lembrou que a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, conhecida como Lei do Coronavírus, flexibilizou regras de contratação e possibilitou a dispensa temporária de licitação para aquisição de equipamentos e suprimentos essenciais no combate ao coronavírus mediante alguns parâmetros específicos, como o da transparência.

3.5. MEIO AMBIENTE

3.5.1. Atribuição

A Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística (PJEDAOU) atua na proteção do patrimônio natural e na organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade.

Possui entre suas atribuições a atuação judicial junto aos processos judiciais que tramitam em segunda instância, mediante manifestação *custus legis* ou na forma de atuação direta como parte, por meio da interposição de recursos ou apresentação de contrarrazões em recursos que tramitam no Tribunal de Justiça de Mato Grosso ou junto aos tribunais superiores.

Além da atribuição judicial e extrajudicial mencionadas, a PJEDAOU desempenha funções administrativas, como o auxílio na elaboração e no monitoramento do planejamento estratégico institucional na sua área de atuação, definindo em conjunto com as Promotorias de Justiça (Projus) e com a Administração Geral as ações e metas que devem ser alcançadas pelo Ministério Público de Mato Grosso na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, inclusive com a determinação do orçamento destinado a essas ações.

3.5.2. Atuação

Atua de forma extrajudicial por meio da implementação de projetos especiais, executados diretamente pelo Ministério Público ou por instituições parceiras, como unidades de ensino superior e instituições de pesquisa. Presta apoio e orientação aos órgãos ministeriais de execução e representa a instituição ministerial em fóruns e colegiados que discutem e deliberam sobre as políticas públicas ambientais. Internamente, o titular da PJEDAOU, participa das deliberações do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso (CSMP/MT), onde é membro eleito desde de 2011.

3.5.3. Balanço Geral da atuação da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística

Em 2020, apesar das limitações decorrentes da Covid-19, a PJEDAOU ampliou suas atividades junto às Promotorias de Justiça de Bacia Hidrográfica (PJBH), especialmente nas

ações de fortalecimento institucional e de estratégias de atuação para o combate ao desmatamento ilegal no estado, dando continuidade ao Projeto de Fortalecimento Institucional do Ministério Público aprovado pelo Programa *REDD Early Movers* (REDD/MT).

Para 2021, a meta da PJEDAOU inclui a realização de estudos específicos que auxiliem os Promotores de Justiça titulares das PJBH's a definirem ações estratégicas que levem em consideração a realidade das microrregiões das Bacias Hidrográficas, bem como, fortalecer e a ampliar os projetos institucionais que já se encontram em desenvolvimento.

3.5.4. Dados de produtividade judicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 45 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Meio Ambiente (Judicial)

	2018	2019	2020
Petição Inicial	481	465	586
Denúncia	9	26	10
Razões e Contrarrazões de Recurso	161	169	209
Alegações Finais	24	43	30
Audiência	781	1028	362
Réplica a Contestação	181	215	209
Total	1637	1946	1406

Fonte: SAE – Sistema de Análise Estratégica – *Business intelligence* e SIMP

3.5.5. Dados de produtividade extrajudicial das Promotorias de Justiça que atuam na área, comparados aos dois anos anteriores

Tabela 46 - Produtividade das Promotorias de Justiça - Área Meio Ambiente (Extrajudicial)

	2018	2019	2020
TAC	229	347	170
Arquivamento	2102	2237	1433
Portarias	913	1225	1312
Recomendações	51	58	123
Inspeções e vistorias	43	26	19
Reunião	238	188	146
Aud. Pública Proponente	3	6	5
Palestra	14	9	0
Outros	93	203	183

Fonte: SAE – Sistema de Análise Estratégica – *Business intelligence* e SIMP

3.5.6. Dados de produtividade extrajudicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

A PJEDAOU realizou 91 procedimentos administrativos de alta complexidade, referentes às diversas temáticas da defesa ambiental e do ordenamento urbano.

Os Pareceres Técnicos são emitidos para atender demandas encaminhadas à PJEDAOU pelos Promotores de Justiça ou por determinação *ex officio*. Destaca-se que a PJEDAOU alterou em 2019 a metodologia de apoio técnico às Projus, a partir de ações de capacitação e de orientações para o uso de ferramentas de geoprocessamento e de valoração do dano ambiental, com vistas à proporcionar maior autonomia dos órgão de execução para a coleta dos elementos comprobatórios necessários aos procedimentos instaurados por eles. Em razão disto, em 2020, incorporou seu corpo de técnicos não jurista aos CAEX ambientais deixando, portanto, de prestar esse serviço a partir metade do ano de 2020.

Mesmo diante do cenário da pandemia enfrentada no ano de 2020, a PJEDAOU participou de atividades não procedimentais relacionadas à realização de eventos, presenciais no início do ano, mas essencialmente por via remota. Foram participações em espaços de controle social/ambiental, como audiências públicas, integração dos Ministérios Públicos ambientais, como Abrampa e a Rede Latino.

A PJEDAOU tem compromissos extrajudiciais e obrigatórios em espaços relevantes para o debate das políticas ambientais e de controle social. Parte dessas atividades conta com a contribuição direta de Promotores de Justiça que atuam na defesa ambiental.

Disponíveis no portal de transparência do Ministério Público de Mato Grosso, estão 1.628 Portarias de instauração de procedimentos extrajudiciais referentes à apuração da defesa do meio ambiente natural e da ordem urbanística no ano de 2020. Mesmo considerando o período de Pandemia, observa-se que a atuação de investigações das Promotorias de Justiça foi maior do que o ano anterior.

No mesmo período foram registrados 170 Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Ministério Público de Mato Grosso. Um número 54% menor do que no ano de 2019 e 27% menor que em 2018.

De acordo com os dados do sistema integrado de informações do MPMT – SIMP, houve um aumento significativo na emissão de Recomendações em 2020, sendo 123 ao todo e dessas, 85 foram registradas em demandas de defesa da ordem urbanística. A PJEDAOU, a partir dos

dados extraídos do Sistema SIMP, observou que a proporção de atuação das Promotorias de Justiça em demandas de defesa do meio ambiente natural, quando comparadas às da Ordem Urbanística, manteve a proporção dos últimos anos, sendo registrado um maior número de intervenções na defesa do meio ambiente natural. Observa-se, ainda, que o número de soluções administrativas através de ajustamento de condutas também é maior quando se trata de meio ambiente natural, mas em relação a emissão de Recomendações essa proporção se inverte, sendo registrado um maior índice de Recomendação quando se trata de questões afetas a ordem urbanística.

3.5.7. Dados de produtividade judicial da Procuradoria de Justiça Especializada no ano de 2020

Em 2020 a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística (PJEDAOU) atuou em 853 processos judiciais relativos à defesa do meio ambiente natural e da ordem urbanística, divididas em manifestações custos legis e atuação direta como parte, tanto na seara cível como em ações de responsabilização de crimes ambientais.

São ações que exigem, em regra, apurado nível técnico e interdisciplinaridade em decorrência da natureza complexa dos assuntos relacionados à hidrelétricas, mineração, regularização fundiária, loteamentos, uso e ocupação do solo, operações urbanas consorciadas, poluição, agrotóxicos, recursos hídricos, desmatamentos, danos a unidades de conservação, licenciamento ambiental, queimadas rurais e urbanas, defesa da fauna, entre outros.

De acordo com os dados da atuação judicial da PJEDAOU em 2020, o número dos processos que tramitam em segunda instância, relativos ao meio ambiente natural manteve a tendência dos últimos anos, sendo maiores do que as demandas que tratam da defesa do meio ambiente urbano. Quanto ao tipo de intervenção judicial, percebe-se um aumento significativo na atuação como parte (razões e contrarrazões), sendo positiva a atuação judicial considerando o alto número de decisões favoráveis ao Ministério Público no ano de 2020.

Nas ações judiciais, identificou-se que em 2020 manteve-se a tendência de eficácia da atuação judicial do Ministério Público de Mato Grosso, sendo identificadas 289 decisões em 1ª instância e dessas 177 foram favoráveis ou parcialmente favoráveis ao MPMT, 140 delas relativas ao meio ambiente natural.

Tabela 47 - Movimentações Realizadas em Processos Judiciais comparados aos dois anos Anteriores

	2018	2019	2020
Meio Ambiente Natural	443	724	846
Meio Ambiente Urbanístico	63	108	143
Total	506	832	989

3.5.8. Iniciativas de Destaque

3.5.8.1. Integração ao Comitê Estratégico para o Combate ao Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (CEDIF-MT)

A Procuradoria Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística integrou em 2020 o Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal, Exploração Florestal Ilegal e Incêndios Florestais (CEDIFMT).

Com reuniões quinzenais entre os meses de fevereiro e dezembro, o Comitê de multiagências atuou tanto na promoção de ações de acompanhamento e identificação quanto na responsabilização de infratores ambientais, planejando e executando, paralelamente, operações integradas, atuações prioritárias e sugestões de medidas para aprimoramento da legislação ambiental.

No último encontro, o titular da PJEDAOU reafirmou a relevância do Comitê, notadamente na proteção da natureza, da saúde humana e no cuidado com as futuras gerações.

3.5.8.2. Tecnologia no Combate aos Danos Ambientais

Desde março de 2020, quando o Projeto SatAlertas foi lançado, já foram emitidos 282 relatórios sobre desmatamentos a corte raso de área igual a 116.810,29 hectares, nos vinte municípios onde foram detectados os maiores desmatamentos nos últimos anos.

As informações técnicas e de titularidade dos imóveis rurais foram organizadas sistematicamente para produção de minutas de portarias de instauração de inquérito civil, notificações para os investigados, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas, para

serem disponibilizadas às Promotorias de Justiça com atribuição para responsabilização civil dos infratores.

O mesmo trabalho foi feito a partir das informações de 734 autos de infração emitidos e disponibilizados pelo órgão ambiental estadual, correspondente à área igual a 70.831,62 hectares de desmatamento ilegal a corte raso.

3.5.8.3. Tecnologia no Combate aos Danos Ambientais II

Em julho, o MPMT, através do Inquérito Civil nº 001308-097/2018, notificou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) para que não emitisse outorga de água para imóveis rurais dotados de rede de drenagem artificial nos pantanais e planícies pantaneiras de Mato Grosso.

Recomendou, ainda, que o órgão não autorizasse, por meio de licenciamento ambiental, a atividade de irrigação para fins agrícolas em áreas que possuem rede de drenagem artificial e/ou que se localizem no interior de qualquer área úmida, até que o uso e ocupação dessas áreas seja regulamentado.

A medida visou minimizar, mitigar e evitar maiores degradações ao meio ambiente, tendo sido acatada pelo órgão ambiental estadual.

3.5.8.4. Combate às queimadas e incêndios florestais

Em junho, antes do período mais crítico, o MPMT recomendou a antecipação do período proibitivo de queimadas. O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural lançou cartilha educativa, com vistas à conscientização da população acerca dos aspectos nocivos da prática de queimadas em meio urbano e rural.

Em Cáceres, força-tarefa foi criada para intensificar fiscalização e combate às queimadas urbanas e rurais e em Comodoro, com o objetivo de tratar dos efeitos nocivos das queimadas, foi realizada audiência pública.

Itiquira realizou vistoria in loco à área do Pantanal atingida por queimadas para verificar ponto indicado como sendo local de início do incêndio pelo sistema Olhos da Mata.

Na capital, os promotores de justiça se reuniram com entidades de proteção ambiental para delimitar estratégias de proteção para o ano de 2021.

3.5.8.5. Implementação de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS)

Em outubro, um dos Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras), previsto no Planejamento Estratégico, começou a operar no município de Lucas do Rio Verde. Atualmente, 70 animais, vítimas de acidentes, maus tratos e queimadas, estão sendo atendidos no local.

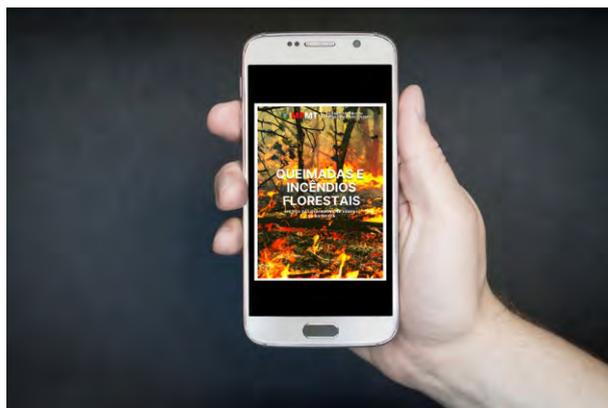
Figura 7: Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres



A viabilização da obra foi coordenada pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística. Os recursos foram aplicados na construção da sede do caseiro, escritório, ambulatório veterinário, setor de alimentação, parte elétrica e hidráulica. Várias Promotorias de Justiça efetuaram destinações para aquisição dos equipamentos do ambulatório e auxílio para a manutenção.

3.5.8.6. Procuradoria Especializada divulga cartilha educativa sobre queimadas

Com o objetivo de disseminar conceitos essenciais de educação ambiental em queimadas e incêndios florestais, sensibilizar a população para a necessidade de preservar o meio ambiente e sobre as consequências do emprego do fogo, o Centro de Apoio Operacional (CAO) do Meio Ambiente Natural do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) elaborou a cartilha “Queimadas e incêndios florestais: efeitos na saúde humana e na natureza”. O material, que foi encaminhado por e-mail aos membros e servidores da instituição, pode ser consultado por toda a sociedade [aqui](#).



3.5.8.7. Liminar proíbe uso de “correntão” em desmatamentos

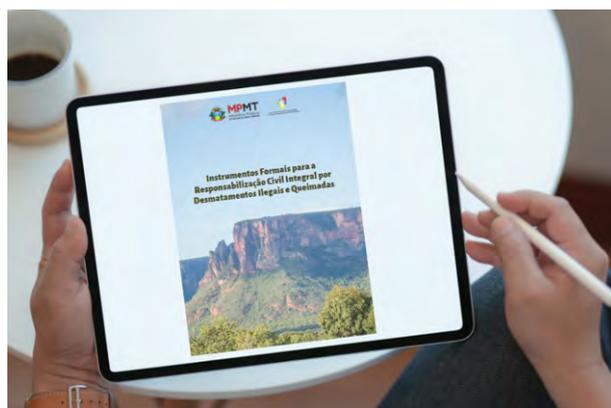
A pedido do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), a Justiça deferiu liminar contra o Estado, determinando que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) inclua, entre as medidas mitigadoras do Plano de Exploração Florestal e condicionante das Autorizações de Desmate, a vedação ao uso de “correntão” para os desmatamentos que forem autorizados. Com relação às autorizações vigentes, mas que não foram executadas em campo, a Vara Especializada do Meio Ambiente estabeleceu que sejam revistas de modo a contemplar a nova medida. Em caso de descumprimento da ordem, foi fixada multa diária no valor de R\$ 5 mil.



A Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar foi proposta pelas 15ª e 16ª Promotorias de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente Natural, com objetivo de fazer cessar o uso do “correntão” em Mato Grosso para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, ainda que autorizada pelo órgão ambiental competente, em razão dos danos à biodiversidade (fauna e flora) e ao solo. Na ACP, o Ministério Público consignou que o Estado vinha adotando medidas inadequadas de mitigação dos danos decorrentes das autorizações de desmatamentos, uma vez que não havia controle ou vedação ao uso do correntão.

3.5.8.8. Procuradoria Especializada lança material de apoio às promotorias

A Procuradoria Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística acaba de lançar um guia para atuação dos promotores de Justiça em Mato Grosso. O material, intitulado “Instrumentos Formais para a Responsabilização Civil Integral por Desmatamentos Ilegais e Queimadas” já está disponível e pode ser



acessado por meio do banco de peças do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (clique aqui).

O projeto foi desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) Meio Ambiente Natural em conjunto com o Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental (CAEx Ambiental).

“Buscando a prevenção e reparação de danos causados aos ecossistemas, o MPMT definiu, como um de seus objetivos no Planejamento Estratégico 2020-2023, elevar como prioritárias as ações de prevenção e de reparação de danos ambientais, por meio do fortalecimento do combate ao desmatamento ilegal e às queimadas. Para tanto, elaboramos esse material de apoio aos promotores de Justiça de todo o Estado que atuam na área”, explicou a promotora de Justiça coordenadora do CAO Meio Ambiente Natural, Maria Fernanda Corrêa da Costa.

São minutas de Inquéritos Civis e de Ações Civis Públicas destinados à responsabilização civil integral relacionadas aos desmatamentos e queimadas ilegais, identificados tanto pelos projetos de combate ao desmatamento no Estado implementados pelo Ministério Público, como pelos satélites Alertas e o Olhos da Mata, quanto pelos Autos de Infração lavrados pelos órgãos de fiscalização. O objetivo é que essas peças auxiliem a atuação os promotores de Justiça.

Todo o trabalho foi supervisionado pelo procurador de Justiça titular da Especializada, Luiz Alberto Esteves Scaloppe. Para ele, o Direito Ambiental é dinâmico e em constante alteração, por isso é preciso que sejam regularmente renovados os instrumentos de defesa de todas as formas de vida, humanas e não humanas.

3.5.8.9. MP notifica Estado a antecipar período de restrição ao uso do fogo

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso notificou o governador do Estado, Mauro Mendes, para que antecipe o período de restrição do uso do fogo para 05 de junho, Dia Internacional do Meio Ambiente. Foi recomendado também a prorrogação do período final para o dia 30 de outubro. A notificação levou em consideração a pandemia da Covid-19 e vários fatores, entre eles, estudos que apontam um considerável aumento dos atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares em Mato Grosso durante o período de estiagem (seco), agravado pela poluição do ar provocado pelas queimadas.

“Pesquisas demonstram que o período mais crítico para a saúde pública no estado de Mato Grosso se dá no período de incidência das queimadas, entre os meses de abril a novembro, com um aumento da demanda por atendimento ambulatorial em razão de doenças respiratórias em crianças residentes em municípios ao norte do estado, região do arco do desmatamento na Amazônia brasileira e também, um aumento de internações por asma em idosos”, diz um trecho notificação, assinada pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, pelo titular da Procuradoria Especializada de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, Luiz Alberto Esteves Scaloppe, e pelas promotoras de Justiça, Ana Luíza Ávila Peterlini de Souza e Maria Fernanda Correa da Costa.

3.6. Atuação do MPMT no enfrentamento à COVID no ano de 2020

O Ministério Público Estadual com a missão de zelar e contribuir para que as instituições públicas, em conjunto e em parceria, possam cumprir o objetivo maior de garantir, em primeiro lugar, a saúde e a vida da população mato-grossense, e, na medida do possível na realidade que vivemos, preservar a economia do Estado, as atividades econômicas das empresas e os empregos de milhares de trabalhadores, atuou de forma direta e contundente aos assuntos relacionados a Pandemia, expedindo-se vários Atos Normativos, Recomendações, Resoluções e Portarias, conforme discriminado nos quadros abaixo:

Tabela 48 - Atos Administrativos Instaurados Durante a Pandemia, dispoendo sobre medidas preventivas de redução dos riscos de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, no Âmbito das Unidades Ministeriais

ATOS ADMINISTRATIVOS	
Ato Administrativo nº 902/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 925/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 904/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 928/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 904/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 930/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 906/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 935/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 909/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 940/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 911/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 941/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 912/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 946/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 913/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 947/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 914/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 954/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 916/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 983/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 917/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 988/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 918/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 990/2020-PGJ

Ato Administrativo nº 919/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 1002/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 920/2020-PGJ	Ato Administrativo nº 1007/2020-PGJ
Ato Administrativo nº 921/2020-PGJ	

Tabela 49 - Recomendações Conjuntas

RECOMENDAÇÕES CONJUNTAS	ASSUNTO
Recomendação Conjunta nº 03/2020-PGJ/CGMP	Atuação do Ministério Público – COVID-19.
Recomendação Conjunta nº 04/2020-PGJ/CGMP	Acompanhamento do censo hospitalar previsto na Portaria MS nº 758, de 9 de abril de 2020
Recomendação Conjunta nº 05/2020-PGJ/CGMP	Videoaudiências TJMT.
Recomendação Conjunta nº 06/2020-PGJ/CGMP	Acompanhamento, fiscalização e investigação, por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19).
Recomendação Conjunta nº 07/2020-PGJ/CGMP	Acompanhamento, fiscalização e investigação, por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à epidemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Tabela 50 - Recomendações

RECOMENDAÇÕES	ASSUNTO
Recomendação nº 01/2020/GAB/PGJ	Recomenda a priorização do encaminhamento de recursos às contas vinculadas ao Estado de Mato Grosso, destinadas ao enfrentamento à situação emergencial imposta pelo Coronavírus
Recomendação nº 02/2020/GAB/PGJ	Recomendação atinente a adoção das medidas necessárias para garantir o cumprimento da legislação vigente e orientações técnicas para o combate à emergência de saúde pública decorrente do COVID-19
Recomendação nº 03/2020/GAB/PGJ	Cuidados sanitários com presos e servidores do sistema penitenciário do Estado
Recomendação nº 04/2020/GAB/PGJ	Recomendação atinente a adoção das medidas necessárias para garantir o acesso à educação e à alimentação e segurança alimentar.
Recomendação nº 05/2020/GAB/PGJ	Uso do BAPRE para destinação de recursos ao combate da COVID-19.

Tabela 51 - Resoluções

RESOLUÇÕES	ASSUNTO
Resolução nº 068/2020-CSMP	Altera a Resolução nº 52/2018-CSMP, que Consolida as normas que disciplinam a atuação dos Órgãos de Execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nos inquéritos civis e demais procedimentos investigatórios na área dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis e, dá outras providências
Resolução nº 197/2020-CPJ	Dispõe sobre o atendimento ao público no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e dá outras providências
Resolução nº 198/2020-CPJ	Altera a Resolução nº 35/2009-CPJ, que regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Tabela 52 - Portaria

PORTARIA	ASSUNTO
Portaria nº 436/2020-PGJ	Constitui Força-Tarefa no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAO, com o objetivo de auxiliar os órgãos de execução do MPMT na apuração e propositura de ações relacionadas a ilícitos criminais, cíveis e administrativos decorrentes de despesas realizadas por conta da pandemia da COVID-19 em todo território Mato-Grossense.

Atendendo à determinação do Exmo. Procurador-Geral de Justiça, os Centros de Apoio Operacional levantaram dados sobre a evolução dos casos confirmados e o número de óbitos em nosso Estado por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e por COVID-19, através de informativos que podem ser acessados no link:

<https://mpmt.mp.br/conteudo/1008/90181/evolucao-de-casos-e-obitospor-srag-e-covid-19-no-estado-de-mato-grosso>

Na execução dessa tarefa, as informações foram buscadas junto aos órgãos e entidades que estão envolvidas na temática da pandemia da COVID-19.

Ainda, foi realizado um levantamento próprio quanto ao número de óbitos, por meio da expedição de ofícios circulares a todos os cartórios de registro civil do Estado, solicitando que estes encaminhem as segundas vias das certidões de óbitos de pessoas com SRAG, pneumonia e COVID-19 como causa da morte.

Nessa esteira de enfrentamento a Pandemia, o Ministério Público, através da

Recomendação N° 05/2020/GAB/PGJ, recomendou a priorização da destinação de recursos oriundos da atividade finalística do MPMT aos fundos municipais ou estaduais de saúde ou aos específicos destinados ao enfrentamento da COVID-19, já cadastrados ou passíveis de cadastramento no BAPRE, tendo a Instituição alcançado até 04/12/2020, destinação de R\$ 42.274.916,49 (Quarenta e dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstra as figuras abaixo:

Figura 8 - Relação, por procedimento, de recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19, cadastrados no sistema BAPRE do MPMT.

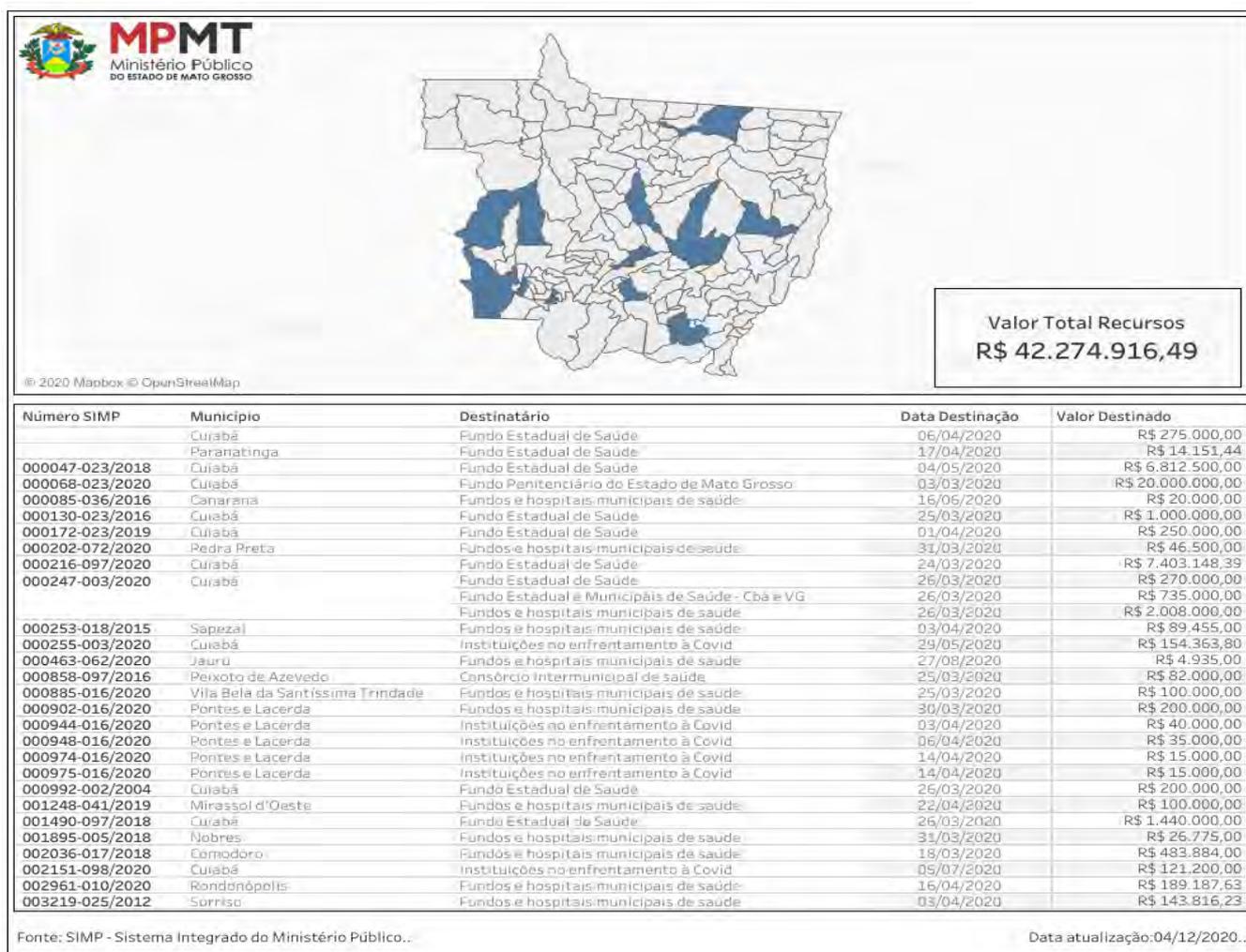


Figura9 - Gráfico de valores destinados/requeridos pelo MPMT para enfrentamento à COVID-19

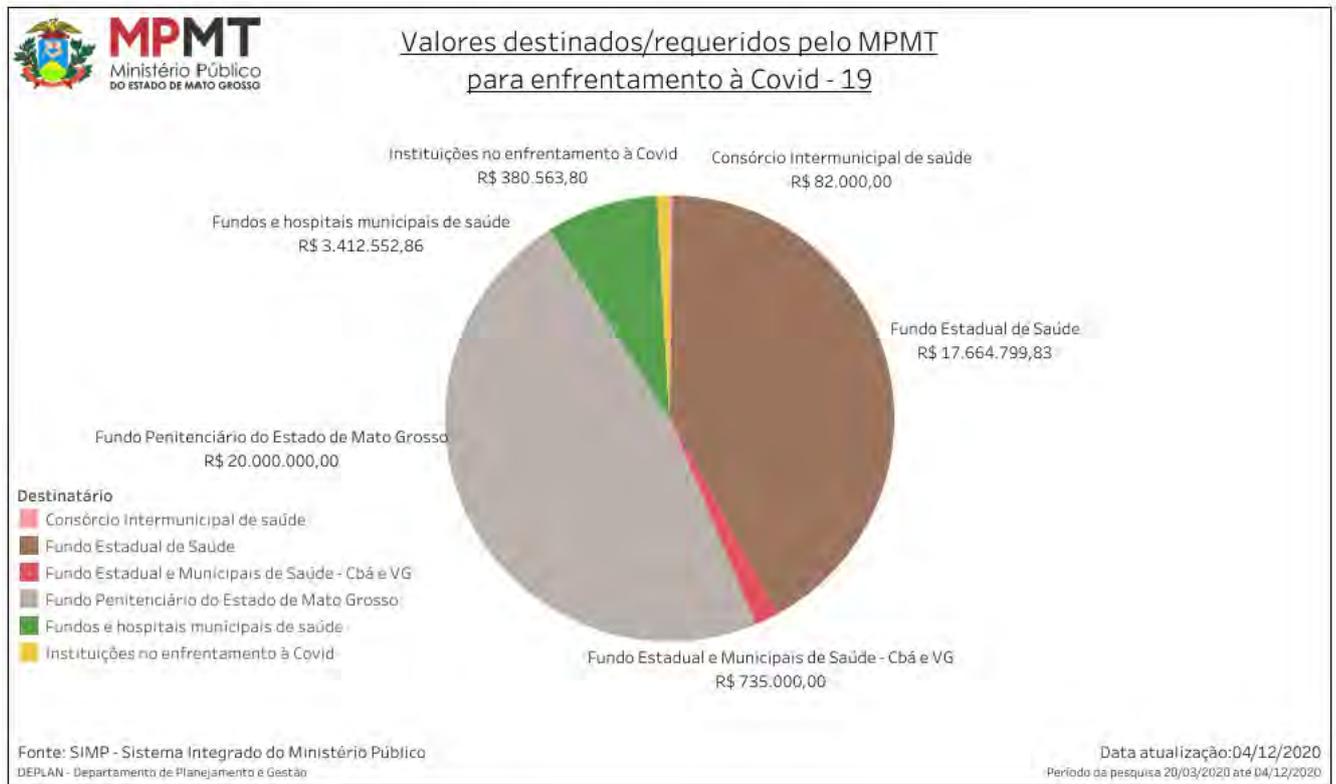
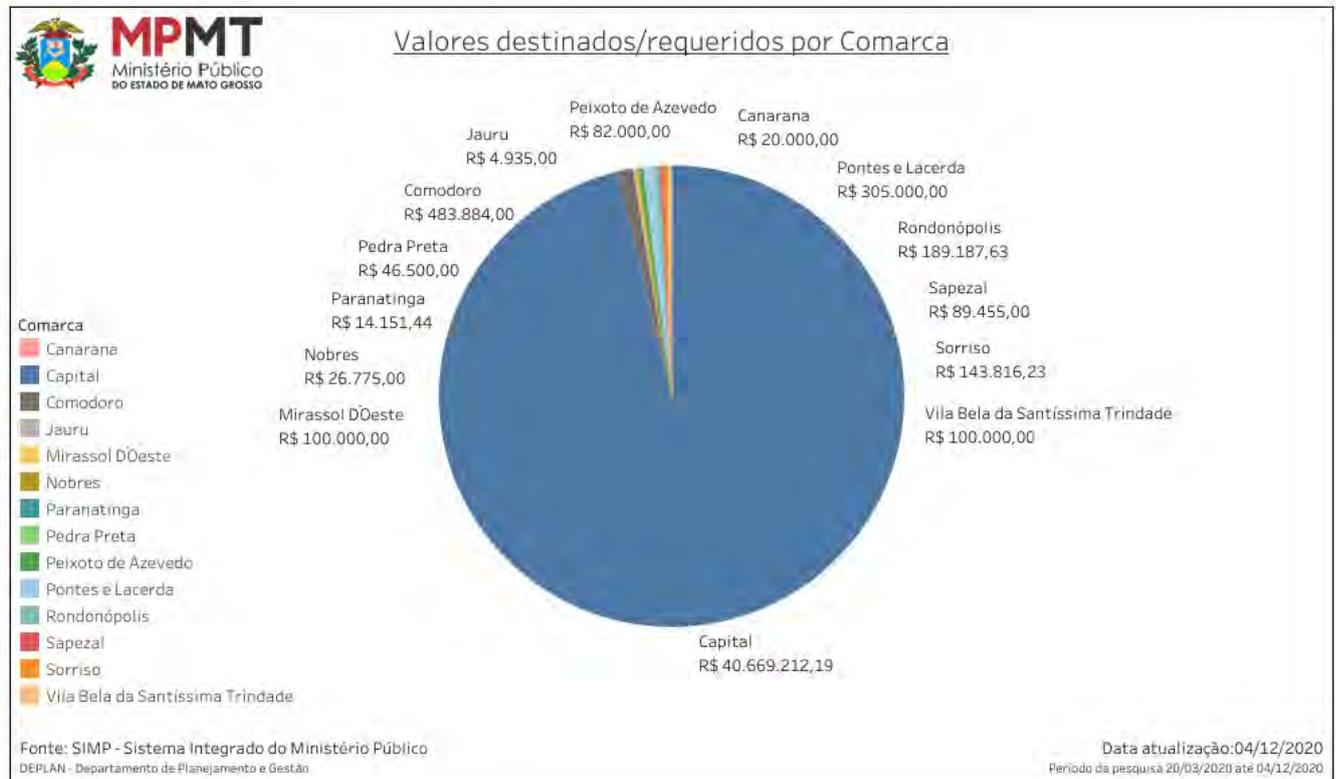


Figura10 - Gráfico de valores destinados/requeridos por Comarca



3.6.1. Compras e aquisições realizadas pelo MPMT para o enfrentamento à pandemia da Covid-19

Número da Compra	Data da Aquisição	Processo Administrativo	Objeto	Contratado (CNPJ)	Prazo Contratual	Valor R\$
59/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 023/2020 - DOE/MT nº 27.781)	29/06/20	20.14.0001.0003540/2020-03	aquisição de máscara protetora facial reutilizável (tecido) para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	Tubarão Comércio e Serviços Eireli (03.044.174/0001-44)	10 dias	11.500,00
57/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 021/2020 - DOE/MT nº 27.776)	17/06/20	20.14.0001.0003514/2020-26	aquisição de máscara protetora facial (face shield) para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	F. R. Distribuidora (21.021.861/0001-26)	10 dias	17.495,00
52/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 019/2020 - DOE/MT nº 27.766)	04/06/20	20.14.0001.0003056/2020-73	aquisição de termômetro clínico infravermelho para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	F. R. Distribuidora (21.021.861/0001-26)	10 dias	39.102,00
51/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 015/2020 - DOE/MT nº 27.755)	17/05/20	20.14.0001.0002913/2020-54	aquisição de luva cirúrgica e borrifador para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	Item 1 - COMERCIAL HF - COMERCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E LIMPEZA LTDA. (73.905.341/0001-80) Item 2 - F. R. DISTRIBUIDORA (21.021.861/0001-26)	10 dias	Item 1 - 6.700,00 item 2 - 1.677,20
50/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 018/2020 - DOE/MT nº 27.756)	19/05/20	20.14.0001.0002917/2020-43	aquisição de máscara cirúrgica descartável para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	WORKOUT COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI (24.550.559/0001-53)	10 dias	66.714,30
49/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 016/2020 - DOE/MT nº 27.755)	15/05/20	20.14.0001.0002914/2020-27	aquisição de álcool etílico, tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70°gl) para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	QUIMISTAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. (03.754.778/0001-84)	10 dias	10 dias
48/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 017/2020 - DOE/MT nº 27.765)	15/05/20	20.14.0001.0002915/2020-97	aquisição de gel antisséptico e suporte para gel antisséptico (dispenser) para atender demanda da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias de justiça da capital e promotorias de justiça do interior	COXIPÓ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (01.882.109/0001-62)	10 dias	8.362,00
39/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 011/2020 - DOE/MT nº 27.724)	30/03/20	20.14.0001.0002586/2020-56	aquisição de computadores tipo notebook para atender a demanda da procuradoria geral de justiça.	STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. (08.710.871/0001-00)	10 dias	86.400,00
31/2020 (Ato de Dispensa de Licitação nº 013/2020 - DOE/MT nº 27.741)	18/03/20	20.14.0001.0002257/2020-15	aquisição de gel antisséptico e dispenser para atender as demandas da procuradoria-geral de justiça e demais promotorias da capital e várzea grande-mt	RICHARD LUCINO DE QUADROS LICITAÇÃO E COBRANÇA (34.834.488/0001-74)	10 dias	2.829,86



04

ÓRGÃOS AUXILIARES

4.1. Centros de Apoio Operacional – CAO's

Coordenador-Geral: José Mariano de Almeida Neto, Promotor de Justiça

4.1.1. Atribuição

Os Centros de Apoio Operacional auxiliam Procuradores e Promotores de Justiça nas suas atividades funcionais, mantendo-os atualizados com informações técnico-jurídicas, efetuando pesquisas, estudos, visitas e análises técnicas. Propõem a celebração de termos de convênio e cooperação técnica pela Instituição e colaboram na realização de capacitações e encontros, em parceria com o CEAF e Procuradorias Especializadas. Além disso, participam da formulação, revisão e execução do planejamento estratégico do Ministério Público.

Os Centros de Apoio Operacional foram instituídos e organizados pelo Ato Administrativo n.º 776/2019-PGJ, sendo coordenados, por designação do Procurador-Geral de Justiça, por um Procurador ou Promotor de Justiça da última entrância para exercer a função de Coordenador-Geral.

Primeiramente com o ato acima mencionado, foram criados 14 Centros de Apoio Operacional, sendo que 02 deles de apoio à Execução e 12 temáticos.

Contudo, no presente ano, através do Ato Administrativo n.º 968/2020-PGJ, criou três novos Centros de Apoio Operacional da área da Cidadania, com o objetivo de auxiliar procuradores e promotores de Justiça nas suas atividades funcionais. Com a alteração, o Centro de Apoio às Promotorias da Cidadania passou a ser especializado na Defesa da Saúde, além de serem criados os Centros de Apoio Operacional: da Defesa do Idoso, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar.

Tabela 53 - Promotores de Justiça coordenadores dos Centros de Apoio Técnico temáticos, em 2020

CAO	COORDENADOR(A)
Cível, Recuperação Judicial, Falência e Terceiro Setor	Esther Louise Asvolinsque Peixoto
Criminal e Execução Penal	Josane Fátima de Carvalho Guariente
Defesa do Consumidor	Paulo Henrique Amaral Motta
Direitos Humanos	Henrique Schneider Neto
Educação	Miguel Silhessarenko Júnior
Eleitoral	Marcelo Lucindo Araújo
Estudos de Violência Doméstica	Laís Glauce Antonio dos Santos
Idoso	Claudio Cesar Mateo Cavalcante
Infância e Juventude	Nilton César Padovan
Júri	Vinícius Gahyva Martins
Meio Ambiente Natural	Maria Fernanda Corrêa da Costa
Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários	Carlos Eduardo Silva
Patrimônio Público e Defesa da Probidade Administrativa	Marcos Brant Gambier Costa
Pessoa com Deficiência	Luciana Fernandes de Freitas
Saúde	Alexandre de Matos Guedes

Tabela 54 - Quadro Pessoal dos Centros de Apoio Operacional

Composição das Equipes	CAEx Ambiental	CAEx	CAEx	CAEx	CAEx	SUPERVISÃO
Cargo / Área	Ambiental Água para o Futuro Satélites Alertas	Contabilidade	Engenharias	Serviço Social	Assessoria Multidisciplinar	Supervisão
Nº analistas	2	4	3	3	1	-
Nº of. de gabinete	1	-	-	-	2	-
Nº assist. ministeriais	7	4	3	-	3	-
Nº técnicos adm.	-	-	-	-	-	3
Nº supervisor	-	-	-	-	-	1
Nº auxiliar Ministerial	2	-	-	-	8	-
Total servidor por setor	12	8	6	3	14	4
Total servidores	47					

4.1.2. Atividades Desenvolvidas

Os Centros de Apoio Temáticos passaram a auxiliar os membros em procedimentos investigatórios, na preparação de ações e em estratégias de atuação, bem como a propor a celebração de termos de convênio e cooperação técnica pela Instituição e organizam, em parceria com o CEAF e Procuradorias Especializadas, capacitações e encontros. Além disso, colaboram com a revisão do planejamento estratégico do Ministério Público e a sua execução.

Tais tarefas foram e estão sendo desenvolvidas pelos atuais 15 Centros de Apoio Temáticos, com o apoio do Coordenador-Geral. Os Centros de Apoio Temáticos contam, cada um, com um Promotor de Justiça Coordenador, alguns membros Coadjuvantes ou Colaboradores e mais uma equipe de 14 (catorze) Bacharéis em Direito em função de Assessoramento.

Destacamos as atividades desenvolvidas pelos Centros de Apoio Temáticos: publicação de boletins informativos e notas técnicas, atualização diuturna do Portal dos Centros de Apoio e do Banco de Peças (na rede mundial de computadores) com novidades legislativas, jurisprudenciais, roteiros de atuação e boas práticas desenvolvidas pelos membros, além da realização de capacitações com os promotores do Estado e o auxílio na revisão e execução do planejamento estratégico da instituição.

Enfim, estas foram as principais novidades dos CAOs no ano de 2020.

Passaremos a falar com mais parcimônia sobre as atividades desenvolvidas pelos Centros de Apoio nas páginas que seguem.

4.1.2.1. Atividades Desenvolvidas Pelos Centros Técnicos à Execução

Tabela 55 - Demonstrativo da Evolução Mensal Dos Atendimentos Realizados pelos Centros Técnicos à Execução em 2020

EVOLUÇÃO MENSAL ATENDIMENTOS 2020		
Mês Referência	Quantidade Atendimento	Porcentagem %
Janeiro	69	5,79
Fevereiro	59	4,95
Março	71	5,96
Abril	179	15,02
Mai	270	22,65
Junho	71	5,96
Julho	148	12,42

Agosto	76	6,38
Setembro	76	6,38
Outubro	64	118,52
Novembro	54	98,18
Dezembro	55	4,61
TOTAL	1192	100

Fonte – Centros de Apoio Operacional

Figura 11: Gráfico Demonstrativo da Evolução Mensal de Atendimentos Realizados pelos Centros Técnicos à Execução em 2020.

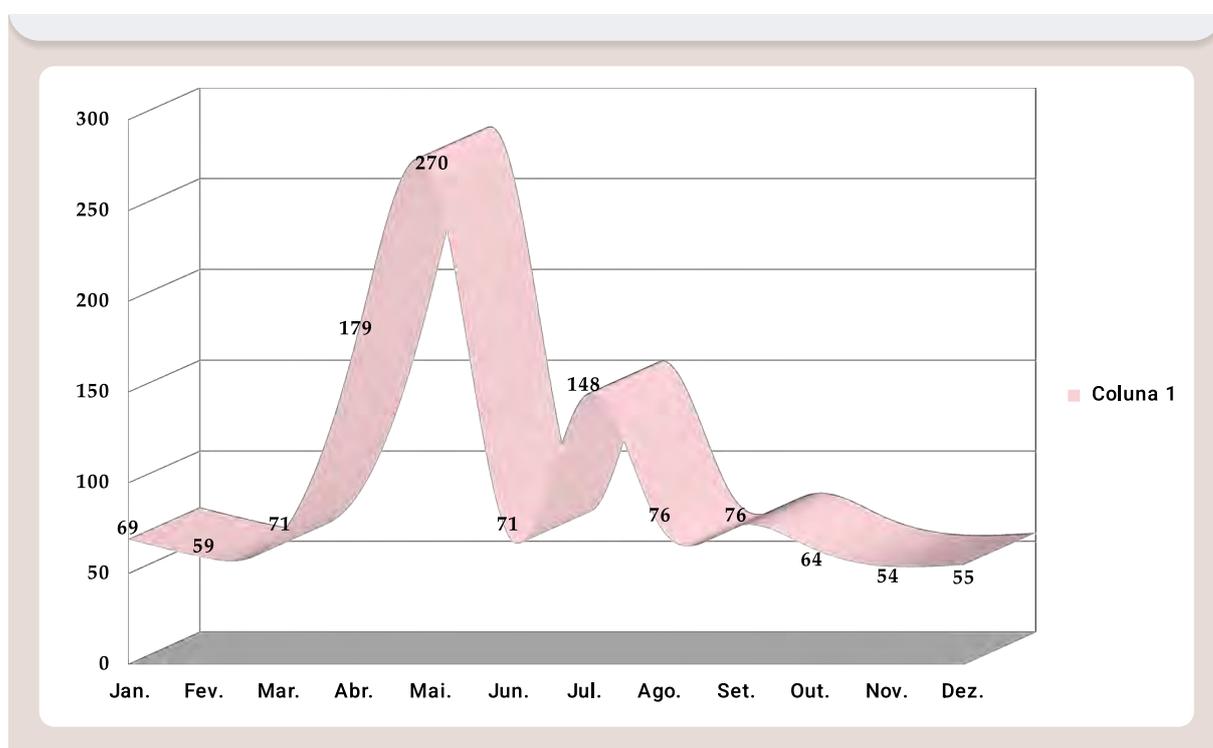
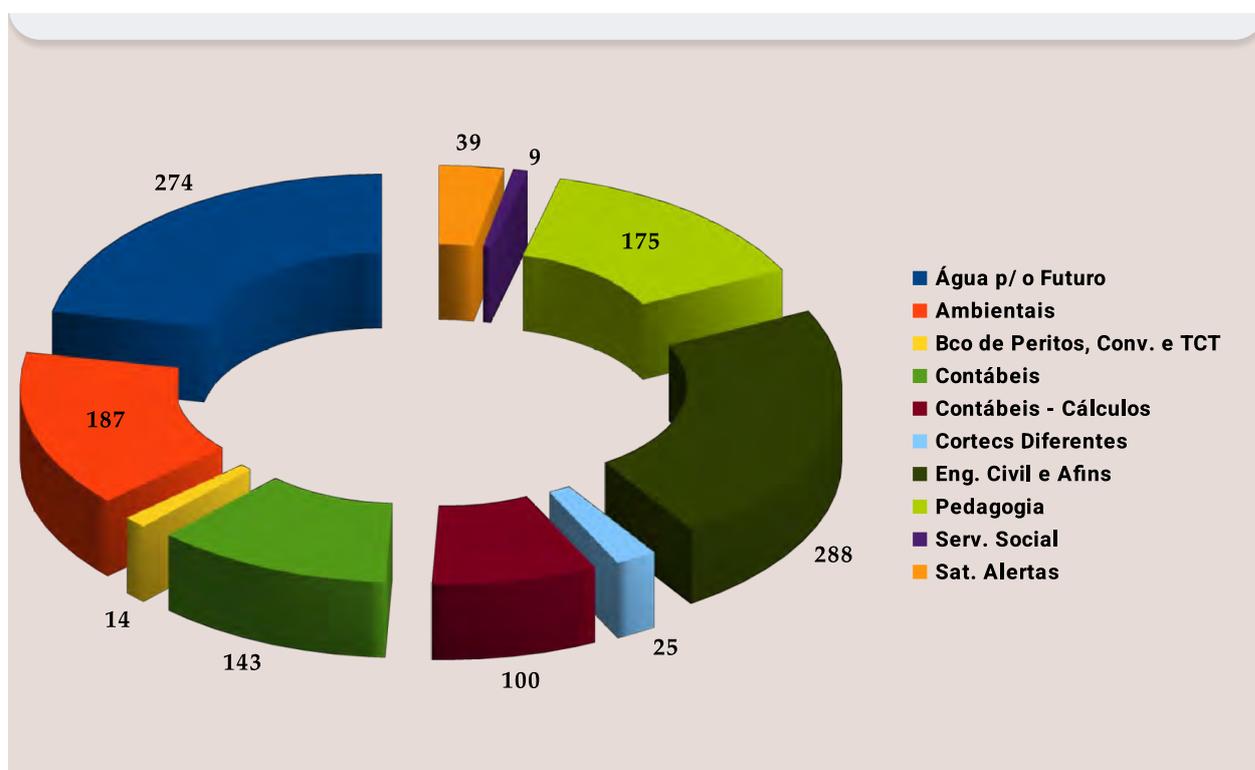


Figura 12: Gráfico de Manifestações Técnicas por Área de Atendimento dos Centros Técnicos à Execução realizados em 2020



Fonte – Centros de Apoio Operacional

4.1.2.2. Atividades Desenvolvidas Pelos Centros Temáticos

Tabela 56 - Produtividade dos Centros Temáticos 2020

PRODUTIVIDADE DOS CENTROS DE APOIO TEMÁTICOS 2020															
Atendimentos	1º SEMESTRE						2º SEMESTRE						TOTALS	%	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
CAO CÍVEL	1	2	0	1	0	2	2	5	5	4	3	4	29	2,23	
CAO CONSUMIDOR	2	4	3	1	2	3	3	5	10	12	6	4	55	4,24	
CAO CRIMINAL E DA EXECUÇÃO PENAL	6	4	8	11	15	8	21	22	13	16	20	16	160	12,33	
CAO DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEG. ALIMENTAR*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	3	2	5	0,39	
CAO EDUCAÇÃO	0	0	7	14	7	9	9	8	6	3	8	3	74	5,70	
CAO ELEITORAL	9	4	8	9	11	8	10	7	29	34	34	12	175	13,48	
CAO IDOSO*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	3	4	0,31	
CAO INFÂNCIA E JUVENTUDE	3	6	24	9	10	29	5	11	9	7	12	6	131	10,09	
CAO JÚRI	5	9	4	8	6	0	11	13	13	10	15	6	100	7,70	
CAO MEIO AMBIENTE NATURAL	2	5	3	4	14	21	12	9	5	12	14	11	112	8,63	
CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	1	0	2	1	12	8	6	5	6	10	18	6	75	5,78	
CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO	9	6	12	11	12	14	22	20	22	21	14	25	188	14,48	
CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4	6	0,46	
CAO SAÚDE*	2	4	7	18	11	13	9	7	16	11	10	6	114	8,78	
CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	1	1	4	1	6	4	11	8	6	6	9	3	60	4,62	
INSTITUCIONAL/ADMINISTRATIVO	0	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	0,77	
Total – Pesquisas Jurídicas	41	55	82	88	106	119	121	120	140	147	168	111	1298	100,00	

Tabela 57 – Quantitativo de Kits de Atuação distribuídos pelos Centros de Apoio Operacional, para auxiliar os membros que atuam na área.

DISPONIBILIZAÇÃO DE KITS DE ATUAÇÃO RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL															
PERÍODO: 2020															
CAOs	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAIS	%	
CAO CÍVEL									1				1	0,99	
CAO CONSUMIDOR													0	0,00	
CAO CRIMINAL E DA EXECUÇÃO PENAL				4	1		1						6	5,94	
CAO DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEG. ALIMENTAR													0	0,00	
CAO EDUCAÇÃO			2	9	2	1		2			1		17	16,83	
CAO ELEITORAL											5	1	6	5,94	
CAO IDOSO													0	0,00	
CAO INFÂNCIA E JUVENTUDE			3		3	11			1		1		19	18,81	
CAO JÚRI							1			1	1		3	2,97	
CAO MEIO AMBIENTE NATURAL				1	1	1	1		1				5	4,95	
CAO MEIO AMBIENTE URBANO					3								3	2,97	
CAO PATRIMÔNIO PÚBLICO			2	3	5	1		1	3	1	1	3	20	19,80	
CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA													0	0,00	
CAO SAÚDE				7	4	3				1			15	14,85	
CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA			1	1	3							1	6	5,94	
Total – Kits de atuação	0	0	8	25	22	17	3	3	6	3	10	4	101	100,00	

4.1.3. Iniciativas de Destaque

4.1.3.1. Água para o Futuro e Satélites Alertas

No primeiro semestre, o CAEx Ambiental passou a coordenar o projeto Água para o Futuro, antes vinculado à 20ª Promotoria de Justiça (Ambiental) da Capital, absorvendo a equipe antes lotada nesta, bem como implementou o Projeto Satélite Alertas, em parceria com o INPE.

A atuação dos Centros de Apoio, antes eminentemente pericial, passou a focar, também, por meio dos 12 Centros de Apoio Temáticos, o auxílio à atividade-fim em procedimentos investigatórios, na preparação de ações e em estratégias de atuação, fornecendo aos membros informações técnico-jurídicas atualizadas no Portal dos Centros de Apoio e no Banco de Peças (disponíveis *on-line*) com novidades legislativas, jurisprudenciais, roteiros de atuação e boas práticas desenvolvidas pelos membros, efetuando pesquisas e estudos, expedindo boletins informativos e notas técnicas e realizando cursos.

4.1.3.2. Banco de Peritos

A Coordenação-Geral dos CAOs, com o apoio da Supervisão e equipe de peritos, logrou êxito em implementar junto à Administração Superior o “Banco de Peritos”, no qual profissionais passaram a ser credenciados pelo MPMT a fim de prestarem serviços de perícia, de estudos e pareceres técnicos, e de coleta e exames, em procedimentos administrativos em trâmite na Procuradoria-geral de Justiça ou requerimentos aportados junto aos Centros de Apoio Operacional. Vários Termos de Acordo já foram assinados e publicados e 06 (seis) Relatórios Técnicos já foram produzidos.

4.1.3.3. Banco de Peritos II

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) publicou um adendo ao edital para credenciamento de profissionais e pessoas jurídicas interessados em prestar serviços de perícia, estudos, pareceres técnicos, coleta e exames. Com a alteração, passam para 16 as áreas profissionais habilitadas ao credenciamento. Leia os detalhes no link: <https://bit.ly/2DiAgNe>

4.1.3.4. Pandemia X Produtividade

No tocante ao apoio à execução técnica, destaca-se que mais da metade do exercício foi cumprida em teletrabalho, vale dizer, sem condições de realização de vistorias técnicas, em razão da pandemia da COVID-19.

Além disso, convém ressaltar que nos primeiros meses do ano, em que o orçamento ainda não está disponível, poucos deslocamentos foram realizados pela equipe técnica do CAEx e CAEx Ambiental, vale dizer, da última semana de janeiro à primeira quinzena de março.

Não obstante tais dificuldades, ainda no primeiro semestre de 2020 houve um sensível aumento da produtividade do corpo técnico em comparação com o mesmo período do ano anterior, perfazendo mais de 10% (dez por cento) de aumento na produção.

As atividades resumiram-se na elaboração dos Relatórios Técnicos cujas vistorias haviam sido feitas anteriormente, e algumas poucas realizadas em caráter de urgência. Somado a isso, intensificou-se, massivamente, a análise documental, ou seja, as perícias baseadas estritamente na análise dos documentos, imagens via satélite, fotos, projetos, etc.

De outra sorte, com a realocação do Projeto Água para o Futuro para o CAEx Ambiental e a implantação do Projeto Satélites Alertas, ferramentas previstas no Plano de Ação para o

incremento da atividade técnica, foi possível superar a produtividade do CAO no exercício anterior, passando-se de 1116 para 1192 Relatórios Técnicos emitidos.

Essas foram as principais informações sobre a atividade pericial desenvolvida pelos Centros de Apoio Técnico à Execução, neste ano de 2020.

Lado outro, com a mudança de gestão do MP/MT, e publicação do Ato Administrativo PGJ nº. 776/2019, os Centros de Apoio mudaram sua face notadamente pericial para desenvolver a tarefa nata de auxílio e fomento das atividades funcionais dos membros, mantendo-os atualizados com informações técnico-jurídicas, efetuando pesquisas, estudos, expedindo boletins informativos, notas técnicas, participando de *lives* e realizando cursos. Tais tarefas foram desenvolvidas pelos Centros de Apoio Temáticos.

4.1.3.5. Destaques dos Centros de Apoios Operacional Técnicos de Execução e Temáticos

Reunião com o Núcleo de Desaparecidos

A Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional, que coordena o Programa de Desaparecidos, realizou duas reuniões com o Núcleo de Desaparecidos da DHPP/CUIABÁ, no primeiro semestre de 2020, objetivando estreitar a parceria de colaboração com o PLID.

Figura 13 - Reuniões com Núcleo de Desaparecidos



Levantamento semanal junto aos Cartórios de Registro Civil do Estado acerca das mortes por SRAG

Evolução dos casos e número de óbitos em Mato Grosso a partir de 28/02/2020, por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Com periodicidade semanal, no ano de 2020 foram elaborados 33 Relatórios.

Divulgação de Cinco Leis Brasileiras que Protegem as Mulheres e Autorizam a Concessão de Medidas Protetivas de Urgência em Casos de Assédio ou de Violência

Como parte da mobilização nacional pelo “Fim da Violência contra as Mulheres”, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio do Centro de Apoio Operacional (CAO) sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, divulga cinco leis brasileiras que protegem as mulheres e autorizam a concessão de medidas protetivas de urgência em casos de assédio ou de violência. Confira mais informações no link: <https://bit.ly/37zfcwQ>

Expansão da Rede de Enfrentamento

O fomento à prevenção do feminicídio em Mato Grosso, com a expansão do projeto “Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, está previsto no Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). A rede, que surgiu em Barra do Garças e Pontal do Araguaia há sete anos, hoje está estruturada também em Cuiabá, Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, e em fase de implantação em Cáceres e Nova Mutum. A meta é expandir para outras sete comarcas nos próximos anos. Saiba mais no link: <https://bit.ly/39k68hN>

Capacitação Voltada a Membros do MPMT Aborda Novo Modelo de Atuação

Partindo do raciocínio de que nem sempre uma “canetada” é suficiente para resolver um problema e que muitas vezes a escassez é maior do que o poder da ordem, um novo modelo de atuação tem sido discutido no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Em Mato Grosso, a realidade não é diferente. Somente neste mês de agosto, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO) promoveram três Webinars com a temática “Ministério Público Resolutivo”. A iniciativa contou o apoio Institucional da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e a parceria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Realização de *Webinar* Sobre Recuperação Judicial no Agronegócio

No dia 22/06/2020, aconteceu o primeiro *webinar* sobre Recuperação Judicial no Agronegócio. A segunda parte do webinar ocorreu no dia 09/07/2020.

Notícias sobre eventuais pedidos desnecessário de recuperação judicial no agronegócio chamara a atenção do MPMT e do Ministério Público de Contas. O assunto foi discutido durante reunião por videoconferência com a participação de Procuradores de Justiça, Promotores, Juízes e pesquisadores da área.

Disponibilização Manual de Atuação Administrativa

O Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso definiu como uma das metas para o quadriênio a implementação de 8 (oito) Núcleos de Defesa da Vida. Sendo assim, o Centro de Apoio Operacional do Júri (CAO-Júri) e o Núcleo de Defesa da Vida da Capital disponibilizaram no Banco de Peças o Manual de Atuação Administrativa com o escopo de auxiliar e conferir o devido suporte aos Membros e servidores, com especial atenção à tramitação dos feitos e às vítimas e/ou familiares das vítimas de crimes e atos infracionais dolosos contra a vida e latrocínio, ressalvada as adaptações de acordo com a realidade local das Comarcas onde serão implementados os Núcleos. O material foi publicado no Boletim Informativo do Júri nº. 05/2020 e no Banco de Peças do MPMT. Além disso, o CAO-Júri também elaborou e disponibilizou um Guia de Instruções com o passo a passo dos procedimentos a serem seguidos para implementação dos Núcleos pelas Promotorias de Justiça contempladas no PEI. O material foi encaminhado via e-mail aos Membros que já receberam a demanda em 2020 e também disponibilizado no Banco de Peças. Visando o cumprimento do PEI, duas Comarcas já instauraram os respectivos Procedimentos Administrativos para desenvolvimento das ações.

Discussão para elaboração de projeto estratégico com o objetivo de fomentar e fortalecer a ressocialização nos estabelecimentos prisionais do Estado de Mato Grosso

Equipes do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) e do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal realizaram nesta sexta-feira (18) reunião virtual para discutir a elaboração de projeto estratégico com o objetivo de fomentar e fortalecer a ressocialização nos estabelecimentos prisionais do Estado de Mato Grosso. A iniciativa tem ainda como propósito a redução da prática delituosa. Saiba mais no link: <https://bit.ly/3iJml2b>

Participação em Audiência Pública “Mensalidades escolares em tempos de pandemia”

O promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Júnior, do Núcleo de Defesa da Cidadania de Cuiabá e coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), participa nesta sexta-feira (31) da audiência pública “Mensalidades escolares em tempos de pandemia”. O debate promovido pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (Condecon-MT) será transmitido ao vivo, a partir das 14h, pelo canal Setasc Comunica no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCJ0QbO_T5rNKbclH4hIKrng). Leia mais no link: <https://bit.ly/3hSULOR>

Participação em Live “A educação não pode esperar”, promovida pelo TCE-MT

Alimentação escolar, aulas remotas, suporte aos professores e protocolo de segurança sanitária para o retorno das atividades presenciais foram alguns dos assuntos abordados nesta terça-feira (28), na *live* “A educação não pode esperar”, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), por meio da Escola Superior de Contas, com a participação do promotor de Justiça Miguel Shlessarenko Júnior.

Também participaram das discussões Patrícia Lozich, da Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança Pública do TCE, Eduardo Ferreira, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/MT), e Edemar Kamchem, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme/MT). Leia os detalhes desta *live* no link: <https://bit.ly/2P4vghe>

Webinar “Superendividamento dos consumidores na Pandemia e o PL 3515” promovido pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) da instituição

“O superendividamento não é um pecado apenas individual, é um problema social e mundial, de todas as sociedades de consumo. Só que as sociedades desenvolvidas solucionaram de forma legal, dando uma saída para as pessoas que querem pagar e precisam pagar para retornar à sociedade de consumo. E nós não, estamos nessa cultura da dívida, excluímos uma Argentina de pessoas da nossa sociedade. Infelizmente, vamos ter uma chaga, uma doença, uma pandemia dentro da pandemia se não aprovarmos o Projeto de Lei 3515/2015”, argumentou Claudia Lima Marques, na manhã desta sexta-feira (16). A professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente do Comitê de Proteção Internacional do Consumidor da *International Law Association* foi a palestrante convidada para o *webinar* “Superendividamento dos consumidores na Pandemia e o PL 3515”. Transmitido ao vivo pelo YouTube. Saiba mais no

link: <https://bit.ly/353h7sg>

Webinar sobre “Permissões e vedações nos dias que antecedem as eleições”

CAO Eleitoral promove *webinar* sobre “Permissões e vedações nos dias que antecedem as eleições”. O evento foi promovido pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) Eleitoral, com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). O objetivo do *webinar* é alertar os promotores com atuação eleitoral e suas equipes para as práticas permitidas ou vedadas, demonstrando em que situações são cabíveis sanções cíveis e criminais, e quais as penalidades. O tema será abordado pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu Barros, promotor de Justiça Criminal e Eleitoral por 19 anos e autor de dezenas de livros, inclusive sobre Direito Eleitoral.

Realização de Reuniões do CAO URBE

Foram realizadas cerca de 04 reuniões do CAO Urbe, sendo que a principal delas, realizada no dia 05 de Fevereiro para articulação e alinhamento da atuação na área de saneamento básico com diversas entidades e representantes do Governo do Estado com atribuição na área.

Participação de Reunião da Comissão Permanente de Educação

O promotor de Justiça Miguel Shhessarenko Júnior, do Núcleo de Defesa da Cidadania de Cuiabá e coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), participou nesta quinta-feira (23) da reunião da Comissão Permanente de Educação (Copeduc) que integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG). O encontro foi realizado por videoconferência, via *Google Meet*, com a participação de membros dos Ministérios Públicos de todos os Estados e da União. Saiba o que foi tratado na reunião no *link*: <https://bit.ly/30JWsXX>

Força Tarefa – Covid 19

Cinco promotores de Justiça foram designados pelo Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, para compor força-tarefa com o objetivo de auxiliar as Promotorias de todo estado na apuração e propositura de ações relacionadas a ilícitos criminais, cíveis e administrativos decorrentes de despesas realizadas por conta da pandemia da Covid-19. Com a iniciativa, o MPMT pretende conferir maior eficiência e agilidade às investigações, viabilizando a recuperação de ativos e a responsabilização dos agentes, públicos ou privados, que concorreram para a prática de fraudes em prejuízo ao erário.

Sob a coordenação do promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco/Regional de Barra do Garças), Marcos Brant Gambier Costa, a força-tarefa também é composta pelos promotores Alexandre de Matos Guedes (Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde), Amarildo Cezar Fachone (Gaeco Cuiabá), Carlos Roberto César Zarour (Núcleo de Defesa da Administração Pública e da Ordem Tributária) e Gustavo Dantas Ferraz (Núcleo de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa). Também foram enviados convites para participação interinstitucional ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas, Controladoria-Geral do Estado e Polícia Judiciária Civil.

Força Tarefa II – Covid 19 – Ingresso Ação Civil

Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Força-Tarefa criada para apurar fraudes e desvios de recursos públicos relacionados aos gastos com o enfrentamento da Covid-19, ingressou com ação civil de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Rondonópolis, José Carlos Junqueira de Araújo, a secretária municipal de Saúde, Izalba Diva de Albuquerque, outros dois servidores públicos, além dos empresários proprietários das empresas envolvidas no contrato para aquisição de 22 ventiladores pulmonares. Conforme o resultado da perícia realizada pelo Centro de Apoio Operacional à Execução - CAEX, o objeto da licitação foi descrito com especificações que seriam atendidas somente pela empresa contratada para inviabilizar a competição.

Verificou-se ainda que as propostas de preços apresentadas foram elaboradas com o mesmo padrão de apresentação, mesma diagramação, exata descrição de produtos e similaridade na aposição de carimbos, indicando que foram realizadas por uma mesma pessoa, simulando a competitividade.

Tabela 58 – Participação dos Centros de Apoio na realização de Eventos presenciais e virtuais

ATIVIDADES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS							
DATA REALIZAÇÃO	EVENTO	TIPO DE ATIVIDADE	FINALIDADE	ASSISTENTE SOCIAL	INTERNA	EXTERNA	PROMOTORIA/ ÓRGÃO
12/03/2020	Março Mulher	Roda de conversa	Dialogar com as mulheres sobre o tema: "Direitos das mulheres e suas violações"	Renata		X	CREAS Centro
13/03/2020	Mulher em foco	Bate papo	Dialogar sobre "Violência contra a mulher e sororidade"	Renata	X		PGJ/ Vida Plena
16/03/2020	Atividade Mês da Mulher	Palestra	Dialogar com estudantes do 1º ano	Renata		X	SENAI/ Várzea Grande
29/09/2020	Setembro Amarelo	Live	Dialogar sobre "Saúde Mental e a prevenção do suicídio"	Renata	X		Programa Vida Plena/MPMT

4.2. Gabinete de Segurança Institucional – GSI

4.2.1. Atribuição

O Gabinete de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso foi criado pela Lei N.º. 9.326 de 23 de março de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 23 de março de 2010, possuindo em sua estrutura os cargos de Chefia, exercida por um Oficial Superior da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e as Subchefias de Análise de Risco e Operacional, que são exercidas por dois Oficiais Intermediários ou Superiores da Polícia Militar, todos indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Tal Gabinete possui como principal atribuição coordenar, gerenciar, planejar e efetivar, de maneira geral, a segurança institucional nas unidades Ministeriais, com destaque para segurança das áreas, instalações, pessoas, documentos, dentre outras, bem como cumprir as disposições contidas no Ato Administrativo N.º 29/2010-PGJ, o qual dispõe sobre a organização e as atribuições do Gabinete de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, notadamente o que prescreve o art. 2º que dispõe o seguinte:

“Art. 2º Compete ao Gabinete de Segurança Institucional o exercício de atividades relativas à representação funcional, à segurança das autoridades e à segurança geral, em especial:

- a. – zelar, no âmbito das dependências dos edifícios do Ministério Público e de seus órgãos administrativos, pela incolumidade dos visitantes, membros e servidores do Ministério Público, bem como pela manutenção da segurança;
- b. – zelar para que sejam rigorosamente observadas as normas gerais de operação e segurança que regulam o funcionamento dos edifícios do Ministério Público;
- c. – colaborar com o controle geral de entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, de acordo com as normas técnicas nos edifícios do Ministério Público para os quais tenha sido designada;
- d. – comunicar aos órgãos próprios do Ministério Público todas as ocorrências de que tiver conhecimento, sem prejuízo da adoção das providências cabíveis na esfera de suas atribuições;
- e. – colaborar na elaboração e supervisionar a execução do plano de segurança institucional e orientar a execução dos serviços de segurança ostensiva da Procuradoria-Geral de Justiça, inclusive, nos locais em que houver, o serviço de vigilância privada contratado pelo Ministério Público;
- f. – dar conhecimento à Diretoria-Geral das irregularidades pertinentes à sua área de atuação de que tome conhecimento;

g. – exercer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.”

No desempenho de seu mister o Gabinete de Segurança Institucional desenvolve diversas atividades e, durante o ano de 2020, tendo como objetivo principal garantir o pleno exercício das funções institucionais de membros e servidores, primando pelo desenvolvimento e disseminação de uma cultura de segurança, adotar ações visando a salvaguarda de todas as pessoas que acessam as unidades Ministeriais diuturnamente, foram efetivadas as ações serão apresentadas e descritas de forma sucinta a seguir.

4.2.2. Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2020 foram realizadas diversas atividades voltadas direta ou indiretamente para área da segurança institucional, dentre as quais destacam-se:

- Implementação de medidas protetivas deferidas a Membros Ministeriais;
- Execução da segurança pessoal do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça ou de quem o represente na função;
- Coordenação e execução da segurança durante a execução da fase oral do Concurso Público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- Elaboração de Relatórios Técnicos de Análise de Risco;
- Elaboração de Relatório de Vulnerabilidades;
- Auxílio aos membros no procedimento de aquisição de arma de fogo para defesa pessoal;
- Orientação quanto à segurança durante as fases de elaboração dos projetos de engenharia por integrante do Corpo de Bombeiro Militar;
- Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados quanto a prevenção e combate a incêndio por integrante do Corpo de Bombeiro Militar;
- Realização de estudos técnicos para indicação de soluções tecnológicas e equipamentos que possam complementar e/ou atualizar as barreiras físicas existentes, submetendo à avaliação da administração superior;

- Disponibilização de equipe de segurança para atuação no teste seletivo para os Estagiários do Ministério Público – MT;
- Disponibilização de equipes de segurança para auxiliar Promotores de Justiça que atuam na área eleitoral durante as eleições municipais de 2020 na capital;
- Coordenação para realização de procedimento de desinfecção nas áreas e instalações Ministeriais da capital e em comarcas do interior do Estado em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

4.2.2.1. Segurança Pessoal e Medidas Protetivas

O Gabinete Segurança Institucional é o órgão encarregado da execução das medidas protetivas deferidas pela Comissão de Segurança do MPMT, aos membros e servidores cuja integridade física esteja em situação de risco atual ou iminente, em razão do exercício de suas funções, na forma e procedimento estabelecido no Ato Administrativo N° 473/2015-PGJ e suas alterações.

4.2.2.2. Escoltas Projeto Água para o Futuro

O projeto Água para o Futuro é uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, executado em conjunto com o Instituto Ação Verde e a Universidade Federal de Mato Grosso. O projeto busca, prioritariamente, garantir a segurança hídrica de Cuiabá e o abastecimento de água potável por meio da identificação, preservação e recuperação das nascentes.

Tal projeto é coordenado pela 17^a Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística e do Patrimônio Cultural de Cuiabá, sendo solicitado escolta policial do GSI/MPMT para acompanhar e prover a segurança pessoal dos servidores responsáveis pelas análises de campo realizadas em diversos locais, conforme descrição abaixo:

ORDEM	DATA	ATIVIDADE/RESUMO	REGISTRO/GEDOC
1.	21 a 23/01/2020	Escolta de equipe técnica para coleta de dados da fauna em nascentes localizadas em diversos bairros da capital.	20.14.0001.0000445/2020-51
2.	31/01/2020	Escolta da equipe técnica do projeto Água para o Futuro em ação de campo para realizar o levantamento de fauna nas nascentes na região do Distrito Industrial (BR-364) e no Pedra 90.	20.14.0001.0000850/2020-77
3.	17/02/2020	Escolta no período noturno da equipe técnica do Projeto Água Para o Futuro em ações de campo que ocorrerão no Município de Várzea Grande – MT nos dias 17, 19, 21 e 28 de fevereiro do corrente ano.	20.14.0001.0001282/2020-53

4.2.2.3. Segurança Pessoal em Inspeções e Perícias

Considerando que toda e qualquer atividade externa realizada por membro ou servidor do MPMT, a depender da localidade, modo de atuação e tipo de serviço a ser executado/prestado, pode resultar em risco considerável a integridade física dos referidos integrantes, o GSI realiza segurança pessoal em tais atividades, após prévia autorização da administração superior, em razão do fato de que as atividades externas relacionadas ao exercício funcional se enquadram na área de segurança de pessoas, uma das responsabilidades do GSI.

Desta feita, no ano de 2020 realizamos acompanhamento e segurança pessoal de membro e servidores apenas em uma atividade de inspeção em unidade prisional, devido a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), conforme abaixo descrito:

ORDEM	DATA	ATIVIDADE/RESUMO	REGISTRO/GEDOC
1.	17/03/2020	Inspeção mensal da PCE – Penitenciária Central do Estado.	20.14.0001.0001890/2020-30

4.2.2.4. Atendimento de Dignitários

Além da responsabilidade pela segurança institucional do MPMT, o GSI encarrega-se de realizar o traslado e segurança pessoal de autoridades de outros Estados que estejam em visita institucional ou participando de eventos organizados pelo MPMT.

Durante o ano de 2020, mesmo com as restrições impostas pelo risco de contaminação pelo COVID-19, o Gabinete de Segurança Institucional, seguindo todos os protocolos e recomendações sanitárias dos órgãos responsáveis, realizou os seguintes atendimentos a autoridades do Conselho Nacional do Ministério Público em atuação institucional no Estado de Mato Grosso.

4.2.2.5. Análise de Risco, Vulnerabilidades e Relatório de Informações

O GSI/MPMT possui em sua estrutura a subchefia de análise de risco, composta por policiais qualificados e preparados para realização de atividades afetas a coleta e processamento de dados que subsidiarão a elaboração de relatórios técnicos de análise de risco, relatórios de vulnerabilidades de áreas e instalações, investigações sociais e pedidos de conhecimento que demandem trabalho de campo.

Os Relatórios Técnicos de Avaliação de Risco consubstanciam estudos e trabalho de campo desenvolvidos pela Subchefia de Análise de Risco, empregando técnicas e métodos específicos, visando identificar riscos reais ou potenciais direcionados a membros ou servidores em razão da atuação institucional, de forma a analisar os referidos riscos, documentá-los, executar e/ou sugerir medidas preventivas ou ações para mitigá-los.

A análise de risco é uma atividade complexa, pois depende de muitas informações detalhadas nem sempre disponíveis, mas que auxiliam na identificação e gerenciamento de problemas potenciais que possam obstaculizar a atuação institucional de Membros e servidores do MPMT. No ano de 2020 foram produzidos 50 relatórios técnicos de avaliação de risco em diversas comarcas devidamente registrados nos procedimentos administrativos.

Os relatórios técnicos de vulnerabilidades, tratam de estudos realizados por equipe especializada, voltado à segurança das áreas e instalações, visando identificar e sugerir medidas que possam acabar e/ou mitigar sistematicamente as vulnerabilidades existentes nos edifícios onde estão instaladas as sedes das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Em uma visão geral, essa análise trata, sobretudo, do processo de identificação de brechas e de falhas presentes no ambiente e que acabam expondo-o a ameaças, de forma a se considerar todos os problemas de segurança, fazendo um mapeamento de toda área física que possa conter brechas e falhas, delimitando esses resultados a partir de relatórios técnicos.

Desse modo, com os dados mapeados, é possível atenuar as possíveis vulnerabilidades que foram encontradas. Dessa maneira, assegurando maior segurança ao ambiente em questão, determinando uma nova linha de fase para as análises futuras.

No decorrer do ano de 2020, a Subchefia de Análise de Risco elaborou 48 Relatórios Técnicos de Vulnerabilidades, registrados nos respectivos procedimentos administrativos.

As investigações sociais visam avaliar a idoneidade moral e social de um candidato para exercer determinado cargo de interesse, que eventualmente tenha acesso a informações sigilosas. Para isso, são coletadas informações em relação à conduta social e profissional do participante por meio de certidões de antecedentes criminais. No ano de 2020 foram realizadas 47 investigações sociais pela Subchefia de Análise de Risco.

É realizado ainda pela Subchefia de Análise de risco em cooperação com outros órgãos e setores que integram o sistema de Segurança Pública, visando o fornecimento e/ou compartilhamento de informações de interesse institucional.

4.2.3. Iniciativas de Destaques

4.2.3.1. Participação Projeto Ouvidoria Itinerante

A Ouvidoria Geral do MPMT iniciou no dia 20/04/2019 o projeto “Ouvidoria Itinerante do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT)”, cuja estreia ocorrera no projeto “Viva o seu Bairro”. Em tal projeto, a Ouvidoria disponibiliza atendimento aos cidadãos, onde a comunidade pode fazer reclamações, denúncias e conhecer a atuação do MPMT, conversando com membros da instituição e registrando suas manifestações.

O projeto Ouvidoria Itinerante conta com a participação da Ouvidora geral do MPMT e vários servidores que realizam os atendimentos aos cidadãos em geral. Considerando que tais atendimentos são realizados, em sua maioria, em bairros carentes e mais afastados, o Gabinete de Segurança Institucional, desde o ano de 2019, tem participado de tal projeto, no sentido de garantir a segurança de membros, servidores e demais pessoas que buscam atendimento da Ouvidoria Itinerante MPMT.

Entretanto, considerando que no ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS classificou, no dia 11 de março de 2020, como pandemia a contaminação da doença COVID-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e devido a necessidade de se adotar medidas para

diminuir os riscos de contaminação e propagação da doença, foi editado o ATO ADMINISTRATIVO Nº 906/2020-PGJ, de 27 de março de 2020, estabelecendo medidas preventivas de redução dos riscos de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Tal ato administrativo, além de outras disposições normativas suspendeu, por prazo indeterminado, os eventos e as visitas institucionais promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, recomendando, no âmbito das atividades ministeriais, a realização de reuniões virtuais ou, na estrita impossibilidade, a realização com o número imprescindível de participantes, o reagendamento de oitivas, audiências e demais atos relacionados aos procedimentos em trâmite perante o MPMT que demandem a recepção de público externo nas dependências da Instituição.

Desta forma o atendimento presencial do projeto desenvolvido pela Ouvidoria Geral do MPMT foi suspenso por tempo indeterminado, não havendo atendimento ou acompanhamento pelo Gabinete de Segurança Institucional.

4.2.3.2. Capacitação

Visando a excelência nos serviços prestados a membros, servidores e demais cidadãos, o GSI/MPMT desenvolve uma política de capacitação e aprimoramento contínuos, com foco na atualização dos conhecimentos de todos os policiais que estão lotados no gabinete, através da participação em cursos, palestras, seminários, instruções e demais atividades voltadas às áreas de conhecimento que possam ser empregados/aproveitados no MPMT.

Entretanto, por conta da pandemia causada pelo COVID-19, foi prejudicada a realização e participação em cursos e eventos de capacitação, de forma que houve a possibilidade de participação em apenas 03 (três) eventos conforme descrito a seguir:

Tabela 59 – Cursos/eventos realizados com participação do GSI

ORDEM	CURSO/EVENTOS	PERÍODO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DO GSI
1.	Curso de Capacitação “LEI Geral De Proteção De Dados Pessoais – LGPD”	10 a 14/02/2020	01
2.	Encontro sobre o Pacote Anticrime e seu Reflexos no Sistema de Justiça Criminal.	04/03/2020	01
3.	Treinamento: Resgate de pessoas nos elevadores em decorrência de pane.	12/03/2020	01

4.3. CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

4.3.1. Atribuição

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CEAF, tem como missão promover o aperfeiçoamento funcional, por meio de treinamentos, seminários, congressos, simpósios, estudos e publicações e quaisquer outras atividades que visem o aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, devendo servir também como órgão auxiliar na elaboração das diretrizes políticas institucionais do Ministério Público.

Durante o desempenho de tal missão, em 2020, o CEAF proporcionou a qualificação de membros e servidores do MP/MT, efetuando as atividades de coordenação, supervisão, divulgação, inscrição, apoio logístico, material, e avaliação de cursos para aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores deste Ministério Público. Participou também das reuniões de “Avaliação de Desempenho” “Progressão Funcional”.

Ressalte-se que o desempenho de tal missão contou com o apoio e empenho da equipe do CEAF e de vários outros colaboradores (membros, servidores e departamentos), que voluntariamente cooperaram com a Instituição, sem prejuízos de suas atribuições normais.

Cabe ao CEAF coadjuvar junto a Comissão de Exame de Seleção de Credenciamento de Estagiários do Ministério Público, fazendo toda divulgação e coordenação do processo para a realização do certame.

Segue abaixo a relação das capacitações e eventos realizados pelo CEAF no decorrer do ano de 2020.

4.3.2. Atividades Desenvolvidas

Tabela 60 – Cursos e Eventos Coordenados pelo CEAF *in company*

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes	Período	Local
1	Curso: Introdução à Gestão por Processos (alinhamento conceitual)	Promotor: 01 Servidores: 15	14 e 15 de janeiro	Sala de Reunião 01 – Promotoria de Justiça da Capital

2	Curso “Investigação e Telemática”	Promotores: 07 Servidores: 33	06 de fevereiro	Auditório da PGJ
3	Curso Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	Promotores: 02 Servidores: 35	10 a 14 de fevereiro	Auditório da PGJ
4	I Oficina para Comissões de Heteroidentificação no Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Procuradora: 01 Promotores: 05 Servidores: 18	02 e 03 de março	Sala de Reunião 01 – Promotoria de Justiça da Capital
5	Curso: Treinamento – Funcionamento dos Equipamentos “Kit Óculos Modelo Nxtgen”	Servidores: 14	11 e 12 de fevereiro	Sala de Reunião 01 – Promotoria de Justiça da Capital
6	Curso: Análise Fiscal	Servidores: 10	14 de fevereiro	Sala de Reunião 01 – Promotoria de Justiça da Capital
7	Encontro da Procuradoria de Justiça Criminal Especializada – Pacote Anticrime e seus Reflexos no Sistema Criminal	Procuradores: 04 Promotores: 86 Servidores: 23 Convidados: 18	05 e 06 de março	Auditório da PGJ
8	Curso Tribunal do Júri – Reflexões sobre técnicas do Plenário	Promotores: 24	07 de março	Auditório da PGJ
9	Treinamento: <i>Live</i> de treinamento SIMP3	Procuradores: 04 Promotores: 83 Servidores: 685 Estagiários: 124 Terceirizados: 55 Voluntário: 01	05 de agosto	Plataforma Teams
10	XXI Encontro Estadual do Ministério Público de Mato Grosso	Procuradores: 07 Promotores: 73 Servidores: 90 Estagiário: 01	09 e 10 de dezembro	Plataforma Teams

Tabela 61 – *Webnar* Coordenados pelo CEAF – EAD

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/ Encontros	Nº de Participantes	Período	Local
1	<i>Webnar</i> : Recuperação Judicial de Produtores Rurais: Regime atual e Impacto regulatório – 1ª PARTE	Procuradores e Promotores	18 de junho	Plataforma Teams
2	<i>Webnar</i> : Recuperação Judicial de Produtores Rurais: Regime atual e Impacto regulatório – 2ª PARTE	Procuradores e Promotores	09 de julho	Plataforma Teams
3	<i>Webnar</i> : 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescência – Conquistas e Desafios: Reflexões	Procuradores e Promotores	27 de julho	Plataforma Teams

4	WEBINAR: “Dos litígios aos processos coletivos estruturais, novos horizontes para a tutela coletiva brasileira”.	Procuradores e Promotores	21 de agosto	Plataforma Teams
5	Webnar: Termo de Ajustamento de Conduta - Análise e casos práticos	Procuradores e Promotores	27 de agosto	Plataforma Teams
6	WEBINAR: “Litígios e processos coletivos estruturais: desafios do acordo e da decisão estrutural”.	Procuradores e Promotores	31 de agosto	Plataforma Teams
7	WEBINAR: “Aspectos Práticos da Propaganda Eleitoral”	Procuradores e Promotores	04 de novembro	Plataforma Teams
8	WEBINÁRIO Projeto “Prevenção Começa na Escola” – Lançamento dos Vídeos Orientativos	Procuradores e Promotores	05 de novembro	Plataforma Teams

Tabela 62 – Cursos Coordenados pelo CEAF – EAD

Nº.	Curso/Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes	Período	Local
1	Curso <i>on-line</i> : Segurança Orgânica e da Informação	Servidores: 02 Estagiário: 02	05/02 a 30/06	CEAF EAD
2	Curso <i>on-line</i> : Individualização, Aplicação e Dosimetria da Pena	Servidores: 03 Estagiários: 08 Terceirizados: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD
3	Curso <i>on-line</i> : O Futuro da Atuação do Ministério Público	Servidores: 02 Estagiários: 08 Terceirizados: 02	05/02 a 30/06	CEAF EAD
4	Curso <i>on-line</i> : Como Fazer Ação Penal Pública	Promotor: 01 Servidores: 02 Estagiários: 11 Terceirizados: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD
5	Curso <i>on-line</i> : Hermenêutica Constitucional	Servidores: 05 Estagiários: 10	05/02 a 30/06	CEAF EAD
6	Curso <i>on-line</i> : Elaboração e Gerência de Projetos	Servidores: 02 Estagiários: 02 Terceirizados: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD
7	Curso <i>on-line</i> : Libras	Estagiários: 04	05/02 a 30/06	CEAF EAD
8	Curso <i>on-line</i> : Curso Básico de Interpretação de Texto	Promotor: 01 Servidores: 07 Estagiários: 12 Terceirizados: 02	02/02 a 30/06	CEAF EAD
9	Curso <i>on-line</i> : A Arte de Administrar seu Tempo	Promotor: 04 Servidores: 26 Estagiários: 11 Terceirizados: 02	30/03 a 30/06	CEAF EAD
10	Curso <i>on-line</i> : Atendimento ao Público	Servidores: 05 Estagiários: 05 Terceirizados: 02 Cedidos: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD

11	Curso <i>on-line</i> : Técnicas Especiais de Investigação e Meios Especiais de Obtenção de Provas	Servidores: 04 Estagiários: 10 Terceirizados: 02	05/02 a 30/06	CEAF EAD
12	Curso <i>on-line</i> : Redação Oficial	Promotor: 01 Servidores: 08 Estagiários: 02 Terceirizados: 02 Cedidos: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD
13	Curso <i>on-line</i> : Ética e Relacionamento Interpessoal	Promotor: 01 Servidores: 01 Estagiários: 08 Terceirizados: 03 Cedidos: 01	05/02 a 30/06	CEAF EAD
14	Curso <i>on-line</i> : Acolhida de Mulheres que Desejam Entregar suas Crianças para Adoção	Promotor: 01 Servidores: 01 Estagiários: 04 Terceirizados: 02	05/02 a 30/06	CEAF EAD
15	Curso <i>on-line</i> : Elaboração de Plano de Ação e de Termo de Abertura de Projetos – Turma 01	Procurador: 01 Promotor: 13 Servidores: 42	14/04 a 30/06	CEAF EAD
16	Curso <i>on-line</i> : Elaboração de Plano de Ação e de Termo de Abertura de Projetos – Turma 02	Promotor: 02 Servidores: 15 Terceirizados: 02	14/04 a 30/06	CEAF EAD
17	Curso: Elaboração de Plano de Ação e de Termo de Abertura de Projetos – Turma 03/2020	Estagiários: 06 Terceirizados: 03	06/07 a 30/11	CEAF EAD
18	Curso: Acolhida de Mulheres que Desejam Entregar suas Crianças para Adoção Turma 02 /2020	Estagiários: 08 Terceirizados: 03	06/07 a 30/11	CEAF EAD
19	Curso: Ética e Relacionamento Interpessoal – Turma 02/2020	Estagiários: 10 Terceirizados: 02 Voluntário: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
20	Curso: Redação Oficial – Turma 02 / 2020	Estagiários: 06 Terceirizados: 02 Policial: 02	06/07 a 30/11	CEAF EAD
21	Curso: Atendimento ao Público – Turma 02/2020	Servidor: 01 Estagiários: 09 Terceirizados: 03	06/07 a 30/11	CEAF EAD
22	Curso: A Arte de Administrar seu Tempo – Turma 02/2020	Promotor: 01 Servidor: 02 Estagiários: 15 Terceirizados: 06 Voluntário: 01 Policial: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
23	Curso: Básico de Interpretação de Texto – Turma 02/2020	Servidor: 01 Estagiários: 06 Terceirizados: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
24	Curso: Libras – Turma 02/2020	Estagiários: 04 Terceirizados: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD

25	Curso: Elaboração e Gerência de Projetos – Turma 02/2020	Estagiários: 05 Terceirizados: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
26	Curso: Hermenêutica Constitucional – Turma 02/2020	Promotor: 01 Estagiários: 13 Terceirizados: 03	06/07 a 30/11	CEAF EAD
27	Curso: O Futuro da Atuação do Ministério Público – Turma 02/2020	Promotor: 01 Estagiários: 08 Terceirizados: 02	06/07 a 30/11	CEAF EAD
28	Curso: Individualização, Aplicação e Dosimetria da Pena – Turma 02/2020	Estagiários: 14 Terceirizados: 02	06/07 a 30/11	CEAF EAD
29	Curso: Segurança Orgânica e da Informação – Turma 02/2020	Estagiários: 08 Terceirizados: 01 Policial: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
30	Curso: Direito Eleitoral – Eleições 2020 – Turma 01/2020	Promotor: 03 Servidor: 06 Estagiários: 11 Terceirizados: 09 Policial: 01	06/07 a 30/11	CEAF EAD
31	FOSEMP: Atendimento ao Público	Servidor: 05 Estagiários: 09 Terceirizados: 03 Voluntário: 01	08/07 a 30/11	CEAF EAD
32	FOSEMP: Segurança Orgânica e da Informação	Servidor: 03 Estagiários: 08 Terceirizados: 03	08/07 a 30/11	CEAF EAD
33	FOSEMP: Intranet, Simp e Gedoc	Servidor: 05 Estagiários: 09 Terceirizados: 04	08/07 a 30/11	CEAF EAD
34	FOSEMP: Redação Oficial	Servidor: 05 Estagiários: 08 Terceirizados: 02 Voluntário: 01	08/07 a 30/11	CEAF EAD
35	FOSEMP: Estágio Probatório	Servidor: 02 Estagiários: 04 Terceirizados: 03 Voluntário: 01	08/07 a 30/11	CEAF EAD
36	FOSEMP: Gestão Documental	Servidor: 02 Estagiários: 04 Terceirizados: 03 Voluntário: 01	08/07 a 30/11	CEAF EAD
37	FOSEMP: Adiantamento e Diária	Servidor: 03 Estagiários: 06 Terceirizados: 03 Voluntário: 01	08/07 a 30/11	CEAF EAD
38	FOSEMP: Ética e Relacionamento Interpessoal	Servidor: 04 Estagiários: 10 Terceirizados: 04	08/07 a 30/11	CEAF EAD

Tabela 63 – Cursos, Treinamentos e Eventos Disponibilizados aos Membros e Servidores por Compra de Vaga

Nº.	Curso, treinamento e eventos	Nº de Participantes	Período	Local
1	Curso Preparatório para Certificação CPA-20	Servidor: 01	Junho de 2020	EA Certificações
2	Curso “Introdução a Computação Forense”	Servidor: 01	16 a 19 de novembro	EAD – IPOG
3	Curso de Extração Avançada em Dispositivo Móveis/ Módulo I – Box e Chip Off	Servidores: 03	20 a 22 de novembro	São Paulo/SP

Tabela 64 – Cursos, Treinamentos e Eventos Disponibilizados aos Membros e Servidores por indicação ou convite

Nº	Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes	Período	Local
1	Curso Preparatório para certificação CGRPPS APIMEC	Servidor: 01	02, 03 e 04 de março	Auditório da AMM
2	XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA	Promotor: 01	15 a 17 de abril	Vitória/ES
3	1º Elas por Elas: Mulheres e seus Protagonismos	Promotora: 01	22 e 23 de março	Juína/MT
4	Curso de Gestão de Projetos para Membros – 6º Turma de Atividades	Promotor: 01	25 e 26 de maio	MPSP

Tabela 65 – Cursos Disponibilizados por Outras Instituições - EAD

Nº.	Curso, treinamento e eventos	Nº de Participantes	Período	Local
1	Curso de Aperfeiçoamento "Atuação do MP em favor das pessoas com deficiência	Promotor: 01 Servidor: 01	04 a 29 de maio	ESMPU
2	Curso de Aperfeiçoamento "Análise econômica do Direito e Teoria dos Jogos	Promotora: 01	04 a 29 de maio	ESMPU
3	Curso <i>on-line</i> “Valoração Econômica de impactos e danos Socioambientais”	Servidor: 01	11 de maio a 05 de junho	ESMPU - EAD
4	Curso <i>on-line</i> “Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos: como evitar, quando sanar e como resolver de acordo com o TCU”,	Servidor:02	11 de maio a 05 de junho	ESMPU - EAD
5	Curso <i>on-line</i> STF Educa Reflexões Sobre a Lei de Improbidade Administrativa - Turma 2	Servidora: 03	08 a 26 de Junho	CNJ EAD
6	Seminário: “IERBB/MPRJ CONECTA – A experiência dos centros de atendimento integrado (CAACs) e do depoimento especial de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro” - EAD	Promotora: 01	09 de junho	Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso – IERBB/MPRJ

7	WEBINÁRIO “PRÁTICAS DE ESCUTA PROTEGIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”	Promotor: 01	22 de junho	Ministério Público do Estado do Amazonas
8	Seminário: “IERBB/MPRJ CONECTA – MP resolutivo: técnicas de negociação e a implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes na tutela coletiva”	Promotor: 01	25 de junho	Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso – IERBB/MPRJ
9	IV Fórum Nacional de Auditoria, com o tema: “Ação Nacional das Políticas Públicas Relacionadas ao COVID-19”	Servidor: 01	08 de julho	TCE-RN - Escola de Contas Professor Severino de Oliveira.
10	Evento virtual 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Avanços e desafios	Promotor: 01 Servidor: 01	13 de julho	Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso
11	Congresso digital 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente	Promotor: 01	13 de julho	Conselho Nacional de Justiça

Tabela 66 – Eventos/Palestras/Seminários/Encontros - Internacional

Nº.	Eventos/Palestras/Encontros	Nº de Participantes	Período	Local
1	Programa de <i>Protección Internacional de Derechos Humanos</i>	Promotor: 01	13 a 17 de janeiro	Facultad de Derecho de Madri/Espanha
2	Curso de Especialização em Direito da Família	Procuradora: 01	13 a 17 de janeiro	Universidade de Coimbra/ Portugal

Tabela 67 – Especialização

Nº.	Curso	Nº de Participantes	Período	Local
1	Pós-graduação <i>Latu Sensu</i> em Ministério Público Resolutivo e Gestão de Excelência	Promotores: 28 Servidores: 32	Julho/2020 a maio 2021	FESMP

Tabela 68 – Concurso Para Seleção de Estagiários Realizados

Concursos	Comarcas	Total de Inscritos	Realizaram Provas	Total de Aprovados
Edital 01/2020 Concurso de estagiários de outras áreas diferentes do direito	01	102	37	11
Edital 02/2020 Concurso de estagiários de Direito	08	69	52	42

Tabela 69 – Quadro Demonstrativo dos Cursos/Eventos/*Webinar*/Palestras – CEAF - 2020

CURSOS E EVENTOS	QUANTIDADE
Cursos e Eventos Coordenados pelo CEAF	09
<i>Webinar</i>	08
Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores Compras de Vagas	03
Cursos, treinamentos e eventos disponibilizados aos Membros e Servidores Indicação ou convite	04
Cursos EaD - CEAF	38
Cursos EaD – Outras Instituições	11
Eventos, Palestras, Congressos Internacionais	02
TOTAL	83
Especializações	1
Grupo de Estudos	0

Tabela 70 – Quadro de Procuradores/Promotores e Servidores Capacitados pelo CEAF - 2020

	PROCURADORES	PROMOTORES	SERVIDORES
Total	33	213	1.102
Capacitados	25	162	839
Porcentagem de capacitados	76,05%	36,36%	76,13%

4.3.3. Iniciativas de Destaque

4.3.3.1. Realização de Oficina para Comissões de Heteroidentificação

Com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), foi realizada a 1ª Oficina para Comissões de Heteroidentificação promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Cerca de 30 pessoas, entre membros e servidores da instituição, estão sendo capacitados. O curso segue até amanhã (03), das 8h30 às 18h30, na sede das Promotorias de Cuiabá.

O cronograma de atividades inclui apresentações sobre a história das relações raciais no Brasil, racismo estrutural, case do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo do Ministério Público de Pernambuco, políticas de ações afirmativas e a Lei de Cotas, e a leitura da Portaria Normativa nº 4/2018 - que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros em concursos públicos. Há previsão de uma dinâmica de

funcionamento das bancas de heteroidentificação, bem como a simulação de uma banca.

“É uma necessidade estarmos aqui porque temos questões a cumprir. Então que estejamos abertos a disponíveis a ouvir, a nos permitir refletir”, afirmou a instrutora Manuela Arruda dos S. N. da Silva, professora do Instituto Federal de Mato Grosso - campus Pontes e Lacerda. Conforme Manuela, a oficina é um momento importante e fundamental para evitar que os candidatos ao concurso de promotor de Justiça substituto, por exemplo, venham a contestar o certame futuramente.

4.2.3.2. Participação no lançamento do curso sobre plano de ação e termo de abertura de projeto

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso disponibilizaram na plataforma de ensino a distância (EaD) o “Curso de Elaboração de Plano de Ação e Termo de Abertura de Projeto”. Nesta primeira etapa, a qualificação é destinada aos chefes de departamentos, gerentes, supervisores, coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, Procuradorias Especializadas e coordenadores dos órgãos auxiliares da administração superior.

Segundo informações do Deplan, os participantes já foram matriculados e deverão concluir o curso até o dia 15 de maio. A capacitação busca auxiliá-los na elaboração dos planos de ação e termos de abertura de projetos referentes ao Planejamento Estratégico 2020-2023. Ao final do curso, haverá atividade prática que será avaliada pela equipe do Deplan com intuito de validar o processo de ensinoaprendizagem.

4.4. Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação (CAOP/CSI)

Coordenador: Rubens Alves de Paula, Promotor de Justiça

O Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação foi instituído pelo Ato Administrativo n.º 709/2018-PGJ. Em 29/08/2019, através do Ato Administrativo n.º 833/22019-PGJ, foi aprovado o Regimento Interno do CAOP/CSI.

Para a gestão de suas demandas o CSI utiliza a ferramenta REDMINE que possibilita o controle das atividades administrativas, de tecnologia da informação e do Laboratório de Lavagem de Dinheiro. Todas as atividades do CSI estão registradas como tarefas no REDMINE, totalizando, 964 tarefas em 2020.

O CSI está em tratativas com o MPMGO para implantação no CSI da ferramenta SGED- Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos que deverá substituir o *REDMINE*.

Tabela 71 – Quadro atual de membros e servidores lotados no CAOP/CSI

Coordenador	Dr. Rubens Alves de Paula (Promotor de Justiça)
Subcoordenador	Dr. Carlos Roberto Zarour Cesar (Promotor de Justiça)
Servidores	Anísio Alfredo da Silva Junior (desenvolvedor lotado na SESP/MT) Danilo de Souza Carvalho (desenvolvedor lotado na PJC/MT) Edison Martin Fábio Henrique Mazzo Miorim Flávia Renata Beppu Gabriel Valderlan da Silva Almeida Jean da Silva Barros Juracy Lopes dos Santos Neto Katiucy Albuquerque Braga Ludmila Auxiliadora Silvente Audi Bernardino Rogério Narcizo Santos Souza
Policiais Militares	Gabriel Leal /Anderson de Arruda Rodrigo Garcia Ribeiro Tatiane dos Santos Portela

4.4.1. Atuação

O CAOP/CSI é órgão auxiliar responsável pela gestão estratégica e tratamento adequado das informações e dados sensíveis para o exercício das funções constitucionais e legais do Ministério Público e especialmente por:

I - assistir o Procurador-Geral da Justiça no relacionamento com órgãos e entidades que disponham de dados, informações e estruturas necessárias à atuação do Ministério Público e propor a celebração de convênios, cooperações técnicas e protocolos de intercâmbio de informações;

II - pesquisar, coletar, armazenar, gerenciar, proteger, processar, analisar e difundir dados, internos ou externos, e produzir conhecimento necessário ao exercício de funções institucionais dos membros do Ministério Público;

III - desenvolver e manter os sistemas de informática necessários ao exercício de suas funções, procedendo ao levantamento para o desenvolvimento de sistemas de informação, identificando requisitos, regras, procedimentos, parâmetros e indicadores de qualidade de seus trabalhos;

IV - planejar, coordenar, controlar, supervisionar, criar, revisar, normatizar e manter as atividades relativas à administração, modelagem e consolidação dos bancos de dados utilizados pelos sistemas de informação do Ministério Público;

V - assegurar a cadeia de custódia das provas e informações sigilosas sob sua responsabilidade;

VI - receber, processar, analisar e armazenar dados sigilosos obtidos por meio de decisões judiciais, de representações encaminhadas por órgãos públicos ou de requisição direta dos membros do Ministério Público, por meio do Laboratório de Lavagem de Dinheiro, com o apoio do Setor de Tecnologia da Informação;

VII - estabelecer, em coordenação do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do MP/MT, nos termos do Ato Administrativo 615/2017-PGJ, políticas e ações internas de proteção de dados, comunicações, documentos, instalações e pessoal;

VIII - classificar, gerenciar e controlar os dados, as informações e os conhecimentos, segundo o grau de importância e sigilo, e providenciar sua disseminação aos membros do Ministério Público;

IX - planejar, coordenar e executar a gestão do conhecimento do Ministério Público, com base nos bancos de dados acumulados e em sistemas da instituição;

X - elaborar Relatórios de Inteligência referentes às demandas prescritas em Ordens de Serviço, Ordens de Diligência, Carta Cooperação, quando solicitado;

XI - atender às solicitações de pesquisas em fontes abertas e em suas bases requeridas pelas Promotorias e Procuradorias do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

XII - realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência, competindo-lhe representar o Ministério Público junto aos órgãos de inteligência estaduais e nacionais;

XIII - planejar, executar, controlar e coordenar as atividades de inteligência;

XIV - planejar, coordenar e promover operações específicas de coleta e, eventualmente, de busca judicial de conhecimento, através das plataformas tecnológicas existentes no Ministério Público;

XV - analisar as movimentações financeiras identificadas como suspeitas ou atípicas, atentando para os sistemas, métodos, identificação de risco, padrões e rotinas, competindo-lhe, para tanto, receber os Relatórios de Inteligência Financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras;

XVI - desenvolver e operar métodos e técnicas de aquisição, tratamento, disponibilização, análise e difusão de conhecimento aplicável à atividade-fim do Ministério Público, particularmente aquelas empregadas no combate à corrupção e à lavagem de ativos;

XVII - prestar apoio operacional nas quebras de sigilos legais, atentando para as espécies de sigilo, requisitos para a quebra, nulidades e contaminação da prova;

XVIII - desenvolver tecnologias de análise de dados e servir como polo disseminador de boas práticas, assim como métodos e técnicas operacionais (ferramentas de inteligência) para a produção de informações relacionadas à análise financeira e orçamentária;

XIX - planejar, coordenar e executar ações de capacitação e treinamento nas atividades operacionais do Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança Institucional para membros e servidores do Ministério Público e usuários externos dos sistemas;

XX - manter intercâmbio com órgãos públicos, nacionais ou estrangeiros, em matérias relacionadas às suas funções;

XXI - disponibilizar ferramentas de pesquisa e análise ao Gabinete de Segurança Institucional - GSI, úteis para identificar, analisar, avaliar, dar tratamento e monitorar, de modo dinâmico, profissional e proativo, ações que impliquem riscos para a Instituição e seus membros ou familiares em razão do exercício funcional, bem como ameaças à salva-guarda de dados, informações e conhecimentos sensíveis do Ministério Público;

XXII - decidir, na coordenação da Comissão de Segurança, nos termos do Ato Administrativo 473/2015-PGJ, acerca da concessão de medidas protetivas adequadas ao enfrentamento das situações de risco referidas no inciso XXI;

XXIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade, determinadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

4.4.2. Atividades Desenvolvidas

Ao longo do ano de 2020 foram elaborados 36 Relatórios de Inteligência, 199 Informes (descritivo) e 31 Relatórios Técnicos. O CSI é responsável pela gestão e acompanhamento (quarentena) dos casos SIMBA. Atendendo ainda com o suporte e manutenção da plataforma do sistema SIMBA.

O Núcleo de Informática trabalha no tratamento do volume de dados apresentados, de forma que possam ser mais bem utilizados, tornando a consulta mais eficiente. Hoje temos aproximadamente os seguintes quantitativos de registros:

PESSOA_FISICA	255.154.751
PESSOA_JURIDICA	42.871.326
CAGED	212.008.536
RAIS	421.944.388
SOCIO	20.069.687
ELEITOR	161.264.761
LICITAÇÃO – TCE	12.638.912
DADOS SECUNDÁRIOS	1.405.834.648
TOTAL DE REGISTROS	≅ 2.5 Bilhões

O Ato Administrativo nº 849, de 18.09.2019, do Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso, institui o programa de governança de dados pessoais - PGDP no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e atribui ao CAOP/ CSI a responsabilidade pela implementação do PGDP no MPMT, em articulação com os setores que tratam dados pessoais.

A partir de então foram iniciados os trabalhos no âmbito do CAOP/CSI, capitaneados pela Coordenadoria do Órgão.

Em 2020 foram realizadas as seguintes ações:

- I. estruturação e validação do questionário online a ser enviado a diversos setores do MPMT após a etapa de sensibilização (capacitação inicial);
- II. sensibilização institucional (capacitação inicial), realizada durante 4 dias, na sede da PGJ, para 57 participantes (membros e servidores) e 32 órgãos das áreas meio e fim;
- III. envio do questionário online para 22 órgãos da área meio e 14 da área fim; destes, 30 responderam (representando um engajamento de 83%);
- IV. iniciada a consolidação das respostas do questionário; essa tarefa se estendeu até julho, em razão do início da pandemia e da necessidade da instituição se adequar ao trabalho remoto; isso gerou um atraso no envio das respostas;
- V. classificação dos dados pessoais tratados pelo MPMT;
- VI. realização de 09 reuniões individuais com departamentos administrativos e coordenações de promotorias da capital (2ª parte do mapeamento dos dados pessoais; identificação de vulnerabilidades; discussão sobre medidas possíveis para tratamento de riscos);
- VII. consolidação das vulnerabilidades identificadas e dos possíveis riscos envolvendo o tratamento de dados pessoais;
- VIII. elaboração do mapa de riscos (em andamento);

IX. elaboração e envio da série de 03 edições da CARTILHAS DE SEGURANÇA – CSI sobre "Princípios da LGPD", como parte da ação de conscientização continuada (temas da LGPD), direcionada a todos os membros e servidores do MPMT;

X. divulgação de Nota Pública no site do institucional, no dia 08.09.2020, informando o público externo acerca das ações de adequação do MPMT à LGPD.

Demandas encaminhadas ao PGJ:

I. Ofício nº 78/2020/CSI (13.08.2020): Relatório (estudo sobre os canais SIC e Transparência, do site do MPMT);

II. Ofício nº 82/2020/CSI (01.09.2020): Minuta da Política de Governança de Dados Pessoais do MPMT.

III. Encaminhamento nº 001/2020 (04.09.2020): Sugestões de medidas administrativas a serem adotadas pela PGJ, visando às melhorias dos processos internos para adequação à LGPD;

IV. Comunicado Circular Conjunto Ouvidoria/CSI (03.09.2020): Adequação de processo da Ouvidoria para conformação com a LGPD;

V. Ofício nº 108/2020/CSI (30.11.2020): encaminha à Subprocuradoria Geral de Justiça Administrativa minuta de termo aditivo com cláusulas contratuais para adequação dos contratos em vigor bem como das próximas minutas contratuais. (Autuado sob número Gedoc 20.14.0001.0006863/2020-07)

4.4.3. Iniciativas de Destaque

- Estabelecimento da Política de Governança de Dados Pessoais do MPMT, através do Ato Administrativo nº 967/2020-PGJ que define as diretrizes da Política de Governança, cria o Comitê Gestor de Dados Pessoais – CGDP, define as atribuições do Encarregado de Dados do MPMT;
- Instauração da Portaria nº 662/2020-PGJ, que nomeia os membros do Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGDP) e os integrantes da Equipe de Apoio (cf. previsto no Ato Adm. 967/2020);
- Instauração da Portaria nº 774/2020-PGJ, que nomeia o Encarregado de Dados do MPMT (o Coordenador do CSI);
- Regulamentação, através do Ato Administrativo nº 984/2020-PGJ, do procedimento para classificação de informações no âmbito da área-meio da Procuradoria-Geral de Justiça.

4.4.3.1. Capacitação dos Servidores

Considerando que o MPMT não possui em seu quadro, profissionais específicos da área de inteligência, fez-se necessário a realização de treinamentos e cursos de capacitação visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades relacionadas à produção de conhecimento e demais áreas necessárias às atividades desenvolvidas pelo CSI.

No período de janeiro a dezembro/2020 a equipe CSI realizou as seguintes capacitações:

- 3º Edição do Curso de Introdução à Atividade de Inteligência- CIAI disponível na plataforma EAD-SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Participante: Katiucy Albuquerque Braga;”
- Curso Detecção de fraudes eletrônicas em período de crise” - disponível na plataforma EAD-SENASP, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Participante: Edison Martin e Fabio Henrique Mazzo Miorim;
- Curso Segurança Orgânica e da Informação - PNLD - Programa Nacional de Capacitações e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. - Participante: Rodrigo Garcia Ribeiro;
- Curso LGPD - Teoria e Prática - Realizada em 02 módulos (3,4 e 5 de fevereiro e 12,13 e 14 de fevereiro) no auditório da PGJ - Participantes: Dr Rubens Alves de Paula e Flávia Renata Beppu;
- Curso de Investigação e Telemática - Dr Vytautas Fabiano Silva Zumas, Delegado de Polícia do Laboratório de Operações Cibernéticas do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Participantes: Edison Martin, Fabio Henrique Mazzo Miorim, Juracy Lopes dos Santos, Rogério Narcizo Santos Souza, Flávia Renata Beppu, Katiucy Albuquerque Braga;
- **LIVE** COAF- “Análises Financeiras - Desafios e perspectivas” - Participantes: Ludmila Auxiliadora Silvente Audi Bernardino e Rogério Narcizo Santos Souza;
- **LIVE** COAF- “Estrutura, atribuições, funcionamento, ciência de dados e RIFs”- Participantes: Ludmila Auxiliadora Silvente Audi Bernardino e Rogério Narcizo Santos Souza;
- **LIVE** Lavagem de Dinheiro sob a perspectiva do Judiciário, do Ministério Público e

da Polícia Judiciária. - Participante: Rogério Narcizo Santos Souza;

- **LIVE** Procedimentos de Quarentena: o impacto da qualidade dos dados nos resultados auferidos. - Participante: Rogério Narcizo Santos Souza;
- **LIVE** MPPR- “ Investigação de **Fake News** nas redes sociais”- Participantes: Edison Martin, Fábio Henrique Mazzo Miorim e Katiucy Albuquerque Braga;
- Curso Atuação Integrada de Segurança Pública: Introdução à Doutrina Nacional - EaD-SEGEN-MJSP - Período: julho de 2020 - Participante: Edison Martin;
- Curso de Solicitações **On-line** através dos portais do **Facebook, Instagram e WhatsApp** –MPDFT - Período 30/07. - Participante: Edison Martin e Fábio Henrique Mazzo Miorim;
- Curso de Ensino a Distância – Crimes Cibernéticos: Os Principais Riscos e Técnicas Básicas de Prevenção - Polícia Civil de Minas Gerais - Período de 21 a 30/09 - Participantes: Edison Martin e Gabriel Valderlan da Silva Almeida;
- Curso Uso da Informação em Gestão da Segurança Pública - EaD-SEGENMJSP - Período: outubro de 2020 - Participante: Edison Martin;
- Curso Direito Eleitoral 2020 - Propaganda Eleitoral, Registro e Inelegibilidade - com o Dr. Edson Resende de Castro - MPMT - Período: 01/06 a 30/11 - Participantes: Edison Martin e Fábio Henrique Mazzo Miorim;
- Curso de Inteligência Aplicada CNMP/ABIN - Período de 23/11 a 04/12 em Brasília/DF. - Participante: Dr Rubens Alves de Paula.

4.4.3.2. Produtos Relacionados ao Portal de Apoio a Investigação - PAI

4.4.3.2.1. Lançamento da versão 2.0 do PAI

O sistema passou por uma reestruturação no **Back-end** e **Front-end**. Quanto a parte perceptível pelo usuário (**front-end**), houve alteração no **layout** tornando a navegação mais intuitiva. Além disso, foram adicionadas novas funcionalidades e incremento de base de dados.

Funcionalidades:

- Consulta e Cadastro de Dados Abertos;
- Reformulação do Cadastro de Solicitação;
- Segmentação das abas de consulta avançada;
- Cadastro de retroalimentação de conhecimento de Pessoa Física;
- Cadastro de Aviso – Funcionalidade que auxilia na comunicação do CSI com os usuários;
- Marca d'água no relatório que permite a identificação do usuário.

4.4.3.2.2. Novas Bases de Dados:

- Boletim de Ocorrência do Mato Grosso;
- Identificação Criminal do Mato Grosso;
- Doadores de Campanha do Mato Grosso;
- CEIS- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- Auxílio Emergencial Nacional;
- Bolsa Família Nacional;
- Painel COVID-19 das aquisições do Mato Grosso.

4.4.4. Termos de Cooperação Técnica Celebrados em Trâmite

Visando a subsidiar as atividades desenvolvidas pelo CSI, bem como atender às necessidades de informações que dão suporte aos procedimentos instaurados pelo Ministério Público, o CSI esteve em tratativa para celebração de Termos de Cooperação Técnica com outras Instituições e Órgãos, tendo por objeto o compartilhamento das bases de dados existentes,

ferramentas e sistemas utilizados nas atividades de inteligência. Nesse sentido, elencamos alguns Termos de Cooperação concluídos e outros em tramitação, informando os respectivos órgãos e objeto:

- Termo de Cooperação Técnica n. 11/2019- SESP e PJC (desenvolvimento, aprimoramento e cessão dos sistemas S3i e Delfos);
- Termo de Cooperação Técnica n. 028/2019 - Prefeitura de Cuiabá - IPTU (base de dados do IPTU e de dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Cuiabá);
- Termo de Cooperação Técnica n.º 030/2019- MPBA (acesso a base de dados, portal CSI, sistema No Rastro e Licitômetro);
- Alteração no Termo de Cooperação Técnica TJMT/ANOREG já existente o MPMT para inclusão do seguinte objeto: acesso aos dados da ANOREG por meio do S3i, dispensando a necessidade de acesso pelo sistema CEI;
- Termo de Cooperação Técnica MPPB (acesso a base de dados, sistema PANDORA);
- Termo de Cooperação Técnica n. 150/2020 SEFAZ (base de dados cadastrais e de notas fiscais de vendas para órgãos públicos);
- Alteração no Termo de Cooperação TRE/MT já existente no MPMT para inclusão do seguinte objeto: acesso a base de dados cadastrais dos eleitores);
- Termo de Cooperação Técnica n. 03/2020 Prefeitura de Várzea Grande - IPTU (base de dados do IPTU e de dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Várzea Grande);
- Termo de Cooperação Técnica n. 011/2020 Prefeitura de Cáceres - IPTU (base de dados do IPTU e de dívidas já inscritas na Dívida Ativa da Fazenda Pública de Cáceres);
- Alteração no Termo de Cooperação n.º 12/2016 celebrado com o TCE/MT para inserir o seguinte objeto: acesso a base de dados do APLIC;
- Termo de Cooperação Técnica n. 018/2018 - Ministério do Trabalho (acesso a base de dados RAIS atualizada até 2018);
- Termo de Cooperação Técnica n.º 10/2020 - INDEA - MT - Instituto de defesa

agropecuária do Estado de Mato Grosso que visa o desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias, do intercâmbio de informações e do acesso a base de dados do INDEA;

- Termo de Cooperação Técnica n.º 02/2020 - Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso- SR/PF/MT com vistas a promover o intercâmbio eletrônico de informações criminais e judiciais por meio do Sistema Nacional de Informações Criminais- SINIC.

Em Trâmite:

- Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública de Goiás (já aprovado pelo Governo de Goiás; aguardando tramitação na PGJ);
- Termo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária Federal;
- Termo de Cooperação Técnica com o MPF (Sistema Radar)- aguardando visita técnica para liberação dos acessos.

4.5. Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO)

Coordenadora Capital: Ana Cristina Bardusco Silva,
Procuradora de Justiça

4.5.1. Atribuição

O Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, tem como atribuição a prevenção e a repressão das atividades de organizações criminosas no Estado. Encontra-se instalado em 05 (cinco) unidades, sendo uma na capital e 04 unidades desconcentradas localizadas em Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres e Sorriso.

Executa atividades extra e judiciais no combate dessa modalidade criminosa.

Além dos trabalhos desenvolvidos nas investigações de práticas vinculadas a Organização Criminosas, são os membros ministeriais lotados neste Grupo que também se manifestam, como titular da ação penal, nas investigações realizadas pela Gerência de Combate a Crimes de Organizações Criminosas - GCCO da Polícia Judiciária Civil.

Presta apoio operacional na execução de MEDIDAS JUDICIAIS e DILIGÊNCIAS, bem como, na realização de análise pericial (documental/interceptações/extrações de dados) a diversas unidades ministeriais de nosso Estado, inclusive de atribuição civil e a outras instituições deste Estado, como também, localizadas em outras unidades de federação.

4.5.2. Atividades Desenvolvidas

Registra que visando garantir a segurança dos agentes policiais, especialmente aqueles que atuam em campo, as atividades foram desenvolvidas respeitando o protocolo de segurança e prevenção a COVID-19.

Foram executadas até novembro/2020, 212 apoios referente a atividade diversas na área de investigação/inteligência e cumprimento de ordem judicial e perícia. Participação em 14 operações (próprias e em apoio).

4.5.3. Iniciativas de Destaque

Foi elaborada a nova resolução, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça recebendo o número 187/2019-CPJ que dispõe sobre os critérios de formação e funcionamento do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado no Estado de Mato Grosso – GAECO e dá outras providências.

Foi elaborado e apresentada ao PGJ proposta para normatizar a concessão, utilização e prestação de contas de verba destinada a ações de inteligência e/ou de suporte operacional de caráter reservado e sigiloso no âmbito deste Grupo Especial

Encontra-se em fase de elaboração o REGIMENTO INTERNO, PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA, a revisão e elaboração de POP - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO implantando rotina de trabalho a ser seguida nas ações desenvolvidas pelo Grupo;

Os membros deste Grupo ao longo de 2020 participaram de 11 (onze) cursos que foram realizados tanto na modalidade presencial quanto on-line em razão da pandemia que ocasionou a suspensão de diversos cursos.

Houve ainda a implementação de melhorias com a revisão de procedimentos e a aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho para atividades em campo tanto para o GAECO capital quanto para as unidades desconcentradas, liberação de assinatura digital para todos os agentes permitindo a produção de documentos a distância agilizando a tramitação de procedimentos e adoção de providências especialmente no período de pandemia.

Ressalta que os equipamentos adquiridos e/ou em processo de aquisição propiciarão melhores resultados aos trabalhos em curso, aumentando a segurança dos agentes em campo.

4.5.4. Outras Iniciativas

O Grupo integra junto ao Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação – CAO/CSI sob a coordenação do Promotor de Justiça que compõem o GAECO de Barra do Garças-MT, Dr. Marcos Brant Gambier Costa, FORÇA TAREFA instituída para fiscalizar a utilização de verba pública liberada para aquisição de equipamentos e medicamentos utilizados no combate a COVID-19.

Foi firmado Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de

Segurança Pública no qual foi avençado compromisso que a partir de dez/2020 a equipe operacional e de análise receberá upgrade em seu acesso ao Sistema Integrado de Informações de Inteligência de Mato Grosso-S3iMT, banco de dados que integram os sistemas: SROP.

Foi possível, por intermédio dos agentes da equipe de contra inteligência deste Grupo, obter acesso ao sistema FISCALIZAÇÃO DENATRAN, ferramenta gerenciada pelo DENATRAN que agiliza conferência em tempo real fraudes, QR codes de placas veiculares, CNH e CRLV a nível nacional. De igual modo, acesso também ao sistema SINESP AGENTE DE CAMPO gerenciada pela SERPRO que disponibiliza a ferramenta digital em formato mobile para acesso policial imediato a mandado de prisão e para busca nacional de veículos roubados entre outras operações cotidianas policiais, como boletins de ocorrências com status nacional (ainda em implementação), situações de multas (ainda em implementação).

O Grupo utiliza o sistema de controle de Fluxo denominado IBM-I2 que se encontra desatualizado, cuja atualização e capacitação do pessoal implica em despesa no valor aproximado de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Portanto estuda-se a substituição desse sistema, por um desenvolvido pelo GAECO/RN - denominado "Sistema Perdigueiro". As apresentações técnicas estão sendo bem proveitosas, indicando melhorias de recursos técnicos, cuja cessão é gratuita, mediante termo de cooperação técnica.

4.5.4.1. Operação apreende 35 Kg de pasta base em Porto Esperidião

Uma operação de combate ao tráfico de drogas, realizada nesta quinta-feira (06), pela Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Esperidião, com o apoio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) de Cuiabá e Cáceres, resultou no cumprimento de cinco mandados de prisão temporária, sete de busca e apreensão, além da prisão em flagrante de dois investigados. Todos os mandados foram expedidos pela Vara Criminal de Porto Esperidião.

4.5.4.2. Gaeco desarticula esquema em Centro de Ressocialização de Sorriso

A "Operação Cárcere", deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) nesta quarta-feira (29), no município de Sorriso, resultou no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão e na prisão preventiva de quatro pessoas. Outros três policiais penais, que atuam no Centro de Ressocialização do município, também foram afastados do cargo por tempo indeterminado.

4.5.4.3. Gaeco de MT prende servidor público estadual por indícios de corrupção

Após receber denúncias sobre possível crime de corrupção de agente público estadual, o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco/ MT) realizou diligências de monitoramento e prendeu em flagrante delito, na noite desta quinta-feira (24), o secretário Adjunto de Administração Sistêmica da Casa Civil.

No momento da prisão, o servidor público estava com R\$ 20 mil. Há indícios de que o dinheiro tenha sido repassado por representante de empresa que supostamente foi favorecida em processo licitatório. A transação teria ocorrido dentro da Casa Civil, horas antes da prisão.

O agente público foi autuado em flagrante por crime de corrupção passiva e será encaminhado para audiência de custódia.

4.6. Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal – NACO

4.6.1. Atribuição

O **Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal** – NACO Criminal, regulamentado pelos artigos 77 e 78 da Lei Complementar Estadual nº 416/2010, é coordenado por um representante ministerial designado pelo Procurador-Geral de Justiça – atualmente, o Procurador de Justiça **Domingos Sávio de Barros Arruda** –, e possui, dentre as suas atribuições, as quais lhe são delegadas pelo Chefe do Ministério Público estadual, sobretudo a de investigar e propor medidas judiciais de natureza criminal em face de agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Além dessa incumbência, compete também ao NACO Criminal, consoante o que dispõe o artigo 78 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso:

“[...]”;

II – interpor os recursos judiciais correspondentes;

III – manter sistema de acompanhamento e controle das ações judiciais e dos prazos processuais dos feitos de sua competência;

IV – cumprir as medidas indicadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou por Procuradores de Justiça que, por delegação, estejam conduzindo procedimentos relacionados aos beneficiários de foro especial por prerrogativa de função;

V – exercer outras atividades previstas em ato do Procurador-Geral de Justiça, compatíveis com suas atribuições”.

De forma inovadora no âmbito do NACO Criminal, celebrou-se, logo nos primeiros meses do ano de 2019, um Termo de Cooperação Técnica entre o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Segurança Pública**, com a finalidade de dar celeridade às investigações de condutas delituosas praticadas por agentes detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, **formando-se, nessa oportunidade, um Grupo Operacional Permanente**, que conta com uma equipe policial especializada, constituída por um Delegado de Polícia, um Escrivão e três Investigadores, preparada para apurar crimes praticados pelos sobreditos agentes, contando, também, para esse fim, de todos os recursos tecnológicos necessários.

Por outro lado, importante destacar que, além das investigações conduzidas pela equipe de policiais do Grupo Operacional Permanente, este órgão de execução também possui outros Inquéritos Policiais em andamento que são presididos por autoridades policiais do interior do Estado de Mato Grosso, por Delegados da Delegacia Especializada em Crimes Fazendários e Contra a Administração Pública da Capital, bem como procedimentos investigatórios que são conduzidos pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado – GAECO em conjunto com o NACO Criminal.

No dia 10 de agosto de 2020, o Procurador-Geral de Justiça designou o Promotor de Justiça Carlos Roberto Zarour Cesar, com prejuízos de suas funções relacionadas à 18^a Promotoria de Justiça Criminal de Cuiabá, para auxiliar o Coordenado do NACO Criminal no desempenho de suas funções, conforme a Portaria nº 533/2020-PGJ, além de dois assessores jurídicos.

Ainda, nesse ano, no dia 17 de setembro foi inaugurada uma nova estrutura na Procuradoria-Geral de Justiça destinada ao Grupo Operacional Permanente vinculado ao Núcleo de Ações de Competência Originária – NACO Criminal, contando com com 17 ambientes, incluindo gabinetes, sala de reunião, salas de apoio, recepção, sala de arquivo, entre outros.

Este Relatório, portanto, tem por objetivo inventariar e demonstrar algumas das atividades realizadas pelo NACO Criminal no ano de 2020, bem como as desempenhadas pela equipe de policiais do Grupo Operacional Permanente nesse período, retratando a sua atual performance, bem como pontuando algumas questões de ordem funcional e institucional. Para a confecção do presente documento, teve-se por base estatística coletada durante o período de 07 de janeiro a 04 de dezembro de 2020.

4.6.2. Atividades Desenvolvidas

Tabela 72 – Relatório Quantitativo Gabinete

GABINETE – NACO CRIMINAL	
Despachos	102
Requisições de instauração de Inquérito Policial/PIC	15
Manifestações	103
Denúncias	7
Arquivamentos	69
Recursos	6
Medidas Cautelares	19
Ofícios	284

Figura 14: Gráfico Manifestações Naco - Gabinete Criminal

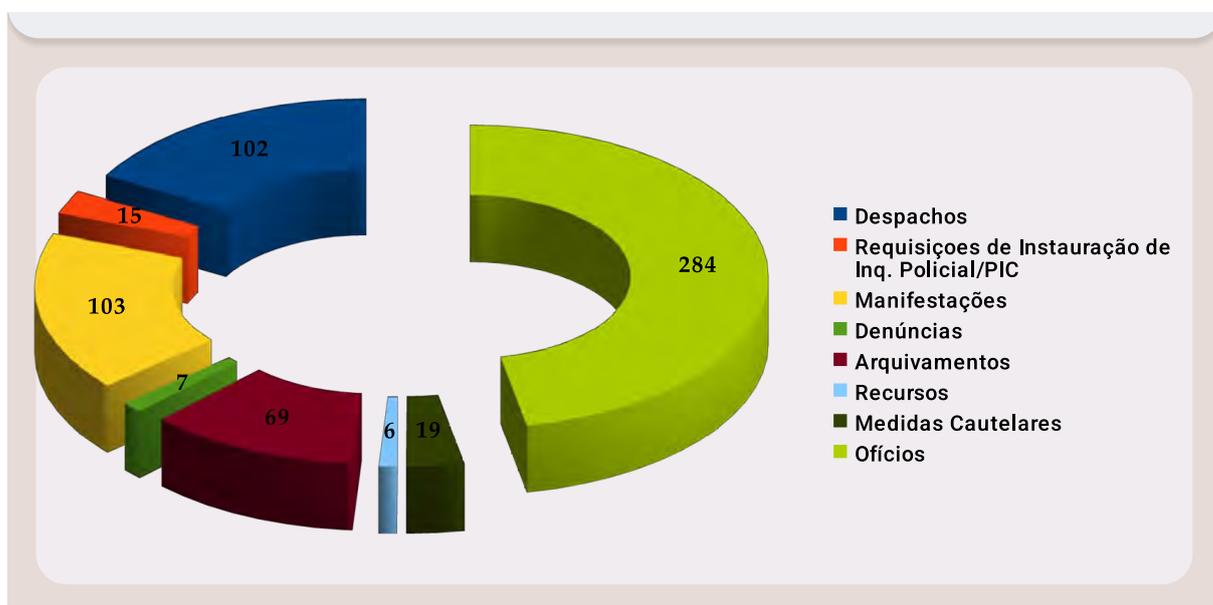
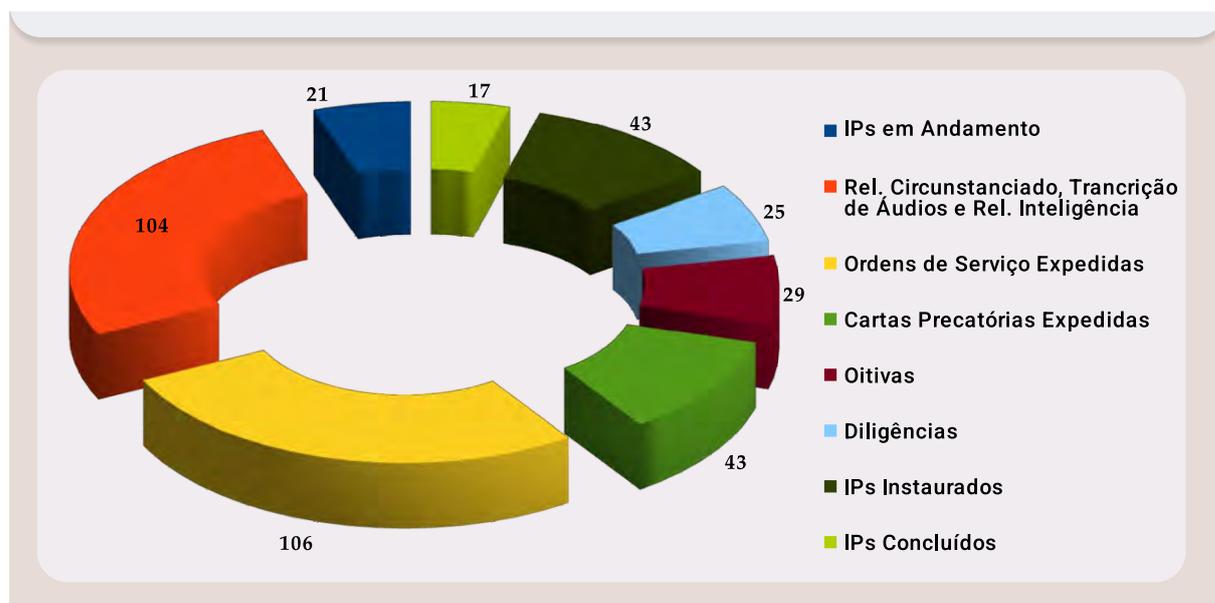


Tabela 73 – Relatório Quantitativo Grupo Operacional Permanente

GRUPO OPERACIONAL PERMANENTE – NACO CRIMINAL	
Inquéritos Policiais em andamento	21
Relatório Circunstanciado, Transcrição de Áudios e Relatório de Inteligência	104
Ordens de serviço expedidas	106
Cartas Precatórias expedidas	43
Oitivas	29
Diligências realizadas em todo o Estado de Mato Grosso	25
IP instaurados	43
IP Concluído	17

Figura 15: Gráfico Quantitativo - Grupo Operacional Permanente



4.6.3. Iniciativas de Destaque

4.6.3.1. NACO E GAECO realizam buscas no município de Rondolândia

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO/MT) cumpriu na manhã desta quinta-feira (30) mandados de busca e apreensão expedidos em face do prefeito de Rondolândia/MT, Agnaldo Rodrigues de Carvalho, da ex-secretária de Saúde, Kátia Monteiro, do empresário Nélio de Matos Junior e da empresa F. M. da S. Matos – ME.

A medida cautelar foi cumprida nas cidades de Rondolândia/MT e São Francisco do Guaporé/RO, sede da empresa e local onde residem alguns dos investigados. Nas diligências realizadas no Estado de Rondônia os policiais matogrossenses receberam o apoio do GAECO/ RO e do delegado da cidade Rondoniense. As buscas também foram realizadas no gabinete do prefeito de Rondolândia/MT, bem como no gabinete e na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

A ordem de busca e apreensão foi expedida pelo desembargador Marcos Machado, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a partir de pedido apresentado pelo Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal – NACO Criminal, sob a coordenação do procurador de Justiça, Domingos Sávio de Barros Arruda.

A investigação apura possível prática de crimes contra a Administração Pública por parte de Agnaldo Rodrigues de Carvalho, Kátia Monteiro e Nélio de Matos Junior, sendo que este último se apresenta como responsável pela empresa F. M. DA S. MATOS –ME, que foi contratada pelo Município de Rondolândia/MT como prestadora de “serviços de médicos plantonistas”.

4.6.3.2. Naco realiza busca e apreensão e oferece denúncia contra prefeito

As Secretarias de Planejamento, Fazenda, Gestão e Educação do município de Santo Antônio de Leverger foram alvos nesta sexta-feira (25) de cumprimento de mandados de busca e apreensão autorizados pela Justiça a pedido do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco – Criminal), que conta com a participação da Polícia Judiciária Civil. A ação contou com apoio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco).

Foram apreendidos documentos, pastas e arquivos relacionados aos contratos

firmados entre o município de Santo Antônio de Leverger e a empresa Revitalizar Comércio de Peças e Serviços Ltda. Além de ordens de pagamento, de serviços, comprovantes da prestação de serviços, notas fiscais, recibos e empenhos.

De acordo com o Naco Criminal, os mandados de busca e apreensão foram autorizados nos autos de um inquérito policial que apura suposta prática de crimes de responsabilidade por parte do prefeito do município, Valdir Pereira de Castro Filho, e de outros envolvidos.

A investigação foi instaurada a partir de denúncias de vereadores do município, relatando que o prefeito teria quitado dívidas particulares de integrante da sua família com a utilização de recursos públicos. O montante seria proveniente de pagamentos indevidos realizados para a empresa Revitalizar Comércio de Peças e Serviços Ltda.

4.7. Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores - NARE

4.7.1. Atribuição

O Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores possui, como destinação precípua, a interposição de recursos constitucionais junto ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. A função é, portanto, de controle da higidez do Direito, conforme preceitua, por corolário, o artigo 127 da Constituição da República de 1988 (“defensor da ordem jurídica”).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado com base em estatística coletada durante o período de 06 de janeiro a 30 de novembro de 2020 e tem por finalidade proceder a demonstração das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.

O Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Antônio Borges Pereira, através do Ato Administrativo nº 834/2019-PGJ, de 28.08.2019, regulamentou o funcionamento do Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores – NARE, com vigência a partir de 02.09.2019.

Em decorrência da vigência do Ato Administrativo nº 834/2019-PGJ, o Núcleo de Apoio para Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores – NARE, providenciou e realizou neste exercício, cadastros de 01 (um) membro desta Procuradoria Geral de Justiça junto ao Supremo Tribunal Federal – STF e de 02 (dois) membros junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, para visualização e protocolização de peças.

Tabela 74 – Equipe de Servidores Lotados no NARE

Coordenador	Dr. José de Medeiros
Assessor Especial	Bruna Cristina Fava da Costa
Analistas Jurídicos	Eraldo Fernando Freire e Itamar Camargo Mário
Assistente Ministerial	Rosair Arruda Reis
Oficiais de Gabinete	Brenda dos Santos Rodrigues, Celso Edson Bianchi Barreto Júnior e Izadora Cristina de Anastácio e Barros

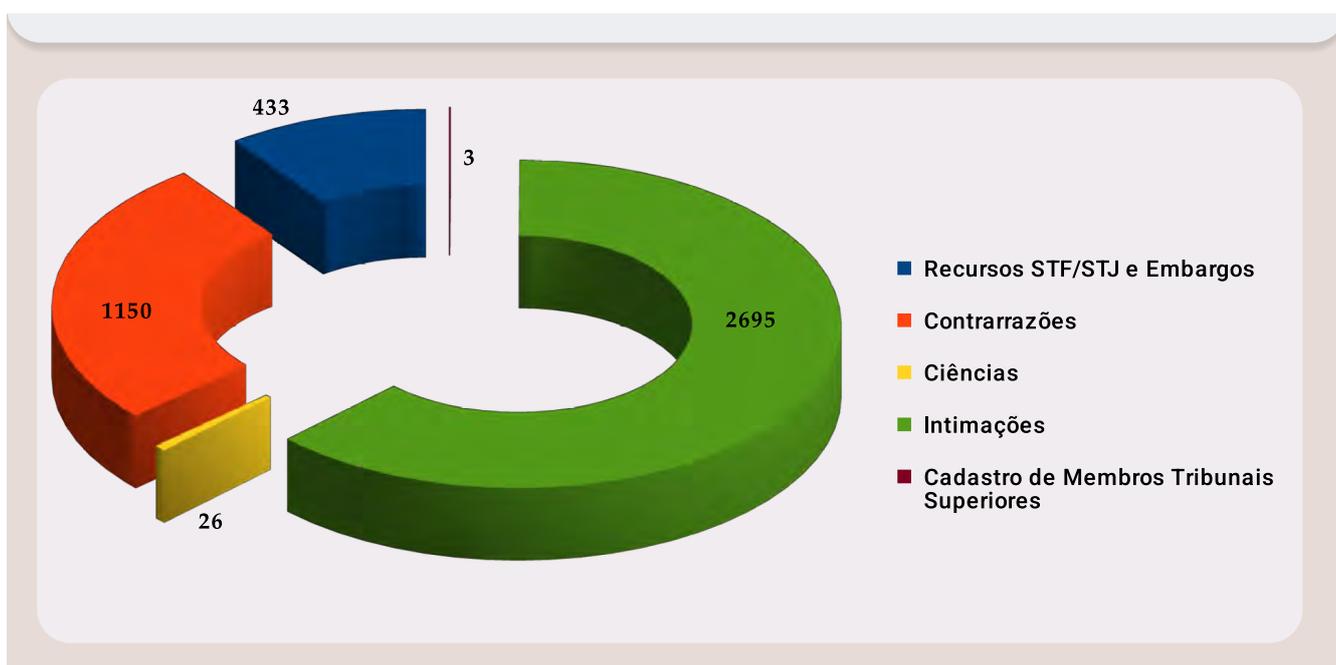
4.7.2. Atividades Desenvolvidas

Algumas das atividades realizadas pelo NARE no ano.

Tabela 75 – Relatório Quantitativo das Atividades Realizadas pelo NARE em 2020

RECURSOS :	433
Recursos ao STJ	354
Recursos ao STF	33
Embargos Prequestionadores	46
CONTRARRAZÕES:	1.150
Contrarrazões do STJ:	868
Contrarrazões do STF	202
Contrarrazões de Recurso Extraordinário Criminal (Turma Recursal)	80
CIÊNCIAS:	26
INTIMAÇÕES:	2.695
Eletrônicas STJ	2.651
Eletrônicas STF	44
CADASTROS DE MEMBROS TRIBUNAIS SUPERIORES:	03
Supremo Tribunal Federal-STF	01
Superior Tribunal de Justiça-STJ	02

Figura 16: Gráfico Atividades Realizada pelo NARE em 2020



4.8. Ouvidoria-Geral

4.7.1. Atribuição

De acordo com a legislação pertinente, a Ouvidoria foi “instituída pela Lei Estadual nº 9326, de 23 de março de 2010, em consonância com as disposições do § 5º do art. 130-A da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para a elevação, continuamente, dos padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas na instituição e o fortalecimento da cidadania” – art. 1º da Resolução nº 047/2010 (Regimento Interno).

A Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso é um canal aberto de comunicação com o cidadão. Seu objetivo é fortalecer a cidadania e elevar, continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pela Instituição, tendo como meta o aprimoramento dos serviços prestados.

Para tanto, tem como incumbência receber, examinar e encaminhar reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação e sugestões de qualquer interessado sobre as atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça, Procuradores de Justiça bem como os servidores da Instituição.

Não há limitação temática para registro das manifestações conforme objetivos colocados à disposição dos requerentes, quais sejam: reclamações, representações, pedidos de informação, sugestões, críticas e elogios.

Hoje, as manifestações endereçadas à Ouvidoria podem ser encaminhadas nas seguintes modalidades:

- 1. via Formulário Próprio disponível no site institucional;**
- 2. via Fale Conosco disponível no site institucional;**
- 3. via S.I.C disponível no site institucional;**
- 4. via Peticionamento Eletrônico disponível no site institucional;**
- 5. Canal de Atendimento 127;**
- 6. Redes sociais (direcionadas pelo Departamento de Comunicação);**

7. Aplicativo MPMT *on-line*;

8. Presencial;

9. *E-mail*: ouvidoria@mpmt.mp.br;

10. Linhas telefônicas: (65) 9.9255-4681/9.9259-0913/9.9269-8113/

9.9271-079;

11. Disque 100 e 180.

Quase a totalidade das manifestações são qualificadas como Notícias de Fato, tendo seu trâmite conduzido de acordo com os artigos 2º a 9º da Resolução nº 052/2018 CSMP que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a instauração, tramitação e finalização de procedimentos extrajudiciais na tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público e assim, sem dúvidas, e a gestão de dados confirma, o principal canal de recebimento de manifestações.

Todavia, cumpre-nos ressaltar a atipicidade desse ano pandêmico, que impôs novo processo de trabalho, emprestando à Ouvidoria rotina de atendimento 24 horas – 7 dias/semana nas linhas telefônicas amplamente divulgadas.

Um dos nossos projeto para 2020 consistia, dentre outros, visitar as cidades que não são sede de comarca no intuito de incluir e ouvir o cidadão que não tem acesso à justiça. Infelizmente tivemos que interromper o projeto, mas será retomado assim que passar esse momento pandêmico.

Sem o atendimento presencial não conseguimos, por questões tecnológicas do nosso sistema, a instalação do “SIGA-ME” em nossos celulares de plantão, prejudicando o atendimento recebido via telefone fixo e as ligações do disque 127.

Insta consignar que na gestão de dados não estão contabilizados os inúmeros atendimentos de orientação feitos diariamente no trato de demandas alheias às atribuições do Ministério Público.

Importante destacar que no início do ano, a Ouvidoria apresentou requerimento à Administração para verificar a viabilidade de implementar melhoria no atendimento via telefone, com a instalação de Central Telefônica por meio da qual seria possível gravar mensagem de atendimento automático, orientando para as várias possibilidades de contato, o que teria causado

impacto substancial e positivo no período de teletrabalho em todas as ligações via Ouvidoria 127. Todavia e, certamente conforme manifestação do D.T.I no GEDOC nº 20.14.0001.001633/2020-82, não houve condição de atendimento em tempo e formalidades necessárias, mas estamos dispostos a reiterar o pedido diante da nova sistemática de trabalho.

4.8.2. Atividades Desenvolvidas

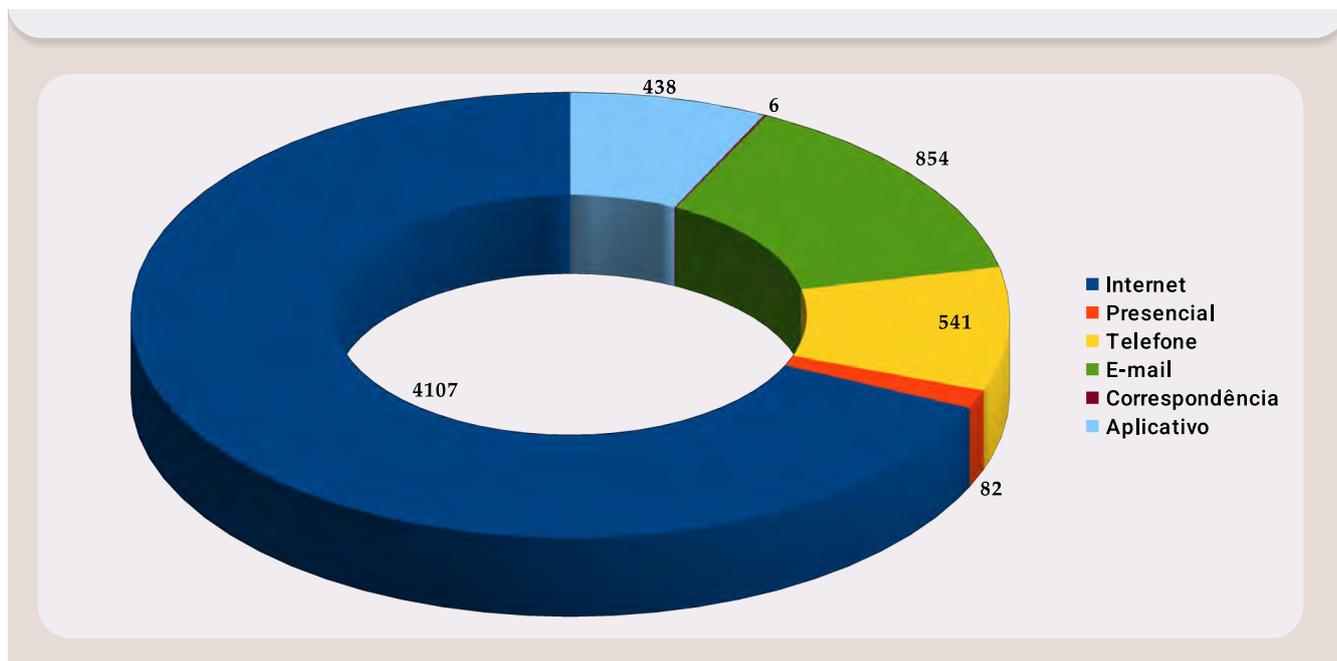
Diante dessa narrativa e, sendo necessário considerar aspectos como: densidade demográfica, dimensão territorial, I.D.H, políticas públicas, logística de atendimento pós decretação de lockdown, período eleitoral foram contabilizados os seguintes dados: Períodos de 01/01/2020 a 30/11/2020., considerando nossa volta ao atendimento presencial em 03/09.

Tabela 76 – Demandas Recebidas via Ouvidoria em 2020

Origem	Total
Internet	4107
Presencial	82
Telefone	541
E-mail	854
Correspondência	6
App (aplicativo)	438
Total de manifestações	6028

Fonte – Ouvidoria MPE-MT

Figura 17: Gráfico com as Demandas da Ouvidoria em 2020



4.8.3. Iniciativas de Destaque

Podemos ainda ressaltar ainda, num breve relato as atividades da ouvidoria do Ministério Público durante o ano de 2020:

1. Participação de eventos institucionais, sessões por videoconferência, participação em todas reuniões ordinárias do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público CNOMP, ressaltando o encontro presencial em Brasília, no dia 11 de março com a participação do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e o Procurador-Geral da República com intuito de fortalecer as ouvidorias mediante criação da Rede Nacional de Ouvidorias do Ministério Público brasileiro;
2. No dia 20 de abril, realizamos o nosso primeiro encontro por videoconferência com a participação do ouvidor OSWALDO D'ALBUQUERQUE (CNMP) que ressaltou com propriedade que "o objetivo da reunião foi traçar estratégias conjuntas para atuação das ouvidorias do MP brasileiro neste período de distanciamento social, mediante a elaboração de levantamento que será realizado, por cada unidade no tocante às demandas que vêm aportando ao Ministério Público, buscando aperfeiçoar cada vez mais os serviços oferecidos à população, especialmente neste momento excepcional";

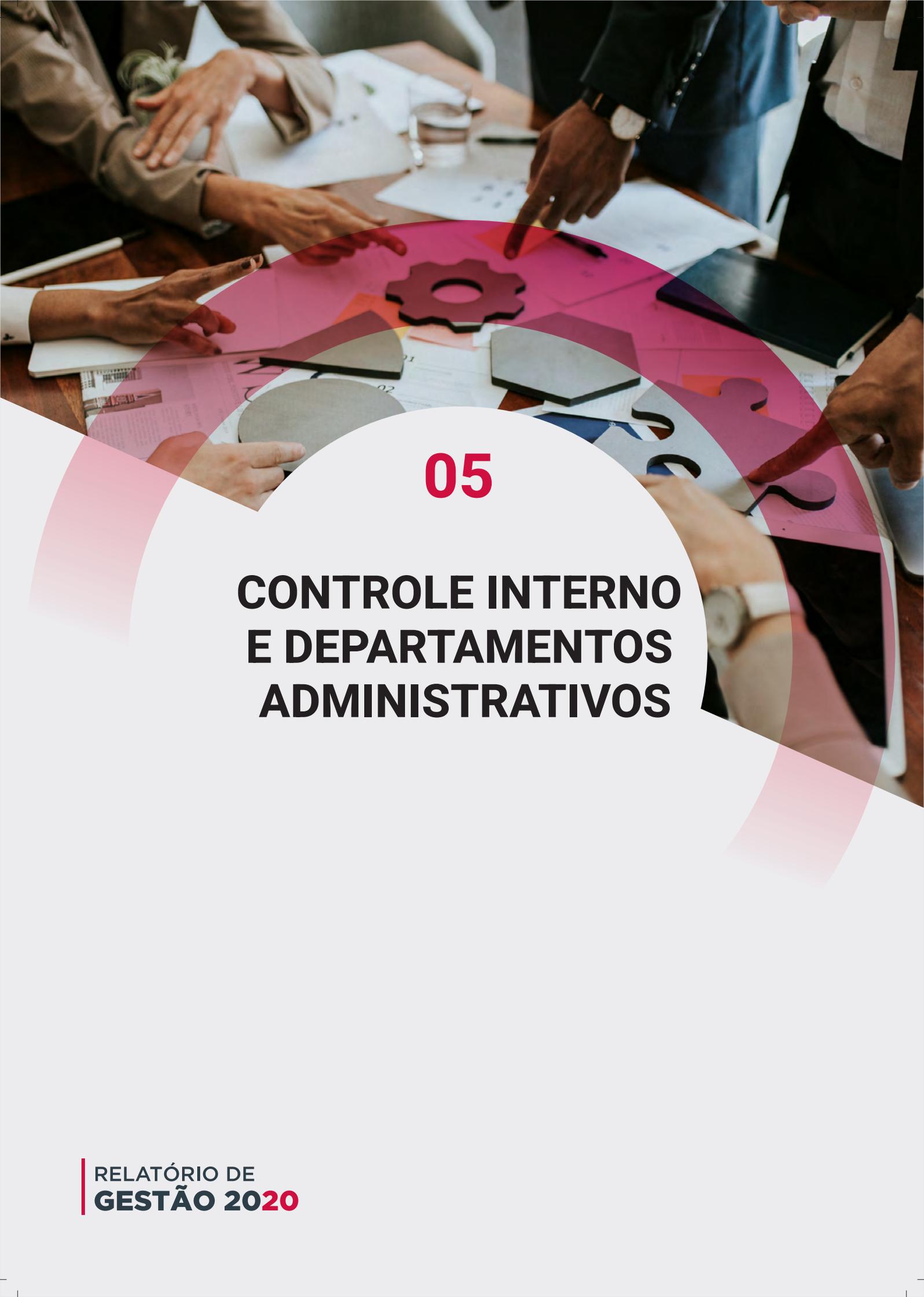
3. Dia 14 de maio, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público realizou o III Encontro dos Ouvidores do Ministério Público. Entre outros assuntos, foi abordado a proposta de regulamentação de regimento interno da rede de ouvidorias do MP brasileiro e o diagnóstico das demandas recebidas pelas ouvidorias no período da pandemia da Covid-19;

4. No dia 2 de setembro, ocorreu o IV Encontro de Ouvidores do Ministério Público. Durante o evento, realizado por videoconferência e promovido pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público (CNMP), foi apresentado o “Diagnóstico da pandemia de coronavírus” e foram discutidos assuntos relacionados ao combate à violência contra a mulher. Participaram o ouvidor nacional do Ministério Público, Oswaldo D’Albuquerque, e todos os ouvidores-gerais das unidades estaduais e ramos do MP brasileiro;

5. Constantes reuniões com a equipe do CAO/CSI (Coordenadoria de Segurança da Informação), liderada pelo Promotor de Justiça Rubens Alves de Paula com o apoio de participação do Secretário-Geral do Ministério Público, Promotor Milton Mattos da Silveira Neto, a fim de assegurarmos a proteção de dados dos manifestantes que aportam nos canais da ouvidoria, tudo conforme estabelece a LGPD, o que sem sobra de dúvida é um dos aspectos mais relevantes na atualidade;

6. A equipe da ouvidoria participou do curso “Lei de Proteção de Dados -LGPD, nos dias 10 a 14 de fevereiro de 2020 promovido pelo CAO/CSI/MT;

7. Ainda em 2020, a equipe da ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso recebeu moção de aplausos em Sessão Solene na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.



05

CONTROLE INTERNO E DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Controle Interno

5.1.1. Atribuição

A *accountability* é o esteio da administração pública. É um preceito que exige a disponibilização periódica das informações aos cidadãos, de maneira inteligível.

Olhando para dentro, o fornecimento de informações gerenciais à Administração Superior permite o acompanhamento concomitante das atividades administrativas, a mensuração da real necessidade de força de trabalho, bem como a avaliação da eficiência das unidades, racionalizando as tomadas de decisões.

A Unidade Central de Controle Interno do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (ACI) foi criada pela Lei nº 8.915/2008, em consonância com a Lei Complementar nº 295 de 28 de dezembro de 2007, que instituiu o Sistema de Controle Interno do Estado de Mato Grosso, sendo hierarquicamente subordinada à Secretaria-Geral do Ministério Público.

No cumprimento de sua função constitucional, a Auditoria de Controle Interno, órgão de avaliação e de assessoramento da administração, tem como missão realizar as atividades de Controle Interno no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, visando assegurar a legalidade, legitimidade, transparência e efetividade dos gastos públicos, desempenhando as atribuições definidas no art. 28 do Ato Administrativo nº 520/2016-PGJ (Regimento Interno) e aquelas constantes do art. 7º do Ato Administrativo nº 237/2012-PGJ (Sistema de Controle Interno), em especial a mensuração e avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos do sistema de controle interno e o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

Atualmente a Auditoria de Controle Interno é composta por três servidores.

Tabela 77 – Quadro de Servidores do Controle Interno

Nome do servidor	Cargo
Leandro Seije Nagasawa	Analista Contador (nomeado no cargo em comissão de Auditor de Controle Interno)
Paulo Cesar Lobo dos Santos	Técnico Administrativo
Gabriella Folador Arrais da Costa	Analista Engenheiro Civil

5.1.2. Atividades Desenvolvidas

A Auditoria de Controle Interno elabora um Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para cada exercício, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Relevância da atividade no contexto do MP;
- b) Riscos inerentes à atividade;
- c) Materialidade dos valores envolvidos nas operações;
- d) Ambiente de controle;
- e) Indicações da Administração Superior;
- f) Demandas e/ou apontamentos anteriores por parte do TCE e/ou CNMP;
- g) Sistemas administrativos, ou unidades, com valores envolvidos e/ou fluxo operacional cujo volume de transações requer acompanhamento mais constante;
- h) Trabalhos de auditoria realizados anteriormente;
- i) Aspectos relevantes da Legislação;
- j) Quaisquer indicativos de que a matéria poderá ser objeto de auditoria externa.

É importante destacar que o PAI é elaborado nos termos da Resolução Normativa nº 026/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, como forma de se adequar às regras e metodologias normatizadas por aquela Corte de Contas. Em que pese a Resolução supracitada ser direcionada aos municípios, ela pode ser estendida aos órgãos e poderes estaduais.

Considerando a necessidade de uma melhor avaliação de alguns controles internos desta Procuradoria Geral de Justiça, esta unidade realizou as auditorias Internas abaixo descritas:

Tabela 78 – Auditorias Internas e Resultados

Tipo de Auditoria Interna	Resultado
Auditoria sobre o contrato de manutenção (Engenharia)	Relatório de Auditoria Interna AUD-1
Auditoria sobre os convênios com a UFMT/UNISELVA	Relatório de Auditoria Interna AUD-4
Auditoria sobre as contas de gestão de 2019.	Parecer da Auditoria de Controle Interno sobre as contas anuais e sobre providências tomadas em duas Denúncias formuladas no TCE/MT
Auditoria Especial sobre o Pregão nº 50/2020.	Relatório Especial de Auditoria Interna.
Auditoria Especial sobre o pagamento retroativo de 13º e Férias aos membros do MPMT (GEDOC 20.14.0001.0002980/2020-88).	Relatório Especial de Auditoria Interna.
Aud. Especial sobre o pagamento de Vale Alimentação (GEDOC 20.14.0001.0004382/2019-67)	Relatório Especial de Auditoria Interna.

Até o dia 30 de novembro de 2020, foram elaborados 203 Pareceres Técnicos em processos encaminhados para que a Auditoria de Controle Interno prestasse a sua opinião.

O acompanhamento é uma ação de controle prevista nos artigos 241 e 242 do Regimento Interno do TCU, que se realiza de forma periódica e concomitante à execução dos atos de gestão. É como se fosse uma Auditoria pari passu. Durante o exercício de 2020, foram realizados os seguintes processos de acompanhamentos:

Tabela 79 – Acompanhamentos

Tipo de Acompanhamento	Resultado
Acompanhamento sobre o envio de informações para o TCE/MT nos Sistemas Geo-Obras e APLIC.	Relatórios de Acompanhamento ACO-1.
Acompanhamento da implantação da Gestão de Riscos.	Relatório de Acompanhamento ACO-3 001/2020/ACI ² .
Acompanhamento da alimentação do Portal da Transparência.	Relatórios de Acompanhamento ACO-4.
Acompanhamento Especial Sobre o Termo de Referência para a Contratação de Recepcionista e Office-Boy.	Relatório de Acompanhamento Especial, que produziu algumas recomendações para o processo de contratação de postos de trabalho na PGJ/MT.

Ao Analisar o Relatório de Gestão Fiscal, notou-se que no primeiro quadrimestre de 2020, a Despesa Total com Pessoal (DTP) foi de 1,63%. No segundo quadrimestre, a DTP foi de 1,47%. O último número representa 73,5% do Limite Total permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem distante dos 90% (limite de alerta) e 95% (limite prudencial).

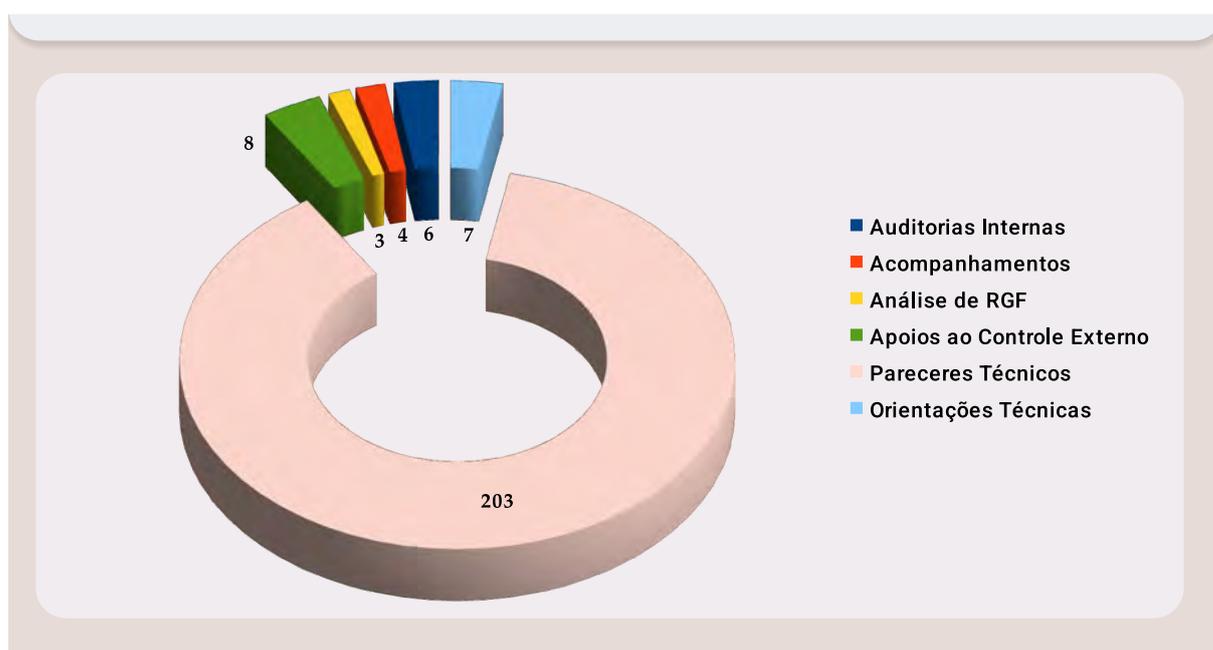
Outra atividade desenvolvida pelo CI, é realização do acompanhamento das publicações no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Diário Oficial de Contas (TCE/MT), com o objetivo de identificar inovações legislativas, assuntos/matérias de interesse da Instituição, nomeações e exonerações, alertas/notificações/prazos regimentais da Corte de Contas e realizar testes no conteúdo publicado por este Ministério Público.

Foram emitidas 07 orientações técnicas. Também se realizou, dentre as já informadas, o Apoio ao Controle Externo, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 80 – Relação de Apoio ao Controle Externo

Órgão de Controle	Processo
TCE/MT	Representação de Natureza Externa – Processo 67563/2020
TCE/MT	Auditoria Anual – Contas de Gestão 2019
TCE/MT	Diversos pedidos de Correção no Sistema Geo-Obras
TCE/MT	Representação de Natureza Externa – Processo 258/2019
TCE/MT	Acompanhamento simultâneo – Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre
TCE/MT	Acompanhamento simultâneo – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre
TCE/MT	Acompanhamento simultâneo – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre
CNMP	Transparentômetro – 1º semestre 2020

Figura 18: Gráfico Resumo das Demandas realizadas pelo Controle Interno em 2020



5.2. Departamento de Planejamento e Gestão – DEPLAN

5.2.1. Atribuição

O Departamento de Planejamento e Gestão, órgão de administração sistêmica, tem como missão promover a integração da execução orçamentária com a elaboração dos instrumentos de planejamento e a melhoria dos sistemas e processos administrativos, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - organizar o orçamento, articulado com os instrumentos de planejamento, promovendo a integração dos projetos e atividades das unidades administrativas, mediante a adoção de práticas simplificadas e descentralizadas que facilitem a cobrança de resultados no nível onde a ação está sendo realizada e dentro dos recursos que lhe foram destinados;

II - utilizar e mobilizar adequadamente as ferramentas do modelo de gestão, aplicadas ao desenvolvimento, execução e controle do planejamento e orçamento, orientando-as para resultados e para o cidadão;

III - estabelecer mecanismos de articulação e integração entre as unidades administrativas para a programação e execução de seus projetos e atividades, criando condições para a prevenção de problemas e para o atendimento às novas demandas;

IV - promover o gerenciamento dos processos de planejamento e de execução orçamentária, por meio de cronogramas gerenciais e operacionais;

V - dar suporte técnico na elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento (plano plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e plano de trabalho anual);

VI - encarregar-se da organização, coordenação e redação final dos planos anual e plurianual de ação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, consolidando o diagnóstico, as diretrizes e prioridades e os conteúdos específicos de cada unidade administrativa, bem como a programação física e financeira;

VII - diagnosticar necessidades de melhorias dos métodos de trabalho, para proceder ao redesenho de sistemas e processos, e implementar a padronização desenvolvida, em conjunto com as unidades de negócio responsáveis;

VIII - exercer o controle dos convênios, contratos e demais instrumentos efetuados junto à instituição;

IX - elaborar em conjunto com o Departamento Financeiro a programação orçamentária e financeira e os pedidos de créditos suplementares, especiais, extraordinários ou de anulação, conforme a legislação vigente;

X - acompanhar e avaliar permanentemente os trabalhos de coleta, tabulação, representação gráfica, análise de dados e informações pertinentes à esfera de atribuição do órgão;

XI - manter sistema de indicadores e índices de medidas de desempenho administrativo, técnico e operacional imprescindíveis ao planejamento, a fim de subsidiar as ações do órgão;

XII - realizar diagnósticos sobre o desempenho institucional, principalmente quanto aos custos e benefícios envolvidos na execução dos planos, programas, projetos e atividades;

XIII - elaborar o planejamento estratégico anual, valendo-se dos dados, informações, indicadores e índices produzidos pela instituição, somando-se as metas traçadas pela Procuradoria-Geral de Justiça e as constantes na proposta orçamentária do exercício em referência;

XIV - expedir informações e relatórios sobre o cumprimento dos planos, programas, projetos e atividades executadas, identificando e avaliando os produtos finais esperados;

XV - supervisionar, orientar, controlar e se responsabilizar pelas atividades técnicas e inerentes, atribuídas às suas Gerências;

XVI - desempenhar outras atividades delegadas ao Departamento.

5.2.2. Atividades Desenvolvidas

5.2.2.1. Na Gerência de Gestão

No ano de 2020 a Gerência de Gestão configurou no protagonismo do planejamento estratégico institucional.

Além da atuação de destaque, atendeu às demandas peculiares do ano de 2020, tais como:

- Elaboração e publicação do manual de teletrabalho;
- Publicação de relatório de **Business Intelligence** com os recursos destinados pelo MP/MT ao combate da pandemia do COVID 19. No que toca aos recursos destinados às medidas de combate ao Covid 19, desde o começo da pandemia, o DEPLAN monitorou, por meio do banco de dados do SIMP, a destinação de recursos, provenientes de acordos firmados pelo MPMT, ao enfrentamento da doença. As informações estão compiladas em painéis divulgados pelo DECOM, no **site** do MPMT, e totalizaram R\$ 42.274.916,49 em 2020;
- Elaboração do formulário de pesquisa de satisfação do trabalho remoto.

Outra atividade desenvolvimento foi a Reestruturação do Relatório de Gestão Institucional. O DEPLAN reestruturou o Relatório de Gestão Institucional, tornando-o uma fonte de informação acessível para a sociedade e o público interno, sobre a atuação do órgão em suas diferentes áreas, tanto da finalística quanto meio.

No documento, são retratadas, de maneira ordenada e aglutinadas segundo a estrutura organizacional da instituição, as principais atividades desempenhadas pelo órgão ao longo do ano, bem como análises comparativas com os anos anteriores, além de um verdadeiro “raio-x” sobre como está organizada sua estrutura funcional.

Além da reestruturação do relatório de gestão, todo o portal da transparência passou por reestruturação, cujos indicadores, metas e respectivos resultados passaram a serem apresentadas em consonância com o Mapa Estratégico, seguindo a mesma estrutura da “árvore” das perspectivas, objetivo e macro ações.

Outra atividade curial à instituição foi a administração do portal Bapre – Banco de Projetos e Entidades, cuja equipe apoio auxiliou membros, entidades e gestores de projetos no cadastramento e destinação de recursos firmados em TACs. O Bapre representa o arauto da transparência por ocasião da destinação de verbas oriundas de TACs e Acordos, beneficiando projetos de fundamental importância à sociedade, além de publicizar toda destinação efetuada pelos membros da instituição, perfazendo, desta feita, um verdadeiro sistema de ganha-ganha, com ganhos aos autores dos acordos, ao MP/MT e a toda sociedade.

Outra atividade foi o acompanhamento do lançamento do Relatório das Ações Governamentais, cujo serviço da Gerência de Gestão não se limitou apenas ao lançamento afeto à sua área, mas sim ao acompanhamento auxílio de todas as unidades administrativas do MP/MT.

Foi acompanhado pela Gerência de Gestão também o cumprimento das metas dispostas no Planejamento Estratégico Institucional do MP/MT, com a produção de dois relatórios gerais de acompanhamento mediante interlocução com todas as unidades administrativas da Área Fim, Área Meio, Administração Superior e Órgãos Auxiliares à Administração Superior.

Atividades frequente à gerência de gestão foi a elaboração de Planos de Trabalho quando do estabelecimento de Convênios, Termos de Cooperação Técnica ou Acordos de Cooperação de interesse do MP/MT.

Atividade de destaque foi a elaboração do Livreto do Planejamento Institucional, correlacionando todos os indicadores e respectivas metas, já revisadas.

No âmbito da Gerência de Gestão, encontra-se o Escritório de Processos Organizacionais – EPO, instituído pelo ATO ADMINISTRATIVO Nº 957/2020-PGJ, unidade estabelecido com o fito de coordenar as iniciativas de governança dos processos institucionais,

especialmente os processos de trabalho considerados estratégicos, por meio das seguintes atribuições:

- I - programar, coordenar, realizar e apresentar estudos sobre as rotinas administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a fim de racionalizar, otimizar e padronizar seus procedimentos e métodos;
- II - mapear e sistematizar, juntamente com as unidades das áreas meio e fim, os processos institucionais e descrevê-los em procedimentos operacionais;
- III - avaliar e controlar o desempenho dos processos da Instituição e propor melhorias;
- IV - coordenar e executar o mapeamento dos procedimentos de trabalho da Instituição;
- V - fornecer assessoria técnica quanto às práticas relacionadas aos processos de trabalho;
- VI - identificar e propor técnicas e ferramentas de gestão de processos adequadas à sua área de atuação;
- VII - promover a governança de processos, que é o conjunto de objetivos, políticas, diretrizes e atividades da gestão dos processos administrativos;
- VIII - sugerir e subsidiar o desenvolvimento de sistemas informatizados, conforme as propostas de padronização e otimização das rotinas de trabalho e fluxo de informações;
- IX - propor o treinamento e desenvolvimento de pessoal nas melhores práticas de gestão de processos;
- X - estimular o desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento de gestão por processos;
- XI - definir e manter atualizadas as metodologias, técnicas e ferramentas de apoio para as iniciativas de gestão de processos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- XII - consolidar os registros, documentações, avaliações de melhores práticas e difusão de aprendizados;
- XIII - avaliar e gerir o portfólio de processos considerados prioritários para a Instituição e a sua governança;
- XIV - definir cronograma para o projeto de melhoria de processos de trabalho;
- XV - subsidiar a gestão quanto à otimização do uso dos recursos envolvidos na execução dos processos administrativos;
- XVI - propor normativas referentes à organização administrativa, processos e qualidade na Instituição;
- XVII - propor o planejamento da estrutura organizacional para os órgãos de Administração;
- XVIII - cumprir os objetivos e metas definidos pelo planejamento estratégico da Instituição, sob responsabilidade do Núcleo;
- XIX - desempenhar outras atividades correlatas a sua área e, ainda, as que lhe forem delegadas.

Dentre outras atividades do EPO, pode-se destacar:

- A execução do projeto MOPE – Modernização das Procuradorias Especializadas, cujos processos administrativos afetos à Gestão, Atividade Extrajudicial e Judicial das 5

Procuradorias foram mapeados, e posteriormente padronizados, de forma que se unificasse o modus operandi das 5 PJE's em um único Guia de Procedimentos;

- Elaboração do fluxo de acompanhamento do planejamento estratégico, de modo que se padronizasse e normatizasse uniformemente como se daria o acompanhamento do PEI perante todas as unidades administrativas;

- Fluxo da Rede Protege, cujo trabalho voltou-se a elaborar o Fluxo da atuação

colaborativa interinstitucional dos órgãos e processos envolvidos na Rede Protege da infância e da juventude;

- Fluxo do Protocolo integrado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência conforme a Lei nº 13.431/2017.

- Elaboração de Fluxo para solicitação e realização de teletrabalho.

No âmbito da Gerência de Gestão, encontra-se também o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGE, instituído pelo ATO ADMINISTRATIVO Nº 957/2020-PGJ, é uma unidade da Gerência de Gestão, tem por finalidade analisar, acompanhar, gerir e disponibilizar dados estratégicos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - coletar e sistematizar os dados estatísticos do MPMT, notadamente os relacionados ao desempenho funcional dos órgão de execução, bem como as informações sobre a gestão orçamentária, financeira e fiscal da Instituição;

II - analisar a qualidade e a utilidade dos dados coletados, adequando-os às demandas institucionais;

III - planejar, desenvolver e dirigir pesquisas estatísticas úteis à gestão estratégica do MPMT;

IV - confeccionar padrões e indicadores para coleta de dados estatísticos no âmbito da gestão estratégica do MPMT;

V - efetuar análises estatísticas e emitir relatórios;

VI - atualizar, aprimorar e expandir as informações e análises estatísticas disponibilizadas por seu intermédio;

VII - sugerir melhorias ou a produção de ferramentas tecnológicas úteis para o desempenho de suas atividades, especialmente mecanismos de produção e gerenciamento de informações de maneira automática;

VIII - dar suporte, quando solicitado, na avaliação e acompanhamento dos programas do MPMT;

IX - realizar outras atividades relacionadas aos objetivos delineados no art. 45 da Resolução nº 141/2017-

CPJ; e

X - desempenhar outras atividades delegadas ao Núcleo" (NR)

Dentre outras atividades, o NEGE desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2020:

- Desenvolvimento de sistemas Portal FOCO, Banco Estadual de Projetos - BEP e Sistema de Apoio à Gestão Orçamentária – SIAGEO, executando as seguintes etapas:
 - Planejamento de projetos de desenvolvimento de sistemas;
 - Levantamento e análise de Requisitos;
 - Criação de protótipos;
 - Testes e homologação;
 - Manutenção de sistemas e melhorias.
- Suporte e correções corretivas ao Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas - APLIC MP.
- Produção do Relatório desdobramento estratégico, com Levantamento realizado para fomentar o desdobramento estratégico para o ano de 2020;
- Estudo sobre a COVID-19 e elaboração de matriz de risco para Mato Grosso, mediante Elaboração de Matriz de Risco para diversos municípios do estado, Cálculo das taxas de incidência e letalidade e Verificação do número de casos em Cuiabá e Várzea Grande;
- Concepção do Painel acompanhamento procedimentos vinculados ao COVID-19 mediante Elaboração e desenvolvimento de painel no Tableau para identificação de forma simplificada de procedimentos com destinação de recursos ao enfrentamento da COVID-19;
- Elaboração do Relatório sobre a saúde dos membros do MPMT com a consolidação da Avaliação de questionário aplicado aos membros do MPMT, solicitado pela COGER;
- Elaboração do Relatório sobre o teletrabalho no contexto da pandemia, através da Análise e elaboração de relatório sobre o questionário aplicado aos integrantes do MPMT, solicitado pelo Vida Plena;

- Estudo sobre entrâncias com o Levantamento sobre crescimento populacional e IDH dos municípios de acordo com sua entrância;
- Elaboração de Relatórios sobre pedidos realizados pela Ouvidoria, dentre os quais - Improbidade Administrativa (funcionários fantasmas) para Trabalho de Conclusão de Curso e Quantitativo de homicídios ocorridos em 2019 em Mato Grosso;
- Elaboração de Relatório sobre os pedidos de afastamentos, consolidando Pedidos de afastamento realizados pelos membros e servidores do MPMT no ano de 2019, em atendimento a uma demanda do programa Vida Plena;
- Concepção do Painel Acompanhamento PEI, mediante Elaboração e desenvolvimento de painel para COGER onde são apresentados todos os procedimentos vinculados ao PEI, dando opções de filtros e seleções simplificadas;
- Elaboração do Relatório racismo G1 com Levantamento em âmbito estadual dos procedimentos abertos que contenham alguma relação com o tema racismo;
- Concepção do Painel apuração indicadores Área Meio e Administração Superior, com criação de tabelas e painéis para apuração dos indicadores do PEI da Área Meio e Administração Superior;
- Concepção do Painel acessos Portal Foco, mediante desenvolvido painel para acompanhamento dos acessos do portal foco, foram criados filtros que possibilitam separar os dados por Servidores, Membros e Estagiários;
- Concepção do Painel SAT, mediante desenvolvido painel para fazer vinculação dos procedimentos do SIMP com o SAT.

5.2.2.2. Na Gerência de Planejamento e Execução Orçamentária

A gerência de Planejamento e Execução Orçamentária tem como atribuições a Elaboração, controle, acompanhamento, orientação e avaliação da execução orçamentária das unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ e do Fundo de Apoio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso - FUNAMP.

Dentre as principais atividades, pode-se destacar:

- Atendimento de 3.348 (três mil, trezentos e quarenta e oito) PED's na PGJ e 54

(cinquenta e quatro) no FUNAMP;

- Realização de 3.153 (três mil, cento e cinquenta e três) Empenhos: na PGJ e 44 (quarenta e quatro) no FUNAMP;
- Total de Estornos: 230 (duzentos e trinta) na PGJ;
- Total de OPAR: 1.201 (Um mil, duzentos e um) somando-se as Unidades Orçamentárias PGJ e FUNAMP;
- Total de Informação para o APLIC: 188 (cento e oitenta e oito);
- Total de Ordens de Serviços de Diárias Cadastradas no FIPLAN: 1.348 (um mil, trezentos e quarenta e oito);
- Lançamentos dos Empenhos e Estornos de Empenhos no Sistema E-JADE;
- Elaboração e lançamento do PTA no Sistema FIPLAN, envolvendo diversos estudos com a projeção da despesa com pessoal e com a Despesa Primária Corrente-DPC, foram realizadas várias reuniões de alinhamento e retirada de dúvidas com cada Unidade demandante, bem como foram realizadas diversas reuniões com a Administração Superior para deliberações;
- Validação das receitas das receitas próprias da PGJ e do FUNAMP com o apoio da Gerência de Contabilidade para fins de projeção das receitas para a LDO;
- Elaboração mensal do Relatório das Despesas por Ação Orçamentária (janeiro a dezembro/2020) e os seus lançamentos no Portal Transparência;
- Elaboração e lançamento no Sistema FIPLAN de 03 (três) Créditos Adicionais por Superávit Financeiro, sendo 01 (um) para o FUNAMP e 02 (dois) para a PGJ e 03 (três) Créditos Adicionais por Anulação de Dotação na PGJ, os quais envolveram diversas reuniões com a Administração Superior e com as Unidades demandantes, bem como, seus acompanhamentos concomitantes junto a SEFAZ, além de seus lançamentos no Portal Transparência;
- Lançamentos das Peças Orçamentárias LDO e LOA no Portal Transparência;
- Ajustes diários na execução orçamentária, dialogando com as áreas;

- Controle diário da Planilha da execução orçamentária e controle inteligente BI;
- Cadastro dos credores no Sistema FIPLAN (fornecedores, servidores, órgãos, etc) dos que ainda não possuem, além de encaminhamento de e-mail para a SEFAZ solicitando suas autorizações, bem como seus acompanhamentos;
- Solicitação de criação da UG COVID no Sistema FIPLAN;
- Início dos trabalhos com os Restos a Pagar de alguns PAOE;
- Controle a parte na emissão de disponibilidade orçamentária de licença prêmio com período aquisitivo anterior a LC 173/2020;
- Nos processos de solicitação e empenhos e estornos, em diversas situações são verificados vários documentos, tais como: ofício do solicitante, orçamentos dos fornecedores , informe com a classificação orçamentária (DEFIN), mapa de cotação de preços (DAQ), parecer jurídico, despacho da autoridade superior, relatório para fins de empenho e liquidações (DGP), ordem de serviço de diária (DEFIN), concessão de adiantamento-CAD (DEFIN), memória de cálculo para licença prêmio (DGP) e demais documentos (ex: e-mails, CIs). Na renovação de contratos, por diversas vezes são analisados contratos e atas anteriores;
- Com relação aos Levantamentos de Informações e Estudos de Impactos, realizamos vários que envolveram análises e projeções sobre diversos temas, tais como: Despesa com Pessoal, Plano Mansueto, Diárias, Despesas Primárias Correntes (EC 81/2017), Disponibilidade de Caixa, acompanhamento dos repasses do duodécimo, acompanhamento da fonte 115 (recursos de inativos e pensionistas), Gastos com a Projus de Dom Aquino e Jucimeira, Radar Estratégico (parte da execução orçamentária), RGA.

5.2.2.3. Na Gerência de Desenvolvimento de Projetos

A Gerência de Desenvolvimento e Projetos, unidade do Departamento de Planejamento e Gestão, tem como missão elaborar, organizar, gerenciar e acompanhar a execução de projetos e programas desenvolvidos necessários ao pleno desenvolvimento da instituição.

Dentre as principais atividades, pode-se destacar:

a) Apoio a elaboração dos instrumentos de planejamento das iniciativas do PEI das áreas Finalística, Órgãos auxiliares, Administração Superior, Área meio, um total de 24 Termos de abertura de Projetos e 37 Planos de Ação;

b) 34 iniciativas cadastradas/atualizadas no Banco Nacional de Projetos e Inscritas no Prêmio CNMP 2020;

c) 15 Iniciativas inscritas no prêmio Innovare 2020.

5.2.3. Iniciativas de Destaques do DEPLAN

1) Registro, atualização e inscrição de 34 (trinta e quatro) iniciativas no Banco Nacional de Projetos do CNMP e no prêmio CNMP:

- Olhos da Mata - coibindo o desmatamento ilegal em tempo próximo ao real;
- Integra MP - Feliz Natal/MT;
- Homens que agradam não agridem;
- MP Sem Divisas – “Por um Conselho Tutelar sem Divisas – Agindo Localmente Pensando Globalmente”;
- Ciclovera;
- Pedala Feliz;
- Projeto LUZ;
- Projeto Piloto de Mediação Escolar;
- Projeto Fortalecer;
- Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento;
- Rede Protege: Articulação Intersetorial da Infância e Adolescência de Várzea Grande-MT;
- Prevenção Começa na Escola - MT;

- Ilumina Vera;
- Vida Plena - MPMT Pensando em Você;
- Monitoramento dos Registros de Violência Escolar;
- Núcleo de Defesa da Vida;
- Projeto Despertar: Prot. de Atend. Multidisciplinar à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar;
- Minhas mãos também falam;
- Satélites Alertas - Combate aos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado de Mato Grosso;
- Criação do Fórum Intersetorial de Acompanhamento dos Planos de Educação;
- Liga da Saúde no Combate à Obesidade Infantil;
- Amigos da Natureza - Conscientizar Para Crescer;
- Banco de cadastramento de Projetos, Fundos e Entidades – BAPRE;
- Plataforma de Aprendizagem do CEAF MPMT;
- Portal Foco - Gestão Estratégica orientada para resultados;
- Implantação do Programa de Governança de Dados Pessoais no MPE-MT;
- Educar é dar Limites;
- Gestão por Competência – MPMT;
- Reconstruindo sorrisos - por uma infância livre de alienação parental;
- Cidadão com Voz e Vez;
- Formar para socializar;

- Operação Polygonum;
- MOPE - Modernização das Procuradorias de Justiça Especializadas;
- Implantação da Sistemática de Gestão dos Custos (ISGC);

2) Registro e assessoramento para inscrição de 15 (quinze) boas práticas no prêmio INNOVARE 2020;

3) Assessoramento para desenvolvimento dos projetos:

- Projeto MP Social;
- Projeto Código da Mata;
- Projeto Acolher e Integrar para não revitimizar – Protocolo de atendimento integrado;
- Programa Dialogar - Núcleos de Autocomposição;
- Elaboração e revisão do TAP “Olhos da Mata”;
- Projeto “Rede de Enfrentamento à violência doméstica e familiar de Várzea Grande”;
- Projeto “Vigia Paranatinga”;
- Projeto “Rede Protege Cuiabá”;

4) Saneamento de 98 (noventa e oito) iniciativas da base de dados de projetos, programas no Banco Estadual de Projetos do MPMT – BEP;

5) Elaboração do conteúdo e gravação do curso de elaboração de Termo de Abertura de Projeto (TAP);

6) Elaboração e disponibilização do Tutorial de elaboração de TAP no Portal Foco como material de apoio;

7) Assessoramento na elaboração de termos de abertura dos projetos estratégicos institucionais e planos de ação das áreas meio, órgãos auxiliares e finalística:

	Termos de Abertura de Projeto (TAP)	Planos de Ação (PA)
Área finalística	11	11
Órgãos auxiliares	2	10
Administração Superior	1	3
Área Meio	10	13

8) Apoio no desenvolvimento do Banco Estadual de Projetos do MPMT-BEP lançado em 09/2020, etapas de planejamento, testes e homologação;

9) Realização de POC para avaliação e análise de softwares de gestão estratégica e projetos;

- Apoio a elaboração e revisão do Termo de Referência para aquisição do sistema de gestão estratégica e projetos

10) Participação e apresentação sobre projetos nas reuniões de polos realizadas pelo Procuradora Geral de Justiça e equipe:

- Reunião virtual polo Sinop
- Reunião virtual polo Juína

11) Manual de Teletrabalho;

12) Projeto MOPE;

13) Painéis de Acompanhamento do PEI no Portal FOCO;

14) Desenvolvimento e Lançamento do BEP;

5.2.4. Outras Iniciativas

MPMT promove treinamento sobre Gestão por Processos

Integrantes das Procuradorias Especializadas e servidores do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) participam da capacitação “Introdução à Gestão por Processos”, nos dias 14 e 15 de janeiro, na

sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá. Realizado pelo Deplan, o curso tem carga horária de 10 horas e é ministrado pela servidora Kenia Kesia de Carvalho Willemann “*in memoriam*”.



Promotora de Justiça auxiliar da PGJ, Hellen Uliam Kuriki explica que o treinamento faz parte do Projeto de Modernização das Procuradorias de Justiça Especializadas (Mope), instituído pela Procuradoria-Geral de Justiça por meio do Ato Administrativo nº 877/2020-PGJ (leia aqui). No decorrer do curso serão abordados conceitos gerais, Ciclo PDCA, Visão Sistêmica, Gestão por Processos e suas inter-relações, Cadeia de Valor e Macroprocessos, Mapeamento e modelagem de processos e o Mope.

Portal Foco é lançado com informações sobre execução do Planejamento O objetivo, conforme as promotoras de Justiça auxiliares do Procurador-geral de Justiça e o Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan), é oferecer aos integrantes da instituição as informações necessárias para a tomada de decisão e cumprimento das metas e ações previstas no Planejamento Estratégico.

“Com uma estrutura de inovação e tecnologia, que compartilha a atuação nas áreas finalísticas e na área meio, o Portal Foco disponibiliza uma plataforma de dados estratégicos e indicadores para a tomada de decisão. Pretende-se, com a iniciativa, a excelência profissional no atendimento aos anseios da sociedade”, afirmam os coordenadores da iniciativa.

O Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, ressalta que a instituição tem buscado fazer da gestão estratégica, orientada para resultados, um instrumento para assegurar uma atuação institucional planejada e equânime. “Com a nobre missão de defender a

ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, o Ministério Público, para bem desempenhar o seu papel de servir à sociedade, deve traçar estratégias adequadas e exequíveis que gerem resultados”, afirmou.

No Portal, o usuário tem acesso a informações sobre o andamento dos projetos estratégicos, processos organizacionais, indicadores das áreas meio e de atuação finalística, instâncias de governança, diretrizes, entre outras informações.

Curso sobre plano de ação e termo de abertura de projeto é lançado

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso disponibilizaram na plataforma de ensino a distância (EaD) o “Curso de Elaboração de Plano de Ação e Termo de Abertura de Projeto”. Nesta primeira etapa, a qualificação é destinada aos chefes de departamentos, gerentes, supervisores, coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, Procuradorias Especializadas e coordenadores dos órgãos auxiliares da administração superior.

Segundo informações do Deplan, os participantes já foram matriculados e deverão concluir o curso até o dia 15 de maio. A capacitação busca auxiliá-los na elaboração dos planos de ação e termos de abertura de projetos referentes ao Planejamento Estratégico 2020-2023. Ao final do curso, haverá atividade prática que será avaliada pela equipe do Deplan com intuito de validar o processo de ensino-aprendizagem.

Projeto pretende fomentar ressocialização e reduzir prática delituosa

Equipes do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) e do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal realizaram nesta sexta-feira (18) reunião virtual para discutir a elaboração de projeto estratégico com o objetivo de fomentar e fortalecer a ressocialização nos estabelecimentos prisionais do Estado de Mato Grosso. A iniciativa tem ainda como propósito a redução da prática delituosa.

Segundo a coordenadora do CAO Criminal e da Execução Penal, promotora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, o Ministério Público pretende elaborar um diagnóstico sobre a realidade do estado e levantamento das necessidades.



Também será desenvolvido um trabalho de aproximação das entidades que atuam nesta área para viabilização de parcerias interinstitucionais que proporcionem a oferta de cursos, trabalho e práticas psicológicas aos recuperandos.

Pesquisa revela que 95% se adaptaram ao trabalho remoto no MPMT

A pesquisa “Condições do trabalho remoto no contexto da Pandemia” revelou que 95,14% dos integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) se adaptaram ao trabalho remoto. Esse é um dos apontamentos destacados pelo programa de qualidade de vida no trabalho “Vida Plena - MPMT pensando em você”, ao apresentar o resultado da consulta realizada no mês de junho. Conforme membros, servidores e estagiários respondentes, as facilidades do trabalho remoto foram a supressão do tempo de deslocamento e a melhor administração da rotina doméstica e de trabalho. Em contrapartida, as principais dificuldades na adaptação estiveram relacionadas à ergonomia, recursos tecnológicos e aumento de despesas como energia elétrica, por exemplo.

O questionário foi elaborado pela equipe do Programa Vida Plena e pelo Núcleo de Estatísticas do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan), sendo este último responsável pela tabulação dos dados.

5.3. Departamento de Engenharia – DENGÊ

5.3.1. Atribuição

O Departamento de Engenharia, órgão de administração sistêmica, tem como missão coordenar e atuar na análise, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia, arquitetura e instalações, de forma a atender às necessidades de construção, manutenção e conservação de edifícios próprios e dependências locadas ao Ministério Público de Mato Grosso, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público em ações e procedimentos que envolvam conhecimentos técnicos nas áreas de Engenharia e Arquitetura;

II - atuar em atividades de auxílio aos órgãos de apoio técnico e administrativo, prestando informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de atuação, formação ou especialização, indicando a fundamentação, os métodos e os parâmetros aplicados;

III - avaliar propostas de preços de materiais e serviços de engenharia;

IV - favorecer a adequada ocupação e ambientação do espaço físico das edificações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

V - efetuar o planejamento e a elaboração de projetos, bem como a execução de suas especificações e, ainda, fiscalizar obras e serviços de engenharia;

VI - prestar assistência às Promotorias de Justiça em ações e procedimentos que envolvam conhecimentos técnicos nas áreas de Engenharia e Arquitetura;

VII - executar outros trabalhos técnicos ou administrativos inerentes a sua área de atuação, conforme designação pela autoridade competente.”

5.3.2. Atividades Desenvolvidas

Em 2020, o MPMT passou por reestruturação física em alguns setores, que tiveram seus layout's reformulados pela equipe do Departamento de Engenharia, para proporcionar maior conforto, ergonomia e funcionalidade aos ambientes de trabalho, bem como melhor aproveitamento dos espaços e recursos disponíveis.

Dentre os projetos e obras executados pelo setor, destaca-se o novo Espaço do Departamento de Comunicação – DECOM, com 120m², o novo ambiente possui recepção, redação, sala de revisão, sala de edição, estúdio de televisão, cabine para gravação de *off* e

podcast, sala para cerimonial, sala de reunião, almoxarifado e toailete.

Figura 19 - Inauguração Novo Espaço Departamento de Comunicação – DECOM



Ainda, além das diversas obras de construção, reforma e de manutenção das sedes Promotorias de Justiça do interior, concluiu-se a construção da nova Sede das Promotorias de Cáceres.

Tabela 81 - Obras realizadas pelo DENG

N.º	Objeto	Início / Término	Valor (R\$)	% de conclusão até 12/2020
01	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de reforma e ampliação da sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Campo Novo dos Parecis - MT	13/05/2019 22/07/2020	733.785,02	100
02	Reforma da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Araputanga Reforma e Ampliação da Guarita Frontal da Procuradoria-Geral de Justiça abrangendo área externa e estacionamento lateral e frontal Empresa: Marguia Engenharia Ltda.	05/08/2019 26/01/2020	149.994,83	100
03	Continuidade da Construção da nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Primavera do Leste – MT.	05/08/2019 19/05/2020	1.698.034,68	100

04	Construção da nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis/MT.	05/03/2018 17/05/2021	16.754.093,30	61,57 %
05	Construção da nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Várzea Grande/MT.	04/05/2020 23/04/2022	14.210.099,12	9,29 %
06	Construção do Anexo 02 da Procuradoria-Geral de Justiça de Cuiabá – MT OBS.: Contrato em fase de rescisão, após será contratada nova empreiteira para conclusão da obra, com novo prazo de conclusão para Agosto de 2022.	18/09/2018	6.316.855,44	14,67 %
07	Homologado convênio entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, que tem por objeto a permuta de imóveis entre os partícipes, bem como a construção de um imóvel que abrigará a nova sede das Promotorias de Justiça de Lucas do Rio Verde/MT, conforme projetos e orçamentos elaborados pelo DENGGE. De acordo com o Plano de Aplicação para execução da obra da nova sede no valor de R\$ 5.063.802,65	07/05/2020 07/05/2021	4.536.552,64	20,40 %
08	Homologado convênio entre a Procuradoria-Geral de Justiça e a Prefeitura Municipal de Nova Mutum, que tem por objeto a permuta de imóveis entre os partícipes, bem como a construção de um imóvel que abrigará a nova sede das Promotorias de Justiça de Nova Mutum/MT, conforme projetos e orçamentos elaborados pelo DENGGE. De acordo com o Plano de Aplicação para execução da obra da nova sede no valor de R\$ 4.950.661,44	27/01/2020 27/01/2021	4.432.287,19	37,36 %
09	Adequação de imóvel destinada à instalação e funcionamento da Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.	05/02/2020 30/07/2020	42.241,52	100
10	Contratação de empresa especializada para adequação de imóvel alugado para funcionamento da Sede das Promotorias de Justiça de Tabaporã-MT.	19/05/2020 19/07/2020	9.906,20	100
11	Contratação de empresa especializada para fornecer e instalar painel MDF na sala do Colegiado da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso Empresa: Arke Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	24/01/2020 12/02/2020	1.580,00	100
12	Elaboração de projeto elétrico de uma subestação tipo blindada de potência 1.150KVA para atendimento a todos os prédios localizados no complexo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça.	20/12/2019 18/05/2020	23.500,00	100
13	Contratação de empresa especializada para instalação do sistema de áudio, vídeo e multimídia da sala do Colegiado no Anexo 1, da Procuradoria-Geral de Justiça, com fornecimento de peças.	09/01/2020 29/05/2020	599.227,32	100
14	Implantação de iluminação externa da Sede das Promotorias de Justiça da Capital. Empresa: Eletro Tartari Ltda.	01/06/2020 31/07/2020	197.200,00	100
15	Contratação de empresa especializada para instalação do sistema de áudio, vídeo e multimídia da sala do Colegiado no Anexo 1, da Procuradoria-Geral de Justiça, com fornecimento de peças.	16/12/2019 29/05/2020	599.227,32	100
16	Serviços de manutenção predial preventiva(visita periódica) e corretiva (eventuais), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos, constantes da Tabela SINAPI para atender as necessidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, na quantidade e especificações constantes neste contrato.	12/07/2019 02/11/2020	500.000,00	100
17	Contratação de serviços técnicos de topografia para a execução de levantamento planialtimétrico cadastral e de delimitação da área do terreno que abrigará a Sede das Promotorias de Justiça de Juína - MT	16/06/2020 16/07/2020	3.390,00	100

18	Objeto: Contratação de serviços técnicos de sondagem, tipo SPT (Standart Penetration Test), para Construção da Sede das Promotorias de Justiça de Juína - MT.	14/07/2020 23/07/2020	12.097,53	100
19	Objeto: Contratação de serviços técnicos de sondagem, tipo SPT (Standart penetration test), para construção da Sede das Promotorias de Justiça de Nobres – MT	01/06/2020 10/07/2020	8.497,00	100
20	Objeto: Contratação de serviços técnicos de topografia para a execução de levantamento planialtimétrico cadastral e de delimitação da área de terreno que abrigará a Sede das Promotorias de Justiça de Nobres – MT	16/06/2020 16/07/2020	2.650,00	100
21	Objeto: Termo de referência para elaboração de projeto elétrico de cabine de força de potência de transformação de 800 KVA – 13,8 KV para a nova sede das promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis – MT.	21/10/2019 04/02/2020	7.000,00	100
22	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto elétrico de uma subestação tipo blindada de potência de 1.150 KVA– 13,8 KV, para atendimento a todos os prédios localizados no complexo da Sede da Procuradoria- Geral de Justiça.	20/12/2019 22/04/2020	23.500,00	100
23	Objeto: Contratação de empresa especializada para montagem e instalação de posto de transformação de potência nominal de 75 KVA – 13,8 KV, para atender o canteiro de obras da futura Sede das Promotorias de Justiça de Várzea Grande - MT	02/03/2020 29/05/2020	36.104,62	100
24	Ata de Registro de Preços nº 041/2019 Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de materiais de combate a incêndio, para atendimento desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim como todas as Promotorias de Justiça da Capital e do interior do estado	-	52.457,50	100
25	MExecução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em cabine primária, sistemas de média e baixa tensão, grupos geradores e suas respectivas controladoras, painéis de força e comando, incluindo o quadro de distribuição geral das Promotorias de Justiça da Capital de Mato Grosso.	05/06/2018 07/07/2021	173.397,78	100
26	Contratação de empresa especializada para executar adequação de elementos construtivos da Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá e Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso.	2020	89.594,70	A iniciar
27	Contratação de serviços técnicos de topografia para a execução de levantamento planialtimétrico cadastral e de delimitação da área do terreno que abrigará a Sede das Promotorias de Justiça de Jaciara - MT	2020	4.800,00	A iniciar
28	Objeto: Contratação de serviços técnicos de sondagem, tipo SPT (Standart Penetration Test), para Construção da Sede das Promotorias de Justiça de Juína - MT	2020	9.599,94	A iniciar
29	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento por circuito fechado de TV Via Internet, Protocolo (CFTV – IP) nas áreas internas e externas dos prédios próprios das Sedes das Promotorias de Justiça do Interior do Estado de Mato Grosso.	2020	880.562,00	Em andamento
30	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento por circuito fechado de TV Via Internet, Protocolo (CFTV – IP) em 05(cinco) Unidades Ministeriais do Estado de Mato Grosso.	2020	451.024,03	A iniciar
31	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de dois elevadores a serem instalados no novo prédio das Sedes das Promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis - MT	28/07/2020 24/03/2021	198.800,00	Em andamento
32	Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de climatização na nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis - MT	05/10/2020 02/04/2021	1.095.000,00	Em andamento
33	Contratação de empresa especializada para montagem e instalação de subestação abrigada de potência de transformação de 800 KVA – 13,8 KV para a nova sede das promotorias de Justiça da Comarca de Rondonópolis – MT.	21/10/2020 18/01/2021	456.000,44	Em andamento

Fonte: Departamento de Engenharia – MPMT

5.3.3. Regularização dos Imóveis Ministeriais Junto aos Corpos de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso

Tabela 82 - Situação dos imóveis Ministeriais em relação a Regularização junto ao Corpo de Bombeiros

Entrância Inicial					
Comarca	Área do Terreno (m ²)	Área Construída (m ²)	Status do Alvará	N.º do Alvará	Situação
Araputanga	1.200,00	297,73	28/10/2021	411087/2020	Ok. Vigente
Arenópolis	1.479,23	351,43	28/10/2021	411093/2020	Ok. Vigente
Aripuanã	1.337,50	351,43	28/10/2021	411103/2020	Ok. Vigente
Brasnorte	1.200,00	351,43	28/10/2021	411116/2020	Ok. Vigente
Cláudia	1.091,21	340,49	28/10/2021	411126/2020	Ok. Vigente
Colniza	1.400,00	284,84	28/10/2021	411133/2020	Ok. Vigente
Cotriguaçu	2.155,34	351,43	28/10/2021	411139/2020	Ok. Vigente
Guarantã do Norte	1.966,60	384,41	28/10/2021	410708/2020	Ok. Vigente
Guiratinga	576,00	214,08	28/10/2021	411124/2020	Ok. Vigente
Itiquira	625,00	173,81	28/10/2021	411135/2020	Ok. Vigente
Jauru	1.200,00	336,49	28/10/2021	411143/2020	Ok. Vigente
Marcelândia	1.200,00	330,00	28/10/2021	411152/2020	Ok. Vigente
Matupá	1.200,00	340,49	28/10/2021	411159/2020	Ok. Vigente
Nobres	432,00	170,36	28/10/2021	411164/2020	Ok. Vigente
Pedra Preta	667,00	147,55	28/10/2021	411169/2020	Ok. Vigente
Poconé	792,00	330,45	28/10/2021	411174/2020	Ok. Vigente
Porto Alegre do Norte	3.148,65	329,22	28/10/2021	411177/2020	Ok. Vigente
Ribeirão Cascalheira	864,00	330,00	28/10/2021	411180/2020	Ok. Vigente
Rosário Oeste	1.250,00	340,49	28/10/2021	411176/2020	Ok. Vigente
São Félix do Araguaia	1.200,00	330,00	28/10/2021	411178/2020	Ok. Vigente
São José dos Q. marcos	1.120,00	351,43	28/10/2021	411181/2020	Ok. Vigente
Sapezal	800,00	261,25	28/10/2021	411182/2020	Ok. Vigente
Tapurah	1.216,00	340,49	28/10/2021	411184/2020	Ok. Vigente
Vila Rica	991,95	338,00	28/10/2021	411185/2020	Ok. Vigente
Alto Garças	Alugada	157,59	28/10/2021	411158/2020	Ok. Vigente
Alto Taquari	Alugada	90,00	28/10/2021	411162/2020	Ok. Vigente
Apiacás	Alugada	88,00	28/10/2021	411162/2020	Ok. Vigente
Campinápolis	Alugado	187,22	28/10/2021	411170/2020	Ok. Vigente
Dom Aquino (DESATIVADO)	Alugada	125,55			Em Construção ou Reforma

Feliz Natal	Alugada	158,50	28/10/2021	410718/2020	Ok. Vigente
Itaúba	Alugada	96,70	28/10/2021	410739/2020	Ok. Vigente
Juscimeira	Alugada	178,00			Em Construção ou Reforma
Nova Canaã do Norte	Alugada	196,57	28/10/2021	410822/2020	Ok. Vigente
Nova Ubiratã	Alugada	138,00	28/10/2021	410845/2020	Ok. Vigente
Nova Monte Verde	Alugada				Em Construção ou Reforma
Paranaíta	Alugada	128,00			Em Construção ou Reforma
Porto dos Gaúchos	Alugada	250,00	28/10/2021	410861/2020	Ok. Vigente
Porto Esperidião	Alugada	115,00	28/10/2021	410882/2020	Ok. Vigente
Querência	Cedida (TRT)	210,12	28/10/2021	410989/2020	Ok. Vigente
Rio Branco	Alugada	241,80	28/10/2021	410902/2020	Ok. Vigente
Tabaporã	Alugada	165,14	28/10/2021	411031/2020	Ok. Vigente
Terra Nova do Norte	Alugada	298,00	28/10/2021	411046/2020	Ok. Vigente
Vera	Alugada	96,00	28/10/2021	411065/2020	Ok. Vigente
Vila Bela da SS Trindade	Alugada	113,85	28/10/2021	410922/2020	Ok. Vigente

Entrância Intermediária

Comarca	Área do Terreno (m ²)	Área Construída (m ²)	Status do Alvará	N.º do Alvará	Situação
Alta Floresta	565,20	472,18	28/10/2021	410766/2020	Ok. Vigente
Água boa	800,00	305,08	28/10/2021	410841/2020	Ok. Vigente
Alto Araguaia	1.307,33	241,23	28/10/2021	410886/2020	Ok. Vigente
Barra do Bugres	474,90	234,33	28/10/2021	410816/2020	Ok. Vigente
Campo Novo dos Parecis	2.316,00	461,27	28/10/2021	410753/2020	Ok. Vigente
Campo Verde	900,00	356,18	28/10/2021	410904/2020	Ok. Vigente
Canarana	1.000,00	310,76	28/10/2021	410926/2020	Ok. Vigente
Chapada dos Guimarães	800,00	330,45	28/10/2021	410795/2020	Ok. Vigente
Colíder	920,28	312,39	28/10/2021	410732/2020	Ok. Vigente
Comodoro	1.000,00	298,00	28/10/2021	411067/2020	Ok. Vigente
Diamantino	1.312,80	417,26	28/10/2021	411058/2020	Ok. Vigente
Jaciara	800,00	380,64	28/10/2021	411048/2020	Ok. Vigente
Juara	450,00	187,06	28/10/2021	411035/2020	Ok. Vigente
Juína	883,58	327,04	28/10/2021	411030/2020	Ok. Vigente
Lucas do Rio Verde	1.200,00	356,18	28/10/2021	411019/2020	Ok. Vigente
Mirassol D'Oeste	1.500,00	356,09	28/10/2021	410984/2020	Ok. Vigente

Nova Mutum	2.000,00	360,10	28/10/2021	410972/2020	Ok. Vigente
Nova Xavantina	990,00	304,70	28/10/2021	410971/2020	Ok. Vigente
Paranatinga	880,00	305,08	28/10/2021	410958/2020	Ok. Vigente
Peixoto de Azevedo	1.600,00	357,34	28/10/2021	410947/2020	Ok. Vigente
Pontes e Lacerda	1.050,00	383,95	28/10/2021	411145/2020	Ok. Vigente
Poxoréu	Alugada	135,39	28/10/2021	411149/2020	Ok. Vigente
São José do Rio Claro	800,00	328,31	28/10/2021	411153/2020	Ok. Vigente
Entrância Final					
Comarca	Área do Terreno (m²)	Área Construída (m²)	Status do Alvará	N.º do Alvará	Situação
Barra do Garças	1.470,00	1.545,39	12/09/2021	439301/2019	Ok. Vigente
Capital - Promotorias da Capital	27.840,00	13.371,51	pendente	-	Pendente
Capital - PGJ, Anexo e outros	25.810,79	9.489,44	pendente	-	Pendente
Capital - Infância e Juventude	2.500,00	761,00	16/10/2021	387483/2020	Ok. Vigente
Cáceres (sede antiga)	1.507,80	551,93	Em Construção ou Reforma	248178/2019	Em construção ou reforma
Cáceres (nova sede)	547,80	880,57	21/08/2022	92139/2020	Ok. Vigente
Primavera do Leste	1.600,00	1.510,99	pendente	-	Pendente
Rondonópolis (Sede Atual)	1.552,30	1.006,93	pendente	-	Pendente
Rondonópolis	10.800,00	Em Construção	Sede em Construção	-	Em construção ou reforma
Sorriso	1.250,00	890,95	09/08/2020	391598/2018	Pendente
Sinop	5.000,00	1.624,95	12/04/2019	4º BBM Nº262/2017	Pendente
Tangará da Serra	900,00	890,95	pendente	-	Pendente
Várzea Grande	2.052,75	816,71	pendente	-	Pendente

5.4. Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

5.4.1. Atribuição

De acordo com o que dispõe o Ato Administrativo nº 520/2016-PGJ (Regimento Interno), mormente em seu artigo 51, as atribuições do DGP são:

- “executar as atividades de administração de pessoal relativas a nomeação, exoneração, posse, lotação, remoção e movimentação de pessoal;
- coordenar a avaliação de desempenho para fins de progressão funcional, remoção, e confirmação do servidor no cargo efetivo quando em estágio probatório;
- coordenar e controlar a folha de pagamento dos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ativos e inativos, bem como dos pensionistas da Instituição;
- supervisionar as atualizações do quadro de vagas e do lotacionograma do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- coordenar, fiscalizar e acompanhar as informações pertinentes ao Departamento de Gestão de Pessoas no Portal Transparência;
- controlar as informações cadastrais relativas aos membros e servidores;
- supervisionar a frequência dos servidores e estagiários da instituição;
- acompanhar a escala de férias anual dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- coordenar, controlar e acompanhar o quadro dos estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- coordenar o quadro dos Promotores de Justiça designados na função eleitoral;
- coordenar o cadastramento de membros e servidores, ativos e inativos, bem como pensionistas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- coordenar a lista de antiguidade dos membros do Ministério Público; coordenar e controlar a entrega da declaração do IRPF dos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- supervisionar os procedimentos nos casos de licença saúde, paternidade/maternidade, gala, luto;
- supervisionar e acompanhar os procedimentos referentes à isenção do imposto de renda;
- promover a capacitação de membros e servidores quando do ingresso na instituição,

pertinentes às atribuições do Departamento de Gestão de Pessoas e à sua vida funcional;

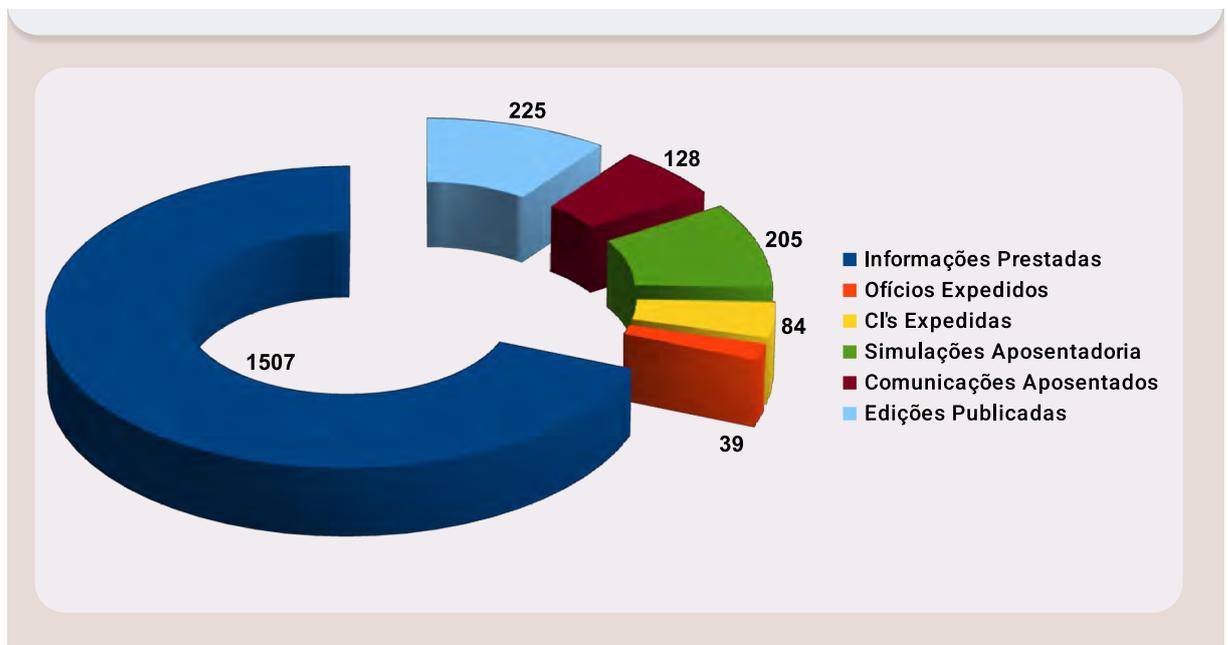
- coordenar e supervisionar a confecção do documento de identificação funcional dos membros e servidores do Ministério Público;
- providenciar as publicações relativas a Gestão de Pessoas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, ou outro que venha a ser o veículo oficial de publicações da Instituição;
- desempenhar outras atividades delegadas ao Departamento.”

5.4.2. Atividades Desenvolvidas

Tabela 83 - Atividades realizadas pelo DGP em 2020

Informações Prestadas	1507
Ofício Expedidos	39
Comunicações Internas Expedidas	84
Simulações de Aposentadoria Realizadas	205
Comunicação Portal Aposentado (via e-mail)	128
Edições Publicadas no DO do MP-MT	225

Figura 20: Gráfico das Atividades Realizadas Pelo DGP em 2020



5.4.3. Iniciativas de Destaques

Neste ano de 2020, foi firmado um Termo de Cessão com o Ministério Público do Estado de Tocantins para a implantação do sistema Athenas, no Departamento de Gestão de Pessoas. Tal sistema se subsume com o objetivo estratégico do Departamento de Gestão de Pessoas, que é o de modernizar e dar celeridade aos processos organizacionais internos.

A previsão de conclusão da implantação do referido sistema é para dezembro/2020.

Ademais, este Departamento de Gestão de Pessoas realizou simulações de aposentadoria a 205 membros da Instituição (restando excluídos aqueles que já possuem o direito).

Por fim, está sendo realizada uma reforma no departamento, com o objetivo de, além de trazer conforto aos servidores que lá trabalham, promover um atendimento presencial em ambiente apropriado e permitir mais segurança aos documentos físicos arquivados no DGP.

5.5. Departamento de Atendimento e Expediente – DAEXP

5.5.1. Atribuição

A Gerência de Atendimento e Expediente, unidade do Departamento de Apoio Administrativo, tem como missão coordenar, triar, ordenar, recepcionar, encaminhar e expedir documentos e processos às unidades competentes e usuários, visando ao melhor atendimento, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - executar serviços de protocolo, recepção, registro, distribuição e tramitação de processos, documentos e comunicações;

II - expedir, promover, supervisionar, controlar e fiscalizar os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT;

III - manter registros em caderno próprio de toda correspondência registrada expedida por meio da Gerência;

IV - controlar os serviços de distribuição de correspondência, documentos e processos internos e externos encaminhados por meio de office-boy e motorista;

V - cadastrar nos sistemas (SIMP e GEDOC) todos os documentos internos e externos, incluindo processos judiciais remetidos a esta instituição;

VI - fornecer informações sobre a tramitação e localização de processos e documentos em trâmite na instituição;

VII - elaborar a escala mensal dos Procuradores de Justiça referente às sessões de julgamento do Tribunal de Justiça, bem como a pauta das referidas sessões, encaminhando-as aos Procuradores de Justiça das Câmaras respectivas;

VIII - efetuar todo o expediente relativo aos assuntos da Gerência que lhe seja solicitado;

IX - desempenhar outras atividades delegadas, eventualmente, à Gerência.”

Vale ressaltar que este departamento desenvolve atendimento e orientação ao público externo e interno de todo o Estado (servidores, promotores, partes em processo, advogados), por meio de telefone, e-mail e pessoalmente, no que se refere ao acesso às informações sobre tramitação de documentos ou processos, bem como protocoliza todos os documentos e requerimentos direcionados a esta Procuradoria-Geral de Justiça.

5.5.2. Atividades Desenvolvidas

O DAEXP recebeu, via protocolo 5893 (cinco mil e oitocentos e noventa e três) processos administrativos até o mês de outubro/2020, que foram registrados no sistema GEDOC e encaminhados aos seus destinatários, conforme quadro abaixo:

Tabela 84 - Protocolos GEDOC recebidos em 2020

Janeiro	897
Fevereiro	733
Março	943
Abril	221
Mai	583
Junho	441
Julho	348
Agosto	556
Setembro	616
Outubro	555
Total	5893

Foram registrados também no DAEXP procedimentos extrajudiciais na 1ª e 2ª Instâncias no Sistema SIMP até o mês de outubro/2020, entre os quais constam as Notícias de Fato e os Procedimentos Administrativos. Os citados procedimentos foram distribuídos e encaminhados aos Gabinetes do Procurador-Geral de Justiça e Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Institucional.

Confira-se, a respeito disso, o quadro e o demonstrativo gráfico abaixo:

Tabela 85 - Protocolos Extrajudiciais recebidos no SIMP em 2020

Janeiro	50
Fevereiro	58
Março	55
Abril	20
Mai	26
Junho	23
Julho	46
Agosto	61
Setembro	35
Outubro	68
Total	442

No sistema SIMP, relativo aos processos em tramitação na 1ª Instância, este departamento distribuiu e movimentou 85 (oitenta e cinco) Inquéritos Policiais, Ações Penais, entre outros, para o Núcleo de Ações Originárias Criminal (NACO) e Subprocuradoria-geral de Justiça Jurídica e Institucional, e encaminhou ao membro responsável.

No que se refere aos processos judiciais da 2ª Instância, foram recebidos por este departamento os processos oriundos do Tribunal de Justiça, para pareceres, ciência, taquigrafia, entre outros, sendo todos distribuídos e encaminhados aos Procuradores de Justiça, incluindo para o Procurador-Geral de Justiça e Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional.

Veja quadro quantitativo de distribuições de processos judiciais na 2ª Instância até o mês de outubro/2020:

Tabela 86 - Protocolos judiciais da 2ª Estância recebidos no SIMP em 2020

Janeiro	3643
Fevereiro	4905
Março	4711
Abril	2289
Maiο	5767
Junho	6357
Julho	6020
Agosto	4535
Setembro	4488
Outubro	4536
Novembro	
Dezembro	
Total	47251

Até outubro/2020, foram realizadas as seguintes sessões de julgamento:

- 1ª Câmara Criminal – presencial: 08, virtual: 11 e videoconferência: 15 = 34 sessões;
- 2ª Câmara Criminal – presencial: 08, virtual: 21 e videoconferência: 12 = 41 sessões;
- 3ª Câmara Criminal – presencial: 08, virtual: 17 e videoconferência: 09 = 34 sessões;
- 1ª Câmara de Direito Privado – presencial: 08, virtual: 10 e videoconferência: 21 = 39 sessões;
- 2ª Câmara de Direito Privado – presencial: 08 e videoconferência: 21 = 29 sessões;
- 3ª Câmara de Direito Privado – presencial: 08 e videoconferência: 21 = 29 sessões;
- 4ª Câmara de Direito Privado – presencial: 08 e videoconferência: 21 = 29 sessões;

1ª Câmara de Direito Público e Coletivo – presencial: 07, virtual: 12 e videoconferência: 24 = 43 sessões;

2ª Câmara de Direito Público e Coletivo – presencial: 08 e videoconferência: 25 = 33 sessões;

Câmara Temporária de Direito Público e Coletivo – presencial: 06 e videoconferência: 21 = 27 sessões;

1ª Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado – presencial: 02 e videoconferência: 06 = 08 sessões;

2ª Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado – presencial: 02 e videoconferência: 06 = 08 sessões;

Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo – presencial: 02, virtual: 04 e videoconferência: 06 = 12 sessões;

Câmaras Criminais Reunidas – presencial: 02, virtual: 05 e videoconferência: 05 = 12 sessões;

Seção de Direito Público e Coletivo – presencial: 02, virtual: 04 e videoconferência: 06 = 12 sessões;

Seção de Direito Privado – presencial: 01 e videoconferência: 06 = 07 sessões;

Órgão Especial – Judicial – presencial: 03, virtual: 06 e videoconferência: 05 = 14 sessões;

Órgão Especial – Administrativa – videoconferência: 05 sessões;

O DAEXP é responsável ainda, pelo recebimento e remessa das correspondências das Promotorias de Justiça da Capital e da Procuradoria-Geral de Justiça. No quadro abaixo, consta a quantidade de postagens realizadas por este departamento e pelo Almojarifado no ano de 2020:

Tabela 87 - Demonstrativo de Postagens realizadas por este departamento e pelo Almojarifado no ano de 2020

Mês	Carta Comercial Simples/ Registrada/Outros	Pac	Sedex	Total
Janeiro	165	283	26	474
Fevereiro	188	293	48	529
Março	168	137	40	345
Abril	3	10	7	20
Maio	4	17	6	27
Junho	77	48	7	132
Julho	0	66	4	70
Agosto	2	171	5	178
Setembro	63	113	94	270
Outubro	52	90	23	165
Novembro				
Dezembro				
		Total		2210

Importante observar que nos últimos anos o envio de documentos por meio da empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) apresentou significativa redução, em vista do trabalho realizado junto às Promotorias de Justiça do interior e capital, bem como junto aos departamentos desta Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de priorizar o envio por e-mail e conter gastos desnecessários. Este ano a redução foi ainda maior em virtude da suspensão das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso no período de 20/03/2020 a 31/08/2020.

Foram emitidas por este departamento uma média de 65 certidões por mês referente aos procedimentos no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Considerando o Ato Administrativo nº. 964/2020-PGJ a partir de 23/09/2020 serão emitidas por este Departamento apenas as certidões que possuem procedimento que tramita sob sigilo no âmbito do Ministério Público do Estado Mato Grosso.

5.5.3. Iniciativas de Destaque

Vale ressaltar como iniciativa de destaque a implantação no corrente ano do Projeto sobre a “Virtualização de procedimentos administrativos – GEDOC Eletrônico”, sendo que a partir de 25/03/2020 todos os procedimentos foram instaurados somente de forma eletrônica, o que implicou na redução de custos com impressos físicos (impressões, pastas, etiquetas), além de melhor dimensionamento da força de trabalho.

5.6. Departamento de Comunicação – DECOM

5.6.1. Atribuição

O Departamento de Comunicação, órgão de administração sistêmica, tem como missão coordenar as ações decorrentes da política de comunicação institucional adotada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de aprimorar o fluxo de informações com seus públicos interno e externo, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

- I - organizar, supervisionar e controlar as atividades de imprensa e notícias sobre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
- II - executar as metas e procedimentos afetos às relações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso com a imprensa local e nacional;
- III - divulgar as atividades institucionais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso por meio da elaboração de matérias jornalísticas e reportagens nos meios de comunicação;
- IV - intensificar a participação do MP/MT nos meios de comunicação, de modo a estreitar os canais de aproximação com a sociedade;
- V - intermediar o contato entre os membros do MP/MT e a imprensa, para a realização de entrevistas;
- VI - planejar e coordenar as ações de publicidade e jornalismo no âmbito da instituição;
- VII - promover a divulgação de campanhas institucionais;
- VIII - planejar e coordenar a edição de publicações institucionais destinadas aos públicos interno e externo;
- IX - planejar e coordenar a produção de vídeos institucionais;
- X - produzir e disponibilizar *clipping* diário com as notícias relacionadas ao Ministério Público divulgadas na imprensa;
- XI - produzir registros fotográficos dos eventos do Ministério Público;
- XII - manter o *site* institucional atualizado com notícias sobre a atuação dos membros do Ministério Público;
- XIII - desempenhar outras atividades delegadas ao Departamento inerentes à comunicação social da Instituição.”

5.6.2. Atividades Desenvolvidas

a) Redes Sociais

Considerada como um importante instrumento de aproximação com a sociedade, a Comunicação Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso vem se aprimorando a cada ano. Com o avanço das Redes Sociais, o Departamento de Comunicação teve que se reinventar para agilizar e alcançar o maior número de pessoas com as suas mensagens.

Em 2020, o MPMT esteve presente em quatro plataformas: *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. No *Instagram*, o número de seguidores saltou de 4.951 para 12.236, o que representa um acréscimo de 147%. Já no *Facebook*, o número de seguidores saltou de 12.594 para 13.411, um aumento de 6,48%.

No *Twitter* e *Youtube* também houve crescimento. O MPMT fechou 2019 com 1.031 inscritos no *Youtube*, em novembro deste ano já eram 2.716, aumento correspondente a 163,43%. No *Twitter* o número de seguidores saltou de 310 para 530, acréscimo de 70,96%.

O avanço obtido pelo MPMT nas redes sociais deve-se a vários fatores, entre eles, a intensificação da produção de *posts*. O total de publicações no *facebook* de janeiro a novembro foi de 1.194, no *Instagram* 1.187, no *Youtube* 190 e no *twitter* 1.145.

Posts do Instagram com mais visualizações em 2020:





b) Assessoria de Imprensa

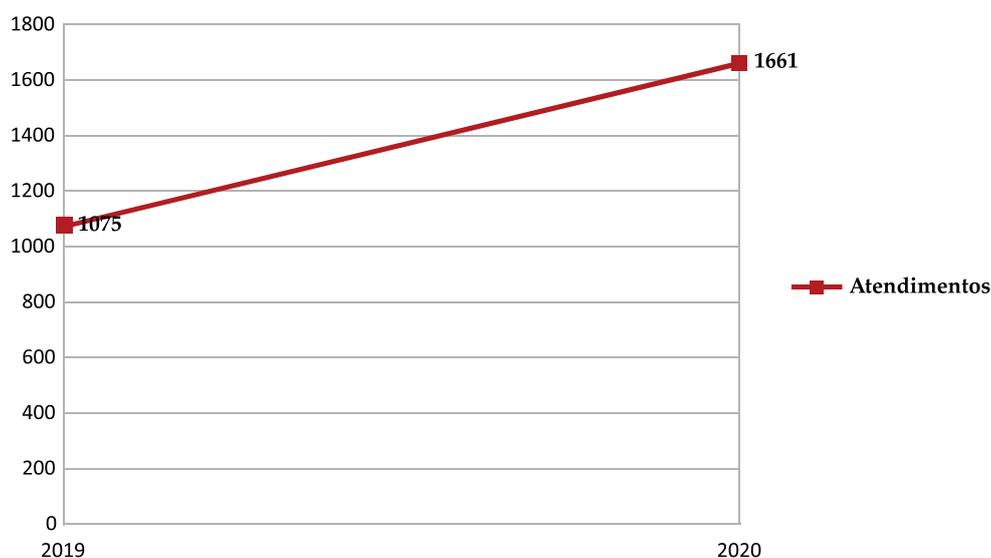
O trabalho realizado pelo Departamento de Comunicação também contribuiu para a divulgação de matérias relacionadas à atuação institucional nos principais *sites* de Cuiabá e Interior do Estado. De janeiro a novembro de 2020 foram produzidos 817 *releases*. Na *Intranet* foram divulgadas 102 matérias.

De acordo com dados apresentados pela empresa contratada para os serviços de monitoramento de notícias relacionadas ao Ministério Público em *sites*, tvs e rádios, de janeiro a novembro foram veiculadas 2.470 notícias referentes ao MPMT nas emissoras de TV, 1.265 em emissoras de rádio, e 7.617 nos *sites*.

O atendimento à imprensa também registrou aumento considerável. Em 2019, foram realizados 1.075 atendimentos, em 2020 o número aumentou para 1.661, até novembro.

O Decom produziu ainda vários vídeos relacionados a campanhas e matérias factuais. De janeiro a novembro, foram produzidos 100 vídeos.

Figura 21: Gráfico Comparativo de Atendimentos 2019 e 2020 realizados pelo DECOM



DECOM EM NÚMEROS:

-  **817** releases
-  **1.661** atendimentos à imprensa
-  **100** vídeos
-  **180** artes

5.7. Departamento Financeiro – DEFIN

5.7.1. Atribuição

O Departamento Financeiro, órgão de administração sistêmica, tem como missão coordenar, controlar, registrar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos da Instituição, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - coordenar, dirigir e supervisionar os assuntos relativos à contabilidade, executando e registrando os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

II - manter arquivo de diárias, adiantamento e compras diretas até o envio ao arquivo central;

III - manifestar-se nos processos de efetivação de despesas de alienação, cessão ou recebimento de bens, direitos e obrigações que envolvam execução orçamentária ou extra orçamentária, bem como definir a classificação contábil da despesa;

IV - elaborar juntamente com o Departamento de Planejamento e Gestão a programação dos recursos financeiros necessários à execução das metas anuais da instituição e à manutenção das atividades-meio perante a Secretaria de Estado da Fazenda;

V - emitir ordem de pagamento via instituição financeira, devidamente autorizada pela autoridade competente, e cumprir ordem de pagamento via cheque, em conjunto com a Diretoria Geral ou com a Secretaria-Geral de Administração;

VI - liquidar as despesas, analisando e efetuando a retenção de impostos, quando necessário;

VII - promover a prestação de contas da instituição, dentro do prazo legal, no tocante à diárias, adiantamentos e convênios, este último quando necessário;

VIII - elaborar balancetes e balanço geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

IX - elaborar o cronograma financeiro de desembolso mensal e anual;

X - emitir todos os demonstrativos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso necessários à consolidação do balanço geral do Estado;

XI - assessorar as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso nos assuntos relativos à sua área de atuação;

XII - analisar, classificar e contabilizar os documentos recebidos decorrentes das operações realizadas;

XIII - controlar e elaborar demonstrativos e gráficos referentes à execução orçamentária e financeira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

XIV - elaborar relatório resumido da execução orçamentária, bimestralmente, e relatórios de gestão fiscal, ao final de cada quadrimestre, devidamente assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, dando-lhe a publicidade devida e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

XV - manter atualizado o portal transparência no tocante às diárias e adiantamentos;

XVI - desempenhar outras atividades delegadas ao Departamento.”

5.7.2. Atividades Desenvolvidas

As atividades executadas em 2020, envolveram, entre outras:

- Registros contábeis dos atos e fatos de natureza patrimonial e financeira, das receitas próprias e previdenciárias;
- Execução de movimentações bancárias; aplicação dos recursos disponíveis; classificação orçamentária dos processos licitatórios;
- Elaboração de balancetes mensais e anuais referentes às Unidades Orçamentárias do MPMT;
- Controle e publicação, no Portal Transparência, das receitas e despesas, incluindo as com diárias, passagens e adiantamentos; pagamentos referentes a folha de pessoal, compra direta, diária e adiantamento e demais despesas, após regular liquidação.

Além disso, o setor também providenciou o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), além de atender às demandas propostas pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e às auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

5.7.3. Iniciativas de Destaque

Destaca-se, também, O Projeto em andamento da Criação do Centro de Custos – que tem como objetivo dar maior transparência dos gastos da Instituição e que, até a presente data, não houve nenhum apontamento pela Auditoria de Controle Externo do TCE culminando assim com aprovação das contas do Ministério Público Estadual de Mato Grosso.

5.8. Departamento de Aquisições – DAQ

5.8.1. Atribuição

O Departamento de Aquisições, órgão de administração sistêmica, tem como missão garantir a efetivação e a agilidade das aquisições de bens e contratação de obras e serviços, de forma eficiente, para melhor atender as demandas das unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio das Gerências de Aquisições, Licitações e Convênios e Contratos, adotando as demais atribuições descritas no Regimento Interno.

O presente relatório elenca, de forma resumida, as principais atividades e ações desenvolvidas em 2020 pelo Departamento de Aquisições, cuja atuação é sempre orientada pelas premissas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição, com objetivo de racionalizar os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis para o cumprimento da missão ministerial.

O Departamento de Aquisições é dividido em três gerências.

5.8.1.1. Gerência de Aquisições

Tem a missão de gerenciar as aquisições de bens e serviços demandados pelas unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça e do Fundo de Apoio ao Ministério Público, providenciando, em síntese, orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários dos bens ou serviços a serem adquiridos; pesquisa de mercado visando demonstrar a vantajosidade ou não de renovação contratual e aquisição direta de bens ou serviços, nos termos dos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, evitando o fracionamento de despesas, estando o limite financeiro legal vinculado ao subelemento da despesa, inclusive elaborando Termo de Referência dos pedidos originários do interior do Estado.

5.8.1.2. Gerência de Licitações

Missão de promover todos os atos necessários à realização de procedimentos licitatórios, em todas as modalidades de licitação, inclusive no tocante à documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei, e também por meio de elaboração de termos de referência de pedidos oriundos do interior do Estado e

adequações técnicas nos termos elaborados pelas áreas solicitantes localizadas na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, visando a conformidade com a legislação pátria; elaboração de minutas de edital (pregão, concorrência, tomada de preços, leilão, credenciamento), contratos, atas de registro de preços; processamento dos pedidos de dispensa (com exceção dos incisos I e II do artigo 24, da Lei nº 8.666/93) e inexigibilidade de licitação; instrução dos pedidos de adesão às Atas de Registro de Preços em que o Ministério Público seja o órgão solicitante ou gerenciador, bem como emissão de Atestado de Capacidade Técnica e informações administrativas diversas.

5.8.1.3. Gerência de Convênios e Contratos

Missão de coordenar e acompanhar o processo de captação, renovação e extinção de convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, por meio da elaboração de minutas de convênios, cooperações técnicas, contratos, atas de registro de preços, termos aditivos, termos de rescisão, termos de doação, termos de cessão, termos de acordo, apostilamentos, notificações e outros ajustes, visando ao atendimento de todas as unidades da Instituição, de acordo com a legislação vigente.

5.8.2. Atividades Desenvolvidas

Tabela 88 - Procedimentos Realizados Pelas Gerências em 2020

QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM 2019	
Gerência de Aquisições	
Compra Direta	88
Dispensa COVID-19	10
Vantajosidade Prorrogação	08
Estimativa preço para licitação	90
TOTAL	196
Gerência de Licitações	
Inexigibilidade	40
Dispensa	20
Pregão Eletrônico	105
Pregão Presencial	01
Leilão	01
Tomada de Preços	07
Concorrência	01
Credenciamento	02
Adesões Caronas autorizadas pelo MP	13
Atestados de Capacidade Técnica emitidos	09
TOTAL	199
Gerência de Contratos	
Contrato/Aditivo/Apostilamento	252
Ata de Registro de Preços	112
Convênio	09
Termo de Cooperação Técnica	62
Termo de Cessão de Uso	07
Termo de Cessão de Servidor (firmados/rescindidos)	07
Termo de Doação	07
Termo de Acordo (Credenciamento)	25
TOTAL	481
TOTAL GERAL	876

Tabela 89 - Relação Individualizada dos Procedimentos Licitatórios

MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES		TOTAL (dias)	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	ECONOMIA R\$
			ENTRADA	SAÍDA				
PE 002/2020	AQUISIÇÃO DE CONDIÇÃO DE CONDICIONAD ORES DE AR	ADJUDICADO	20/08/19	12/03/20	205	881.774,10	737.565,00	144.209,10
PE 003/2020	AQUISIÇÃO DE POLTRONAS DE AUDITÓRIO	ADJUDICADO	29/10/19	27/02/20	121	490.320,13	226.126,00	264.194,13

PE 004/2020	AQUISIÇÃO DE NOBREAK	ADJUDICADO	29/10/19	04/05/20	188	138.234,60	96.000,00	42.234,60
PE 005/2020	AQUISIÇÃO PLACAS E PORTAS DE VIDRO	ADJUDICADO	11/11/19	11/03/20	121	193.830,00	104.388,00	89.442,00
006/2020	CHAMAMENTO PLANO SAÚDE	HOMOLOGADO	12/11/09	07/02/20	87			
PE 007/2019	IMPRESSÃO DE MAPAS E PROJETO ARQUITETÔNICO	ADJUDICADO	12/09/19	17/03/20	186	21.131,30	18.920,00	2.211,30
PE 008/2020	CFTV INTERIOR	ADJUDICADO	07/02/20	06/04/20	59	1.129.555,18	955.200,06	174.355,12
PE 009/2020	AQUISIÇÃO ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA	ADJUDICADO	16/12/19	16/04/20	122	40.581,59	37.171,32	3.410,27
PE 010/2020	LETREIRO PRIMAVERA DO LESTE	ADJUDICADO	11/11/19	23/04/20	132	19.372,00	7.900,00	11.472,00
PE 011/2020	MATERIAL E SERVIÇOS PARA ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS PREDIAIS	ADJUDICADO	16/12/19	19/03/20	94	314.006,07	303.976,00	10.030,07
PE 012/2020	AQUISIÇÃO IMPRESSORAS TÉRMICAS	ADJUDICADO	21/11/19	30/04/20	161	81.699,37	81.600,00	99,37
PE 013/2020	SOLUÇÃO TECNOLÓGICA AUDIO VÍDEO AUDITÓRIO	ADJUDICADO	10/12/19	15/05/20	157	51.243,87	48.484,78	2.759,09
PE 014/2020	BOY E RECEPCIONISTA	FRACASSADO	18/12/19	SESSÃO 10/03/20	83			
PE 015/2020	DIVISÓRIAS BANHEIRO GAECO	FRACASSADO	08/01/20	SESSÃO 11/03/20	63			
PE 016/2020	ILUMINAÇÃO EXTERNA PROJUS CAPITAL	ADJUDICADO	03/12/19	16/04/20	135	235.697,90	197.200,00	38.497,90
PE 017/2020	SERVIÇOS TÉCNICOS TOPOGRAFIA NOBRES	ADJUDICADO	28/01/20	28/04/20	91	7.166,09	2.650,00	4.516,09
PE 018/2020	SONDAGEM JUÍNA	FRACASSADO	30/01/20	SESSÃO 13/03/20	43			
PE 019/2020	SWITCH SAN DTI	FRACASSADO	24/10/19	SESSÃO 17/03/20	145			
PE 020/2020	SERVIÇO DE SONDAGEM NOBRES	ADJUDICADO	28/01/20	22/03/20	54	8.566,66	8.497,00	69,66
PE 021/2020	MANUTENÇÃO CORRRETIVA, SUPORTE TÉCNICO CENTRAIS TELEF. PABX	ADJUDICADO	01/11/19	15/06/20	196	419.601,85	307.192,00	112.409,85
PE 022/2020	AQUISIÇÃO MÓVEIS	ADJUDICADO	27/11/19	13/07/20	229	906.444,14	490.000,00	416.444,14
PE 023/2020	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO JUÍNA	ADJUDICADO	30/01/20	04/05/20	95	10.359,79	3.390,00	6.969,79

MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES		TOTAL (dias)	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	ECONOMIA R\$
			ENTRADA	SAÍDA				
PE 024/2020	MATERIAIS ELÉTRICOS E DE REDE LÓGICA	ADJUDICADO	21/01/20	04/05/20	104	4.391,30	2.751,20	1.640,10
PE 025/2020	INSTALAÇÃO 02 ELEVADORES COMARCA	ADJUDICADO	03/12/19	27/05/20	176	224.966,37	198.800,00	26.166,37

	RONDONÓPOLIS							
PE 026/2020	PROJETOR DE IMAGEM PGJ E PROMOTORIAS ESTADO	ADJUDICADO	13/01/20	01/07/20	170	141.480,24	134.250,00	7.230,24
PE 027/2020	AQUISIÇÃO CAMISETAS BONÉS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS	ADJUDICADO	06/02/20	15/06/20	130	319.472,50	113.330,00	206.142,50
PE 028/2020	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ADJUDICADO	07/02/20	05/08/20	180	47.582,50	29.654,00	17.928,50
PE 029/2020	CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS GERAIS	ADJUDICADO	21/02/20	15/06/20	115	6.939.165,00	6.096.505,20	842.659,80
PE 030/2020	SONDAGEM JUÍNA	ADJUDICADO	30/01/20	29/05/20	120	12.300,00	12.097,53	202,47
PE 031/2020	AQUISIÇÃO MESA INFANTIL, APOIO DE PÉ E LIXEIRA INOX	ADJUDICADO	17/02/20	01/07/20	135	588.305,86	209.001,80	379.304,06
PE 032/2020	KIT RASPBERRY	ANULADO	02/03/20	SESSÃO 07/05/20	66			
PE 033/2020	MATERIAL CONSUMO TI	ADJUDICADO	31/10/19	31/08/20	305	495.468,74	353.657,41	141.811,33
PE 034/2020	SERVIÇOS DE LAVANDERIA	DESERTO	30/01/20	11/05/20	102			
PE 035/2020	AQUISIÇÃO MATERIAL IMPRESSÃO CRACHÁS	ADJUDICADO	05/12/19	29/07/20	210	5.291,88	4.974,00	317,88
PE 036/2020	FORNECIMENTO CARIMBOS E CONFECÇÃO CHAVES	ADJUDICADO	13/12/19	01/07/20	202	72.780,62	61.352,20	11.428,42
PE 037/2020	APARELHO CELULAR	ADJUDICADO	28/01/20	17/06/20	141	61.782,35	40.530,00	21.252,35
PE 038/2020	CLIMATIZAÇÃO NOVA SEDE RONDONÓPOLIS	FRACASSADO	20/02/20	13/05/20	83			
PE 039/2020	AQUISIÇÃO PERSIANAS	ADJUDICADO	06/03/20	26/08/20	173	291.447,85	282.090,00	9.357,85
PE 040/2020	VIGILÂNCIA ARMADA	ADJUDICADO	01/04/20	17/09/20	169	4.986.901,00	3.859.998,00	1.126.903,00
PE 041/2020	CABEAMENTO ESTRUTURADO ROO	CANCELADO	11/03/20	09/06/20	90			
PE 042/2020	COFRES GAECO	ADJUDICADO	02/03/20	14/08/20	165	19.484,00	11.490,00	7.994,00
TP 043/2020	INST.SUBESTAÇÃO ABRIGADA TRANSF.	ADJUDICADO	21/02/20	25/08/20	186	548.255,59	456.000,44	92.255,15
PE 044/2020	COMPUTADOR GAECO	CANCELADO	22/10/19	05/06/20	227			
PE 045/2020	MATERIAL MANUTENÇÃO PREDIAL	ADJUDICADO	11/11/19	03/07/20	235	288.172,46	193.790,34	94.382,12
PE 046/2020	CAMISETAS E BONÉS GAECO	ADJUDICADO	12/02/20	25/09/20	226	20.073,98	11.794,00	8.279,98
047/2020	CRENCIAMENTO PERITOS	HOMOLOGADO	26/02/20	08/06/20	103			

MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES		TOTAL (dias)	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	ECONOMIA R\$
			ENTRADA	SAÍDA				
PE 048/2020	MATERIAL CONSTRUÇÃO MAN. PREDIAL	ADJUDICADO	14/02/20	29/07/20	166	17.234,37	13.022,64	4.211,73
PE 049/2020	SERVIÇOS GERAIS VILA	ADJUDICADO	19/05/20	21/09/20	125	90.318,86	60.161,11	30.157,75

	BELA E COMODORO							
PE 050/2020	BOY E RECEPCIONISTA	ADJUDICADO	03/06/20	09/09/20	98	5.173.171,20	4.142.320,92	1.030.850,28
PE 051/2020	MATERIAL ELÉTRICO E REDE LÓGICA	ADJUDICADO	18/05/20	17/08/20	91	15.401,84	15.127,90	273,94
PE 052/2020	SISTEMA ATHENAS	ADJUDICADO	28/04/20	23/09/20	148	2.235.055,99	2.038.000,00	197.055,99
PE 053/2020	HOSPEDAGEM	ADJUDICADO	22/05/20	17/09/20	118	62.853,99	51.550,00	11.303,99
PE 054/2020	TELEFONIA MÓVEL	REVOGADO	06/05/20	03/08/20	89			
PE 055/2020	CADEIRAS UNIVERSITÁRIAS	ADJUDICADO	14/04/20	30/09/20	169	25.422,49	14.040,00	11.382,49
PE 056/2020	PACOTE ALL PRODUCTS PACK JETBRAINS	ADJUDICADO	27/01/20	21/09/20	238	99.965,79	74.250,00	25.715,79
PE 057/2020	ADMINISTRADORA PROGRAMA ESTÁGIO	ANULADO	17/03/20	05/08/20	141			
PE 058/2020	MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA	ADJUDICADO	11/02/20	08/10/20	240	1.700.000,00	1.396.600,00	303.400,00
TP 059/2020	CABEAMENTO ESTRUTURADO ROO	DESERTO	07/07/20	13/08/20	37			
PE 060/2020	MATERIAL COPA E COZINHA	ADJUDICADO	06/02/20	01/10/20	238	14.346,44	9.589,60	4.756,84
PE 061/2020	PROCESSAMENTO FOLHA PAGTO	DESERTO	14/07/20	SESSÃO 12/08/20	29			
PE 062/2020	LICENÇA E USO PLATAFORMA NUVEM	ADJUDICADO	22/06/20	28/08/20	67	2.752.385,49	1.882.686,11	869.699,38
PE 063/2020	CLIMATIZAÇÃO NOVA SEDE RO	ADJUDICADO	23/06/20	21/09/20	90	1.095.221,92	1.095.000,00	221,92
PE 064/2020	COMPUTADOR WORKTATION GAECO	ADJUDICADO	17/06/20	25/09/20	100	110.496,47	68.000,00	42.496,70
PE 065/2020	UNIDADE SUPERVISÃO CORRENTE ALTERNADA	FRACASSADO	30/03/20	SESSÃO 24/08/20	147			
TP 066/2020	REFORMA SEDE CÁCERES	ADJUDICADO	03/07/20	19/11/20	135	1.710.673,41	1.464.049,47	246.623,94
PE 067/2020	MATERIAL E EQUIPAMENTOS CAEX AMBIENTAL	ADJUDICADO	22/01/20	22/09/20	244	35.635,57	29.168,00	6.467,57
PE 068/2020	FECHAMENTO LATERAL	FRACASSADO	14/05/20	SESSÃO 08/09/20	117			
PE 069/2020	AQUISIÇÃO CONDICIONADORES DE AR	ADJUDICADO	13/04/20	06/10/20	175	98.496,24	98.000,00	496,24
PE 070/2020	SERVIÇOS DE LAVANDERIA	FRACASSADO	03/06/20	11/09/20	97			
PE 071/2020	PROCESSAMENTO FOLHA DE PAGAMENTO	FRACASSADO	21/08/20	14/09/20	24			
PE 072/2020	CLIPPING – DECOM	ADJUDICADO	20/07/20	19/11/20	122	36.861,19	35.400,00	1.461,19
PE 073/2020	MATERIAL CONSUMO/EXPEDIENTE DAA	ADJUDICADO	21/02/20	09/11/20	262	474.615,02	275.824,60	196.882,43
MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES		TOTAL (dias)	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	ECONOMIA R\$
			ENTRADA	SAÍDA				
PE 074/2020	COFRES PGJ/PROJUS INTERIOR	ADJUDICADO	04/03/20	15/10/20	225	205.095,00	123.925,00	81.170,00
PE 075/2020	IMPRESSÃO BANNER	ADJUDICADO	20/08/20	08/10/20	49	36.930,58	18.210,00	18.720,58

PE 076/2020	MATERIAL CONSUMO DTI	ADJUDICADO	22/07/20	16/11/20	117	50.675,50	34.597,00	16.078,50
PE 077/2020	PLACAS SINALIZAÇÃO	ADJUDICADO	23/04/20	20/10/20	180	112.207,39	92.002,40	20.204,99
PE 078/2020	SOFTWARE ANTIVIRUS KASPERSKY	ADJUDICADO	19/06/20	22/10/20	125	317.307,00	265.500,00	51.807,00
PP 079/2020	CONCESSÃO USO CANTINA	ADJUDICADO	18/08/20	20/10/20	73		49.200,00	
PE 080/2020	EQUIPAMENTO CAOP CSI/GAECO	ADJUDICADO	08/06/20	29/10/20	143	133.995,11	127.851,96	6.143,15
PE 081/2020	SEGURO SERVIÇO VOLUNTÁRIO	ADJUDICADO	10/09/20	21/10/20	41	8.659,80	4.200,00	4.459,80
PE 082/2020	SONDAGEM JACIARA	ADJUDICADO	06/08/20	26/10/20	79	9.615,66	9.599,94	15,72
PE 083/2020	LEVANTAMENTO O PLANALTIMÉTRICO JACIARA	ADJUDICADO	11/08/20	21/10/20	71	5.389,54	4.800,00	589,54
LEILÃO 084/2020	ALIENAÇÃO IMÓVEL PRIMAVERA (ANTIGA SEDE)	ADJUDICADO	04/09/20	06/10/20	32		2.205.000,00	
PE 085/2020	UNIDADE SUPERVISÃO CORRENTE ALTERNADA (USCA)	ADJUDICADO	15/09/20	09/11/20	55	47.310,13	47.000,00	310,13
CC 86/2020	CONSTRUÇÃO NOVA SEDE ALTA FLORESTA	EM ANDAMENTO	22/09/20	SESSÃO 03/11/20	42			
PE 087/2020	DIVISÓRIA BANHEIRO GAECO	DESERTO	06/08/20	14/10/20	67			
PE 088/2020	FECHAMENTO LATERAL SEDE CAPITAL	FRACASSADO	22/09/20	14/10/20	22			
PE 089/2020	PISO ÁREA INTERNA PROJUS CAPITAL	ADJUDICADO	28/11/19	11/11/20	348	14.532,65	14.530,00	32,65
PE 090/2020	KIT CONTROLE ACESSO	FRACASSADO	29/05/20	16/10/20	140			
PE 091/2020	LOCAÇÃO MÁQUINA CAFÉ	FRACASSADO	19/02/20	16/10/20	240			
PE 092/2020	MÁSCARA PROTETORA FACIAL	FRACASSADO	04/08/20	20/10/20	77			
PE 093/2020	MATERIAL INFORMÁTICA GAECO	ADJUDICADO	03/07/20	SESSÃO 22/10/20	111	73.526,75	54.674,92	18.851,83
PE 094/2020	PROCESSAMENTO TOFOLHA PAGTO	DESERTO	05/10/20	22/10/20	15			
PE 095/2020	ÁLCOOL ETÍLICO / GEL	ADJUDICADO	04/08/20	17/11/20	105	81.566,60	47.100,00	34.466,60
PE 096/2020	TECNOLOGIA HIPERCONVERGENTE	ADJUDICADO	29/06/20	17/11/20	140	2.966.556,61	2.403.400,00	563.156,61
PE 097/2020	APARELHOS CELULARES	ADJUDICADO	09/10/20	19/11/20	41	2.351.894,51	2.232.328,00	119.566,51
TP 098/2020	CABEAMENTO ESTRUTURADO NOVA SEDE ROO	DESERTO	15/10/20	09/11/20	25			
MODALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO	DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES		TOTAL (dias)	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR ADJUDICADO R\$	ECONOMIA R\$
			ENTRADA	SAÍDA				
TP 099/2020	CONSTRUÇÃO NOVA SEDE JUÍNA	EM ANDAMENTO	23/09/20	12/11/20	50	1.949.056,06	1.593.090,54	355.965,52
PE 100/2020	SERVICE DESK	ADJUDICADO	14/09/20	10/11/20	58	27.000,00	27.000,00	0,00
PE 101/2020	ESTÚDIO TV	DESERTO	31/07/20	10/11/20	102			

	DECOM							
PE 102/2020	SERVIÇOS JARDINAGEM	REVOGADO	21/08/20	11/11/20	82			
PE 103/2020	NOBREAK	ADJUDICADO	03/09/20	SESSÃO 18/11/20	76	1.145.984,46	874.000,00	271.984,46
PE 104/2020	MATERIAL MAN. PREDIAL	ADJUDICADO	26/06/20	SESSÃO 23/11/20	150	21.504,00	16.172,08	5.331,92
TP 105/2020	CONSTRUÇÃO NOVA SEDE NOBRES	EM ANDAMENTO	03/11/20	SESSÃO 30/11/20	27			
PE 106/2020	CFTV CAPITAL/ROSÁRIO/NOBRES	ADJUDICADO	14/10/20	SESSÃO 02/12/20	48	454.897,94	451.024,03	3.873,91
PE 107/2020	MATERIAL COPA/COZINHA	ADJUDICADO	15/09/20	21/12/20	97	404.978,00	377.898,00	27.080,00
PE 108/2020	ACESSO REMOTO DTI	ADJUDICADO	22/09/20	18/12/20	87	14.073,14	13.764,00	309,14
PE 109/2020	FECHAMENTO LATERAL SEDE PROJUS CAPITAL	ADJUDICADO	04/11/20	28/12/20	54	116.654,14	89.594,70	27.059,44
PE 110/2020	LAVAGEM DE VEÍCULOS	ADJUDICADO	02/09/20	SESSÃO 10/12/20	92	120.600,06	113.962,56	6.637,50
PE 111/2020	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	ADJUDICADO	22/09/20	SESSÃO 14/12/20	83	29.806,08	16.056,00	13.750,08
PE 112/2020	SOFTWARE AUTO CAD	ADJUDICADO	24/09/20	18/12/20	85	112.140,90	89.000,00	23.140,90
PE 113/2020	KIT RASPBERRY	ADJUDICADO	15/10/20	SESSÃO 15/12/20	61	54.632,02	52.769,25	1.862,77
PE 114/2020	MAT. ESCOLA INSTITUCIONAL CEAF	EM ANDAMENTO	03/03/20	SESSÃO 14/01/21	317			
PE 115/2020	LOCAÇÃO VEÍCULO	ADJUDICADO	21/09/20	SESSÃO 16/12/20	86	73.001,49	72.864,00	137,49
PE 116/2020	MANUTENÇÃO CANCELAS ESTACIONAMENTO	ADJUDICADO	02/10/20	SESSÃO 11/01/21	101	66.644,31	49.920,00	16.724,31
PE 117/2020	KIT CONTROLE ACESSO FECHAMENTO LATERAL SEDE	ADJUDICADO	06/11/20	SESSÃO 12/01/21	67	61.242,88	29.344,16	31.898,72
PE 118/2020	MANUTENÇÃO PORTA CORRER SEDE PROJUS CAPITAL	FRACASSADO	01/10/20	SESSÃO 12/01/21	103			
TOTAL FINALIZADO (111)		TOTAL ADJUDICADO/HOMOLOGADO (86)			Média 171 dias	46.832.541,47	37.807.295,17	9.023.368,54
Receita								2.254.200,00
TOTAL GERAL								11.277.568,54

Legenda	
Branco	Adjudicado
Cinza	Fracassado/Diverso/Revogado/Anulado/Cancelado
Verde	Em Andamento
Azul	Homologado
Amarelo	Concessão de Uso/Leilão (Receita)

Tabela 90 - Resumo dos Procedimentos Licitatórios

Adjudicados/Homologados	86
Fracassados	14
Cancelados	02
Desertos	07
Anulados	02
Revogados	02
TOTAL	113

Tabela 91 - Economicidade

VALOR ESTIMADO X VALOR CONTRATADO/REGISTRADO			
Nº de procedimentos 2020	Valor estimado	Valor contratado/registrado	Economia (R\$)
84	R\$ 46.832.541,47	R\$ 37.807.295,17	R\$ 9.023.368,54

Tabela 92 - Receitas

VALOR ESTIMADO X VALOR RECEBIDO		
Nº de procedimentos 2020	Valor estimado	Valor recebido
02	R\$2.247.916,00	R\$ 2.254.200,00

Tabela 93 - Comparativo Prazo Tramitação Ano Anterior e Meta a ser Alcançada até 2023

2019	2020	Meta 2021	Meta 2022	Meta 2023
121	171	137 dias Redução 34 dias em relação ano anterior (-20%)	110 dias Redução 27 dias em relação ano anterior (-20%)	90 dias Redução 20 dias em relação ao ano anterior (-20%)

Tabela 94 - Comparativo 2019 x 2020

	PROCEDIMENTOS REALIZADOS 2019	PROCEDIMENTOS REALIZADOS 2020
Compra Direta	170	88
Vantajosidade Prorrogação	01	08
Estimativa R\$ licitação	89	90
Inexigibilidade	73	40
Dispensa (incluindo COVID-19)	22	30
Pregão Eletrônico	89	105
Pregão Presencial	04	01
Leilão	01	01
Tomada de Preços	08	07
Concorrência	01	01
Adesões carona liberadas pelo MP	12	13

Atestados de Capacidade Técnica	14	09
Credenciamento	-	02
Contrato/Aditivos /Apostilamentos	266	252
Ata de Registro de Preços	158	112
Convênio	10	09
Termo de Cooperação Técnica	75	62
Termo de Cessão de Uso	01	07
Termo de Cessão de servidor	04	07
Termo de Doação	20	07
Termo de Acordo	-	25
T O T A L	1018	876

5.9. Departamento de Apoio Administrativo – DAA

5.9.1. Atribuição

O Departamento de Apoio Administrativo, órgão de administração sistêmica, tem como missão coordenar as atividades de recebimento e expedição de documentos e materiais, a execução de serviços de manutenção em geral, transportes, segurança, controle e conservação patrimonial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do desempenho das seguintes atribuições:

I - planejar a reposição dos materiais e prestação de serviços;

II - programar a aquisição de materiais, por compras diretas ou por meio da abertura de processo administrativo para realização de procedimento licitatório;

III - acompanhar o cronograma de execução de obras do Departamento de Engenharia;

IV - acompanhar e controlar contratos em execução que estejam sob a gestão do Departamento;

V - efetuar estudo preliminar para a realização de tomadas de preços e/ou outras modalidades licitatórias visando à aquisição de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços em geral;

VI - providenciar as medidas necessárias para a compra de materiais de consumo, de manutenção, bens patrimoniais e serviços;

VII - prestar informações e assistir a Comissão Permanente de Licitação;

VIII - organizar, coordenar, executar e controlar os serviços de aquisição, recepção e armazenamento de materiais;

IX - organizar, coordenar e controlar a distribuição de materiais às unidades solicitantes;

X - emitir relatórios para controle de consumo de materiais;

XI - orientar as unidades operacionais, quanto à forma de requisição e utilização de materiais;

XII - efetuar levantamento de dados estatísticos relativos às atividades de aquisição e previsão;

XIII - efetuar controle, recepção e armazenamento de materiais e equipamentos;

XIV - organizar e manter o cadastro de bens móveis e imóveis da instituição;

XV - preparar processos de alienação ou doação de bens móveis da instituição considerados em desuso ou inservíveis, na forma da Lei;

XVI - fiscalizar as unidades no tocante ao cumprimento das normas de conservação e

segurança dos bens móveis e imóveis;

XVII - proceder à manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos bens móveis e imóveis da instituição;

XVIII - elaborar relatórios de troca e aquisição de bens móveis e imóveis solicitados pelos agentes ministeriais;

XIX - controlar, fiscalizar e sugerir novas propostas no que se referir ao patrimônio, cargas, transportes, distribuição e controle;

XX - supervisionar os móveis e imóveis no que se referir aos serviços de manutenção preventiva, visando dar subsídios ao Departamento, quanto da necessidade de consertos e reparos;

XXI - programar, coordenar e executar incumbências relacionadas aos serviços de telefonia, instalação hidráulica, elétrica, carpintaria e outros, dentro da instituição;

XXII - promover, supervisionar, controlar e fiscalizar os serviços de recepção, manutenção e limpeza, telefonia fixa e móvel e transportes;

XXIII - executar serviços de protocolo, recepção, registro, distribuição e tramitação de processos, documentos e comunicação;

XXIV - sintetizar o conjunto de operações técnicas referentes à produção, uso, avaliação e arquivamento de documentos, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente;

XXV - programar, coordenar e executar os serviços de transporte de pessoas e materiais, atendendo às solicitações de membros e servidores da Instituição;

XXVI - controlar o consumo de combustível por quilômetro, com mapa estatístico comparativo;

XXVII - programar a manutenção preventiva dos veículos, bem como fiscalizar a documentação e apólices de seguro dos veículos e habilitação dos motoristas;

XXVIII - coordenar, orientar e acompanhar os planos e serviços de segurança da instituição;

XXIX - praticar atos e medidas que se enquadrem nas atribuições do setor;

XXX - desempenhar outras atividades delegadas ao departamento."

5.9.2. Atividades Desenvolvidas

5.9.2.1. Gerência de Documentação e Arquivo

Ao longo do ano de 2020, a Gerência de Documentação e Arquivo procedeu vários arquivamentos no Arquivo Central do Ministério Público. Sendo armazenadas dentre os Setores da Procuradoria Geral de Justiça 6.244 caixas e 150 de acervos incorporados em 2020.

No que tange aos arquivos das Promotorias de Justiça do interior do Estado, remetidos

ao Arquivo Central, tem-se 2.486 caixas. E, em relação as Promotorias de Justiça da Capital e de Várzea Grande, registrou 76 acervos incorporados em 2020 e 5.836 caixas armazenadas no Arquivo Central.

5.9.2.1.1. Iniciativa de Destaques

- Curso presencial de Gestão Documental ministrado em 16/03/2020 junto à servidores do polo da Promotoria de Justiça da Comarca de Alta Floresta;
- Início do processo de eliminação de documentos em 26.11.2020, conforme Edital de Ciência de Eliminação de Documentos n. 001/2020.

5.9.2.2. Gerência de Materiais & Almoxarifado Central

A Gerência de Materiais tem como missão coordenar a gestão e disponibilização de materiais para a execução e desenvolvimento das atividades institucionais observadas os quesitos **qualidade, eficiência e tempestividade**.

A Gerencia de Materiais, diante do Planejamento Estratégico do MPMT programou o plano de ação para **garantir medidas de otimização, sustentabilidade e eficiência administrativa**, tendo alcançado em 2020 o percentual de **25% na redução dos custos com a impressão de documentos**.

O Almoxarifado Central é responsável pelo recebimento de todos os materiais e bens permanentes, bem como atua na logística de distribuição desses materiais para as demais unidades do MPMT.

Nesse sentido, observou o envio de 1.433 remessas de materiais para as comarcas do interior do Estado.

Tabela 95 - Lista de Envio de Materiais por mês no ano de 2020

Mês	Postagem	Valor
Janeiro	288	R\$ 10.519,59
Fevereiro	294	R\$ 10.219,35
Março	137	R\$ 6.574,92
Abril	17	R\$ 665,10
Maio	21	R\$ 960,09
Junho	49	R\$ 2.422,11

Julho	69	R\$ 2.162,52
Agosto	172	R\$ 4.197,62
Setembro	122	R\$ 5.667,36
Outubro	94	R\$ 4.066,84
Novembro	124	R\$ 5.957,32
Dezembro	46	R\$ 2.025,55
Total	1433	R\$ 55.438,37

Os materiais adquiridos para a manutenção da estrutura administrativa da Procuradoria e Promotorias de Justiça são recebidos pelo Almojarifado Central, sendo movimentado o montante de R\$ 263.729,79 de materiais adquiridos e de R\$ 558.251,36 de materiais distribuídos para das demais unidades do MPMT.

Tabela 96 - Lista de Materiais adquiridos e distribuídos para as unidades do MP-MT

Filtro(os): Almojarifado: ALMOXARIFADO CENTRAL; Data Inicial: 01/01/20; Data Final: 31/12/20; Tipo de Relatório: Sintético				
Descrição	ENTRADA		SAIDA	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
30 - MATERIAL DE CONSUMO	52.880,0000	126.639,8951	74.017,5000	275.870,2422
GRUPO/CLASSE: 02.89 - 3006 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	6.539,0000	32.558,4492	4.647,0000	21.336,8850
GRUPO/CLASSE: 02.75 - 3013 - MAT.DE EXPEDIENTE	27.375,0000	34.496,7804	53.073,0000	110.952,0864
GRUPO/CLASSE: 02.59 - 3016 - MAT.ELETRICO E ELETRÔNICO	3.477,0000	18.756,6000	5.450,0000	66.598,3233
GRUPO/CLASSE: 02.85 - 3017 - MAT.PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO	24,0000	228,0000	39,0000	356,7800
GRUPO/CLASSE: 02.70 - 3023 - MAT.PARA PROCESSAMENTO DE DADOS	9.522,0000	7.055,9955	4.230,0000	19.415,1041
GRUPO/CLASSE: 02.42 - 3024 - MAT.DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	5,0000	3.855,0000	76,0000	2.988,6000
GRUPO/CLASSE: 02.83 - 3027 - MAT.SIMBÓL, CÍVIC, CULTUR E EDUCACI	1.260,0000	5.192,0400	338,0000	7.975,8593
GRUPO/CLASSE: 02.58 - 3029 - MAT.PARA COMUNICAÇÕES	100,0000	3.820,0000	55,0000	2.101,0000
GRUPO/CLASSE: 02.49 - 3055 - MAT.P/MAN.AR COND., APAR.FAX E ASSE	20,0000	1.569,6000	935,5000	19.763,1470
GRUPO/CLASSE: 02.73 - 3056 - MAT.DE COPA E COZINHA	4.043,0000	10.007,3800	4.356,0000	13.060,2838
GRUPO/CLASSE: 02.89 - 3057 - ALIMENTAÇÃO PREPARADA MEDIANTE O NÃO FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA	515,0000	9.100,0500	415,0000	7.333,0500
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1,0000	5.225,0000	2,0000	5.275,0000
GRUPO/CLASSE: 01.71 - 5234 - MOBILIÁRIO EM GERAL	1,0000	5.225,0000	1,0000	5.225,0000
TOTAL GERAL	105.762,0000	263.729,7902	147.635,0000	558.251,3611

Seguindo a meta estabelecida para o planejamento estratégico, a Gerência de Materiais vem envidando esforços para aplicar o programa de sustentabilidade ambiental, bem como buscar reduzir gastos com materiais, bem como é responsável pelo programa de reciclagem de papéis descartados e pilhas e baterias descartadas por servidores.

Em 2020 alcançou uma redução de mais de 50% com gastos com resmas de papel A4 e de copos descartáveis, bem como aumentou a coleta de papéis descartados e de pilhas e baterias inutilizáveis.

Tabela 97 - Comparativo Redução gastos.

GASTOS COM MATERIAIS	2019		2020		% Redução
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
RESMAS DE PAPEL	10.701	151.637,84	4.578	65.465,40	57%
COPOS DESCARTÁVEIS	9.155	20.420,13	4.060	8.962,74	56%

Tabela 98 - Comparativo reciclagem

RECICLAGEM	2019	2020	AUMENTO
PAPEL	357,10KG	484,65KG	36%
PILHAS E BATERIAIS		48,15KG	100%

5.9.2.3. Gerência de Manutenção de Transportes

No ano de 2020 foram efetuadas **92 (noventa e duas) viagens** realizadas incluindo a disponibilização dos motoristas do DAA, que além do agendamento, resultou também em pedidos de diárias aos condutores.

Durante o ano de 2020, foi pago um total de **190 diárias** aos motoristas, que tiveram que se deslocar em todo o Estado de Mato Grosso, da seguinte forma:

A Gerência de Manutenção e Transportes efetuou um total de 8.871 (oito mil, oitocentos e setenta e um atendimentos) em Cuiabá e Várzea Grande, percorrendo um total de **44.715 km (quarenta e quatro mil, setecentos e quinze mil)** quilômetros.

Incluindo as viagens ao interior foram percorridos **124.878 km (cento e vinte e quatro, oitocentos e setenta e oito mil)** conforme abaixo relacionado.

Tabela 99 - Quantitativo de distância percorrida por Motorista/Servidor

Servidores	ELSON	EMERSON	MIGUEL	MARLEY	ACIOLI	VALDIR
Diárias	23.403 km	9.708 km	6.936 km	3.788 km	41.674 km	39.369 km

Quando somados todos os veículos pertencentes a frota do Ministério Público, juntos percorreram um total de **821.028 km** ao longo de 2020.

Tabela 100 - Veículos Novos Adquiridos

Veículo	Placa	Lotação
L200 TRITON	QCY-0721	Promotoria de Justiça de Juína/MT
L200 TRITON	OAW-1282	Departamento de Apoio Administrativo
L200 TRITON	OAW-1292	Departamento de Apoio Administrativo

Tabela 101 - Veículos Remanejados

Veículo	Placa	Lotação
FIAT Palio Weekend 1.8	QBZ-7458	Promotoria de Diamantino (substituindo a S-10 que aguarda para ser leiloada)
FIAT Palio Weekend 1.6	QBX-7687	Juizado Especial Criminal (substituindo o uno que aguarda leilão)

Foi solicitado aditivo contratual negativo referente a exclusão de 8 veículos pertencentes à frota do Ministério Público mas que foram tirados de circulação e aguardam leilão (20.14.0001.0002932/2020-26), bem como o aditivo para inclusão da blindagem do veículo Hilux (20.14.0001.0003827/2020-14).

A seguradora foi acionada para substituição de para-brisas em 08 veículos da frota, resultando em 08 (oito) pedidos de compras no sistema e-Jade:

001, 002, 044, 103, 299, 330 e 342 que foram encaminhados ao DAQ.

Todas as solicitações de manutenção em veículos pertencentes a frota foram atendidas, totalizando **226 manutenções realizadas (abertura de OS, cotação, negociação, confirmação da realização dos serviços e conferência da nota fiscal emitida e pagamento)**, que totalizaram mais de 500 contatos com os estabelecimentos, uma vez que para cada nova ordem de serviço foram necessárias no mínimo 03 cotações, para verificar o menor preço e negociar o valor.

Observação: Em 130 ordens de serviços emitidas foi possível negociar o valor inicial do orçamento junto aos prestadores de serviços, resultando em uma economia de **R\$ 84.840,20 (Oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)** na manutenção dos veículos da frota.

Todos os abastecimentos realizados ao longo do ano, que totalizaram 91,295,07 litros foram conferidos pela Gerência de Manutenção e Transportes, para verificar se os valores na bomba e no ticket de abastecimento, estavam corretos, tendo sido gasto o valor total de **R\$ 333.736,79 (trezentos e trinta e três reais, setenta e nove centavos)**.

Tabela 102 - Quantitativo de Combustível gasto no ano de 2020

Combustível	Litros	Valor Bruto
ALCOOL	30.941,11	R\$ 92.815,25
DIESEL	1.918,18	R\$ 7.460,56
DIESEL S10	53.869,26	R\$ 215.299,30
GASOLINA	1.987,98	R\$ 9.031,96
GASOLINA ADITIVADA	10,54	R\$ 53,02

Foram emitidas um total de 218 requisições para lavagem dos veículos que estão disponibilizados para Capital e Várzea Grande. Tendo sido realizada a conferência dos serviços prestados, bem como o devido envio das notas fiscais para pagamento.

Foram realizadas a gestão/fiscalização de 7 (sete) ARP's/Contratos que englobou os serviços de solicitação de empenhos, emissão de ordem de fornecimentos, controle de prazos de entrega, notificações, ofícios, recebimento e conferência dos serviços entregues, conferência de documentos, lançamentos nos sistemas (e-Jade, FIPLAN) e encaminhamento para pagamento das notas fiscais, conforme relação abaixo:

Tabela 103 - Relatório dos Valores Empenhados e Pagos em 2020

RELATÓRIO DOS VALORES EMPENHADOS E PAGOS EM 2020				
ITEM	ARP/CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR PAGO
1	55/2019	MARCA MOTORS	R\$ 438.000,00	R\$ 438.000,00
2	112/2019	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	R\$ 600.000	R\$ 460.562,35
3	18/2019	BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS	R\$ 6.352,74	R\$ 6.352,74
4	118/2019 - ARP	LAVA-JATO DAS NAÇÕES	R\$ 20.000,00	R\$12.050,31
5	76/2019 - ARP	EVA TUR – LOCAÇÃO DE VAN	R\$ 4.348,75	R\$ 4.348,75
6	113/2019 - ARP	PRP BORGES – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 31.380,00	R\$ 21.183,00
7	97/2019	GENTE SEG. - 1º TA	R\$ 3.950,60	R\$ 3.950,60
		GENTE SEG. - 2º TA	R\$46.628,94	R\$46.628,94
TOTAL PAGO				R\$ 993.076,69

A Gerência de Manutenção e Transportes efetuou o total de 257 (duzentos e cinquenta e sete) movimentações no sistema GEDOC, incluindo o envio e recebimento de processos, arquivamento, informações, certidões, pagamentos, termos de referências, etc.

Diariamente a Gerência de Manutenção e Transportes disponibiliza veículos aos servidores lotados em outros setores/gerências para realizarem diligências. Ao longo de 2020 foram registradas 200 cautelas a servidores do DENGE, DTI, GSI, GAECO, CAO, etc, sendo que todas as vezes que o veículo foi retirado e devolvido, os lançamentos foram feitos manualmente no sistema para registro e controle das movimentações, devidamente registradas no sistema e-Jade.

Tabela 104 - Síntese das Atividades Realizadas Pela Gerência de Manutenção e Transporte em 2020

	Atividade	Total
1	Viagens com motoristas do DAA	92 viagens
2	Atendimentos realizados	8.871 diligências
3	Quilômetros percorridos	124.878 km
4	Veículos adquiridos	3 caminhonetes
5	Cautela de veículos para outros setores	200 cautelas
6	Economia manutenção da frota	R\$ 84.840,20
7	Abastecimento (álcool, diesel, diesel S10, gasolina, gasolina aditivada)	91.295,07 litros R\$ 333.736,79
8	Lavagem de veículos	218 lavagens

5.9.2.3.1. Iniciativa de Destaque

A Gerência de Manutenção e Transportes desenvolveu um aplicativo para controle de movimentação e manutenção dos veículos oficiais do MPMT, no ano de 2020 foi adicionado o módulo de alertas, sendo possível monitorar através de mensagens recebidas no e-mail da gerência, a necessária revisão de cada veículo pertencente à frota, seja por ter alcançado o limite de quilometragem ou pelo prazo da última troca de óleo, foi disponibilizado ainda um painel de gastos que permite visualizar pelo celular/computador do gestor, todos os gastos efetuados nos veículos, e que podem ser filtrados por modelo ou placa, dentre outras melhorias.

GMT Veículos ▾ Condutores ▾ Atas/Contratos ▾ Movimentos Equipes ▾ Antonio Evangelista da Costa ▾

Alertas

[Criar novo](#)

VENCIDOS (KM)

Placa:	Km atual:	Km do alerta:	Observação:
QCS0410	62151	60.000 (-2151)	Troca de óleo e filt...
KAC7371	79063	78.000 (-1063)	Troca de óleo e filt...
OBA1392	49293	48.700 (-593)	Troca de óleo e filt...
QCM9163	15283	15.000 (-283)	Revisão 10.000
QCM9183	20065	20.000 (-65)	Revisão cada 10.000...

VENCIDOS (tempo)

Placa:	Data do alerta:	Observação:
QB10281	05/07/2020 (-247)	Troca de óleo e filt...
KAC7151	20/07/2020 (-232)	Trocar óleo a cada 1...
OBA1272	15/10/2020 (-145)	Troca de óleo e filt...
QCH7621	24/10/2020 (-136)	Revisão 6 meses ou c...
QBZ7458	30/10/2020 (-130)	Troca de óleo e filt...
KAC7091	21/11/2020 (-108)	troca de óleo a cada...

GMT Veículos ▾ Condutores ▾ Atas/Contratos ▾ Movimentos Equipes ▾ Antonio Evangelista da Costa ▾

Painel de gastos - Veículos

[Ordens contrato Prime 3220](#) [Ordens contrato Prime 2077](#)

Detalhar veículo: [Detalhar](#)

Dados gerais da frota

Despesas com manutenção, abastecimento e lavagens

Mês	Manutenção	Abastecimento	Lavagens
outubro/2020	~23.000	~39.000	~1.000
novembro/2020	~29.000	~36.000	~1.000
dezembro/2020	~24.000	~31.000	~1.000
janeiro/2021	~39.000	~18.000	~1.000
fevereiro/2021	~8.000	~19.000	~1.000
março/2021	~3.000	~7.000	~1.000

Últimas ordens de serviço finalizadas

Foi aberto novo GEDOC para realização de leilão de veículos inservíveis e que se encontram no pátio da PGJ, foram arrolados 22 (vinte e dois) veículos, sendo 9 carros e 13 motocicletas, o processo foi instruído e se encontra em fase final, aguardando avaliação da comissão de avaliação de bens para prosseguimento.

Foram elaborados pela Gerência de Manutenção e Transportes, os seguintes Termos de Referência:

- Aquisição de serviços de lavagem dos veículos oficiais
- Aquisição de serviços de locação de veículos
- Aquisição de placas de veículos com película reflexiva
- Aquisição de uma van e de 5 veículos novos para substituir motocicletas.

5.9.2.4. Gerência de Patrimônio

Esta Gerência de Patrimônio tem como principal objetivo a aquisição de bens patrimoniais e o controle destes, realizando ações que asseguram, por meio de registros e relatórios, a coleta de dados relativos a identificação, existência, quantidade, localização, condições de uso e histórico dos bens patrimoniais, desde a sua primeira inclusão no patrimônio, até a sua baixa final.

A Gerência de Patrimônio, unidade do Departamento de Apoio Administrativo, tem como missão: Adquirir e controlar os materiais permanentes, bem como os bens inservíveis e imóveis, administrando o patrimônio da Instituição, visando ao seu pleno funcionamento, por meio de suas atribuições.

Esta Gerência de Patrimônio trabalha na busca de adotar o Sistema de Administração Patrimonial com uma estrutura organizacional, calcada em técnicas administrativas e que possibilite o desenvolvimento das diretrizes básicas nas atividades de registro, cadastro, tombamento, fiscalização, conservação, avaliação, programação de uso e controle dos bens patrimoniais.

A seguir apresentaremos dados relativos aos registros de atendimento às solicitações recebidas na capital e interior. Serão ainda apresentados levantamentos com estimativas sobre performance dos atendimentos feitos por essa Gerência.

No ano de 2020, foram adquiridos bens permanentes, equipamentos e mobiliários, tais como: mesas, gaveteiros, cadeiras, armários, condicionadores de ar, armários de aço, suporte para pé, suporte CPU, umidificadores de ar, fogão, geladeira, armário de cozinha, bebedouros, itens para brinquedoteca, etc., totalizando um valor total de mais R\$ 6.855.380,00 (seis milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta reais).

Existem demandas que são de acordo com a necessidade de diversos setores deste Ministério Público/MT, sendo adquiridos, após regular processo de licitação, itens com a finalidade de atender a necessidade dessa Administração, a fim de garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas nas mais diversas áreas.

Tabela 105 - Lista Materiais Remetidos às Promotorias

Materiais	Promotorias	Quantidade	Valores R\$
Cadeira de tela ergonômica, com encosto p/ cabeça.	Todas	1.800	R\$ 2.692.800,00
Detector de metais	Todas	85	R\$ 29.750,00
Kit para brinquedoteca	Finais	18	R\$ 34.780,00
Suporte para monitor	Todas	1.000	R\$ 19.200,00
Suporte para os pés	Todas	1.000	R\$ 112.000,00

Após licitado, a Gerência de Patrimônio encaminha as ordens de fornecimento, que após disponibilização dos itens, faz os lançamentos nos Sistemas EJADE e FIPLAN, para realizar o tombamento do bem, para então serem destinado as Promotorias.

5.9.2.4.1. Almoxarifado Central – PGJ

O Almoxarifado Central da Procuradoria Geral de Justiça é o local destinado à guarda, segurança e preservação de todos os materiais permanente adquiridos por esta Instituição.

Na qual destacamos suas principais funções as seguintes atividades:

- a) Receber e conferir os materiais adquiridos ou cedidos de acordo com o documento de compra (Nota de Empenho e Nota Fiscal) ou equivalentes;
- b) Receber, conferir, armazenar e registrar os materiais em estoque;

- c) Registrar em sistema próprio (FIPLAN e EJADE) as notas fiscais dos materiais recebidos;
- d) Elaborar conforme previsão de consumo, previsão do consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras;
- e) Elaborar relatórios dos materiais existentes e outros relatórios solicitados;
- f) Preservar a qualidade e as quantidades dos materiais estocados;
- g) Viabilizar o inventário anual dos materiais estocados;
- h) Garantir que as instalações estejam adequadas para movimentação e retiradas dos materiais visando um atendimento ágil e eficiente;
- i) Organizar e manter atualizado o registro de estoque do material existente;
- j) Propor normas e diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e o fornecimento de material;
- l) Estabelecer as necessidades de aquisição dos materiais de consumo para fins de reposição de estoque, bem como solicitar sua aquisição.

5.9.2.4.2. Controle e Manutenção dos Materiais Permanentes

- a) Controle: São realizadas a identificação (por meio de plaquetas com o registro do patrimônio) e o inventário dos bens – material permanente adquiridos, pela Procuradoria Geral de Justiça, por meio de licitação ou Compra Direta.
- b) movimentação dos bens: Para cada encaminhamento de material é formalizado o Termo de Transferência, emitido por meio do sistema EJADE, documento de controle necessário para efetivar a transferência da responsabilidade pela guarda de um bem de uma unidade para outra.

5.9.2.4.3. Processos de Baixa/Doação de Bens Permanentes

Os bens patrimoniais inservíveis a Administração, que não estão em condições mais de utilização, após avaliados pela Comissão de Avaliação de Bens como inservíveis,

são colocados a disposição para baixa/doação.

Diante dos inúmeros bens patrimoniais considerados inservíveis para a Instituição, o Departamento de Apoio Administrativo, por meio de gerência de patrimônio, formalizou 16 (dezesesseis) termos de doações que atenderam a diversas Instituições Públicas, Associações, escolas, delegacias e conselhos tutelares em todo o Estado de Mato Grosso.

Sendo assim, foram formalizados neste anos de 2020, até a presente data, 18 Termos de Doação, totalizando mais de 1.854 (um mil oitocentos e cinquenta e quatro) bens permanentes baixados.

5.9.2.4.4. Inventário

Para fins de Cumprimento do que prescreve a determinação legal, foi realizado inventário, o levantamento geral de bens móveis e imóveis que terá por base o inventário analítico de cada unidade gestora e os elementos da escrituração sintética da contabilidade (art. 96 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964).

5.10. Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

5.10.1. Atribuição

O Departamento de Tecnologia da Informação tem como principal objetivo, na atuação técnica dos seus integrantes, garantir ferramentas e recursos de tecnologia a todos integrantes do Ministério Público de Mato Grosso para que desempenhem com sucesso suas atividades ministeriais. Suas atribuições são:

I - administrar o ambiente intranet e internet, oferecendo condições técnicas para a publicação e manutenção das informações e serviços relevantes;

II - atualizar a política de segurança da informação, no seu âmbito de atuação;

III - coordenar e acompanhar atividades e projetos na área de tecnologia da informação, desenvolvidos em seus respectivos âmbitos de atuação, estabelecendo integração com o sistema estratégico de informações;

IV - manter um centro de tratamento de informações gerenciais, responsável pelo tratamento e disponibilização de informações e relatórios gerenciais;

V - gerenciar a execução de contratos de prestação de serviços e aquisição de bens relativos à tecnologia da informação, de forma a garantir o seu cumprimento;

VI - estabelecer, acompanhar e divulgar, após aprovação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI, as metas de desempenho e de qualidade dos processos que forneçam sustentação à Tecnologia da Informação;

VII - acompanhar, orientar e assessorar as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na efetiva implementação de normas e padrões técnicos conforme a Política de Segurança Institucional;

VIII - definir e acompanhar toda a infraestrutura de redes locais e de longa distância, garantindo sua operacionalidade, disponibilidade e segurança;

IX - administrar a conexão da rede de computadores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso com outras redes;

X - manter e administrar uma central de serviços (*service desk*) para suporte e manutenção de equipamentos de informática, distribuição, instalação e suporte à softwares e sistemas institucionais, rede de computadores e segurança da informação;

XI - participar na definição de diretrizes objetivando a formação, o desenvolvimento e a capacitação profissional do corpo técnico e dos demais recursos existentes no âmbito do departamento;

XII- desempenhar outras atividades delegadas ao Departamento.”

Há um conjunto de equipes responsáveis por segmentos técnicos da área de Tecnologia da Informação que começam com a Central de Serviços, disponível 12 horas por dia (inclusive pontos facultativos e feriados) para suporte técnico a toda instituição. Em dois outros grandes grupos de profissionais, a área de Redes e Segurança da Informação se dedica ao funcionamento de toda infraestrutura do data center e rede lógica do órgão, o que permite ao grupo de Desenvolvimento de Sistemas hospedar ferramentas desenvolvidas ou adquiridas para o trabalho diário de todos pertencentes ao Ministério Público de Mato Grosso.

5.10.2. Atividades Desenvolvidas

- Atualização de equipamentos de rede e infraestrutura (*switch*);
- Finalização da implantação de rede sem fio para todos as Promotorias de Justiça do estado;
- Ativação de autenticação por 2 fatores de segurança nos acessos ao ambiente do *Office 365*;
- Migração de 50% das Promotorias de Justiça do estado para autenticação de computadores via *Active Directory*, oferecendo mais uma camada de segurança no acesso aos equipamentos institucionais;
- *Upgrade* de *link* de internet de redundância, disponível no *data center*, de 500mb para 1Gb;
- Aquisição de novos servidores de processamento e armazenamento para o *data center* com tecnologia de Hiper Convergência;
- Elaboração de perícias em apoio ao CAOP;
- Atualização para versão 3.8.1 do *Moodle* para o ambiente de educação à distância da instituição;
- Portal Transparência: Correção de erros e implementação de novas regras oriundas do

Conselho Nacional do Ministério Público;

- BAPRE: Implantação de sistema para gerenciar cadastro de entidades e destinação de recursos;
- SIMP 2: Atualização para o novo cadastro de violência doméstica por demanda do Conselho Nacional do Ministério Público;
- SISDIA: Implantação do relatório de viagem em formato virtual;
- Portal de aplicativo: Configuração e liberação para utilização fora da rede do órgão como ampliação para adaptação ao teletrabalho;
- GEDOC Eletrônico: Correção de erros e customização para possibilitar a utilização para trâmite de processos 100% digitais;
- SAE: Adequação do portal consultar dados do novo sistema *Tableau*;
- Contratação financeira (FUNBIO): Aporte de recursos para início do *Projeto Athenas* e Sistema de Orçamento;
- Portal para servidores cedidos, aposentados e pensionistas: Implantação de novo sistema;
- SIMP 3.0: Redesenvolvimento para novas tecnologias com outras 20 funcionalidades inéditas;
- SAE: Adequação para contemplar Resolução 195 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- SAE: Adequação do Relatório de TACs para SIMP3;
- SISDIA: Otimização de infraestrutura com versionamento e correções;
- Painel de Gestão DTI: Implantação de painel para gestão das atividades do Departamento de Tecnologia da Informação;
- SAE: Adequação do Relatório de Correição para SIMP3;
- SAT: Pacote de melhorias no fluxo de trabalho do CAOP;

- BAPRE: Pacote de melhorias para otimizar o fluxo de trabalho;
- Substituição de 500 (quinhentos) computadores em todo estado;

5.10.3. Iniciativas de Destaque

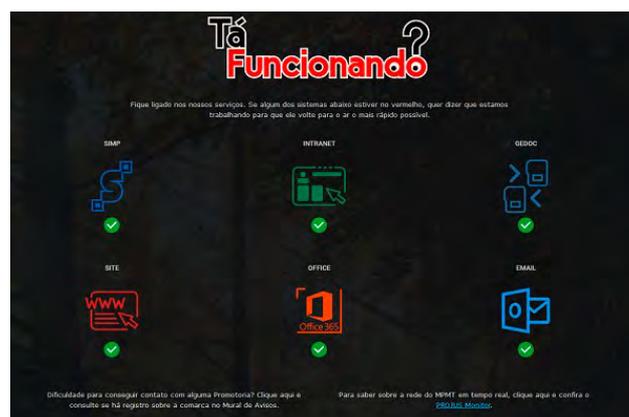
- Lançamento de nova fibra ótica (com redundância) entre o prédio da Procuradoria-Geral de Justiça e a Sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá;
- Lançamento de fibra ótica para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso e Fórum da capital, criando interconexão e redundância entre MPMT e TJMT;
- Sistema de eleição *on-line* para PGJ: Implantação de sistema para eleição *on-line*;
- Sistema de gestão de saúde - Implantação de sistema para gerenciamento do auxílio saúde;

5.10.4. Outras Iniciativas de Destaques

TI lança página “Tá Funcionando?” para acompanhamento de sistemas

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Ministério Público de Mato Grosso lança, no dia 06/02/2020, mais um canal de comunicação com os usuários de todo o estado. Trata-se da página “Tá funcionando?”, criada com objetivo de informar sobre a atividade dos principais sistemas utilizados, se estão em funcionamento ou fora do ar, com rapidez, segurança e comodidade. Para acessar, basta digitar no navegador o endereço tafuncionando.mpmt.mp.br.

“A ideia é facilitar ainda mais a vida de membros e servidores. Acessando a página, que está na nuvem e é atualizada em tempo real, os usuários ficam sabendo se há alguma intercorrência. Abaixo do ícone do sistema há um símbolo que sinaliza estar funcionando normalmente, em verde, ou com algum problema, em vermelho”, contam os integrantes do grupo de



trabalho implantado na área de TI com objetivo de viabilizar melhor a comunicação e fluxos entre as gerências.

MPMT lança versão 3.0 do SIMP no próximo dia 10

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso disponibilizará no próximo dia 10, a versão 3.0 do SIMP. O sistema que será lançado traz novas funcionalidades e garantirá mais celeridade nas operações.

Cerca de 60 manifestações, incluindo sugestões e reclamações, de membros e servidores relativas ao SIMP 2 foram contempladas na nova versão.

Entre as novidades, segundo o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), estão a possibilidade de emissão e validação de certidão negativa de partes, organização dos protocolos por meio de pastas personalizáveis, melhorias do controle de prazo e do cadastro de partes, além do aumento da performance do sistema que tornou-se mais rápido.

Os técnicos destacam ainda que o SIMP 3.0 apresenta um *layout* mais amigável, com melhorias significativas na usabilidade. O sistema de *uploads* de arquivos também passou por melhorias e possui um plano de evolução, para acompanhar e atender exigências do PJE. “As melhorias implementadas no sistema são consideráveis, mas as regras negociais não foram alteradas. Significa dizer que o usuário não encontrará problemas para realizar as atividades de rotina. A nova versão é resultado de um trabalho louvável e persistente de todo o departamento, com grande apoio da Administração e Grupo de Trabalho.”, assegurou o chefe do DTI, Rogério Antônio Duarte Batista.



DTI avalia sugestões dos usuários e implanta novas funcionalidades no Simp 3

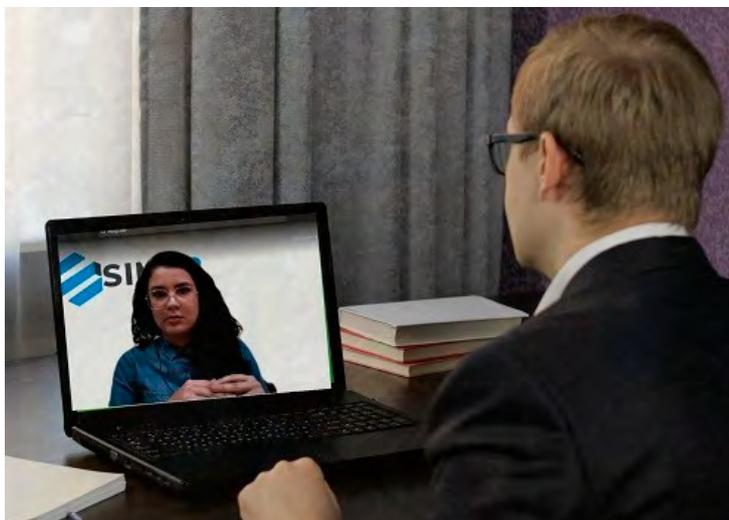
Desde a implantação da Versão 3 do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp), no dia 10 de agosto, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) da instituição tem recebido dezenas de manifestações dos usuários, inclusive com sugestões de melhorias. Todas estão sendo analisadas e algumas, inclusive, já foram aprovadas e implantadas.

Na *live* tira-dúvidas sobre o Simp 3 realizada nesta sexta-feira (28), a servidora do DTI Ana Roewer revelou que o sistema já conta com algumas novidades instituídas a partir das sugestões dos usuários. “Precisamos muito agradecer as sugestões enviadas nessas duas semanas, recebemos muitas ideias boas e algumas já foram até implementadas, outras estão em análise ou já estamos desenvolvendo para as próximas versões”, disse, enaltecendo a importância do *feedback*.

“Do dia 10 para cá muita coisa aconteceu e muita coisa já mudou”, afirmou Ana Roewer, ao destacar as alterações feitas na versão 3.0.12 do Simp. Na prática, significa dizer que já ocorreram 12 atualizações com correções e melhorias. Uma das melhorias sugeridas e já implantadas é a mudança no detalhe do protocolo, que passou a exibir o número único atrelado ao número do Simp. Outra é a possibilidade de ordenação das colunas na área de trabalho e uma terceira melhoria destacada pelo DTI é a inclusão do menu “Ajuda”, contendo Manual, Notas da versão e Tabela Taxonômica.

Ainda conforme o DTI, os esforços da área estão voltados neste momento para o desenvolvimento de melhorias para integração do Simp com o Processo Judicial Eletrônico (PJe). A ideia é que o usuário possa trabalhar sem precisar trocar de um sistema para outro, mas ainda não há prazo para finalização desse trabalho.

Por último, Ana Roewer pontuou que algumas solicitações estão pendentes de aprovação pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti), por envolverem regras de negócios, como a possibilidade de consulta pelo nome da parte.

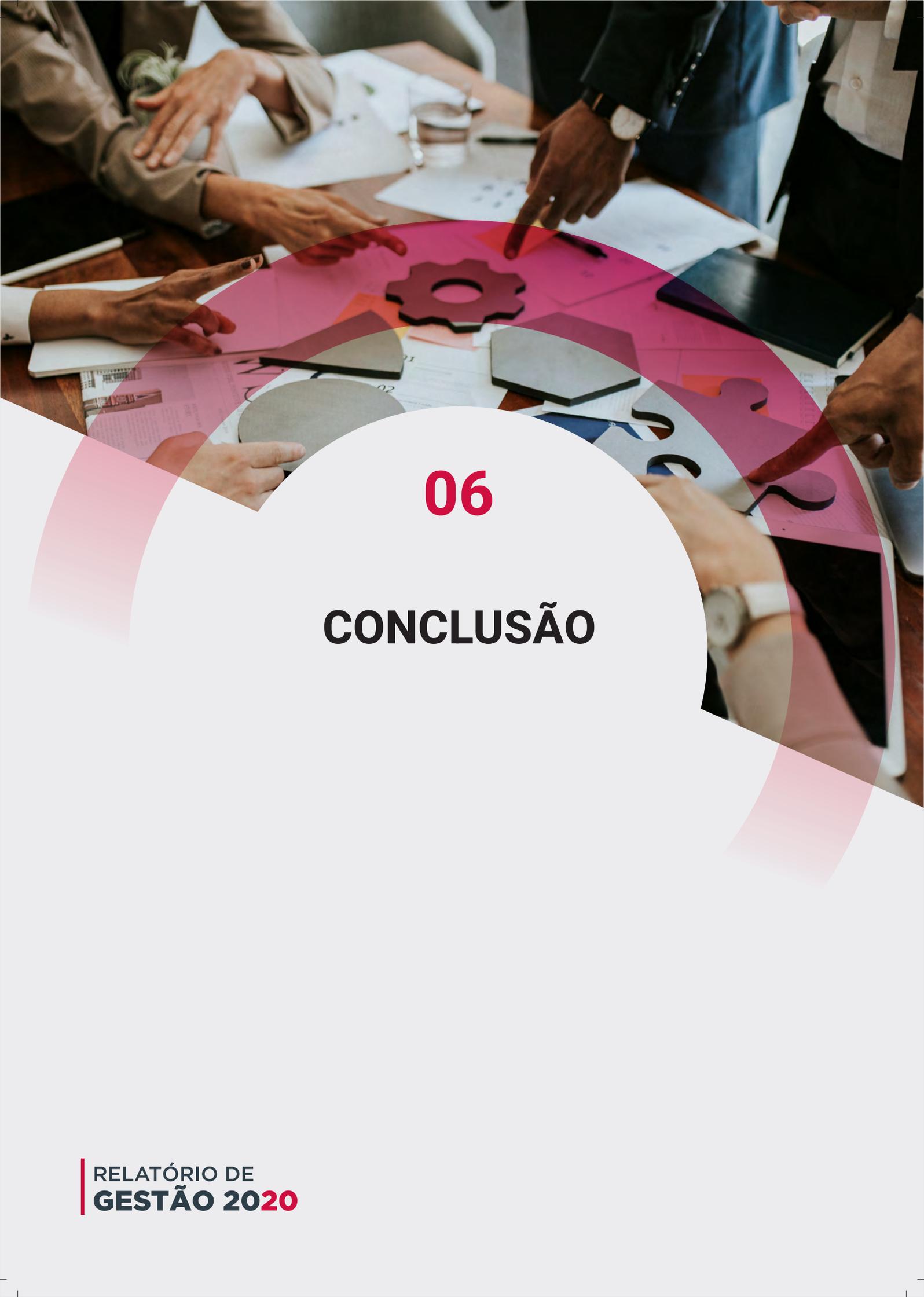


DTI promove treinamentos sobre ferramentas da Microsoft

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) ofertou uma série de treinamentos *on-line*, sobre ferramentas da **Microsoft** bastante utilizadas no dia a dia de trabalho. É uma ótima oportunidade para conhecer um pouco mais sobre o **Teams**, **Outlook**, **Planner** e **Forms**. As capacitações foram realizadas pelo **Teams** ao vivo, abertas a todos os integrantes da instituição.

“O treinamento não exige conhecimento aprofundado no **Office 365**. A ideia é oferecer dicas e truques úteis para melhorar a produtividade e o trabalho colaborativo, combinação valiosa para os novos tempos que já estamos vivendo”, argumenta o chefe do DTI, Rogério Antônio Duarte Batista.





06

CONCLUSÃO

6. CONCLUSÃO

Dessa forma, diante do cenário atípico vivido no ano de 2020, o Ministério Público deu continuidade ao seu Planejamento Estratégico, com uma gestão Democrática e Descentralizada, visando o fortalecimento Institucional e o Planejamento Participativo, para construir um Ministério Público mais efetivo e acessível ao cidadão Mato-grossense.

Mesmo durante a pandemia, o Ministério Público não parou, pelo contrário, implantou medidas preventivas, a fim de garantir um trabalho seguro para proteção de seus integrantes e principalmente da Sociedade como um todo.

A interiorização da gestão deu continuidade no diálogo e aproximação das unidades Ministeriais com reuniões virtuais. As Promotorias passaram por uma uniformização, passando a ter o mesmo número de assessores.

A construção dos objetivos estratégicos, em conjunto entre Membros e Servidores, tem melhorado a operacionalidade e atuação Institucional, proporcionando excelência no atendimento à sociedade.

Os projetos estratégicos contribuem com os alcances dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento.

Os Centros de Apoio Operacional foram estruturados e organizados para auxiliar Procuradores e Promotores.

Houve continuidade nas reformas estruturais das Sedes e Unidades do Ministério Público.

Diversos cursos foram oferecidos aos Membros e Servidores.

Utilizando ferramentas próprias (Projeto SatAlertas, decorrente de um Termo de Cooperação Técnica firmado com o INPE), o MPMT identificou e está investigando 116.810 hectares de desmatamentos ilegais. Foram encaminhados aos Promotores de Justiça 282 relatórios técnicos com minutas de Portarias de Inquérito Civil e Notificações prontas, sendo que na maioria dos casos houve prévio contato do Ministério Público com os investigados para confirmação de endereços, ocasião em que foram informados de que nossos satélites os

identificaram como degradadores não autorizados da Floresta Amazônica na porção localizada em nosso estado. Em 2020 foram priorizados os 20 (vinte) municípios que mais desmataram a floresta, sendo que para 2021 pretende-se aumentar a área de investigação satelital.

Os investimentos da atual gestão na área tecnológica, com o fortalecimento e modernização do Departamento de Tecnologia da Informação, o que proporcionou avanços importantes como o desenvolvimento da Versão 3 do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público), dando mais agilidade, eficiência e segurança à tramitação de processos e facilitando o trabalho dos membros e servidores da instituição. Outras áreas estão sendo contempladas, como o Departamento de Gestão de Pessoas, que deverá estar totalmente informatizado até dezembro de 2020.

A atuação do Ministério Público no enfrentamento ao novo coronavírus, teve quase 2 mil inserções na mídia desde o dia 20 de março de 2020. Diversas ações foram realizadas durante a pandemia, com a finalidade de adoção de medidas preventivas à propagação da infecção, garantir a saúde das pessoas, garantir o acesso à educação e à alimentação e segurança alimentar, uso do Banco de Projetos deste Ministério Público para destinação de recursos ao combate da COVID-19.

O trabalho continua, com eficiência, diálogo e investimentos em busca de qualidade nos serviços prestados, para garantir um Ministério Público cada vez mais forte, eficiente, próximo e acessível à População do Estado de Mato Grosso.

O ano de 2020 foi um ano de desafios, no qual o Ministério Público inovou e conseguiu cumprir sua missão na defesa da sociedade. O uso da tecnologia se tornou imprescindível, os encontros passaram a ser virtuais. De forma híbrida entre presencial e virtual, conseguimos cumprir o cronograma.

2020



RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO



MPMT | Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

acompanhe também nas **redes sociais:**

 @MPEMT  @MPEMT  @MPDEMT